

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.



Relatório de Gestão do exercício de 2018

Aprovado pela RD-1840-02 de 29/05/2019

Florianópolis, 2019

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da DN TCU nº 172/2018, da Portaria TCU 368/2018, das orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), arquivo “Orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão de 2018” no qual constam orientações adicionais a serem incluídas no sistema e-Contas para as estatais.

A Assessoria de Gestão Empresarial (ASG), órgão da Presidência da Eletrosul, foi a principal unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão 2018.

Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Florianópolis, 2019

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	14
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	16
2.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão	16
2.2 Composição Acionária do Capital Social	17
2.3 Participação em Outras Sociedades.....	18
2.4 Estrutura Organizacional	19
2.5 Ambiente Externo.....	22
2.6 Modelo de Negócio (ou cadeia de valor)	24
2.7 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício	26
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	28
3.1. Principais Objetivos Estratégicos	28
3.2. Planos para Implementar as Prioridades Estratégicas da Gestão	31
3.2.1. Resumo dos principais pontos tratados na Carta Anual de Políticas Públicas e na Carta Anual de Governança Corporativa 2018	31
3.3. Descrição das Estruturas de Governança	33
3.3.1. Informações sobre dirigentes e colegiados	36
3.3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	37
3.3.3. Informações sobre a empresa de Auditoria Independente Contratada.....	38
3.3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	39
3.3.5. Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário	40
3.3.6. Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico.....	41
3.3.7. Modelo de Governança da entidade em relação às Empresas do Conglomerado	42
3.3.8. Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade	44
3.4. Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas	44
3.4.1. Carta de Serviços ao Cidadão.....	45
3.4.2. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	45
3.4.3 Mecanismos de Transparência das Informações relevantes sobre a atuação da Unidade	46
3.4.4. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	47
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	48
4.1. Gestão de Riscos e Controles Internos	48
4.1.1. Informações sobre Ações Trabalhistas Contra a Entidade.....	49
4.1.2. Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais.....	49
5 RESULTADOS DA GESTÃO.....	52
5.1 Resultados Alcançados frente aos Objetivos Estratégicos (ou Cadeia de Valor) e às Prioridades da Gestão	52
5.1.1. Atendimento às metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia da Sociedade de que trata o art. 23, §2º, da Lei 13.303/16.....	52
5.2 Principais Programas e Projetos/Iniciativas	53
5.2.1. Principais Programas	53
5.2.2. Principais Projetos/Iniciativas acompanhados no Exercício de 2018:.....	70
5.3 Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos	77

5.4	Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação às Metas.....	73
5.5	Monitoramento de metas não alcançadas	88
5.6	Justificativas para o resultado.....	88
5.7	Perspectiva para os próximos exercícios.....	88
6	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	90
6.1.	Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras..	90
6.1.1.	Informações sobre as atividades relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento	90
6.2.	Gestão Orçamentária e Financeira.....	93
6.2.1.	Informações sobre a Realização da Receitas	93
6.2.2.	Informações sobre a Execução das Despesas	94
6.2.3.	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	94
6.2.4.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	96
6.2.5.	Análise crítica da realização da despesa	96
6.2.6.	Desempenho Financeiro no Exercício	97
6.3.	Gestão de Pessoas.....	101
6.3.1.	Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	103
6.3.2.	Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade	108
6.3.3.	Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas	109
6.3.4.	Detalhamento das Despesas de Pessoal	110
6.4.	Gestão de Licitações e Contratos	111
6.4.1.	Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	111
6.5.	Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	113
6.5.1.	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	117
6.6.	Gestão da Tecnologia da Informação	117
6.7.	Gestão de Custos	119
6.8.	Sustentabilidade Ambiental.....	119
7	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	121
7.1	Demonstrações Contábeis.....	121
7.2	Notas Explicativas - NE às Demonstrações Financeiras	127
7.3	Opinião dos Auditores Externos.....	165
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	170
8.1.	Resumo do processo para Determinar a Materialidade das Informações e Descrição dos Limites do Relato e de como o Limite foi Determinado	170
8.2.	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	171
8.3.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	173
8.4.	Atendimento ao Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara)	173
9	ANEXOS E APÊNDICES	198
9.1.	Glossário.....	198
9.2.	Anexos.....	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1.1 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul.....	16
Quadro 2.1.2 Empreendimentos Próprios de Geração de Energia Elétrica	16
Quadro 2.1.3 Identidade Empresarial.....	17
Quadro 2.2.1 Composição Acionária	17
Quadro 2.3.1 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas	18
Quadro 2.3.2 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica	18
Quadro 3.4.1 Canais de Comunicação	44
Quadro 5.2.1.1 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável...	53
Quadro 5.2.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional	53
Quadro 5.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042	53
Quadro 5.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.20OG.0001	55
Quadro 5.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054.....	56
Quadro 5.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001.....	57
Quadro 5.2.1.7 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1O50. 0001	58
Quadro 5.2.1.8 Empreendimentos da Ação 1O50 Concluídos em 2018.....	59
Quadro 5.2.1.9 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001	61
Quadro 5.2.1.10 Empreendimentos da Ação 2D94 Concluídos em 2018.....	62
Quadro 5.2.1.11 Empreendimentos da Ação 2D94.....	63
Quadro 5.2.1.12 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001	67
Quadro 5.2.1.13 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040	68
Quadro 5.2.1.14 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040	69
Quadro 5.2.1.15 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040	70
Quadro 6.2.1.1 Principais Fontes Próprias de Receita	93
Quadro 6.2.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Valores em R\$)	95
Quadro 6.2.4.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	96
Quadro 6.2.6.1 Demonstração do Fluxo de Caixa	98
Quadro 6.2.6.2 Demonstração Geração Interna de Recursos.....	101
Quadro 6.3.1 Força de Trabalho 2018.....	102
Quadro 6.3.2 Área de Atuação da Força de Trabalho 2018.....	102
Quadro 6.3.3 Faixa Salarial da Força de Trabalho 2018.....	103
Quadro 6.3.1.1 Indicadores Aplicáveis a RVA 2018.....	105
Quadro 6.3.1.2 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos	106
Quadro 6.3.1.3 Síntese da Remuneração dos Administradores	107
Quadro 6.3.1.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	107
Quadro 6.4.1.1 Despesas com Publicidade	111
Quadro 6.4.1.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2018.....	112
Quadro 6.5.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação	115
Quadro 6.5.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção	116
Quadro 6.6.1 Força de Trabalho das Atividades de Tecnologia da Informação.....	118
Quadro 6.6.2 Principais Projetos de TI	118
Quadro 8.1.1 Partes Interessadas – Pesquisa de Materialidade.....	170
Quadro 8.1.2 Temas Materiais	171
Quadro 8.2.1 Processo TCU TC 011.775/2011-4	171
Quadro 8.2.2 Processo TCU TC 028.341/2017-1	172
Quadro 8.2.3 Processo TCU TC 017.368/2016-2	172

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.4.1 Estrutura Organizacional	19
Figura 2.6.1 Modelo de Criação de Valor Eletrosul	25
Figura 3.1.1 Visão de Conjunto	28
Figura 3.3.1 Estrutura de Governança Corporativa.....	33
Figura 6.3.2.1 Termo de Pactuação 2018.....	108
Figura 6.5.1 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul	114
Figura 6.5.2 Divisões e Centros Regionais de Manutenção.....	116

ANEXOS

Anexo 01 - Plano Estratégico x Matriz de Riscos.....	200
--	-----

SIGLAS e ABREVIATURAS

SIGLAS E ABREVIATURAS	
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
AEPC	Ajustes e Estudos de Proteção e Controle
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANA	Anastácio
Art.	Artigo
ASG	Assessoria de Gestão Empresarial
ASS	Assis
ATF	Atividade Transformador
AUD	Auditoria Interna
BB	Banco do Brasil
BBP	Business Blueprint
BC	Banco Capacitor
BCB	Banco Central do Brasil
BAB	Barra "B"
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIG	Biguaçu
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BLU	Blumenau
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
BTA	Bateias
CAE	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
CAN	Candiota
CAX	Caxias
CBA	Curitiba
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCR	Conformidade, Controle e Riscos
CCT	Centro de Operação de Telecomunicações
CDO	Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação
CE	Correspondência Externa
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEF	Caixa Econômica Federal
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CELSE	Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos do Sistema Eletrobrás
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CGPE	Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CGU	Controladoria-Geral da União
CI	Correspondência Interna
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial

SIGLAS E ABREVIATURAS	
CMO	Campo Mourão
CNO	Campos Novos
CO.LTD	Company limited
COC	Centro de Operação de Contingência
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COG	Centro de Operação da Geração
COMCAP	Autarquia de Melhoramento da Capital
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COSEE	Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul
COT	Centro de Operação da Transmissão
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPD	Centro de Processamento de Dados
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CROI	Centros Regionais de Operação de Instalações
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CSF	Centro de Serviços Financeiros
CSI	Comitê do Sistema de Integridade
CSP	Concentrated Solar Power
CTHP	Companhia Hidrelétrica Teles Pires
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DA	Diretoria Administrativa
DCA	Deliberação do Conselho de Administração
DCO	Departamento Contábil, Fiscal e Tributário
DE	Diretoria de Engenharia
DEA	Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária
DEL	Deliberação do Conselho de Administração da Eletrobras
DES	Departamento de Engenharia do Sistema
DF	Diretoria Financeira
DFLUX	Demonstração do Fluxo de Caixa
DGI	Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura
DGP	Departamento de Gestão de Pessoas
DGS	Departamento de Gestão de Suprimentos
DIAU	Divisões de Atendimento a Usuários e Infraestrutura Operacional de Tecnologia da Informação
DIM	Sistema de Desapropriação de Imóveis
DISPGR	Disponibilidade da Geração Relativa
DISPOLT	Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão
DISPOTR	Disponibilidade Operacional de Transformadores
DITI	Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação
DJ	Disjuntores
DJU	Departamento Jurídico
DO	Diretoria de Operação
DOU	Dourado

SIGLAS E ABREVIATURAS	
DPAR	Divisão de Gestão das Participações
DPC	Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria
DPS	Departamento de Produtividade e Qualidade da Unidade Sul
DRP	Departamento de Regulação, Negócios e Participações
DRSC	Divisão Regional de Santa Catarina
DSGI	Divisão de Sistemas e de Gestão da Informação
DTL	Departamento de Automação, Proteção e Telemática
DVCP	Divisão de Contabilização e Controle Patrimonial
DVGF	Divisão de Gestão Fundiária
DVIC	Divisão de Consolidação e Informações Contábeis
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBTIDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”
EPP	Empresa de Pequeno Porte
ERP	Enterprise Resource Planning
ESBR	Energia Sustentável do Brasil
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai
FAR	Farroupilha
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOTE	Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A
FR	Fator de Risco
FUNCOGE	Fundação Comitê de Gestão Empresarial
G	Geração
GEE	Gases de Efeito Estufa
GIR	Gestão Integrada de Riscos
GIRO	Gerenciador Informatizado de Rotina da Operação
GPI	Gerenciador do Processo de Intervenções
GRA	Gravataí
GSF	Generation Scaling Factor
GT	Geração e Transmissão
GTD	Geração, Transmissão e Distribuição
IASB	International Accounting Standards Board
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
IDP	Índice de Desempenho de Projeto
IFRS	International Financial Reporting Standards
IG	Índice de Governança
IGS	Indicadores para Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras
IMA	Instituto de Meio Ambiente
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

SIGLAS E ABREVIATURAS	
IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ITR	Informações Trimestrais
IVP	Ivaporã
JCP	Juro sobre Capital Próprio
JOI	Joinville
KFW	Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau
KM	Quilômetro
KV	Quilovolt
LACTEC	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LDO	Lei de diretrizes Orçamentárias
LEQ	Localização de Equipamentos
LL	Lucro líquido
LOA	Lei Orçamentária Anual
LON	Londrina
LT	Linhas de Transmissão
LTDA	Limitada
LTO	Linear Tape-Open (Fitas Magnéticas padrão)
M&A	Mergers and Acquisitions
MCL	Monte Claro
MCP	Mercado de curto prazo
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações Telecomunicações
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MME	Ministério de Minas e Energia
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia
MS	Ministério da Saúde
MSO	Materiais, Serviços e Outros
MVA	Mega-volt-amperes
MW	Megawatt
MWp	Megawatt-pico
NE	Nota Explicativa
NG	Norma de Gestão Empresarial
NLCR	Níveis e Limites de Competência
Nº	Número
NSR	Nova Santa Rita
O&M	Organização e Métodos
OBZ	Orçamento Base Zero
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OI	Orçamento de Investimentos

SIGLAS E ABREVIATURAS	
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OVGE	Ouvidoria Geral
P&D+I	Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação
PAD	Processo de Apuração Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PAPD	Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência
PCAOB	The Public Company Accounting Oversight Board
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDC	Plano de Demissão Consensual
PDG	Plano de Dispendios Globais
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PDMR	Plano Diretor de Melhorias e Reforços
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTA	Plano Diretor de Telemática e Automação
PE	Plano Estratégico
PG	Procedimento de Gestão Empresarial
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças
PLR	Participação dos Lucros e Resultados
PMI	Plano de Modernização das Instalações
PMSO	Pessoas, materiais, serviços e outros
PMU	Phasor Measurement Unit
PNG	Plano de Negócios e Gestão
POC	Prova de conceito
PPA	Plano Plurianual
PPA	Power Purchase Agreement
PPC	Prontuário e Plano de Contingência
PPP	Parceria Público Privado
PR	Paraná
PRD	Proposta para Resolução da Diretoria
PRE	Presidência
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROERP	Programa de implantação do padrão ERP nas empresas Eletrobras
PT	Transformador piezoelétrico
RAINT	Relatório de Atividades da Auditoria Interna
RAP	Receita Anual Permitida
RBSE	Rede Básica Sistema Existente
RCA	Resolução do Conselho de Administração
RD	Resolução da Diretoria Executiva
RDOS	Relatório Diário de Ocorrências no Sistema
RDP	Registradores Digitais de Perturbação

SIGLAS E ABREVIATURAS	
RE	Reator
REA	Resolução Autorizativa ANEEL
RESOL	Resíduos Recicláveis de Colombo
RFB	Receita Federal do Brasil
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
ROL	Resultado Operacional Líquido
RRO	Relatório de Registro de Ocorrências
RTM	Relatório Técnico da Manutenção
RVA	Remuneração Variável Anual dos Dirigentes
S.A.	Sociedade Anônima
SAE	Sistema de Acompanhamento de Empreendimento
SAP	Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung (Sistemas, Aplicativos e Produtos)
SC	Santa Catarina
SCMA	Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras
SDH	Synchronous Digital Hierarchy (telecomunicação digital ótico)
SE	Subestação
SEC	Securities And Exchange Commission
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SGD	Sistema de Gestão de Desempenho
SGT	Sistema de Gestão da Transmissão
SIFA	Sistema de Gestão Fundiária e Ambiental
SIN	Sistema Interligado Nacional
SOS	Salto Osório
SOX	Sarbanes-Oxley
SPAT	Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SSA	Salto Santiago
STA	Santo Ângelo
STC	Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição
T	Transmissão
TCU	Tribunal de Contas da União
TDM	Time Division Multiplexing
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TPC	Transformador de Potencial Capacitivo
TSBE	Transmissora Sul Brasileira de Energia
TSLE	Transmissora Sul Litorânea de Energia
TUSD	Tarifa de Utilização de Serviços de Distribuição
TUST	Tarifa de Utilização de Serviços de Transmissão
UEE	Usina de Energia Eólica

SIGLAS E ABREVIATURAS	
UFV	Usina Fotovoltaica
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UPC	Unidade Prestadora de Contas
US GAAP	Unitated States Generally Accepted Accounting Principles
UTE	Usina Temoelétrica
YTA	Ytá

Relatório de Gestão do exercício de 2018 Eletrosul

O presente Relatório está estruturado de acordo com os conteúdos e orientações constantes do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) e observa a estrutura de conteúdos estabelecida no Anexo II da DN TCU 170/2018 e Anexo Único da Portaria TCU 369/2018.

As informações seguem o detalhamento em capítulos, itens e subitens observando os conteúdos atribuídos à Eletrosul constantes do Sistema e-contas.

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Em 2018, a Eletrosul completou meio século de existência. Foi um ano de comemorações, mas também de avaliações sobre a trajetória da empresa e sua importância para o Setor Elétrico Nacional. Buscando atuar de forma integrada, rentável e sustentável, em 2018, a Eletrosul focou seus investimentos na implantação das obras para reforço do Sistema de Transmissão Brasileiro, decorrentes de autorizações da Aneel.

Foi um ano de enfrentamento de questões importantes para o futuro da Eletrosul, em um cenário cada vez mais competitivo. Nesse contexto, foi concretizada a transferência de ativos para a Eletrobras com vistas à redução do endividamento da empresa (Redução da Dívida Líquida/EBTIDA). Os juros da dívida e demais despesas financeiras tiveram uma redução significativa, passando de R\$ 643,7 milhões em 2017, para R\$ 336 milhões em 2018. As medidas de gestão adotadas permitiram que a dívida bruta consolidada da empresa passasse de R\$ 4,8 bilhões, em abril de 2017, para R\$ 2,96 bilhões em 2018. Com isso, o índice da Dívida Líquida sobre o EBTIDA, que já ultrapassou oito vezes, foi reduzido para 3,1 vezes. O lucro líquido consolidado, em 2018, atingiu R\$ 125 milhões, o que representa 6% da receita líquida obtida no ano.

Alinhados ao pilar Excelência Operacional do Plano de Negócios e Gestão Eletrosul (PNG 2018-2022), foram implantadas a Unidade Sul do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e o Programa de Implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP SAP) nas Empresas Eletrobras, com o objetivo de modernizar e racionalizar a gestão empresarial. Também foi implementado o Plano de Demissão Consensual (PDC) que, com o desligamento de 112 empregados, auxilia à Eletrosul a enfrentar os desafios da modicidade tarifária a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A rubrica “Dispêndio com Pessoal (P)” foi reduzida em 7,57% em 2018, enquanto na rubrica “Material, Serviços e Outros” (MSO), a redução foi de 25,81%.

Os conceitos de ética, transparência e sustentabilidade, colocados em prática na Eletrosul, contribuíram para que a Eletrobras retornasse à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (ISE B3), que está alinhado com os objetivos estratégicos do pilar Atuação Sustentável no PNG 2018-2022. Essas mesmas práticas também permitiram à empresa tornar-se uma das vencedoras da 3ª Certificação do Indicador de Governança IG-SEST, que destaca as estatais federais com os melhores processos de governança. A continuidade de projetos como o "Hortas Comunitárias" e o "Casa Aberta" demonstra o compromisso da empresa com a comunidade onde atua. Com o projeto-piloto Alto Uruguai I para produção e consumo sustentável de energia, desenvolvido em Itapiranga (SC), a empresa foi uma das 40 finalistas do 1º Prêmio ODS Brasil, promovido pelo Governo Federal. A continuidade desse projeto já está em andamento com a construção da Usina de Biogás de Itapiranga, que vai gerar energia elétrica aproveitando o biogás produzido nos biodigestores já instalados, bem como a instalação de novas e mais modernas unidades.

Olhando para o futuro próximo e contando com recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a empresa tem como projeto, implantar a Usina Termossolar de Laguna, em Santa Catarina, com o objetivo de desenvolver a tecnologia *Concentrated Solar Power (CSP)*.

Já o acordo de cooperação técnica firmado com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) permitirá disponibilizar internet de alta velocidade para instituições de ensino e pesquisa na área de atuação da Eletrosul.

A atuação ambientalmente sustentável segue inserida nos compromissos da Eletrosul. Os planos de contingências nas unidades continuam sendo elaborados e implementados, bem como prosseguem os treinamentos para a força de trabalho da empresa. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos avançam nas áreas descentralizadas e estão sendo avaliadas as melhores formas para a coleta seletiva e reciclagem.

O Plano de Negócios e Gestão Eletrosul (PNG 2019-2023), aprovado em dezembro de 2018, também contempla ações para enfrentar os desafios já previstos para 2019. Ele prevê uma gestão com foco na continuidade dos negócios, preocupação constante em um momento de estagnação econômica. A diretriz “crescer de forma sustentável, garantindo a rentabilidade e o valor da companhia” demonstra o compromisso com a retomada do crescimento da empresa. Entre os projetos a ela relacionados estão a implantação da Central Geradora Hidráulica (CGH) São Domingos, a reconstrução dos parques eólicos não operantes da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Livramento Holding e a implantação de empreendimentos de transmissão.

Para 2019, um grande trabalho a ser realizado é a reestruturação societária entre Eletrosul e CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica), as duas subsidiárias da Eletrobras na Região Sul. Essa reestruturação societária permitirá a obtenção de ganhos de escala e de escopo para o Sistema Eletrobras não apenas sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas também operacional e logístico.

Ainda em 2019, deverá ser definida pela Aneel a Revisão Tarifária do Ciclo 2018/2023 para o Contrato de Concessão 057/2001 (prorrogado pela Lei 12.783/2013), com efeitos retroativos a julho de 2018. Os estudos iniciais relacionados a essa revisão apontam para uma forte redução da Receita Anual Permitida (RAP). A Eletrosul participa das discussões com a referida agência com o objetivo de alcançar uma decisão justa e respaldada em critérios técnicos.

Outro desafio a ser enfrentado em 2019 é a conclusão das negociações para mitigar os efeitos da extinção do Lote A (Leilão Aneel 004/2014). A Eletrosul está negociando, com os vencedores dos lotes relicitados, os ativos decorrentes dos trabalhos já realizados (como licenciamentos socioambientais, liberações fundiárias, aquisições de terrenos, entre outros). Em relação à SPE Paraíso Transmissora de Energia S. A., a previsão é de que o processo de transferência da concessão, que se encontra em fase final na Aneel, seja consolidado de forma favorável.

Independentemente do tamanho dos desafios relacionados, temos a convicção de que serão superados. Embasamos essa certeza não apenas na trajetória de 50 anos que trouxe a Eletrosul até aqui, mas também na força de trabalho capacitada e incansável com a qual contamos e no apoio da sociedade da qual a empresa se orgulha de servir e fazer parte.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 Identificação da UPC e Declaração da sua Missão e Visão

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, Controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com sede em Florianópolis, Santa Catarina. Possui atuação nas regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e Norte (Pará e Rondônia), por meio de empreendimentos próprios e em parceria.

Concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de energia elétrica, visando cumprir seu objeto social, a Eletrosul realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação, atua na comercialização de energia elétrica e ainda pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Transmissão

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul, considerando todos os contratos de concessão, é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), representando uma capacidade total de transformação de 27.482,80 MVA, além de 11.077,16 km de linhas de transmissão.

Quadro 2.1.1 Sistema de Transmissão Próprio Eletrosul

Subestações / Conversora de Frequência		45
Capacidade de Transformação (MVA)		27.482,80
Linhas de Transmissão (Km)	Tensão (kV)	Extensão
	69	56,2
	132	12,5
	138	1.918,49
	230	5.446,87
	525	3.643,10
	Total	11.077,16

Fonte: Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)

Geração de Energia

No segmento de geração, a empresa realiza atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, sendo que a atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica própria totaliza 476 MW de potência em operação comercial - onze usinas próprias e uma em consórcio conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 2.1.2 Empreendimentos Próprios de Geração de Energia Elétrica

Usina	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
Total Corporativo	661,2	661,2	349	-	476	248,2
UHE Passo São João	77	77	41,1	100	77	41,1
UHE Governador Jayme Canet Júnior (Consórcio Cruzeiro do Sul)	363,1	363,1	197,7	49	177,9	96,9
UHE São Domingos	48	48	36,4	100	48	36,4

Usina	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
PCH Barra do Rio Chapéu	15,2	15,2	8,6	100	15,2	8,6
PCH João Borges	19	19	10,1	100	19	10,1
Eólica Cerro Chato I	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Cerro Chato II	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Cerro Chato III	30	30	11,3	100	30	11,3
Eólica Coxilha Seca	30	30	13,2	100	30	13,2
Eólica Capão do Inglês	10	10	4,5	100	10	4,5
Eólica Galpões	8	8	3,5	100	8	3,5
Megawatt Solar	0,9	0,9	Não aplicável	100	0,9	Não aplicável

Fonte: Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)

Identidade Empresarial

A forma como nos posicionamos influencia diretamente no modo como alcançamos os nossos objetivos. A missão, a visão e os valores da Eletrosul são os guias para a realização dos planos da empresa.

Quadro 2.1.3 Identidade Empresarial

Missão		
Atuar no mercado de energia de forma integrada, rentável e sustentável.		
Visão		
Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.		
Valores		
Foco em resultados Sustentabilidade	Empreendedorismo e inovação Valorização e comprometimento das pessoas	Ética e transparência
Declaração de Posicionamento Estratégico da Eletrosul		
Eletrosul 2030: Uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica.		

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

2.2 Composição Acionária do Capital Social

Em 31/12/2018, a Eletrosul apresenta a seguinte estrutura societária:

Quadro 2.2.1 Composição Acionária

Acionistas	Quantidade de ações	Capital Social (R\$ Mil)	% de participação
Eletrobras	102.212.728	4.353.915	99,8782
Usiminas	57.901	2.466	0,0566
CEEE	49.519	2.109	0,0484
Copel	14.195	605	0,0139

Acionistas	Quantidade de ações	Capital Social (R\$ Mil)	% de participação
Celesc	1.544	66	0,0015
CSN	1.194	51	0,0012
Outros	320	14	0,0003
Total	102.337.401	4.359.226	100,00

Fonte: Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)

2.3 Participação em Outras Sociedades

Transmissão

A Empresa participa em Sociedades de Propósito Específicos (SPE) de transmissão, que somadas correspondem a 1.449,39 km de linhas de transmissão (dados referentes a dezembro de 2018), conforme demonstrado a seguir:

Quadro 2.3.1 Sistema de Transmissão das Empresas Controladas

SPE	Participação
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE	51%
Transmissora Sul Brasileira de Energia - TSBE	100%
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	51%
Paraíso Transmissora de Energia S/A	100%

Fonte: Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)

Geração

Com relação aos empreendimentos de geração, a Eletrosul investe em três empreendimentos em parceria por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 2.3.2 Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica

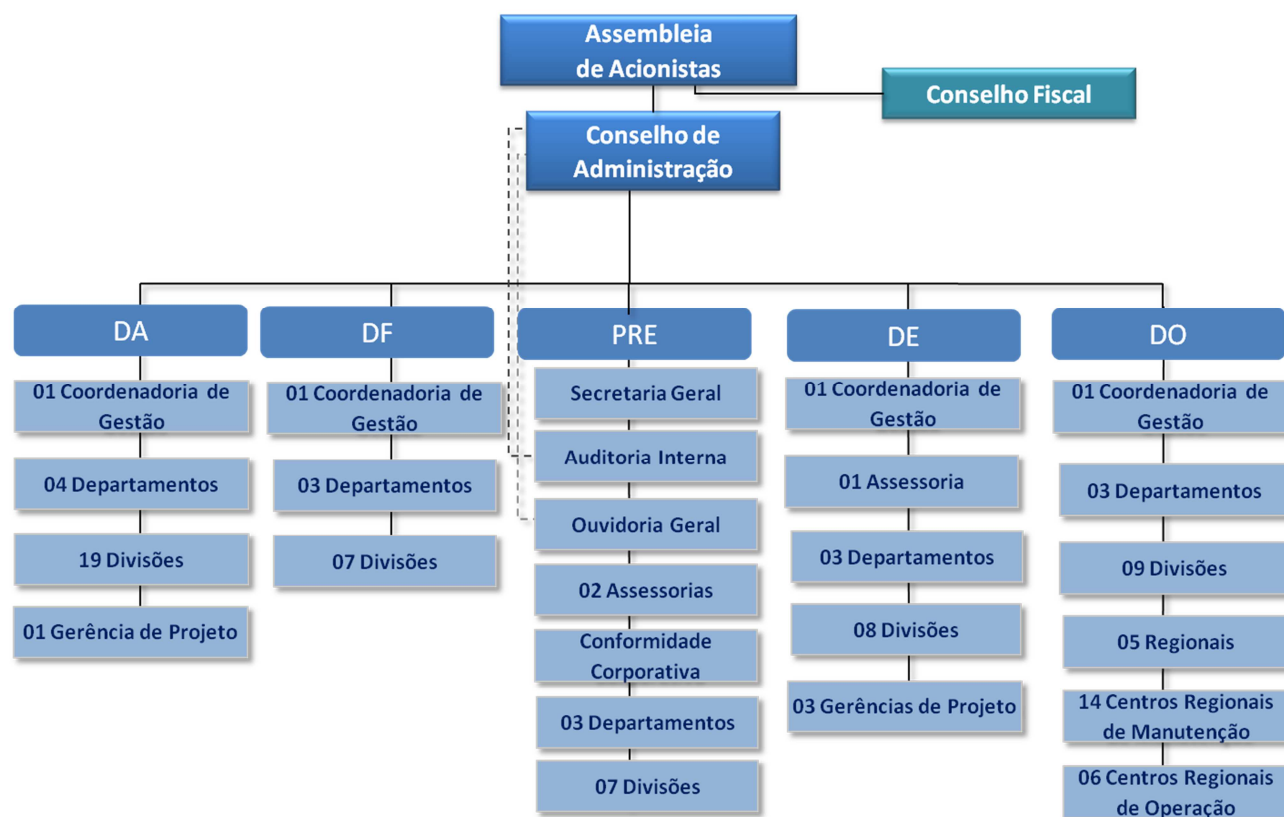
Usina	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada em Operação Comercial (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade (%)	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional
SPE's	5.649,20	5.595,20	3.148,00	-	1.219,56	680,32
UHE Jirau	3.750,00	3.750,00	2.205,60	20,00	750,00	441,12
UHE Teles Pires	1.820,00	1.820,00	930,70	24,72	449,90	230,07
Livramento Holding	79,20	25,20	11,70	78,00	19,66	9,13

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

2.4 Estrutura Organizacional

A seguir apresentamos a estrutura formal resumida da Eletrosul:

Figura 2.4.1 Estrutura Organizacional



Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Descrição Resumida do Perfil de cada Dirigente

Diretoria Executiva

Conforme disposição estatutária, a Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Eletrosul.

	<p>Diretor-Presidente</p> <p>Gilberto Odilon Eggers é graduado em Ciências Econômicas, com pós-graduação em Administração e especialização em Desenvolvimento Empresarial. Com mais de 25 anos de experiência no segmento de energia, foi nomeado para a Presidência da Eletrosul em março de 2017.</p> <p>Compete à Presidência orientar as estratégias empresariais e a representação da Eletrosul, e coordenar as ações da Diretoria Executiva com vistas a assegurar o funcionamento integrado da Empresa e a execução do seu objeto social.</p>
	<p>Diretor Administrativo</p> <p>Jaime de Souza é graduado em Direito e possui mais de 45 anos de experiência na área jurídica e na administração pública. Foi nomeado para a Diretoria Administrativa da Eletrosul em setembro de 2017.</p> <p>É missão da Diretoria Administrativa administrar de forma econômica, competitiva e temporal a gestão organizacional, de pessoas, de informação, de suprimentos corporativos e de infraestrutura predial, bem como as relações trabalhistas e sindicais, objetivando maximizar os resultados empresariais.</p>
	<p>Diretor de Engenharia</p> <p>Marcos Romeu Benedetti é graduado em Engenharia Elétrica, com mestrado em Ciências da Computação, MBA de Gestão em Mercado de Energia Elétrica, e especializações em Engenharia de Comunicação de Dados e em Engenharia de Segurança do Trabalho. É empregado de carreira da Eletrosul, admitido em 1989. Com mais de 30 anos de experiência no segmento de energia, foi nomeado para a Diretoria de Engenharia em novembro de 2018.</p> <p>Compete à Diretoria de Engenharia assegurar a otimização e expansão dos negócios da Empresa.</p>
	<p>Diretor Financeiro, interino</p> <p>Tomé Aumary Gregório é graduado em Ciências Contábeis, com pós-graduação em Economia e Gestão de Empresas e mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas. Empregado de carreira da Eletrosul desde 1976, foi nomeado interinamente para a Diretoria Financeira em maio de 2016.</p> <p>É missão da Diretoria Financeira gerenciar os recursos econômico-financeiros visando maximizar, de forma sustentável, os resultados empresariais.</p>
	<p>Diretor de Operação</p> <p>Rogério Bonini Ruiz é graduado em Engenharia Civil, com especialização em Estruturas e mestrado em Engenharia Civil. Empregado de carreira da Eletrosul desde 2008, foi nomeado para a Diretoria de Operação em agosto de 2016.</p> <p>Compete à Diretoria de Operação assegurar a operação, manutenção e a telemática do sistema elétrico de transmissão e geração da Empresa.</p>

Conselho de Administração

	<p>Wilson Ferreira Junior é Presidente da Eletrobras e do Conselho de Administração da Eletrosul desde julho de 2016. Graduado em Engenharia Elétrica e em Administração de Empresas, possui mestrado em Energia e várias especializações, dentre as quais Engenharia de Segurança do Trabalho, Marketing e Administração de Distribuição de Energia Elétrica.</p>
	<p>Gilberto Odilon Eggers é graduado em Ciências Econômicas, com pós-graduação em Administração e especialização em Desenvolvimento Empresarial. Com mais de 25 anos de experiência no segmento de energia, ocupa assento no Conselho de Administração da Eletrosul desde março de 2017, oportunidade em que foi também nomeado para a Presidência da Eletrosul.</p>
	<p>Celso Knijnik é arquiteto e pós-graduado em Gerenciamento de Projetos de Infraestrutura e Qualidade na Construção. Foi secretário de Obras do município de Porto Alegre e assessor do Ministério de Minas e Energia (MME), onde coordenou o Eixo de Energia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Atuou como coordenador geral de Energia na Casa Civil da Presidência da República e ocupou a Diretoria do Programa de Energia do Plano de Aceleração do Crescimento no Ministério do Planejamento. É conselheiro de administração na Eletrosul desde agosto de 2011.</p>
	<p>Rita de Cássia Pandolfi Camara Gagliardi é graduada em Administração de Empresas e em Pedagogia, com pós-graduação em MBA para Executivos e MBA em Gestão para Excelência. Empregada de carreira da Eletrosul desde 1989, atuou na área de Gestão de Pessoas, na Assessoria de Gestão Empresarial e foi analista de negócios na Assessoria de Regulação, Negócios e Gestão de Participações. Possui experiência na área de modelo de gestão empresarial, tendo atuado como instrutora de autoavaliação da Gestão. Participa desde 2001 do Núcleo Catarinense do Programa Nacional da Gestão Pública – GESPÚBLICA. Foi eleita conselheira de administração representante dos empregados em maio de 2017, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.</p>
	<p>Ricardo Moura de Araujo Faria é graduado em Comunicação Social, possui pós-graduação em Gestão Empresarial e em Defesa da Concorrência, além de mestrado em Economia do Setor Público. Especialista em Política Regulatória, é servidor da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Foi nomeado, em julho de 2016, como titular da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais do Ministério de Minas e Energia. É conselheiro de administração na Eletrosul desde setembro de 2016.</p>
	<p>Marcelo Drügg Barreto Vianna é graduado em Engenharia Civil, com especialização em Engenharia Econômica, mestrado em Hidráulica e Saneamento e Ph.D. em Engenharia com Certificação de Doutorado em Engenharia. Possui Certificação de Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com larga experiência na atividade, foi eleito como conselheiro de administração independente na Eletrosul em novembro de 2018.</p>



Armando Casado de Araujo é bacharel em Administração, especialista em Administração Financeira, possuindo também MBA Executivo em Finanças e MBA Executivo Internacional. Com mais de 30 anos de experiência no setor elétrico, é funcionário de carreira da Eletrobras Eletronorte, desde 1977. É membro do Conselho de Administração da Eletrosul desde julho de 2016.

Fonte: Secretaria Geral (SGE)

2.5 Ambiente Externo

O ambiente macroeconômico apresentou continuidade dos efeitos da recessão iniciada em 2016, com a inflação abaixo da meta – IPCA observado de 3,75% a.a. contra uma meta de 4,5% a.a., e crescimento econômico muito baixo, de apenas 1,1%, com destaque à indústria, que apresentou crescimento de apenas 0,6%, que indica que a recuperação cíclica da economia brasileira acontece de maneira mais lenta do que a desejável.

A conjuntura de baixo crescimento permitiu que o Banco Central do Brasil (BCB) reduzisse a taxa de juros em quase 8 pontos percentuais desde que se iniciou o último ciclo de expansão monetária, com a taxa Selic chegando ao nível de 6,5% a.a. Neste contexto, a taxa de câmbio oscilou entre 3,14 e 4,18, chegando ao final do ano em 3,87. A forte oscilação ocorreu principalmente no período eleitoral, diante das incertezas da condução da política econômica do futuro governo.

Neste cenário, a Eletrosul apresentou relevante redução de suas despesas financeiras (46%), decorrente de abatimento de dívida por dação de SPEs, ocorrida entre dezembro de 2017 e junho de 2018. As despesas financeiras são geradas principalmente por financiamentos atrelados a taxa de juros flutuantes (67%), indexadores de inflação (22%) e câmbio (9%). Em dezembro de 2018 foi realizada uma captação de recursos do Banco KFW com repasse da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 282 milhões, indexado a dólar.

Destacam-se em 2018, os seguintes empreendimentos: Lotes “A” e “E” do Leilão nº 004/2018. As instalações que compõem o lote “A” tinham por objetivo viabilizar a conexão de futuros parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul e aliviar o carregamento das transformações 230/69 KV da região central de Porto Alegre. Já o Lote “E” contempla instalações no estado do Mato Grosso do Sul, compostas de duas novas linhas de transmissão e uma nova subestação.

Objetivando aumentar a competitividade na execução das obras do Lote “A”, haja vista o desafio de engenharia e alto valor envolvido no empreendimento, a Eletrosul elaborou Chamada Pública, em 2016, para obter parceiro(s) investidor(es). Em decorrência desta Chamada Pública, a Eletrosul iniciou negociações com empresas chinesas, contudo, em 2018 houve a desistência das chinesas na continuidade da parceria.

Assim, em setembro de 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu pela caducidade do mencionado Lote e determinou a abertura de um processo administrativo para execução da garantia de fiel cumprimento. A Eletrosul entrou com um recurso administrativo, que foi negado pela ANEEL, mantendo a decisão de caducidade do Lote A. Em outubro de 2018 o Ministério de Minas e Energia (MME) declarou a caducidade do mesmo e recomendou à ANEEL adotar as providências cabíveis.

Diante do presente cenário de caducidade da concessão, a Eletrosul está exposta às penalidades previstas pela ANEEL: (i) advertência, (ii) multa, (iii) execução da garantia de fiel cumprimento, (iv) suspensão por até 2 anos de participar de leilões e receber autorizações e (v) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A ANEEL por meio da Nota Técnica 759/2018-SCT/ANEEL, recomendou a multa da Eletrosul em 8% do total do investimento do Lote A, contudo é difícil quantificar as penalidades que de fato serão aplicadas, haja vista que o argumento da ANEEL para o percentual de multa apresentado, na visão da Eletrosul, carece de respaldo legal. Diante disso, por meio de argumentos de defesa, a Eletrosul pode conseguir redução ou abrandamento de algumas penalidades.

As seguintes alternativas foram propostas para mitigação dos riscos e prejuízos: (a) contratação de profissional especializado contra a aplicação da multa, e (b) abertura de Chamada Pública para seleção de empresas interessadas em constituir modelo de negócio para os lotes 10, 11, 12 e 13 do Leilão nº 004/2018 (subdivisões do Lote “A”), buscando assim, o ressarcimento dos investimentos realizados pela Eletrosul no Lote A, dentre eles, os gastos realizados com os licenciamentos.

Adicionalmente, outras medidas de mitigação estão sendo tomadas: (a) negociação com outros vencedores do Leilão 004/2018 dos empreendimentos compreendidos no antigo Lote “A” do Leilão nº 004/2014 para, da mesma forma, tratar de recuperar outros investimentos realizados pela Eletrosul; (b) reporte semanal à Diretoria e mensal ao Conselho de Administração; (c) análise da possibilidade do chamamento do profissional de notório saber para condução do procedimento administrativo junto à ANEEL; (d) análise das demais contingências financeiras advindas do processo de sancionamento.

Quanto ao Lote E (sem caducidade decretada), a Eletrosul também abriu processo de Chamada Pública para seleção de empresas interessadas na aquisição de 100% de suas ações na SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A. Em razão da não apresentação de propostas até agosto de 2018, a Eletrosul executou novo processo de Chamada Pública, o que resultou na aceitação da proposta da empresa JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

Em outubro de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária da Eletrosul aprovou a transferência das ações da Eletrosul na SPE Paraíso para a JAAC, condicionada à aprovação da ANEEL, e em novembro de 2018 foi protocolizado o Plano para a Transferência da Concessão junto à ANEEL. Desde então, as empresas envolvidas na negociação têm prestado informações e provendo os documentos demandados pela ANEEL referentes ao processo de transferência do Lote E.

O mercado de energia elétrica foi marcado em 2018 pela manutenção de Preços de Liquidação das Diferenças (PLDs) elevados, cuja média anual foi de R\$ 288/MWh, decorrente do baixo nível de aflúncias e reservatórios, que levaram ao maior despacho de térmicas, com preços mais elevados, para atendimento da demanda.

O baixo nível dos reservatórios resultou na menor produção de energia hidrelétrica frente à garantia física estabelecida para as usinas no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse déficit de geração, conhecido pela sigla GSF (*Generation Scaling Factor*), ficou em 81,6%, reduzindo a energia disponível das hidrelétricas da Empresa.

Por meio da repactuação do risco hidrológico relativo às usinas contratadas no Ambiente de Contratação Regulada (UHE Passo São João, UHE Governador Jayme Canet Júnior e UHE São Domingos) e a adoção da estratégia de alocar parte da energia para formação do chamado “*hedge*”

hidrológico”, foi possível mitigar os efeitos financeiros do GSF e manter a estabilidade do fluxo de receitas.

Além do GSF e PLDs elevados, o mercado permaneceu judicializado: agentes de geração mantiveram as liminares que os protegeram contra os efeitos dos baixos níveis de geração hidrelétrica, ficando isentos de honrarem seus compromissos na liquidação financeira do mercado de curto prazo (MCP), promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Consequentemente, a inadimplência média no MCP foi de 97% em 2018.

Outro desafio foi a revenda da energia adquirida das SPE Energia Sustentável do Brasil (UHE Jirau), Consórcio Hidrelétrico Teles Pires e SPE Hermenegildo I, II, III, Chuí IX, cujos montantes representam um percentual significativo do portfólio da Eletrosul.

2.6 Modelo de Negócio (ou cadeia de valor)

Conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, artigo 8º, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência: IX – “Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade”.

Sendo assim, em 2018 a Eletrosul publicou o Relatório de Sustentabilidade 2017, e em 2019, publicará o Relatório de Sustentabilidade 2018, não apresentando assim, a determinação de materialidade das informações nem a descrição dos limites do Relato, conforme preconiza a estrutura do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

Contudo, abaixo apresentamos o Modelo de Negócios da Eletrosul, diagrama customizado do Modelo de Criação de Valor Eletrobras, publicado por meio do Relatório Anual Eletrobras 2017, o qual segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), na versão G4.

Figura 2.6.1 Modelo de Criação de Valor Eletrosul



Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

2.7 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

Os principais eventos societários ocorridos na Eletrosul em 2018 foram:

Alienações de participações societárias – ativos mantidos para venda

Em junho de 2018, após o atendimento de todas as condições previstas nos Termos de Dação em Pagamento firmado com sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), a Companhia concluiu a alienação da totalidade da participação societária nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) mantidas para venda: Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. e Uirapuru Transmissora de Energia S.A. O valor da operação foi de R\$ 23.115 mil e R\$ 63.489 mil, respectivamente.

Combinação de Negócios - Permuta de Ações

Em agosto de 2018, a Eletrosul transferiu para a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) os seus 49% da participação societária que detinha na Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., e os seus 20% que detinha na Marumbi Transmissora de Energia S.A., recebendo 20% da participação da COPEL na Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE), correspondente a 20% do capital votante. Antes da permuta das ações, a Eletrosul detinha 80% do capital social da TSBE. Após a conclusão do processo, a Eletrosul ficou com a totalidade da participação, e, com isso, passou a ter o controle da companhia. A Copel, por sua vez, ficou com a totalidade das ações da Marumbi Transmissora de Energia S/A e da Costa Oeste Transmissora de Energia S/A. A permuta de ações ocorreu sem qualquer tipo de pagamento (permuta sem torna).

SPE Paraíso - Leilão ANEEL 004/2014 (Lote E)

A Companhia realizou chamada Pública para seleção de empresas interessadas na aquisição de 100% (cem por cento) das ações da Eletrosul na SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A, concessionária dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica decorrentes do Leilão ANEEL nº 004/2014 - Lote E, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. A Chamada Pública resultou com aceitação da proposta da empresa JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

Em outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A. para a empresa JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

A Companhia aguarda a conclusão da ANEEL acerca do pleito para a transferência de controle acionário da SPE Paraíso para a JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão ANEEL Nº 001/2015 - Leilão Nº 004/2014 (Lote A)

Em novembro de 2015, a Eletrosul, por meio de Edital de Chamada Pública para Investidores, tornou pública sua intenção de selecionar empresas interessadas em compor parceria para a implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica decorrentes do Leilão ANEEL nº 004/2014.

No que diz respeito ao Lote A, a Eletrosul e a Shanghai Electric Group Co. Ltd. assinaram Acordo Estruturante com objetivo de transferir 100% (cem por cento) dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, objeto do contrato de concessão ANEEL Nº 001/2015 (Leilão ANEEL nº 004/2014 – Lote A), da Eletrosul para a SZE Transmissora de Energia S. A, sociedade de propósito específico criada pela Shanghai Electric Group Co. Ltd.

Entretanto, em setembro de 2018 a Shanghai Electric Group Co. Ltd informou à ANEEL, por meio da correspondência protocolada, que desistiu da negociação e não entregará a Garantia de Fiel Cumprimento ao Contrato de Concessão ANEEL Nº 001/2015.

Conforme Despacho nº 2.194, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME proposta de declaração de caducidade do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante deste fato, a Companhia impetrou pedido de reconsideração.

A ANEEL, em reunião realizada em outubro de 2018, decidiu não acolher o pedido interposto pela Eletrosul, mantendo o despacho 2.194/2018 em sua integridade. A Diretoria da ANEEL determinou ainda à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição (STC), da própria ANEEL, que avalie a possibilidade de aproveitar as licenças ambientais de instalação, projetos e outros aspectos que possam favorecer a celeridade da instalação, e, neste caso, indenizando a Eletrosul, no que for possível e viável, pelas despesas incorridas a este título.

Em outubro de 2018, conforme Portaria nº 466, o MME acatou a recomendação da ANEEL, constante do Despacho nº 2.194, de setembro de 2018, e declarou a caducidade do Contrato de Concessão nº 001/2015.

3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A seguir, será apresentado o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, o qual de aplica à Eletrosul, no que tange a descrição dos principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão da Eletrosul em 2018.

3.1. Principais Objetivos Estratégicos

O processo vinculado ao planejamento estratégico das empresas Eletrobras encontra-se sob a coordenação da *holding*, que realiza as revisões do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras (PE), bem como a avaliação e monitoramento da implementação do referido plano, o qual encontra-se disponível por meio do link:

<https://eletrobras.com/pt/GestaoeGovernancaCorporativa/2014-11-26%20PE%20Sist%20ELB%202015-2030%20Caderno%20Executivo%20INTERNET.pdf>

Para elaboração desse PE 2015-2030 (vigente em 2018) foram avaliados diversos cenários, atratividades dos negócios no mercado de energia, potencialidades existentes nas empresas Eletrobras e aspirações de nossos acionistas. Foram elaboradas, ainda, projeções para apoiar as decisões quanto ao portfólio de negócios, a revisão da Identidade Empresarial (Missão, Visão e Valores) e o estabelecimento de Diretrizes, Objetivos e Estratégias para o período de 2015-2030.

Os principais componentes deste Plano estão representados na figura a seguir em uma visão de conjunto:

Figura 3.1.1 Visão de Conjunto



Fonte: Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030

Para cumprir sua Missão e realizar a sua Visão de Futuro (citados no item 2.1. Identificação e declaração da missão e visão da Eletrosul), no período de 2015 a 2030, a Eletrobras orientou a atuação das empresas Eletrobras por meio de cinco Diretrizes Estratégicas: Desempenho Econômico-Financeiro Superior, Expansão Sustentável, Eficiência Operacional, Excelência em Pessoas e Cultura de Excelência e Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão.

Nesse modelo, foram definidos 14 Objetivos Estratégicos a serem alcançados, associados a cada uma das diretrizes para atuação. E para o cumprimento desses objetivos foram definidas 32

estratégias (linhas de ação) que devem ser implementadas para que as empresas Eletrobras consigam alcançar seus objetivos.

O quadro a seguir apresenta as cinco Diretrizes Estratégicas de Atuação, o desdobramento dos 14 Objetivos Estratégicos em Estratégias:

Quadro 3.1.1 – Objetivos Estratégicos vinculados às Diretrizes do PE 2015-2030

Diretrizes Estratégicas de Atuação	Objetivos Estratégicos	Estratégias
Desempenho Econômico-Financeiro Superior	Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades	Aprimorar a gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos
	Garantir a sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras	Adequar a estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras
Expansão Sustentável	Ampliar os negócios de GT de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Liderar projetos estratégicos e estruturantes em G
		Liderar projetos estratégicos e estruturantes em T
		Crescer de forma orgânica em G Hídrica, Eólica e Térmica a Gás Natural
		Crescer de forma orgânica em Transmissão
		Desenvolver novos projetos de G nuclear
		Avaliar oportunidades de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil
		Desenvolver o negócio de prestação de serviços
	Expandir seletivamente a atuação internacional em GT, alinhada com os negócios da companhia	Prospecutar oportunidades no exterior
Eficiência Operacional	Intensificar a atuação integrada em P&D+I e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	Desenvolver portfólio de experimentos
	Aprimorar os negócios de GTD de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de G
		Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de T
		Adequar a estrutura de custos à nova regulamentação do setor elétrico
		Buscar atendimento de parâmetros regulatórios em G, T e D, com gestão ativa por contrato de concessão
		Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I (Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação), considerando os aspectos de financiamento
		Aprimorar o processo de comercialização de energia, contribuindo para a maximização da rentabilidade

Diretrizes Estratégicas de Atuação	Objetivos Estratégicos	Estratégias
	Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas	Desenvolver plano de atuação regulatória e institucional
Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência	Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras	Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultado e competências
		Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de desenvolvimento dos empregados e da gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras
	Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial organizacional do Sistema Eletrobras	Desenvolver métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas
Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão	Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	Desenvolver competências da <i>holding</i> para garantia da atuação integrada do Sistema
		Revisar lógica societária das empresas do Sistema Eletrobras
		Adequar estrutura organizacional das empresas do Sistema Eletrobras
		Reforçar e eficientizar processos e sistemas de informação
		Desenvolver e implantar CSC / CSF (Centro de Serviços Compartilhados / Centro de Serviços Financeiros)
	Aprimorar a governança competitiva, baseada nas melhores práticas do mercado	Fortalecer estatutos da <i>holding</i> e das subsidiárias
		Reforçar atuação dos Conselhos de Administração
	Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	Equacionar situação das Distribuidoras
		Criar, aprimorar e integrar instrumentos e condições para estruturação e gestão das parcerias e dos negócios do Sistema Eletrobras
	Garantir que os empreendimentos sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	Alinhar práticas para garantir atuação sustentável
	Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade	Promover propósito e identidade comum ao Sistema Eletrobras

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica (quadro adaptado do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030)

3.2. Planos para Implementar as Prioridades Estratégicas da Gestão

O desenvolvimento das estratégias definidas no Plano Estratégico (PE) se dá por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), elaborado pela Eletrobras *holding*, e a participação das empresas controladas, a exemplo da Eletrosul, dá-se por meio do desdobramento das estratégias, diretrizes e premissas contidas no PE e no PDNG da Eletrobras, em seus Planos de Negócios e Gestão (PNGs), ocasião na qual as empresas desenvolvem efetivamente a atividade de planejamento.

Em dezembro de 2017, a Eletrosul aprovou formalmente o Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2018-2022. Posteriormente, a Versão 2.0 do PNG 2018-2022 foi aprovada pela Resolução de Diretoria RD-1749-10, de 03/04/2018 e pela Deliberação do Conselho de Administração DCA 428-03, de 08/05/2018. Essa segunda versão apresentou alterações específicas em indicadores, protocolos e metas contidos no Contrato de Metas de Desenvolvimento Empresarial (CMDE) vigente na sua aprovação; em projetos relacionados ao Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes das Empresas Eletrobras (RVA) 2018 na Eletrosul; e em apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pelas Empresas Eletrobras.

Os projetos/iniciativas deste Plano de Negócios e Gestão 2018 da Eletrosul serão apresentados no item “5.2. Principais programas e projetos/iniciativas” deste Relatório de Gestão.

3.2.1. Resumo dos principais pontos tratados na Carta Anual de Políticas Públicas e na Carta Anual de Governança Corporativa 2018

Em atendimento à Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e ao Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, onde as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem observar requisitos de transparência em atendimento ao interesse coletivo, a Eletrosul aprovou formalmente sua Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2018 em maio de 2019.

A carta relata, dentre outros, o interesse público subjacente às atividades empresariais, onde são destacados, no que couberem, os princípios gerais da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e suas alterações posteriores, além da Lei nº 13.303, de 2016 e sua regulamentação, bem como as políticas e normas estabelecidas pela Eletrobras e o objeto social da Eletrosul.

Descreve também o alinhamento da empresa às Políticas públicas do Governo Federal, com valores de investimentos em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Outro fator preponderante relatado na carta trata das metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendem aos objetivos de políticas públicas. A carta apresenta ainda o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE) 2018-2022, que faz parte do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras, celebrado entre a Eletrobras *holding* e suas controladas, no qual são estabelecidas metas de desempenho econômico-financeiro, operacional, de gestão, governança e socioambientais para um horizonte de cinco anos, que são avaliadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

No que se refere a recursos para custeio das políticas públicas, a empresa necessita incluir seu orçamento de investimento na Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser aprovada, anualmente, pelo Congresso Nacional. Além disso, seu Programa de Dispendios Globais (PDG) (fontes e usos) é aprovado por decreto presidencial anualmente. A metodologia de apuração do orçamento legal é estabelecida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e difere em alguns aspectos das regras da Contabilidade Societária.

Em relação aos impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas, a Eletrosul investiu em participações societárias o montante de R\$ 122 milhões em 2018 - 24,5% a menos que o investido em 2017. Estes investimentos foram efetuados principalmente em SPEs de geração. Já os investimentos financeiros em ativo imobilizado próprio de transmissão e geração, atingiram o montante financeiro de R\$ 74 milhões - 16,8% inferior ao montante de R\$ 89 milhões investido em 2017.

Quanto à gestão de controles internos e de gerenciamento de riscos, a empresa mantém estrutura interna com a responsabilidade de orientar o mapeamento e o monitoramento dos riscos pelas áreas proprietárias de risco; e atualizar a Matriz de Riscos, sob a coordenação da *holding*, em conjunto com as demais empresas Eletrobras.

Como fatores de risco, a arquitetura utilizada para o tratamento dos riscos abrange a gestão integrada de riscos, que permite melhor avaliação de riscos e dos controles necessários para a sua mitigação.

Em relação ao ambiente de controles internos, a Eletrosul trabalha com uma estrutura que visa assegurar a efetividade e a eficácia de suas operações e de seus processos para proporcionar a confiabilidade dos relatórios financeiros e cumprimento de normas e regulamentos.

A atualização da matriz de riscos resultou na priorização/monitoramento de 13 eventos de riscos que são: Fluxo de Caixa; Demonstrações Contábeis e Financeiras; Formação e Gestão do Contencioso; Fundos de Pensão; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Gestão de Negócios Corporativos; Gestão do Negócio de SPEs; Comercialização de Energia; Revisão Tarifária na Transmissão; Administração de Pessoal; Fraude e Corrupção; Operação na Transmissão; e Manutenção na Transmissão.

A Eletrosul, em relação a sua governança, cumpre atribuições definidas em seu Estatuto Social e em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e com a Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais), em que apresenta sua Alta Administração, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A empresa conta, ainda, com a atuação do Conselho Fiscal, órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos de seus administradores, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. As práticas de governança vêm sendo aprimoradas com base no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

As políticas e práticas de governança possuem foco na transparência da gestão, no relacionamento com seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com seu Código de Ética. A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, sendo composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e demais estruturas de apoio à governança corporativa.

As atividades desenvolvidas pela empresa na condução de seus negócios abrange a realização de estudos e projetos, construção e operação de instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investimento em pesquisa e desenvolvimento, fomento ao uso de fontes alternativas de energia, serviços de telecomunicação e outros atos de comércio decorrentes dessas atividades. Além disso, a empresa também atua na área de comercialização de energia elétrica.

A prática de remuneração adotada pela empresa tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da companhia. A composição da remuneração dos administradores da Eletrosul é fixada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que encaminha os limites aprovados das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração), para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Na carta em referência, a Eletrosul descreve seu desempenho econômico-financeiro, onde a receita bruta registrada alcançou R\$ 2.339 milhões, com redução de 0,1% se comparada ao ano de 2017, a qual se deve, principalmente, ao menor volume de receita de construção de Transmissão, pelo menor volume de investimentos, bem como redução no volume de receita relativa à indenização de Transmissão da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Os ativos financeiros registrados sob a rubrica “Ativo Financeiro”, a partir de 01º de janeiro de 2018, passaram a ser classificados como mensurados a valor justo por meio de resultado, em conformidade com o CPC 48. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

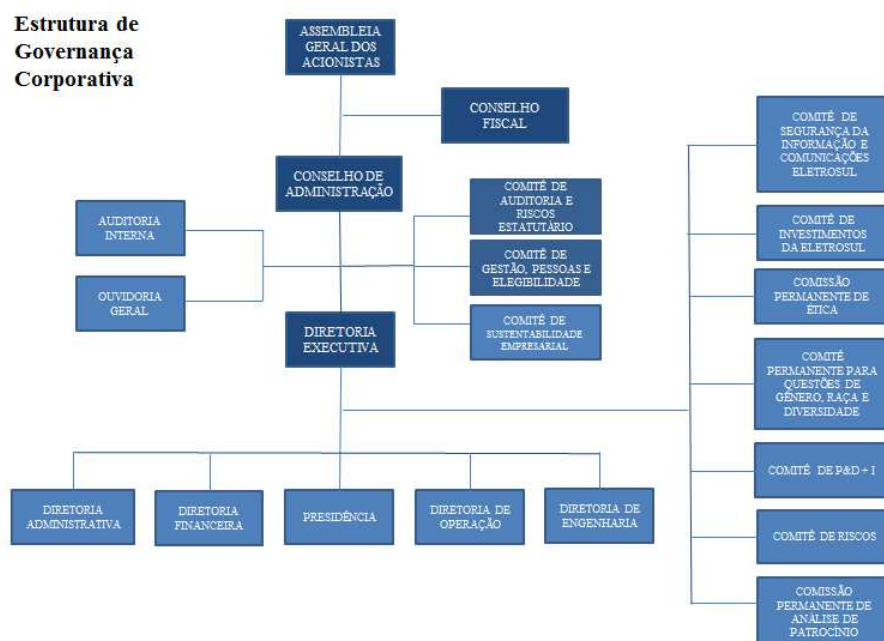
Em maio de 2019, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração aprovaram a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2018 da Eletrosul, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, a qual encontra-se disponível no sítio da Eletrosul, por meio do link abaixo:

<http://www.eletrosul.gov.br/files/files/investidores/governanca-corporativa/carta%20anual/Carta%20Anual%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20e%20Governan%C3%A7a%20Corporativa%20Eletrosul%202018.pdf>

3.3. Descrição das Estruturas de Governança

A Eletrosul em relação a sua governança cumpre atribuições definidas em seu Estatuto Social e em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e com a Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais), em que apresenta sua Alta Administração, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A empresa conta, ainda, com a atuação do Conselho Fiscal, órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos de seus administradores, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. As práticas de governança vêm sendo aprimoradas com base no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Figura 3.3.1 Estrutura de Governança Corporativa



Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Assembleia Geral dos Acionistas

A Assembleia Geral dos Acionistas é convocada e instalada de acordo com a legislação pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul.

A mesa que dirige os trabalhos da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher e por um secretário escolhido entre os presentes. Tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa e adotar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e o seu desenvolvimento.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Eletrosul, órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa, é composto por sete membros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções consecutivas.

Integram o colegiado um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na forma da legislação vigente; um conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente; um conselheiro de administração indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente; e quatro conselheiros indicados pela Eletrobras, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

O Conselho tem a função de delegar à Diretoria Executiva autoridade para a gestão dos negócios, incluindo temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social, e tem a função de dar direcionamento estratégico, orientar e acompanhar os resultados dos principais programas e projetos aprovados.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é um dos órgãos responsáveis pela Administração da Empresa, conforme definido no Estatuto Social da Eletrosul. É composta por quatro Diretorias (Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação) e uma Presidência, sendo que as responsabilidades inerentes a cada um desses órgãos estão descritas nas Normas Organizacionais de cada Diretoria e da Presidência. As Diretorias e a Presidência são os órgãos responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle de atividades específicas de suas áreas de atuação.

Conselho Fiscal

Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrobras Eletrosul e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada estatutariamente ao Conselho de Administração, possui suas atribuições e competências estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo referido Colegiado. Suas atividades são realizadas com base nas melhores práticas de auditoria, preconizadas internacionalmente, e estão previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da empresa e à Controladoria-Geral da União (CGU), por meio do Relatório Mensal de Atividades da Auditoria Interna e, anualmente, por meio do Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAINT)

Ouvidoria

A Ouvidoria Geral, vinculada ao Conselho de Administração da Eletrosul, mantém canal de relacionamento pessoal e interativo com os públicos internos e externos, com o propósito de receber, analisar e encaminhar, reclamações, elogios, sugestões e solicitações de informações decorrentes de procedimentos da atuação da empresa, com o objetivo de buscar soluções a essas demandas com a maior brevidade possível, sempre observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos internos e da transparência.

A Ouvidoria atua em consonância com as orientações da Ouvidoria Geral da União, atende às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* e está igualmente comprometida com a política de sustentabilidade e com as boas práticas de governança corporativa.

Desde agosto de 2017, as denúncias passaram a ser recebidas por um canal externo de denúncias das empresas Eletrobras, sendo uma ferramenta específica e oficial para o recebimento de denúncias relativas a fraudes, corrupção ou outro tipo de irregularidade. O tratamento das manifestações é realizado pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI), responsável pelo processo de Gestão e tratamento das denúncias, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos internos e da transparência.

Comitês e Comissões

A estrutura de governança da Eletrosul conta com os seguintes Comitês e Comissões:

- Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: órgão estatutário e de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras, tem por finalidade assessorar o Conselho desta Empresa e os Conselhos de Administração das empresas controladas pela Eletrobras no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões dos Conselhos de Administração em relação aos assuntos relacionados à sua área de atuação.

- Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade: vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselhos fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do Conselho de Administração em assuntos relacionados à sua área de atuação.

Conforme Estatuto Social da Eletrosul vigente em dezembro de 2018, Artigo 21, §4º, o Conselho de Administração da Eletrosul contará com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras no que tange às atribuições dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade previstas na Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação.

- Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul: vinculado ao Conselho de Administração da Eletrosul e coordenado pelo Diretor-Presidente, tem objetivo de assessorar a Alta Administração nos assuntos relacionados com a sustentabilidade da Empresa, nas dimensões econômica, social e ambiental, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com as partes interessadas e na imagem da empresa, bem como fomentar a aplicação da Política de Sustentabilidade das empresas Eletrobras.

- Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da Eletrosul: assessora a Diretoria Executiva e propõe normas para implementação das ações de segurança da informação e comunicações da

Eletrosul, formulando e conduzindo diretrizes para a Política de Governança de Tecnologia da Informação.

- Comitê de Investimentos e Negócios da Eletrosul: analisa os projetos de investimentos e desinvestimentos, de forma a garantir a aderência do projeto à estratégia, às políticas de investimentos e de riscos e à estrutura de governança, subsidiando a tomada de decisão pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

- Comitê Permanente para as Questões de Gênero, Raça e Diversidade da Eletrosul: conscientiza, sensibiliza e estimula os gestores e empregados nas questões de gênero e raça, fomentando debates, implantando e monitorando projetos e ações voltados para a mulher, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero e raça.

- Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica: avalia, seleciona e aprecia o andamento dos projetos de pesquisa realizados a cada ano.

- Comitê de Riscos da Eletrosul: assessora a Diretoria Executiva no acompanhamento da Gestão Integrada de Riscos (GIR), auxiliando a área responsável a eleger, validar, aprovar e monitorar os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas.

- Comissão Permanente de Ética da Eletrosul: dissemina o conhecimento e esclarece dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Criado com o intuito de minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, além de fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade. Os padrões de conduta ética estão estabelecidos no Código de Ética das Empresas Eletrobras, amparado pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994 e alterado pelo Decreto 6.029/2007.

- Comissão Permanente de Análise de Patrocínio: Aprova projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência (NLCR). Os projetos institucionais e sociais são selecionados com base nas diretrizes da Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras. Nesse contexto, são apoiadas ações voltadas à cultura, esporte, turismo, emprego e renda, educação, meio-ambiente e ciência e tecnologia.

3.3.1. Informações sobre dirigentes e colegiados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Eletrosul, órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa, é composto por sete membros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções consecutivas.

Integram o colegiado um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na forma da legislação vigente; um conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente; um conselheiro de administração indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente; e quatro conselheiros indicados pela Eletrobras, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Conforme previsto no Estatuto, o Diretor-Presidente da empresa não pode ocupar a presidência do colegiado. O funcionamento do Conselho é disciplinado por Regimento Interno próprio e seus membros devem atender aos atributos necessários ao exercício do cargo, conforme previsto na legislação pertinente.

As reuniões ocorrem, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizerem necessárias.

Os membros do Conselho responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa. Os administradores são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da empresa. Cada Diretoria é responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

É composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores - podendo ser composta por até cinco Diretores – respeitando o mínimo de três membros eleitos pelo Conselho de Administração, para exercerem suas funções em regime de tempo integral, tendo como prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas no máximo três reconduções consecutivas.

O membros da Diretoria Executiva devem ser brasileiros, residentes e domiciliados no país, e atender os requisitos previstos na legislação pertinente. Além desses requisitos, o Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da Eletrosul, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que a controladora ou a companhia tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos na administração e no Conselho Fiscal, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração e vedações.

Os membros da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a empresa.

Conselho Fiscal

Órgão fiscalizador de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de dois anos, permitidas no máximo duas reconduções consecutivas, assim constituído: um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal; um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e um membro e respectivo suplente indicados pela *holding*.

Os membros elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente, ao qual caberá encaminhar à companhia, para cumprimento, as deliberações do órgão, com registro no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

O colegiado reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado.

As decisões são tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de desempate.

3.3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Eletrosul, em consonância com a Política de Auditoria Interna das Empresas Eletrobras, está vinculada diretamente ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário obedecendo à coordenação da Auditoria Interna da *Holding*, e se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder

Executivo Federal, tendo por finalidade verificar a adequação, a eficiência e a eficácia dos sistemas de controles internos, em observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela empresa. Suas atividades estão previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), que se fundamenta em Matriz de Riscos específica.

Os resultados das atividades da Auditoria Interna são reportados, periodicamente, aos Conselhos de Administração e Fiscal, à Presidência da empresa e à Controladoria Geral da União (CGU) e, anualmente, para as mesmas instâncias, por meio do Relatório de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

Conforme estabelece o artigo 46 do Estatuto Social da Eletrosul, os cargos de titular da Auditoria Interna serão exercidos por empregados do quadro de carreira permanente da Eletrosul ou das empresas Eletrobras, estando vinculados diretamente ao Conselho de Administração.

Em observância ao artigo 9º, inciso III da Lei n.º 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), que dispõe sobre regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno a serem adotadas pelas empresas públicas e as sociedades de economia, bem como o disposto no artigo 24º da citada Lei, foi instituído, em maio de 2018, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, como órgão auxiliar do Conselho de Administração, tendo por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Eletrobras e de suas controladas.

Em junho de 2018, por meio da Deliberação do Conselho de Administração da Eletrobras DEL-134/2018, foi aprovada a Política de Auditoria Interna das Empresas Eletrobras, com o objetivo de orientar as atividades desenvolvidas pelas Auditorias Internas das empresas Eletrobras, abrangendo os principais aspectos para o desenvolvimento da função de auditoria interna, bem como o seu relacionamento com as áreas auditadas e com a Alta Administração, no sentido de propiciar a independência e a objetividade necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Auditoria Interna.

A estrutura da Auditoria Interna da Eletrosul é composta por uma Gerência, responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos, e equipe técnica de auditores.

A Auditoria Interna da Eletrosul possui procedimento padrão para o seu produto final - o Relatório de Auditoria Interna, bem como, do processo de acompanhamento das ações para atendimento das recomendações de auditoria, contendo:

- Definição da criticidade dos achados de auditoria;
- Estabelecimento de prazos de atendimento às recomendações da Auditoria Interna;
- Comunicação do Relatório de Auditoria Interna e
- Processo formal de prorrogações de prazo para atendimento das recomendações da Auditoria Interna.

Ainda, em 2018, foi instituído juntamente com a Auditoria da Eletrobras *holding*, um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade no Sistema Eletrobras, visando contemplar o aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho da auditoria, através de integração e padronização dos processos, visando maior eficácia e eficiência da atividade de auditoria interna e facilitando o acompanhamento e a melhoria da qualidade dos serviços prestados às unidades auditadas, a Alta Administração e aos órgãos de controle.

3.3.3. Informações sobre a empresa de Auditoria Independente Contratada

Em 04 de fevereiro de 2014, foi celebrado o Contrato nº ECE-DAC-991/2014, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) e a KPMG Auditores Independentes, como auditor único para as suas Empresas Controladas, para o período de 2014 a 2016, podendo haver prorrogação.

O critério de contratação de auditor único foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, conforme Deliberação DEL-058/2007, de 16.05.2007, e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrosul, conforme Resolução do Conselho de Administração (RCA) 230-09, de 28.06.2007.

Em 19/12/2013, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou:

- a) a homologação do procedimento licitatório para contratação da empresa KPMG Auditores Independentes para o Sistema Eletrobras, no período de 2014 a 2016, objeto da Concorrência DAC nº 01/2013;
- b) a efetivação da contratação, pelo valor total de R\$ 28.833.600,00.

Os serviços de auditoria contratados junto à KPMG foram prorrogados por mais 24 meses. A prorrogação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, conforme DEL-005/2017, de 25.01.2017, pelo valor de R\$ 22.467.251,56.

A KPMG Auditores Independentes, situada à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, na cidade de São Paulo/SP, com filial na Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 57.755.217/0003-90, presta ao grupo Eletrobras os seguintes serviços:

- Serviços regulares e especiais de auditorias independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais CPC e CVM e IASB/SEC, dos exercícios de 2014 a 2018, e a Revisão das Informações Trimestrais (ITRs) de tais exercícios. Inclui também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID) emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, além do exame dos controles internos segundo normas do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON) e da Lei Norte-Americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), com a emissão de relatórios requeridos.

Os serviços descritos acima são prestados para o grupo Eletrobras e rateados para as empresas com base no ativo total apurado no exercício de 2013. O percentual de rateio para a Eletrosul ficou em 4,93%.

Conforme determinado na Cláusula Terceira do Contrato, para a prestação dos serviços a KPMG Auditores Independentes seguirá os padrões e normas de auditoria internacionalmente aceitos, obedecendo, também, aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Poder Concedente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON), pela Receita Federal do Brasil (RFB), pelas Agências Internacionais de Financiamento, tais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pela *Securities And Exchange Commission* (SEC) e pelo *The Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), ambos dos Estados Unidos da América do Norte, observados os Princípios Contábeis adotados no Brasil, os Princípios Contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América do Norte (US GAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), além de observar as demais normas, procedimentos e requerimentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Tribunal de Contas da União (TCU), e do *International Accounting Standards Board* (IASB).

3.3.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A Eletrosul inclui os Procedimentos Disciplinares e Apurações Diretas no Sistema CGU-PAD conforme Norma de Gestão do Processo de Apuração Disciplinar (PAD) – NG-118, que se encontra vigente, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido

sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pelas Normas de Gestão NG-58 e NG-118, e pelas orientações constantes no documento interno Procedimentos de Gestão (PG) 058 (estabelece o procedimento a ser adotado para a concessão de elogio e de penalização ao empregado), Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. No exercício de 2018 houve 01 (uma) ocorrência, sendo de Procedimento Disciplinar.

Conforme Norma de Gestão (NG) 118, item 5.2.1.2, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deve ter participação obrigatória de três empregados, incluindo o Presidente indicado no ato de designação, sendo: um empregado lotado na mesma Diretoria do empregado responsável pela suposta falta disciplinar; um empregado do órgão de Gestão de Pessoas; um empregado do órgão Jurídico. Ainda, conforme item 3.2, essa Comissão terá um representante sindical. Em 2018, ocorreu um incidente passível de PAD, sendo necessária a instituição de uma Comissão composta por um empregado lotado na mesma Diretoria do empregado investigado, um empregado do órgão de Gestão de Pessoas, um empregado do órgão Jurídico e o representante do sindicato. A Apuração Direta é realizada pelo Gerente de Departamento do empregado e o órgão de Gestão de Pessoas.

Os fatos apurados no Procedimento Disciplinar e providências foram:

1. Conduta nas Relações do Trabalho NG-058, fraude no registro de frequência, caracterizando inobservância do item 5.3.13, que proíbe registrar a frequência de outro empregado ou contribuir para fraude no registro ou apuração de sua frequência ou de outrem. Como resultado, o empregado foi demitido por justa causa.

3.3.5. Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

A Eletrosul apura responsabilidade por danos ao erário praticado por pessoas físicas e jurídicas. É de responsabilidade das instâncias de apuração de conduta que cause danos ao erário a indicação das penalidades.

As penalidades e medidas administrativas previstas aos responsáveis por danos ao erário estão aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração e são apresentadas como política de consequência.

Como diretriz a política traz a aplicação de consequências aos colaboradores da empresa e de consequências às pessoas jurídicas com as quais a Eletrosul se relaciona.

Nesse escopo, a Eletrosul deve:

- i) adotar medidas natureza administrativa e/ou punitiva aos colaboradores devidamente responsabilizados em processo regular;
- ii) aplicar medidas administrativas provisórias, tomadas no curso de procedimento de apuração, para assegurar o regular andamento deste, considerando necessariamente: circunstâncias dos fatos em apuração, a gravidade da conduta, as atividades ou funções do colaborador denunciado ou do colaborador envolvido na apuração;
- iii) aplicar medidas administrativas definitivas, ao final de procedimento de responsabilização regular, considerando aferição de culpa do colaborador denunciado;
- iv) graduar a penalidade em procedimento próprio de responsabilização regular;
- v) adotar medidas administrativas e/ou judiciais para ressarcimento dos danos causados ao patrimônio material ou imaterial das empresas.

3.3.6. Política de Designação de Representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico

A Norma de Gestão Empresarial de Indicação de membros para cargo em SPE (NG-097) estabelece diretrizes para indicação, atuação e avaliação, pela empresa, de membros para cargo em SPE em que a empresa detém participação acionária.

A seleção dos indicados é efetuada conforme estabelece a Política de Representantes em SPE, definida pela Eletrobras *holding*, com a última versão aprovada em seu âmbito pela DEL 006/2018, de 29/01/2018 e encaminhada para a Eletrosul por meio da CTA-PR-698/2018 de 08/02/2018. No âmbito da Eletrosul, a Política de Indicação revisada foi formalmente aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração em março de 2018.

Os indicados são avaliados conforme os requisitos exigidos pela Política de Indicação, pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016 – que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Depois de realizada a escolha dos representantes, os indicados da Eletrosul em SPE são submetidos, por meio de Proposta de Resolução de Diretoria (PRD) à aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Eletrosul.

De posse da respectiva Resolução de Diretoria (RD) e Deliberação do Conselho de Administração (DCA), a Eletrosul, por meio de email, envia o nome dos representantes bem como toda a documentação utilizada para deliberação no âmbito da Eletrosul para apreciação da Diretoria Executiva, do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade (CGPE) e do Conselho de Administração da Eletrobras *holding*.

Em 2018, a Eletrosul possuiu representantes nas seguintes sociedades:

Quadro 3.3.6.1 Representantes da Eletrosul nos Conselhos das SPE

ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A REPRESENTANTES DA ELETROSUL NOS CONSELHOS DAS SPE		
SPE	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai – ETAU*	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	-
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.*	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
ESBR Participações S.A.**	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	-
Teles Pires Participações S.A.	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. – CTHP	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Livramento Holding S.A.	03 Conselheiros Titulares	02 Conselheiros Titulares 01 Conselheiro Suplente
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.***	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE***	02 Conselheiros Titulares	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente
Marumbi Transmissora de Energia S.A.***	01 Conselheiro Titular 01 Conselheiro Suplente	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. – TSLE	01 Conselheiro Titular	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. – FOTE	02 Conselheiros Titulares	02 Conselheiros Titulares 02 Conselheiros Suplentes
Paraíso Transmissora de Energia S.A	03 Conselheiros Titulares	03 Conselheiros Titulares 03 Conselheiros Suplentes

Fonte: Divisão de Gestão das Participações (DPA/DRP)

*Participações transferidas à Eletrobras em 06/2018, para quitação de dívidas da Eletrosul com a *holding*, conforme Instrumento de Dação em Pagamento firmado em 11/05/2017.

**Companhia incorporada pela Energia Sustentável do Brasil S.A. – ESBR em 29/06/2018.

*** Permuta de Ações da Marumbi Transmissora de Energia S/A, Costa Oeste Transmissora de Energia S/A e Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A com a acionista COPEL em 30/08/2018.

3.3.7. Modelo de Governança da entidade em relação às Empresas do Conglomerado

Em busca do fortalecimento das Empresas Eletrobras no Setor Elétrico e da alavancagem de sua competitividade, a estruturação dos negócios por meio de parcerias se mostra uma alternativa viável para o crescimento das Empresas Eletrobras.

O modelo de negócios em parceria permite a existência de maior número de investidores interessados e permite o compartilhamento do risco de crédito entre os sócios. No caso de projetos internacionais, ressalta-se a importância de a Eletrobras ter parceiros locais nos países sede dos investimentos.

Outra vantagem da estruturação de empreendimentos, seguindo o modelo de SPE, é que uma empresa isoladamente não possuiria recursos suficientes para a realização de todos os projetos planejados para o Setor Elétrico. Dessa forma, a associação com empresas privadas traz um caráter multiplicador do recurso aplicado.

Esse modelo, ao unir características próprias de *joint venture* e de PPPs, traz vantagens para as Empresas Eletrobras, buscando o compartilhamento de soluções inovadoras, ganhos de escala, de eficiência administrativa e econômica para todas as partes interessadas.

A atuação da Eletrosul relativa à sua estratégia de expansão por intermédio de parcerias com a iniciativa privada, através da estruturação de Sociedades de Propósito Específico (SPE), encontra-se fundamentada no Planejamento Estratégico (PE) do Sistema Eletrobras, do qual a empresa faz parte.

Atualmente a gestão e o controle da participação em SPEs são compartilhados entre as áreas da Presidência, Diretoria de Engenharia e Diretoria Financeira.

A estrutura relacionada à gestão das SPE se baseia nos princípios oriundos do Manual de SPEs da Empresas Eletrobras e se pauta em dois principais macroprocessos:

- (i) Desenvolvimento de Novos Negócios, que compreende as atividades de estruturação e constituição da SPE, ou seja, este macroprocesso contempla as etapas desde a chamada pública até a SPE constituída com seu Estatuto, Contrato de Concessão e Acordo de Acionistas;
- (ii) Gestão de Participações, que se inicia com a SPE constituída e vai até a disponibilização de informações sobre a rentabilidade da carteira, gerindo a SPE desde outorga da concessão até o final da mesma.

O Manual de SPE é resultado de um grupo de trabalho criado pela Eletrobras *holding* para o aprimoramento dos modelos de governança e gestão para as Empresas Eletrobras, sendo que a Eletrosul aderiu a este formalmente em 2015, a versão 1.0, e em 2016 a versão 2.0. A partir da utilização desse Manual foi possível aprimorar e ampliar seu escopo com outras práticas consideradas relevantes, que incorporou as melhorias identificadas no decorrer desse período.

Importantes avanços em relação à gestão empresarial, à governança corporativa nas Empresas Eletrobras, a atualização de políticas internas, o alinhamento a novas legislações e o atendimento a demandas de órgãos fiscalizadores internos e externos, impôs a necessidade de uma nova atualização do presente manual para sua versão 3.0, com destaque para o aperfeiçoamento de processos e controles nas SPE e o redesenho da sua cadeia de valor.

Os seguintes itens foram alterados na versão 3.0 do manual:

- Revisão da "Cadeia de Valor", resultado dos trabalhos de uniformização do processo de gestão de investimentos em parceria, desenvolvido junto às empresas Eletrobras;
- Aperfeiçoamento da "Política de Indicação de Representantes em Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras";
- Elaboração do "Manual do Conselheiro" e de um modelo de Regimento Interno dos Conselhos de Administração e Fiscal e de Código de Conduta;
- Inclusão de informações nos itens "Ferramentas de acompanhamento físico-financeiro (SAE e SGT)" e "Ferramentas de gerenciamento eletrônico de documentos"; e
- Criação dos itens "Disclaimer" e "Divulgação de informações de SPE".

Além do Manual das SPE, a Eletrosul dispõe de normativos internos relacionados à gestão de SPE: Norma de Gestão (NG) 084 – Gestão da Participação em SPE; NG-087 – Avaliação e Participação em Novos Negócios; NG-097 – Indicação de Membros para cargo em SPE.

Espera-se continuar com o processo de aprimoramento contínuo destes documentos para que as principais atividades e práticas, tanto no mercado nacional quanto no âmbito global, para o desenvolvimento de parcerias em SPE estejam em constante aperfeiçoamento. Assim, espera-se

agregar valor para as Empresas Eletrobras e contribuir para o aperfeiçoamento do seu modelo de gestão.

3.3.8. Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

O Conselho de Administração é um órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social da empresa. No quadro abaixo, segue relação dos membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2018:

Quadro 3.3.8.1 - Participação Acionária de Membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho	Cargo	Quantidade de Ações Ordinárias
Wilson Ferreira Junior	Presidente	01
Gilberto Odilon Eggers	Membro	01
Celso Knijnik	Membro	01
Armando Casado de Araujo	Membro	01
Ricardo Moura de Araujo Faria	Membro	01
Rita de Cássia Pandolfi Camara Gagliardi	Membro (Representante Empregados)	01
Marcelo Drügg Barreto Vianna	Membro (Conselheiro independente)	-

Fonte: Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO)

3.4. Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas

A estrutura organizacional da Eletrosul contempla a Ouvidoria Geral subordinada ao Conselho de Administração, e tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos.

Desde agosto de 2017, as denúncias passaram a ser recebidas por um canal externo de denúncias das empresas Eletrobras. Esse canal é uma ferramenta específica e oficial para o tratamento de denúncias relativas a todo tipo de irregularidades, além de permitir que as empresas tenham ciência de eventuais problemas e promovam as devidas ações corretivas.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias de infração ética, é responsável pelo esclarecimento de dúvidas sobre ética e pelo desenvolvimento de ações educativas sobre ética.

São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, sugestões e elogios, conforme quadro abaixo:

Quadro 3.4.1 Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico às partes interessadas	fone: (48) 3231-7300 3231-7000
Ouvidoria Geral – Tem por propósito receber, analisar e encaminhar solicitações, reclamações, elogios e sugestões decorrentes de procedimentos da atuação da empresa, com o objetivo de buscar soluções a estas com a maior brevidade possível, sempre observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	Site da Eletrosul www.eletrosul.gov.br Ouvidoria: http://www.eletrosul.gov.br/ouvidoria/como-funciona Email: ouvidoria@eletrosul.gov.br Canal Externo de Denúncia: https://www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/ 08003778037 – Canal Denúncia Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315/3231-7809 08006487822 – Ouvidoria e Frota da empresa End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas

<p>Em atendimento à Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), está disponível o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).</p> <p>Esse sistema permite que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhe pedidos de acesso a informação a empresa.</p>	<p>Site: https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx E-mail: sic@eletrosul.gov.br</p> <p>Telefones: (48) 3231-7460 / 3231-7315/3231-7809 ou 0800.6487822 End. Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999 Pantanal - Florianópolis-SC</p> <p>Atendimento das 8:00 às 17:00 horas</p>
<p>Comissão Permanente de Ética da Eletrosul – é responsável pela gestão da Ética na Eletrosul, pelo esclarecimento de dúvidas sobre assuntos relacionados à gestão da Ética, bem como pelo desenvolvimento de ações educativas e de sensibilização sobre ética e pela apuração de denúncias de infração ética.</p>	<p>e-mail: etica@eletrosul.gov.br</p>

Fonte: Ouvidoria Geral (OVGE) e Comissão Permanente de Ética

No período de 01/01/2018 a 31/12/2018, a Ouvidoria Geral recebeu através do Sistema de Gestão de Ouvidoria, 212 manifestações, sendo 129 solicitações de informações, 72 reclamações, quatro elogios e sete sugestões. Destaca-se que todas as manifestações recebidas nesse período foram respondidas.

Salienta-se, ainda, que no período de 01/01/2018 a 31/12/2018, foram recebidos 39 pedidos de informação e 15 recursos pelo sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (Lei 12.527/2011)), sendo todos respondidos.

Informamos que não houve alterações dos procedimentos adotados pela unidade decorrente das informações disponibilizadas nos canais de acesso ao cidadão. Da mesma forma, não há previsão de implementação de procedimentos em exercícios futuros a fim de otimizar o atendimento, tendo em vista que o mesmo atende as necessidades das partes interessadas.

3.4.1. Carta de Serviços ao Cidadão

A Eletrosul não se configura como unidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, não havendo publicação da Carta de Serviços ao Cidadão.

3.4.2. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Os mecanismos para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e ou serviços da Eletrosul são as pesquisas, os diagnósticos e os canais de comunicação, disponibilizados para sugestões, reclamações entre outros. As pesquisas e diagnósticos elaborados pela empresa são:

Pesquisa de Satisfação de Clientes Eletrosul

A partir de 2001, a empresa incorporou na sua gestão a busca pela satisfação dos clientes, procurando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços, utilizando uma pesquisa, aplicada por empresa especializada, com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes.

A Pesquisa de Satisfação de Clientes referente ao biênio 2017/2018 das Empresas Eletrobras teve como foco clientes do negócio de geração (Comercializadoras e Distribuidoras), e clientes do negócio transmissão (Usuários dos Serviços de Transmissão – Conectados: Distribuidoras, Consumidores Livres, Geradoras e Transmissoras).

As dimensões abordadas na pesquisa foram: atendimento, comercial, gestão dos contratos de comercialização de energia, gestão dos contratos de transmissão, imagem e sustentabilidade.

Nesse período, a Eletrosul aplicou, como piloto, a Pesquisa de Satisfação do Cliente com foco em

Processos de Operação do Sistema. As dimensões avaliadas na Empresa foram atendimento, serviços prestados quanto às informações recebidas, serviços prestados quanto às intervenções no sistema, disponibilização da função transmissão quando há perturbação e imagem.

Principais Clientes: Distribuidoras, Transmissoras, Geradoras e Operador Nacional do Sistema (ONS).

Principais Produtos Avaliados: Operação em Tempo Real; Estudos de Pré-Operação e Pós-Operação; Análise e Procedimentos para Operação; Análise de Desligamento; Estudos de Planejamento da Operação de Curto e Médio Prazo; e Estudos de Engenharia da Proteção.

No quesito Foco Comercial, os resultados demonstraram que a Eletrosul registrou índice de satisfação global de 94,36%. No segmento de Geração, a aprovação das clientes comercializadoras e distribuidoras foi de 92,41%. Na área de Transmissão, a empresa atingiu 98,26%. Adicionalmente, a Eletrosul aplicou pesquisa piloto voltada para o Foco nos Processos de Operação do Sistema, que alcançou 94,38% de satisfação.

Quadro 3.4.2.1 Resultado da Pesquisa de Satisfação de Clientes Foco Comercial

	Satisfação Empresas Eletrobras (%)	Satisfação Eletrosul 2018(%)	Satisfação Eletrosul 2016 (%)	Meta de Satisfação Eletrobras (%)
Comercializadoras/Geração	85,75	87,68	85,41	85,74
Distribuidoras/Geração	91,42	97,14	89,56	85,78
Satisfação Global Geração	88,59	92,41	87,48	85,76
Usuários do Serviço de Transmissão – Conectados/Transmissão	90,13	98,26	N/A	84,38
Satisfação Global Transmissão	90,13	98,26	N/A	84,38
Satisfação Global – Foco Comercial	89,10	94,36	N/A	85,31

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

Quadro 3.4.2.2 Resultado da Pesquisa de Satisfação de Clientes Foco Processos de Operação do Sistema:

Cliente	Satisfação (%)
Processos de Operação do Sistema	94,38

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

Quadro 3.4.2.3 Resultado da Pesquisa de Satisfação de Clientes 2017-2018:

Média (%)	94,37
------------------	--------------

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

3.4.3 Mecanismos de Transparência das Informações relevantes sobre a atuação da Unidade

Com o objetivo de garantir a transparência da gestão, o site da Eletrosul disponibiliza, de forma clara e direta, as informações sobre sua atuação. Entre os canais disponibilizados logo na primeira

visualização do site está o “Acesso à Informação”, que traz informações institucionais, ações e programas desenvolvidos, informações sobre despesas, repasses e transferências de recursos, licitações e contratos, entre outras.

Os Relatórios de Auditoria, de Gestão Empresarial, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Dirigente de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial relacionado estão acessíveis a partir da primeira visualização, ao clique sobre “Processo de Contas Anuais”. Os editais e documentos públicos, bem como os relatórios com as demonstrações financeiras, também podem ser acessados de forma rápida e direta. A mesma facilidade para acesso, no site, é observada para “Canal de Denúncias”, “Ouvidoria” e “Fale Conosco”, oferecidos para manifestação da população. Os Relatórios de Sustentabilidade, que trazem as informações relacionadas e esse tema, podem ser acessados pelo item de mesmo nome, na página principal.

Abaixo os links:

Acesso à Informação – <http://www.eletrosul.gov.br/ampnbsp/acesso-agrave-informacao>

Processo de Contas Anuais – <http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios/processo-de-contas-anuais/processos-de-contas-anuais>

Editais <http://www.eletrosul.gov.br/licitacoes/editais>

Relatórios com as Demonstrações Financeiras –

<http://www.eletrosul.gov.br/investidores/relatorios/demonstracoes-financeiras>

Relatórios de Sustentabilidade - <http://www.eletrosul.gov.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

Canal de Denúncias - <https://www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras/>

Ouvidoria - https://www.eletoabras.com/SOU/Manifestante/Nova_Solicitacao.asp?empresa=Els

Fale Conosco - <http://www.eletrosul.gov.br/fale-conosco>

3.4.4. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Eletrosul possui vários canais de comunicação, visando à aproximação da empresa com seus *stakeholders*, a transparência e a publicidade de suas ações.

A comunicação com a sociedade, fornecedores e com os clientes ocorre por meio de publicações em jornais de grande circulação, relatórios publicados (Relatório de Administração e Relatório de Sustentabilidade), internet (*site*, *facebook* e *twitter*) e por meio dos canais da Ouvidoria. Na comunicação com a sociedade ainda podem ocorrer eventos e programas próprios abertos ao público, como o Programa Casa Aberta e a Casa Eficiente.

Com os clientes, o relacionamento também é mantido por meio de reuniões técnicas, de relatórios, de pesquisas de satisfação, onde são extraídas informações de referência para a melhoria de produtos e serviços. Ainda, os editais de leilão e chamadas públicas de comercialização de energia elétrica são publicados no sítio da Eletrosul.

O sítio eletrônico da Eletrosul está disponível nos idiomas português e inglês, e neste sítio também está disponível o Código de Ética das Empresas Eletrobras, nas suas versões em português, em inglês, em espanhol e em áudio, além das versões em braile-tinta e letra aumentada disponíveis na sede da Eletrosul, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Ética.

A sede da Eletrosul está localizada no bairro Pantanal, em Florianópolis, e além da acessibilidade aos empregados e aos prestadores de serviços, em 10/2018 foi instalada uma catraca de acesso a cadeirantes, cuja abertura é permitida por meio de crachá, ampliando assim a acessibilidade às dependências da Eletrosul.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O objetivo deste capítulo é demonstrar quais são os mecanismos de controle estabelecidos para alcançar os objetivos institucionais.

4.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

Em aderência à Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e com o objetivo de verificar a eficácia do ambiente de controles internos e mitigação dos riscos empresariais, a empresa realiza o mapeamento dos processos e submete esse ambiente a testes periódicos, notadamente por meio dos Testes de Administração e dos trabalhos de Auditoria Independente.

A gestão dos controles internos compreende:

- a determinação dos controles internos, que deve ser obtida após avaliação dos processos e dos subprocessos, e a identificação dos riscos inerentes;
- a classificação dos controles internos (natureza preventiva ou detectiva; automático ou manual; e sua frequência);
- o acompanhamento do ambiente de controles internos que envolve o monitoramento dos controles (análise da formatação do controle e testes de eficácia do controle); a comunicação sobre o ambiente de controles internos, que deve ser realizada às partes interessadas, durante todas as etapas do acompanhamento dos controles internos; e a revisão/atualização dos controles internos, que devem ser realizadas anualmente, com o objetivo de verificar se o processo, as atividades e as responsabilidades estão em consonância com a realidade observada, e de identificar melhorias no processo/subprocesso.

O ambiente de controles internos é avaliado anualmente para a obtenção da certificação SOX. Para o Ciclo de Certificação SOX 2018, foram mapeados 29 subprocessos e 399 controles, dentre esses foram selecionados 287 controles para os testes realizados pela Administração e cerca de 87 controles para a realização dos testes pelo Auditor Independente (KPMG). Os resultados decorrentes da certificação são divulgados internamente para as partes interessadas e consolidados na Eletrobras para a divulgação ao mercado por meio do Relatório 20F (relatório padronizado pela *Securities and Exchange Commission*). Os apontamentos e deficiências elencados pelas auditorias são objeto do Programa de Remediação realizado pela CCR juntamente com as áreas de negócio.

A Norma de Gestão Empresarial (NG) 121 da Eletrosul estabelece diretrizes para o processo de gestão integrada de riscos e controles internos na Empresa, e orienta sobre a avaliação e categorização dos riscos, que está estruturada em quatro pilares:

- a) Pilar Estratégico: reúne riscos referentes à tomada de decisões na Empresa e/ou aos processos que impactam na continuidade, crescimento, valor da Empresa e seus objetivos de negócio;
- b) Pilar Financeiro: conjunto de riscos decorrentes de processos e atividades que envolvem as finanças e resultados econômico-financeiros da Empresa;
- c) Pilar Operacional: engloba riscos relacionados à eficácia e eficiência das operações e atividades rotineiras da Empresa;
- d) Pilar Conformidade: trata dos riscos relativos ao cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis à Empresa.

A Eletrosul possui um levantamento dos riscos aos quais a empresa está exposta apresentado na forma de uma Matriz de Riscos. Esses Eventos de Riscos são decorrentes da estratégia para o atingimento da Missão, Visão e Valores Organizacionais, alinhados ou não aos Objetivos do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030. Cada Objetivo Estratégico pode conter mais de um Evento de Risco relacionado, porém nem todos os Eventos de Riscos mapeados estão diretamente

relacionados aos Objetivos.

Essa relação entre Objetivos estratégicos, respectivas estratégias e eventos de riscos estão apresentados no Quadro 4.1.1 Plano Estratégico X Matriz de Riscos - Anexo 01 deste relatório.

A Eletrosul mantém estrutura interna de gestão de riscos e de controles internos com a responsabilidade de orientar o mapeamento e o monitoramento dos riscos pelas áreas proprietárias de risco, além de atualizar a Matriz de Riscos, sob a coordenação da *holding*, em conjunto com as demais Empresas Eletrobras.

A Conformidade, Controle e Riscos (CCR) verifica se as ações de tratamento apresentadas pelo proprietário do risco mitigam os riscos priorizados com o nível de exposição considerado "Alto" e/ou "Crítico". Como resultados do mapeamento dos riscos priorizados no Ciclo 2018 foram classificados como de nível "Alto" os riscos de "Comercialização de Energia", "Gestão de Negócios" e "Revisão Tarifária na Transmissão", sobre os quais foi solicitada às áreas responsáveis a elaboração de plano de ação para amenizar o nível de exposição ao risco.

4.1.1. Informações sobre Ações Trabalhistas Contra a Entidade

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo trabalhista foi estimado em R\$ 102.511.839,02 (cento e dois milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e trinta e nove reais e dois centavos), conforme resumo apresentado no quadro abaixo.

Quadro 4.1.1 – Passivo Trabalhista 2018 - Valores em Reais

Status de Pagamento	Total do Passivo
PROVÁVEL	46.505.154,29
POSSÍVEL	32.613.026,01
REMOTO	23.393.658,72
Total	102.511.839,02

Fonte: Departamento Jurídico (DJU)

No quadro abaixo, pode-se verificar o número de ações trabalhistas ativas em 31/12/2018, ingressadas por empregados ou ex-empregados (ações individuais) ou ações coletivas (sindicatos) e o valor total provisionado.

Quadro 4.1.2 – Passivo Trabalhista 2018 - Valores em Reais

Mês de referência	Quantidade total de ações	Quantidade de Autores	Total do Provisionamento
dezembro/2018	994 – Individuais	798 - Empregados e ex-empregados	R\$ 74.508.642,48
	38 - coletivas	38 - Coletivas	

Fonte: Departamento Jurídico (DJU)

Outrossim, destacamos que estas informações, levadas também ao conhecimento da Alta Administração, atendem o previsto nos controles correspondentes ao Fator de Risco FR 10, da Matriz de Controles da Gestão Integrada de Riscos – “Gestão do Contencioso”, do Projeto Gestão Integrada de Riscos do Sistema Eletrobras.

4.1.2. Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais, reporta-se as seguintes considerações:

1 - Descrição / Contextualização do Fator de Risco:

O risco de provisionamento das ações judiciais é classificado como provável, possível e remoto (CPC 25), de acordo com a análise da probabilidade de perda da ação e desembolso financeiro.

A análise da probabilidade de perda da ação é pautada em entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do objeto em litígio.

Para tanto, o Departamento Jurídico (DJU) quando do cadastro da ação judicial realiza uma classificação de risco, e quando da publicação de decisões de mérito (sentenças e acórdãos) esses provisionamentos são revistos por advogado lotado no DJU e revisados pelo Gerente de Divisão ou Departamento.

O Departamento Jurídico também mantém a atualização constante das ações judiciais com valores superiores a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), as quais compõe relatório apresentado ao Conselho Fiscal da empresa.

2 - Justificativa da Classificação de Exposição - Precificação do Impacto do Risco:

A precificação do impacto do risco do passivo judicial é arbitrada de acordo com o valor da causa e reanalisada no curso do processo judicial. Também é avaliado o risco de perda da ação, conforme elencado no item 1 acima. O provisionamento financeiro é realizado pelo Departamento de Contabilidade quando da classificação da ação com risco provável de perda.

Referenciando-se o CPC 25, que orienta as ações judiciais com classificação como PROVÁVEL englobam os recursos que são mais prováveis que sim do que não de ocorrer desembolso e/ou depósito, o Departamento Jurídico considera que o ano de 2019 manterá o desembolso histórico de R\$ 20.997.364,21, que somado aos processos sensíveis de grande valor, faz concluir que para o ano de 2019 temos como previsão de desembolso e/ou depósito referente a ações judiciais no montante total de R\$ 33.000.000,00.

3 - Recomendações e/ou ações de tratamento em execução:

O Departamento Jurídico mantém tratamento diferenciado para as ações acima de 5 milhões de reais, com reportes periódicos ao Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. No mais, o referido Departamento vem apresentando, como alternativa aos depósitos judiciais, a indicação de seguros garantias.

4 - Apresentar a Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

As diretrizes para o gerenciamento do processo do contencioso judicial estão estabelecidas na Norma de Gestão Empresarial (NG) 077, aprovada pela Diretoria Executiva da empresa em agosto/2018, que normatiza o gerenciamento do processo do contencioso judicial na Eletrosul.

Conforme essa NG, o gerenciamento do processo de contencioso judicial contempla:

- a) O recebimento de citação e intimação judicial, realizando-se um acompanhamento diário das intimações que estão em nome da Empresa e de seus advogados, em diários oficiais, de justiça e portais eletrônicos dos órgãos da esfera judicial.
- b) A análise e propositura de ação judicial e a celebração de acordos judiciais, que devem ser precedidas de solicitação da área interessada por meio de Correspondência Interna (CI) ao órgão Jurídico, com o "De Acordo" de seu respectivo Diretor, justificando a necessidade ou manifestando o interesse e a conveniência da composição amigável, conforme o caso.
- c) A condução do processo judicial que deve ser realizada por advogado da Empresa ou por profissional ou escritório de advocacia credenciado, sendo que e os prepostos da Empresa são designados por meio de Resolução do Diretor-Presidente, conforme Estatuto Social. Ressalta-se que deve ser elaborado relatório mensal referente às contingências judiciais ao órgão de Contabilidade, por meio de CI, explicitando nas análises realizadas sobre o acompanhamento da atualização da

base e suas devidas considerações, anexando, além dos relatórios dos passivos judiciais, informações relativas aos depósitos judiciais pendentes de liberação.

d) A identificação e acompanhamento de processos de alta relevância, considerando-se os critérios estabelecidos na NG.

e) Os recursos judiciais, cabendo aos advogados recorrer de todas as decisões contrárias aos interesses da Eletrosul, salvo quando não existirem os requisitos de viabilidade recursal apurados mediante relatório fundamentado, que deve ser aprovado por gerente do órgão Jurídico.

f) A condução de execuções e cumprimentos de sentenças, sendo que no caso de intimação para manifestação de cálculos judiciais ou quando recebidos os cálculos pela parte adversa do processo, estes devem ser analisados e, no caso de constatação de divergência, apresentada a peça processual correspondente com os fundamentos pertinentes.

g) O prognóstico sobre as ações judiciais, classificando o risco de provisionamento como provável, possível e remoto, de acordo com a análise da probabilidade de perda da ação e desembolso financeiro.

h) A inativação do processo, que deve ser justificada de acordo com os motivos elencados na NG.

Com relação ao monitoramento das atividades de controle associadas à Gestão do Contencioso Judicial, cabe ressaltar que, em virtude da Certificação SOX, a empresa está sujeita a testes de eficácia de seus controles pela auditoria externa certificadora (neste ano, realizada pela KPMG), que é a auditoria independente encarregada de emitir opinião acerca das citadas atividades. Anualmente, a empresa conta com o apoio de uma consultoria (Deloitte), contratada para realização de Testes da Administração dos Controles Internos e Remediação de Deficiências, buscando aferir a aderência aos requisitos da Lei SOX e apoiar a respectiva certificação.

5 RESULTADOS DA GESTÃO

O objetivo deste capítulo é demonstrar quais foram as metas e as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos, bem como sintetizar as principais perspectivas para os próximos anos.

5.1 Resultados Alcançados frente aos Objetivos Estratégicos (ou Cadeia de Valor) e às Prioridades da Gestão

Buscando atuar no mercado de energia de forma integrada, rentável e sustentável, em 2018 a Eletrosul teve como premissa de investimentos não considerar a participação em novos leilões de G&T no período, sendo assim, a empresa focou suas atividades na implantação tempestiva das obras para reforço do Sistema de Transmissão Brasileiro, decorrentes de autorização ANEEL para 2018.

Alinhados ao Pilar Excelência Operacional (Plano de Negócios e Gestão Eletrosul 2018-2022), foram implantadas a Unidade Sul do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e Programa de Implantação do Padrão de ERP nas Empresas Eletrobras, objetivando a modernização e racionalização da gestão empresarial.

Foi um ano de enfrentamento de questões importantes para o futuro da Eletrosul, num cenário de *players* cada vez mais competitivos. Neste contexto, foi concretizada a transferência de ativos para a Eletrobras com vistas à redução do endividamento da empresa (Redução da Dívida Líquida/EBTIDA).

Também associado à Excelência Operacional, foi implementado o Plano de Demissão Consensual (PDC) que, com o desligamento de 112 empregados, permite à Eletrosul enfrentar os desafios da modicidade tarifária a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Com recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a empresa tem como projeto implantar a Usina Termossolar de Laguna, em Santa Catarina, com isso, visa desenvolver a tecnologia *Concentrated Solar Power* (CSP) já utilizada em outros países.

Já o acordo de cooperação técnica firmado com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) permitirá levar internet de alta velocidade para instituições de ensino e pesquisa da área de atuação da Eletrosul.

As práticas éticas, transparentes e sustentáveis da Eletrosul contribuíram para que a Eletrobras retornasse à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (ISE B3), índice alinhado aos objetivos estratégicos do Pilar Atuação Sustentável no PNG 2018-2022. Essas mesmas práticas também permitiram à empresa tornar-se uma das vencedoras da 3ª Certificação do Indicador de Governança IG-SEST, que destaca as estatais federais com os melhores processos de governança. A continuidade de projetos como o "Hortas Comunitárias" e o "Casa Aberta" demonstra o compromisso da empresa com a comunidade onde atua. Com o projeto-piloto Alto Uruguai I para produção e consumo sustentável de energia, concluído em 2010 em Itapiranga (SC), a empresa foi uma das 40 finalistas do 1º Prêmio ODS Brasil, promovido pelo Governo Federal.

O ano de 2018 foi mais um ano pautado em ajustes empresariais que colocaram a Eletrosul novamente num cenário onde se vislumbra a retomada dos investimentos para cumprir o papel da Companhia. A redução do endividamento obtida com a dação em pagamento de ativos da Eletrosul para a Eletrobras e a realização de ajustes nos custos operacionais visando à eficiência, permitiu superar os desafios financeiros observados nos últimos anos.

5.1.1. Atendimento às metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia da Sociedade de que trata o art. 23, §2º, da Lei 13.303/16

A análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia da sociedade de que trata o art. 23, §2º, da Lei 13.303/2016 será apresentada neste capítulo do Relatório de Gestão da Eletrosul “Resultados da Gestão”, item “5.4 Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em relação às Metas”.

5.2 Principais Programas e Projetos/Iniciativas

5.2.1. Principais Programas

Com relação ao Plano Plurianual (PPA) foram executados programas e ações relacionados a seguir, alinhados ao Plano Estratégico da Empresa.

Quadro 5.2.1.1 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Expansão Sustentável

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .
Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.
Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)
Ação 15BD – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul
Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Quadro 5.2.1.2 Ações Relacionadas aos Objetivos Estratégicos – Diretriz Eficiência Operacional

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 (Energia Elétrica) e 0807 (Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais), motivo pelo qual não apresenta informações sobre Programas temáticos nem Objetivos.

Ações

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, possuindo apenas ações de Orçamento de Investimento.

Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW (SC) para a geração de energia elétrica - Compreende a implantação do Complexo Alto da Serra constituído por duas PCH com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

Quadro 5.2.1.3 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.10D7. 0042

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.10D7. 0042			Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .						
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas			Código: 000R			
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033			
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.			Código: 32225			
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
41.187	41.187	0	Implantação do Complexo Alto da Serra 37,5 KV	%	97	97	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

A PCH Santo Cristo teve uma resolução postergando o cronograma: REA 2014 4685. Nesse cronograma, as unidades geradoras tinham previsão de início da Operação Comercial em 31/10/17, 30/11/17 e 30/12/17. A PCH Coxilha Rica não teve seu cronograma alterado. No momento, não há recursos disponíveis para implantação dos empreendimentos. A Diretoria Executiva da Eletrosul aprovou o cancelamento da implantação desses empreendimentos. Para a transferência de titularidade do projeto, foi lançada uma licitação para alienação, que deve ser concluída em 2019.

- Execução das metas:**

Os contratos que tinham sido firmados para projeto executivo e execução de estudos e programas ambientais foram rescindidos.

- Fatores Intervenientes:**

A PCH Coxilha Rica continua com parecer contrário a sua implantação emitido pelo IPHAN e, todas suas licenças (prévia e de instalação) estão revogadas pelo órgão ambiental competente – IMA/SC.

A PCH Santo Cristo teve sua licença ambiental de instalação obtida em 25/01/2016, a LAI IMA 342/2016. A implantação do empreendimento, porém, foi suspensa pela falta de recursos financeiros para implantação do empreendimento.

A meta econômica existente é apenas para a execução das rescisões contratuais.

- Restos a pagar:**

Não se Aplica

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Todas as campanhas de investigações geológicas estão concluídas. Não estão sendo realizadas atividades nesses empreendimentos até que se conclua o processo de alienação.

Ação 200G – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul - A ação 200G compreende investimentos para a manutenção do sistema de geração, buscando maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Geração é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.4 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.200G.0001

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.200G.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.	
Iniciativa	Manutenção do parque gerador de energia	Código: 01G1
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão. Código: 0437	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
14.333.979	11.177.569	943.154

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Esta ação inclui dispêndios com eventuais investimentos na manutenção das usinas em operação, compra de equipamentos sobressalentes, atividades de implantação e manutenção de torres anemométricas e estações solarimétricas.

Em 2018, foi dada continuidade às atividades de prospecção dos parques eólicos, conforme listado abaixo:

- Prospecção UEE Coxilha Negra
- Prospecção UEE Santa Vitória do Palmar
- Prospecção UEE Quaraí (UEE Passo da Guarda)
- Prospecção Eólica (diversos)

Também foi dada continuidade às atividades de prospecção solar:

- Subestação Dourados
- Subestação Anastácio
- UHE São Domingos
- UHE Passo São João
- Subestação Campos Novos

- **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que determinou a postergação de atividades para o próximo exercício.

A postergação de atividades não impactou em risco à geração de energia.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 15BC – Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (22 MWp) - O empreendimento consiste na instalação de uma usina solar fotovoltaica de 22 MWp em corrente contínua e com capacidade de saída de 20 MW. Além disso, a implantação de toda infraestrutura para permitir a instalação dos equipamentos de maneira a captar a irradiação solar local com eficiência adequada.

Quadro 5.2.1.5 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BC.0054

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15BC.0054				Tipo: Projeto		
Título	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos (MWp)						
Iniciativa	Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas Código: 000Y						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica				Código: 2033		
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				Código: 32225		
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
51.969	51.969	0	Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos.	%	99	99	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Estimou-se um prazo de instalação da UFV São Domingos de 18 meses. Em relação às experiências internacionais, esse é um prazo bastante longo, mas, devido ao mercado fotovoltaico ainda incipiente no Brasil, preferiu-se adotar um tempo conservador.

Obra não iniciada.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul, mesmo tendo cadastrado a Usina Fotovoltaica São Domingos nos leilões oficiais de 2017, não deu lance para venda de energia. Os motivos para a empresa não ter ofertado a energia desse empreendimento remetem a baixa de capital para investimentos da empresa.

Uma vez que as características locais são favoráveis para a instalação de uma usina fotovoltaica, a Eletrosul mantém a campanha de medição de dados solarimétricos junto à UHE São Domingos, visando ao cumprimento das condicionantes para participação em futuros leilões oficiais.

A não realização da meta econômica é motivada pelo não início das obras de implantação da usina fotovoltaica.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Não se aplica.

Ação 15BD – Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul - Essa ação tem como objetivo a expansão da capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e a ampliação e ou repotenciação de usinas existentes e, na sua composição, estão os empreendimentos:

UHE Passo São João: Instalação de duas unidades geradoras de 4,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (tomada d'água, canal de adução e casa de força) de modo a permitir a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da região Sul.

UHE São Domingos: Instalação de uma unidade geradora de 1,0 MW e construção de toda a infraestrutura associada (conduto forçado e casa de força) de modo a permitir a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica de Mato grosso do Sul.

Quadro 5.2.1.6 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.15BD.0001

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15BD.0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul						
Iniciativa	Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação. Código: 04U6						
Objetivo	Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes. Código: 0019						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033			
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.			Código: 32225			
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.065.510	2.065.510	0	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul	%	99	99	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Execução das metas:**

Obra não iniciada.

- Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- Restos a pagar:**

Não se aplica

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 1050 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul - A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

Quadro 5.2.1.7 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.1050. 0001

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.1050. 0001			Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul.						
Iniciativa	Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN. Código: 0027						
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036						
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033			
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.			Código: 32225			
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
65.425.315	63.221.319	27.491.798	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	1	1	1

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em 31/12/2019. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

- **Execução das metas:**

Quadro 5.2.1.8 Empreendimentos da Ação 1050 Concluídos em 2018

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2018	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE TAPERA 2 230/69 kV, 249 MVA – AMPLIAÇÃO “C” Empreendimento: Implantação de 01 banco de capacitores 230 kV - 50 Mvar na SE Tapera 2 e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a	25/01/2016	25/01/2018
SE SANTO ÂNGELO 525/230 kV, 2016 MVA – AMPLIAÇÃO “G” Empreendimento: Implantação de um banco de 3 autotransformadores	04/02/2016	04/02/2018
SE DOURADOS 230/138 kV, 300 MVA – AMPLIAÇÃO “T” Empreendimento: Implantação de 02 bancos de capacitores 230 kV - 50 Mvar cada, na SE Dourados e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves.	11/04/2016	02/05/2018
SE NOVA PETRÓPOLIS 2 230/69 kV, 166 MVA – AMPLIAÇÃO “A” Empreendimento: Instalação do 2º transformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 83 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Nova Petrópolis 2 230/69 kV.	23/09/2016	22/09/2018
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 2616 MVA – AMPLIAÇÃO “K” Empreendimento: Instalação do Banco de Capacitores 230kV – 100 Mvar, e respectivo módulo de conexão 230 kV, no arranjo barra dupla a quatro chaves.	04/11/2016	30/09/2018

Fonte: Departamento de Engenharia do Sistema (DES)

- **Fatores Intervenientes:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.879/2011

O Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (CELESC), sofreu atraso na definição da melhor localização para a SE.

Em virtude da indefinição do cronograma e da localização da SE Garopaba, etapas preliminares e de responsabilidade da Celesc Distribuição, as atividades de contratação, elaboração de projeto executivo, estudos ambientais, liberação fundiária e obras, estão paralisadas pela Eletrosul.

A empresa vem comunicando a ANEEL a respeito deste impedimento desde 2013. No último comunicado, a Eletrosul solicitou a revogação da outorga, permanecendo no aguardo de uma definição por parte da ANEEL e da concessionária de distribuição.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.688/2017

SE Farroupilha Ampliação “F”: Com a finalidade de evitar sobrecargas na transformação 230/69 kV da SE Farroupilha, previstas para o verão 2020/2021, a ANEEL autorizou a Eletrosul a instalar o 3º autotransformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 88 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a cinco chaves e barra simples, na Subestação

Farroupilha. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (23/09/2018).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.882/2018

SE Areia Ampliação “J”: As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no primeiro trimestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (01/03/2021).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.151/2018

SE Blumenau Ampliação “R”: A fim de evitar a sobretensão na malha de 525kV da região Sul, a ANEEL autorizou a Eletrosul a instalar do 2º banco de reatores de barra 525 kV 3x50 Mvar (e 01 reator reserva – 50 Mvar) na SE Blumenau e de seu respectivo módulo de conexão, no arranjo disjuntor e meio na Subestação Blumenau. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo trimestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (09/07/2020).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152/2018

SE Ijuí Ampliação “A”: Instalação do 3º transformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 83 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Ijuí 2 230/69 kV. A implantação do referido empreendimento evitará a sobrecarga na transformação da SE Ijuí 2 230/69 kV, no patamar de carga média. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo trimestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (09/07/2020).

SE Londrina Ampliação “M”: Com a finalidade de evitar sobretensão no cenário Norte exportador, carga Leve, a Eletrosul foi autorizada a implantar o 1º e o 2º banco de reatores de barra 525 kV – 6x50 Mvar (e 01 reator reserva – 50 Mvar) na SE Londrina e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo disjuntor e meio. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo trimestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (09/07/2020).

Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529/2018

SE Desterro Ampliação “B”: Com a finalidade de evitar sobretensões causadas pela implantação dos dois novos circuitos para atendimento à Ilha de Santa Catarina e auxiliar no controle de tensão da malha de 525 kV da região, a Eletrosul foi autorizada a 1º e do 2º banco de reatores de barra trifásicos 230 kV – 50 Mvar cada na SE Desterro e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (28/12/2020).

SE Palhoça Ampliação “T”: O empreendimento refere-se à substituição do 1º autotransformador trifásico, de 230/138-13,8 kV, 84 MVA por outro de 150 MVA, e adaptação dos respectivos módulos de conexão 230 kV e 138 kV, arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Palhoça 230/138 kV. Compreende também, o remanejamento do antigo ATF1 para a SE Jorge Lacerda A, incluindo instalação de infraestrutura para montagem do ATF. A substituição do autotransformador eliminará sobrecargas em contingências das unidades transformadoras da SE Palhoça. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de

materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (28/12/2021).

SE Palhoça Ampliação “J”: O empreendimento refere-se às substituições do 2º e 3º autotransformadores trifásicos, de 230/138-13,8 kV, 75 MVA cada, por outros de 150 MVA cada, e adaptação dos respectivos módulos de conexão 230 kV e 138 kV, arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Palhoça 230/138 kV. Remanejamento do antigo ATF2 para a SE Biguaçu, incluindo instalação de infraestrutura para montagem do ATF. As substituições do autotransformador eliminarão sobrecargas em contingências das unidades transformadoras da SE Palhoça. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2019. O empreendimento está previsto para ser entregue à operação em sincronismo com o prazo ANEEL (28/12/2021).

CCT 1101150011

SE Itajaí Ampliação “F”: Para Viabilizar o seccionamento da LT Brusque 2 – Itajaí Itaipava 2, pertencente à CELESC D, a Eletrosul possui a obrigação de viabilizar a implantação de 02 (dois) módulos de entrada de linha 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, referentes às LTs Itajaí Itaipava 2 e Brusque 2. As contratações dos equipamentos principais e fornecimento de materiais e serviços de obra civil e montagem eletromecânica necessária para a ampliação foram contratadas em 2018. As obras seguem em ritmo normal e o empreendimento está previsto para ser entregue à operação em 01/09/2019.

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul - A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente no tempo, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.9 Ações do Orçamento de Investimento - 25.75.2033.2D94. 0001

Identificação da Ação		
Código	25.75.2033.2D94. 0001	Tipo: Atividade
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes. Código: 04UG	
Objetivo	Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Código: 0036	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
23.448.405	24.833.140	17.506.736

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em janeiro de 2008 e os empreendimentos atualmente em andamento tem previsão de conclusão em dezembro de 2021. Vale destacar que novos projetos podem ser incorporados nesta ação, alterando o prazo informado para sua conclusão.

- Execução das metas:**

Ao longo do ano de 2018 a Eletrobras Eletrosul investiu R\$ 17,5 milhões em Reforços e Melhorias nos seus ativos de transmissão, em atendimento às necessidades estabelecidas nas Resoluções Autorizativas ANEEL REAs 5.861/2016, 6.479/2017, 6.630/2017 e 6,845/2018, às necessidades do Plano de Modernização das Instalações (PMI) e envolvendo ainda outros empreendimentos de interesse exclusivo da empresa.

Estas adequações abrangem a região Sul e o estado do Mato Grosso do Sul e destinam-se ao aumento da capacidade de transmissão e a confiabilidade do SIN, oferecendo maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrobras Eletrosul. Objetivam também, retirar eventuais restrições do sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e a flexibilidade de sua operação e manutenção. Auxiliam também na manutenção da regularidade, continuidade e segurança na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, e nos processos de recomposição do sistema em caso de falhas.

Destaca-se que tais melhorias e reforços acompanham a modernidade tecnológica para a conservação das instalações de transmissão, sempre em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os procedimentos de rede do ONS.

Foram concluídos nove empreendimentos em 2018. Para atender às necessidades da ReAs, PMI e outros de interesse exclusivo da empresa, estão em andamento quarenta e dois empreendimentos.

Quadro 5.2.1.10 Empreendimentos da Ação 2D94 Concluídos em 2018

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2018	CONCLUSÃO DA OBRA
Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	
SISTEMA Empreendimento: Substituição de Registradores Digitais de Perturbação (RDPs) nas SEs Curitiba, Canoinhas e Farroupilha.	16/12/2018
PMI 2014-2017	
SISTEMA Empreendimento: Substituição das flexitests nas SEs CAX, NSR, BLU e FAR, nos circuitos descritos no PMI 2014-2017	19/09/2018
PMI 2016/2019	
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Empreendimento: Substituição do DJ1030 (525 kV - Siemens 3AT5).	27/03/2018
SE BLUMENAU 525/230/138 kV, 2634 MVA Empreendimento: Substituição do DJ1070 (525 kV - Siemens 3AT5).	18/04/2018
SE DOURADOS 230/138 kV, 300 MVA Empreendimento: - Substituição das proteções da LT ANA-DOU. - Substituição das proteções da TF3 e TF4. - Substituições das proteções do RE2 (LT Guaíra - 230 kV). - Substituições das proteções do RE1 (230 kV).	21/04/2018

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2018	CONCLUSÃO DA OBRA
SE AREIA 525/230/138 kV, 972 MVA Empreendimento: Substituição de 04 disjuntores 230 kV na SE Areia.	18/12/2018
Interesses Exclusivos da Eletrosul	
LT 230 kV ASSIS – LONDRINA (C1) Empreendimento: Substituição de 16 (de um total de 90) fundações de torres de transmissão na LT 230 kV ASS-LON (C1).	07/03/2018
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Empreendimento: Relocação do TPC 525 kV do TF1.	08/04/2018
LT 230 kV FARROUPILHA – MONTE CLARO (C1) Empreendimento: Recuperação das fundações de 16 torres de transmissão da LT 230 kV FAR-MCL (C1).	09/10/2018

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Quadro 5.2.1.11 Empreendimentos da Ação 2D94

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2018-2021	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
Resolução Autorizativa N° 5.861, publicada em 07/06/2016 Resolução Autorizativa N° 6.630, publicada em 22/09/2017	
SISTEMA Instalação/substituição de 30 carregadores de baterias em diversas subestações.	07/06/2019
SISTEMA Instalação de equipamentos com função PMU em LTs das SEs ARE, BTA, CNO, YTA, IVP, NSR	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos barramentos	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos transformadores 1, 2 e 3	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções dos Reatores 1 e 2	07/06/2019
SE GRAVATAÍ Substituição das proteções da LT GRA-CAX	07/06/2019

EMPREENHIMENTOS EM ANDAMENTO 2018-2021	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE GRAVATAÍ 2 Aquisição e substituição das proteções dos Bancos de Capacitores BC4 e BC5 da SE Gravataí 2, visando implantação de Esquema Especial de Inserção destes Bancos.	07/06/2019
SISTEMA Instalação e substituição de Registradores de Perturbação (RDP) nas Ses CBA, CAN, FAR	07/06/2019
SE SANTO ÂNGELO Substituição do sistema de proteção da LT 230kV STA2 (CEEE) na SE Santo Ângelo. Incluído pela REA 6.630/2017	19/09/2019
Resolução Autorizativa N° 6.845/18, publicada em 30/01/2018	
SE CURITIBA Substituição de 2 Disjuntores do vão TF-1 525/230 (792 e 794).	01/12/2020
SE CURITIBA Substituição de 2 Disjuntores do vão TF-2 525/230 (802 e 804)	01/12/2020
Resolução Autorizativa N° 7.528, publicada em 18/12/2018	
SE SIDERÓPOLIS 230 kV Substituição dos barramentos principais, de transferência e do vão de interligação de barramentos do pátio de 230 kV; Barramentos principais, de transferência e do vão de interligação de barramentos do pátio de 69 kV; Duas seccionadoras 245 kV do vão de interligação dos barramentos 230 kV.	18/12/2021
SE SIDERÓPOLIS 230 KV Substituição de 18 Transformador(es) de Corrente 230 kV	18/12/2021
SE SIDERÓPOLIS 230 kV Substituição de 03 Disjuntores de 230 kV	18/12/2021
SE SIDERÓPOLIS 69 KV Substituição de 15 Transformador(es) de Corrente 69 kV	18/12/2021
SE SIDERÓPOLIS 69 kV Substituição de 03 Disjuntores de 69 kV	18/12/2021
PMI 2016 – 2019	

EMPREENDEMENTOS EM ANDAMENTO 2018-2021	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE CAMPOS NOVOS Substituição de 03 TPCs 525 kV (Haefely) na Barra B.	10/04/2019
SE GRAVATAÍ Aquisição e instalação de 03 transformadores de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, posição BAB, em substituição a equipamentos de fabricação Haefely.	10/04/2019
SE GRAVATAÍ Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi, TF2.	31/12/2019
SE JOINVILLE Substituição do DJ682 (Magrini MHM145 - 138kV) na SE Joinville	28/02/2019
SE ASSIS Substituições das proteções do TF1 (440/230kV) da SE Assis	30/04/2019
SE LONDRINA Substituição de motogerador da SE Londrina	31/12/2019
SE ITÁ Substituição de disjuntor DJ1070 (Siemens 3AT5 - 525 kV)	31/12/2019
Interesses Exclusivos da Eletrosul	
SE AREIA Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi, posição TF2.	30/12/2019
SE LONDRINA Aquisição e instalação de transformador de potencial do tipo capacitivo - TPC 525 kV, em substituição aos cabos de potencial device dos trafos Mitsubishi posição TF3, na SE Londrina	30/12/2019
SE SIDERÓPOLIS Aquisição de 01 disjuntor 230 kV para posterior substituição de disjuntor Brown Boveri, em final de vida e deficiência de reserva	28/02/2019
SISTEMA Aquisição de baterias para substituição em diversas instalações	31/12/2019

EMPREENHIMENTOS EM ANDAMENTO 2018-2021	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SE BIGUAÇU Aquisição de 02 carregadores de baterias 125Vcc para substituição na SE BIG	30/12/2019
SE SANTO ÂNGELO Aquisição de 02 carregadores de baterias 125Vcc para substituição na SE STA	30/12/2019
LT CURITIBA – JOINVILLE, C1 Recuperação da fundação da torre nº 114 da LT CBA-JOI C1	31/12/2019
SISTEMA Substituição dos sistemas de proteção das LTs IVP-SSA1, IVP-ARE e SOS-CMO1 (primeira etapa: aquisição de relés).	30/06/2020
SE CAXIAS Instalação e substituição de Registradores de Perturbação (RDP) nas SEs CAX	30/03/2019
SISTEMA Substituição de 102 para-raios em diversas SEs	31/12/2019
SISTEMA Aquisição e substituição 29 de baterias de 48V e 125V para diversas instalações	31/12/2019
SE SANTO ÂNGELO Substituições das proteções dos TF2 e TF3 (525/230kV), e respectivos esquemas de Falhas dos Disjuntores da SE STA	30/04/2019
SE CURITIBA Substituição dos cubículos e disjuntores do sistema de 13,8 kV na SE Curitiba	10/04/2019
SISTEMA Substituição de relés de sincronismo em diversas Ses	31/12/2019
SE AREIA Substituição dos cubículos e disjuntores do sistema de 13,8 kV na SE ASSIS	31/12/2019
SISTEMA Substituição RDPs em SE ASSIS e SE LAJEADO GRANDE	31/12/2019
SE GARIBALDI 1 Adequação do Serviço Auxiliar 13,8kV	31/12/2019

EMPREENHIMENTOS EM ANDAMENTO 2018-2021	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
SISTEMA Substituição dos Registradores de Perturbação (RDP) nas subestações Blumenau, Itajaí e Santo Ângelo.	31/12/2019
SISTEMA Substituição dos Registradores de Perturbação (RDP) nas subestações Campo Mourão, Ivaiporã, Salto Santiago, Salto Osório e Areia.	31/12/2019

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

- **Fatores Intervenientes:**

Devido a atrasos nos fornecimentos de alguns contratos de equipamentos, houve a necessidade da reprogramação de pagamentos vinculados a esta ação para 2019, sem prejuízo ao atendimento dos cronogramas da ANEEL.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras considerações:**

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa à realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção.

Todas as melhorias e reforços destinam-se ao aumento da capacidade de transmissão e a confiabilidade do SIN, oferecendo maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao sistema de transmissão da Eletrosul. Mantém, ainda, a regularidade, a continuidade e a segurança na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, auxiliando, também, nos processos de recomposição do sistema, em caso de falhas. Estas melhorias e reforços acompanham a modernidade tecnológica para a conservação das instalações de transmissão, sempre em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e com os procedimentos de rede do ONS.

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul - A ação compreende investimentos para a manutenção do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.12 Ações do Orçamento de Investimento - 25.752.2033.4471.0001

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.4471.0001 Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul
Iniciativa	Manutenção do sistema de transmissão Código: 01G2
Objetivo	Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.

	Código: 0437		
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225	
Ação prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado
7.284.365	7.906.871		1.973.057

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

• Execução das metas:

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica
- Indenização de servidão/benfeitorias/danos em LTs em Operação
- Atendimento à emergência / quedas da torre 303 na LT 525KV Biguaçu-Abdon Batista
- Atendimento à emergência / quedas da torre 280 na LT 525KV Biguaçu-Abdon Batista
- Aquisição de sistemas de ar condicionado

Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone, energia elétrica, dentre outros, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.13 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4101.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4101.0040	Tipo:Atividade
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	
Título	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
2.857.376	2.857.376	0

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

• Execução das metas:

- Aquisição de câmeras de segurança
- Modernização do Sistema de Automação do Ar Condicionado

• Fatores Intervenientes:

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram postergadas para exercícios posteriores as seguintes obras:

- Novo sistema anti-incêndio para o CPD e Edifício Sede
- Modernização do Circuito Interno de TV da sede
- Impermeabilização da Cobertura do Ed. Sede
- Modernização do Sistema de Ar Condicionado do CPD

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.14 Ações do Orçamento de Investimento - 25.122.0807.4102.0040

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4102.0040	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
10.392.018	10.892.018	4.668.529

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

• **Execução das metas:**

- Mobiliário específico para arquivo (estantes)
- Equipamentos de som para auditório;
- Equipamentos e ferramentas para manutenção predial
- Caminhonetes

• **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, ou processo licitatório em aberto deixaram de serem adquiridos, sendo postergados para exercícios posteriores:

- 10 Veículos pequenos
- Mobiliário Corporativo

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
- Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Quadro 5.2.1.15 Ações do Orçamento de Investimento - 25.126.0807.4103.0040

Identificação da Ação		
Código	25.126.0807.4103.0040	Tipo: Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225	
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
18.494.197	21.347.362	7.523.058

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Análise Situacional

- **Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais, destaca-se:

- Implantação do Sistema Integrado de Gestão SAP/ERP
- Modernização do Sistema De Backup - aquisição de fitoteca automatizada (robô) de Armazenamento e Leitura/Gravação de Fitas Magnéticas padrão LTO
- Serviços para a implantação do Sistema Integrado e Automatizado de gestão e governança dos processos fundiários, Ambientais e Patrimoniais dos Empreendimentos de Transmissão e geração de energia elétrica em implantação e operação da Eletrosul, baseado em tecnologia WEB (Internet/Intranet)
- Aquisição de dois conjuntos de armazenamento de dados Storages
- Solução de servidores de rede corporativos baseado em plataforma tipo Blade) para atualização tecnológica do datacenter

- **Fatores Intervenientes:**

A não realização da meta econômica é motivada pelo contingenciamento de recursos financeiros, que motivou a postergação de atividades para o próximo exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

5.2.2. Principais Projetos/Iniciativas acompanhados no Exercício de 2018:

Como mencionado no item 3.2 deste Relatório de Gestão 2018 “Planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão”, o desenvolvimento das estratégias definidas no Plano Estratégico (PE) se dá por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), elaborado pela Eletrobras *holding*, e a participação das empresas controladas, a exemplo da Eletrosul, dá-se por meio do desdobramento das estratégias, diretrizes e premissas contidas no PE e no PDNG da Eletrobras, em seus Planos de Negócios e Gestão (PNGs), ocasião na qual as empresas desenvolvem efetivamente a atividade de planejamento.

Alinhado ao PDNG da Eletrobras 2018-2022, o Plano de Negócios e Gestão (PNG) Eletrosul 2018-2022 apresenta as principais estratégias da empresa para a expansão, operação e manutenção de seus negócios de geração e transmissão de energia elétrica, bem como os aspectos de gestão necessários para suportar o alcance dos objetivos e metas propostos para o período.

O PDNG 2018-2022 da Eletrobras *holding* contemplou cinco Pilares Estratégicos: Excelência Operacional, Disciplina Financeira, Governança e Conformidade, Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável, aos quais foram associados 31 projetos/iniciativas.

O PNG 2018-2022 da Eletrosul apresentou 21 projetos/iniciativas: 12 por desdobramentos de projetos cuja condução está a cargo da *holding* e que internamente existe um plano de ação, e nove projetos que a Empresa entende estarem em alinhamento com o PDNG 2018-2022 da Eletrobras, coordenados pela Eletrosul.

Quadro 5.2.2.1 Projetos PDNG x PNG 2018-2022

Pilar Estratégico	Projeto/Iniciativa	Condução
Excelência Operacional	Implantação do ProERP (PDNG)	Eletrobras
	Centro de Serviço Compartilhado - Núcleo Regional Florianópolis (PDNG)	Eletrobras
	Redução de custos de Pessoal: Revisão da Periculosidade e implantação do Plano de Demissão Consensual (PDNG)	Eletrobras
	Regulamento de Licitações e Contratos conforme Lei 13.303/16 (PDNG)	Eletrobras
	Redução de custos administrativos (PDNG)	Eletrobras
	Sistema de Gestão Fundiária e Ambiental (SIFA)	Eletrosul
	Plano Diretor de Melhorias e Reforços (PDMR)	Eletrosul
	Melhoria do desempenho dos processos de O&M	Eletrosul
	Segurança de Rede e Informações	Eletrosul
	Modernização e Atualização do Sistema de Telecomunicações	Eletrosul
	Implantação tempestiva das obras decorrentes de autorizações ANEEL para 2018	Eletrosul
Disciplina Financeira	Venda de imóveis administrativos (PDNG)	Eletrobras
	Venda de participação em SPEs (PDNG)	Eletrobras
	Reestruturação societária (PDNG)	Eletrobras
	Implantação do Orçamento Base Zero (OBZ) (PDNG)	Eletrobras
Governança e Conformidade	5 Dimensões de Compliance (PDNG)	Eletrobras
	Eliminação das Fraquezas Materiais (PDNG)	Eletrobras
Valorização das Pessoas	Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho	Eletrosul
Atuação Sustentável	Migração do “Sertão” para o Ambiente de Contratação Livre (ACL)	Eletrosul
	Fornecedores estimulados à adoção de práticas de valorização e promoção da diversidade	Eletrosul
	Compromisso Agenda 2030 - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável(ODS) (PDNG)	Eletrobras

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Programas ou Projetos/iniciativas Financiados com recursos externos

Os programas e os projetos/iniciativas apresentados e acompanhados por meio do PNG 2018-2022 da Eletrosul não contou com recursos externos, considerando recurso externo o recurso proveniente de Bancos, Órgãos Multilaterais, agências governamentais e fundações. Em função de alguns projetos/iniciativas serem coordenados pela Eletrobras e trabalhados por mais de uma empresa Eletrobras, alguns custos de projetos a exemplo da contratação de consultoria e de treinamentos foram despendidos pela *holding*.

5.3 Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos

Concomitantemente ao acompanhamento dos Projetos/Iniciativas constantes no PNG Eletrosul, o monitoramento das estratégias associadas aos objetivos estratégicos é medido por meio do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), verificando assim se o desempenho da empresa encontra-se em alinhamento às estratégias definidas nesse PNG.

O CMDE 2018-2022 faz parte do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras e é celebrado entre a Eletrobras *holding* e as controladas, no qual são estabelecidas metas de desempenho econômico, financeiro, operacional, de gestão, governança e socioambientais para cada ano desse período, que são avaliadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

Em 2018, foi aprovada a pactuação do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) para os indicadores estratégicos considerando a revisão das metas para os anos de 2018 a 2021 e o acréscimo das metas para o ano de 2022, a partir das metas individualizadas de cada empresa no PDNG 2018-2022.

No quadro abaixo seguem os indicadores estratégicos e as metas pactuadas aplicáveis à Eletrosul para o período de 2018-2022:

Quadro 5.3.1 Indicadores CMDE 2018-2022

Polaridade	Nome do Indicador	Unid.	Peso	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022
↑	EBITDA Gerencial / ROL Ajustada	%	2	35,4	35,1	35,0	34,8	36
↓	Dívida Líquida / EBITDA Gerencial	Índice	3	4,01	3,88	3,51	2,82	2,43
↑	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	%	2	1,4	1,9	2,3	2,6	3,5
↑	Investimento Realizado / Investimento Aprovado	%	1	90,0	90,0	90,0	90,0	90,0
↓	PMSO Clássico / ROL Ajustada	%	2	36,6	34,0	36,1	37,0	38,3
↓	PMSO Clássico / PMSO Regulatório	%	3	1,01	0,87	0,86	0,85	0,84
↑	Disponibilidade da Geração Relativa – DISPGR	Índice	1,5	0,9536	1,000	1,000	1,000	1,000
↑	Disponibilidade Oper. de Transformadores - DISPOTR	%	1,5	99,84	99,84	99,84	99,84	99,84
↑	Disponibilidade Oper. de Linhas de Transmissão – DISPOLT	%	1,5	99,84	99,84	99,84	99,84	99,84
↑	Indicador Global (Geração + Comercialização)	Índice	1,5	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
↑	Índice de Desempenho de Projeto - IDP ProERP	Índice	1,0	1,00	1,00	-	-	-
↑	Remediação das Deficiências Significativas	%	0,5	95	100	100	100	100
↑	Controle de Remediação das Deficiências	%	0,5	95	95	97	97	97

Polaridade	Nome do Indicador	Unid.	Peso	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022
↑	Satisfação dos Colaboradores	%	1,0	70	72	72	74	74
↓	Taxa de frequência de acidentes	Índice	1,0	3,85	3,7	3,54	3,39	3,23
↑	Redução do consumo de energia elétrica	%	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
↑	Redução do consumo de combustíveis	%	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
↑	Redução do Consumo de água	%	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
↓	Emissões Totais de GEE / Rol	tCO2/R\$	1,0	0,068	0,070	0,070	0,074	0,074

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

5.4 Avaliação dos Objetivos Alcançados e do Desempenho em Relação às Metas

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2018-2022 da Eletrosul, elaborado a partir das diretrizes do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrosul em 12/2017, teve sua 2ª versão aprovada pelos referidos colegiados em 03/2018 visando atualizar informações referentes ao painel de indicadores e metas do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE) vigente na sua aprovação; em projetos relacionados ao Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes das Empresas Eletrobras (RVA) 2018 na Eletrosul; e em apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumidos pelas Empresas Eletrobras.

O desempenho do Plano de Negócios e Gestão da Eletrosul PNG 2018-2022 pode ser medido por meio do acompanhamento dos projetos contidos no Plano e por meio dos resultados dos indicadores do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE).

Observa-se que os projetos apresentados no PNG Eletrosul 2018-2022 poderiam conter como cronograma ações que se iniciaram antes de 2018 e que pudessem ser concluídos até 2022, razão pelas quais muitos projetos abaixo listados não foram concluídos em 2018.

As mudanças de cenários do setor elétrico brasileiro no contexto socioeconômico têm se mostrado cada vez mais desafiadoras. E nesse sentido, a alta administração tem acompanhado o desempenho dos projetos priorizados no PNG 2018-2022, a relação de indicadores que compõem o Contrato de Metas de Desempenho Operacional (CMDE) 2018-2022 e o desempenho dos indicadores que fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Projetos Priorizados no PNG da Eletrosul 2018-2022:

Segue abaixo, análise dos resultados observados no acompanhamento dos projetos priorizados no PNG 2018-2022:

Implantação do ProERP SAP

O projeto teve como objetivo implantar o sistema SAP ERP na Eletrosul em conjunto com demais empresas Eletrobras, viabilizando a integração eletrônica dos processos de Finanças, Suprimentos, Recursos Humanos e Gestão de Ativos, adotando padrões que favoreçam a integração e o alinhamento entre os processos informatizados nas empresas.

Na Eletrosul, este projeto apresentou o *Go Live* do ERP em 07/01/19 conforme definição da Coordenação Geral do ProERP, sendo que as principais atividades realizadas em 2018 foram:

-Planejamento; Levantamento de informações (Prover Dados); Desenho do BBP (Processos de Negócio); Saneamento de Dados; Extração de dados dos sistemas legados; Desenvolvimento de

Interfaces; Testes Integrados; Treinamentos de usuários multiplicadores; e *Go Live* (quando um sistema/software se torna disponível para seu público).

O projeto contribui para o conhecimento dos processos de negócio da Eletrosul principalmente para a equipe de projeto; para o fortalecimento do trabalho em equipe devido a grande integração e dependência existentes dentro do ERP SAP entre os processos de negócio; e para a grande integração entre as equipes das dez empresas envolvidas no projeto, proporcionando troca de informações e aprendizados dos processos em nossas empresas.

Implantação do CSC Unidade Sul

Este projeto teve como objetivo contribuir para a eficiência operacional da Eletrosul, no âmbito do PDNG, por intermédio da execução das atividades de suporte, de forma centralizada e padronizada.

O CSC Unidade Sul teve o seu *Go Live* em 28/05/2018, sendo a primeira unidade dentre as quatro a iniciar os trabalhos de CSC.

O redesenho dos processos já alocados no CSC foram 100% efetuados, contemplando a sugestão de indicadores de qualidade e produtividade.

O quadro quanti-qualitativo dos processos já alocados no CSC foi 100% estabelecido, principalmente pelo fato do quadro de pessoal da Eletrosul estar aquém do contingente previsto para o *Go Live*.

Em dezembro/18, a revisão das Normas Organizacionais do CSC Unidade Sul estava em andamento. Porém, a adequação final dos Normativos (Normas de Gestão e Normas Organizacionais) depende da revisão da estrutura organizacional do quadro corporativo.

Redução de custos de Pessoal: Revisão da Periculosidade e implantação do Plano de Demissão Consensual (PDNG)

Ambos projetos visavam contribuir na redução de 7,87% na rubrica de Pessoal a partir de outubro de 2018, conforme estabelecido no PNG da Eletrosul 2018-2022.

- Redução de Custos de Pessoal por meio da Revisão da Periculosidade - Projeto concluído em 2018, apresentando como principais atividades:

Elaboração dos laudos de periculosidade; Definição e Aprovação da Política de Credenciamento em Periculosidade; Revisão dos enquadramentos e credenciamentos existentes na empresa; Apresentação do acompanhamento do projeto e dos percentuais de redução da periculosidade.

- Redução de Custos de Pessoal por meio do Plano de Demissão Consensual (PDC) - Em 2018, houve novo programa para redução do quadro de pessoal. Até dezembro de 2018, houve desligamento de 112 empregados que aderiram ao PDC e, destes, 90 eram do quadro efetivo.

Regulamento de Licitações e Contratos conforme Lei 13.303/16

Este projeto teve como objetivo atender a Legislação específica e unificar os procedimentos de contratação das empresas do Grupo Eletrobras.

O Regulamento em referência passou a vigorar nas empresas Eletrobras, a partir do dia 02/04/2018, destacando que toda requisição/solicitação de compras emitida e aprovada a partir dessa data deverá se dar com base na Lei n.º 13.303/2016, no regulamento de licitações e contratos aprovado pelos respectivos Conselhos de Administração e nos procedimentos operacionais aprovados pela Diretoria Executiva da Eletrobras, não mais, portanto, na Lei n.º 8.666/93.

Em consonância com a legislação, apenas para os processos cuja requisição/solicitação de compras tenha sido emitida e aprovada antes de 02/04/2018, fica permitida a utilização da legislação anterior.

Redução de Custos Administrativos

Este projeto teve como objetivo a redução do MSO em 12% entre 2019 e 2022 (3% a.a.). A adoção de medidas de redução de despesas com MSO faz parte do cotidiano da Eletrosul, como pode ser verificado no quadro abaixo, que compara o total realizado nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, com o aprovado para 2018 e com a meta estipulada pela Diretoria Executiva para este ano.

Quadro 5.4.1 – Custos Administrativos (Valores em R\$)

Item	Valor Ajustado IPCA do Período	Diferença %					
		Realizado 2014	Realizado 2015	Realizado 2016	Realizado 2017	Meta 2018	Aprovado 2018
Realizado 2014	R\$ 216.526		5,94%	21,95%	22,52%	19,9%	8,9%
Realizado 2015	R\$ 204.386	-5,61%		15,11%	15,66%	13,14%	2,77%
Realizado 2016	R\$ 177.560	-18,00%	-13,12%		0,48%	-1,71%	-10,71%
Realizado 2017	R\$ 176.720	-18,38%	-13,54%	-0,47%		-2,18%	-11,14%
Meta 2018	R\$ 180.650	-16,57%	-11,61%	1,74%	2,22%		-9,16%
Aprovado 2018	R\$ 198.868	-8,16%	-2,70%	12,00%	12,5%	10,08%	

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial – ASG

Os resultados alcançados pela empresa com o Plano de Redução de Custos, que é renovado anualmente, demonstram que as medidas adotadas desde 2014 vêm ao encontro do Pilar Estratégico “Excelência Operacional”.

Sistema de Gestão Fundiária e Ambiental (SIFA)

A implantação deste sistema objetivou automatizar e sistematizar o gerenciamento dos processos de licenciamento ambiental, possibilitando o cadastro e acompanhamento de licenças, condicionantes e programas ambientais. As etapas realizadas em 2018 foram a instalação do sistema SIFA na Eletrosul; a definição e entrega do projeto executivo; e a implantação e configuração do sistema.

Em 2019, estão previstas a realização das atividades: Configuração do Sistema e Integração com outros sistemas corporativos, incluindo ERP SAP e Sistema Percept Tools (utilizado pelo Departamento Jurídico); Migração de dados do Sistema DIM (Sistema de Desapropriação de Imóveis); Treinamentos aos futuros usuários.

Plano Diretor de Melhorias e Reforços (PDMR)

O PDMR é revisado anualmente e visa garantir a qualidade e a confiabilidade do Sistema Elétrico. Ao longo do ano de 2018, a Eletrosul investiu R\$ 17,5 milhões em Reforços e Melhorias nos seus ativos de transmissão, em atendimento às necessidades estabelecidas nas Resoluções Autorizativas ANEEL às necessidades do Plano de Modernização das Instalações (PMI) e envolvendo ainda outros empreendimentos de interesse exclusivo da empresa.

Com isso, 91,2% foi a realização do avanço físico do PDMR (aprovado para 2018).

Destaca-se ainda a nova composição do Comitê de Coordenação do PDMR, aprovado pela Diretoria Executiva em 2018.

Melhoria do desempenho dos processos de O&M

O Projeto consistia na implantação de um sistema integrado de gestão de O&M, integrado ao ERP SAP e sistemas do ONS e ANEEL. Tinha como objetivo permitir sinergia entre as áreas de operação e manutenção, possibilitando um amplo rol de benefícios à Eletrosul. Contudo, percebeu-

se que a implantação do ERP SAP permitirá evoluir para este objetivo sem a implementação de mais um sistema informatizado.

Segurança de Rede e Informações

O projeto consiste em melhorar a segurança de rede da empresa a fim de proteger seus dados corporativos e a sua rede de operação, além de prevenir o extravio de informações consideradas estratégicas para o negócio seja através de e-mails, pen drives, compartilhamento de arquivos em nuvem, dentre outros.

Em 2018, foram realizadas a definição do escopo do projeto e a execução da Prova de Conceito, ou PoC (sigla em inglês, *Proof of Concept*, que são testes técnicos de aceitação) com três fabricantes. Ainda em 2018, foi iniciada a especificação técnica (etapa que antecede a licitação).

Em 2019, estão previstos a contratação da empresa prestadora dos serviços por meio de processo licitatório e respectiva assinatura do contrato; a implantação do projeto; e o treinamento da equipe técnica.

Modernização e Atualização do Sistema de Telecomunicações

O projeto consiste na substituição do sistema de telecomunicação digital ótico (Synchronous Digital Hierarchy - SDH) que atende as subestações e usinas da Eletrosul, com serviços voltados exclusivamente à operação e manutenção do sistema Elétrico, buscando a eficiência Operacional.

O SDH é um sistema de multiplexação TDM de banda larga. A técnica SDH realiza multiplexação TDM determinística (ou síncrona), permitindo canais de comunicação que garantem as condições técnicas necessárias para atendimento aos Procedimentos de Rede.

Com o Acordo de Cooperação entre a Eletrosul e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o investimento de implantação do novo sistema SDH será de responsabilidade da RNP, cabendo o custo de operação à Eletrosul.

A cooperação entre a RNP e a Eletrosul poderá acelerar a oferta, pela RNP, de infraestrutura avançada para educação e pesquisa em universidades e centros de pesquisa e, para Eletrosul, permitirá ampliar a oferta e a confiabilidade dos seus serviços de telecomunicações operativos e corporativos.

A RNP é responsável pela execução do Programa Interministerial do Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações Telecomunicações (MCTIC), da Saúde (MS) e da Cultura (MinC), de redes para educação e pesquisa, que desenvolve e mantém uma infraestrutura nacional avançada de comunicação e colaboração a distância, integrando mais de 1200 instituições, financiando projetos de pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) acadêmica e realizando a capacitação de recursos humanos especializados.

Foram realizadas, em 2018, as atividades de elaboração da documentação para aquisição dos equipamentos SDH e a análise e aprovação de projetos para instalação dos equipamentos SDH.

O teste de aceitação em fábrica, o recebimento dos equipamentos SDH e a instalação do projeto piloto do SDH (no mínimo em uma área) serão realizados em 2019, visto que a RNP não conseguiu concretizar seu orçamento em 2018 para que as etapas finais fossem concluídas nos prazos estabelecidos na etapa de planejamento.

Implantação tempestiva das obras decorrentes de autorizações ANEEL para 2018

A implantação visa atender obrigações dos contratos de concessão e buscar as respectivas receitas associadas. Os cinco empreendimentos constantes neste projeto entraram em operação comercial até o final de setembro/2018: SE Tapera 2, SE Santo Ângelo, SE Dourados SE Nova Petrópolis 2, e SE Biguaçu.

Os principais benefícios do projeto são i) aumento de ativos ao sistema de transmissão da Eletrosul, ii) maior segurança operacional, bem como atendimento ao aumento da demanda de energia nos respectivos sistemas, iii) aumento de receita para Eletrosul.

Venda de imóveis administrativos

Foram iniciados em 2017, estudos para verificar a existência de imóveis administrativos e/ou não vinculados a atividade fim da Eletrosul. Com isso, foram identificados imóveis em processo de regularização fundiária judicial e, segundo as áreas de Patrimônio Imobiliário e Jurídica da Eletrosul, os respectivos prazos de equacionamento foram previstos em consonância com o histórico de cada comarca e do poder judiciário em geral.

Avaliou-se um terreno localizado na cidade de Candói/PR, cujo correspondente processo é de “reintegração de posse” e um terreno em São Lourenço D’Oeste/SC, de “usucapião”.

Quanto ao terreno localizado em Candói/PR, foram realizadas as atividades de levantamento topográfico atualizado do perímetro do terreno, a regularização documental da matrícula do imóvel, a pesquisa de preços e avaliação do bem, e a busca pela resolução administrativa e judicial de ocupações indevidas (invasões) do terreno.

Em função da Audiência de Conciliação, realizada em 24/05/2018, ter restado frustrada, a Eletrosul optou por promover Chamada Pública destinada à venda pela melhor oferta nas condições em que o terreno se encontra, cabendo ao proponente vencedor o ônus da regularização do bem, caso assim desejar. O projeto de reintegração de posse deste terreno não foi concluído em 2018, contudo terá continuidade em 2019.

Já o imóvel da Estação de Telecomunicações de São Lourenço D’Oeste/SC, em função do baixo valor deste e conforme acordo a ser celebrado entre Eletrosul e Polícia Militar de Santa Catarina, este será regularizado quanto à titularidade em favor da Eletrosul, todavia, a Estação não será mais desativada nem tampouco o imóvel será alienado em razão do mencionado acordo de cooperação técnica.

Venda de participação em SPE

Visando a redução da dívida com a Eletrobras, em junho de 2018, conforme previsto no Contrato de Dação em Pagamento, a Eletrosul transferiu para a Eletrobras, a sua participação acionária de 27,42% na SPE Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU), pelo valor de R\$ 23 milhões e a sua participação acionária de 75,0% na SPE Uirapuru Transmissora de Energia S.A. pelo valor de R\$ 63 milhões.

Os valores de transferência foram equivalentes ao saldo contábil dos referidos investimentos, constante das últimas demonstrações contábeis auditadas disponíveis na ocasião (março/2018).

Em novembro, por meio de uma permuta com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Eletrosul adquiriu a totalidade das ações da Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE), SPE na qual tinha participação. Em contrapartida, as ações da Eletrosul nas SPEs Costa Oeste e Marumbi foram repassadas à Copel.

Reestruturação Societária Eletrosul e CGTEE

O Conselho de Administração da Eletrobras *holding* aprovou o início dos estudos para reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul e CGTEE, visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico-financeira e societária, em Fato Relevante emitido em 29/09/2017. Entretanto, ao longo deste Plano de Negócios e em projeções financeiras, esta premissa não foi considerada na base de cálculos.

Em apresentação da proposta de projetos que comporiam o Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes das Empresas Eletrobras – RVA 2018 na Eletrosul, em atendimento ao disposto no

Ofício Circular nº 390/2017-MP de 15/09/2017, o Conselho de Administração da Eletrosul, em 18/01/2018, selecionou a Implantação do Projeto de Reestruturação Societária da Eletrosul/CGTEE como prioritário a ser coordenado pela Presidência da empresa.

Em 2018, foram realizadas as seguintes atividades: Contratação de Consultoria Deloitte para reestruturação foi ratificada e aprovada em reunião da Diretoria da Eletrobras. Contrato assinado e equipe de consultores definida; Etapas da Reestruturação: Análise Prévia realizada. As próximas etapas são Planejamento e Implantação da Reestruturação;

Orçamento Base Zero (OBZ)

Visando a otimização do processo de elaboração do orçamento e melhoria dos processos de controle, em janeiro de 2018, o Conselho de Administração da Eletrosul selecionou a Implantação da Metodologia de planejamento e orçamentação conhecida como “Orçamento Base Zero” como prioritário a ser coordenado pela Diretoria Financeira da empresa, projeto este que faz parte do Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes das Empresas Eletrobras (RVA) 2018 na Eletrosul, em atendimento ao disposto no Ofício Circular nº 390/2017-MP de 15/09/2017.

O objetivo desta implantação contempla a redução de despesas com serviços de terceiros, viagens, logística, TI, comunicação, manutenção predial e outros custos relevantes da Empresa. As etapas de reunião de alinhamento, abertura do projeto no Sistema de Gestão de Projetos Clarity e elaboração de documentações do processo licitatório com a perspectiva de obter o parecer jurídico foram concluídas em 2018.

O pregão foi realizado em setembro de 2018, com a Ernst & Young oferecendo o menor valor pelo serviço. Contudo a A.T. Kearney entrou com recurso, o que atrasou o processo de contratação da consultoria, fato que não ocorreu até final de 2018. O projeto terá continuidade em 2019 e a previsão é concluí-lo até 2020.

5 Dimensões de Compliance

O Programa Eletrobras 5 Dimensões foi desenvolvido como resposta às Fraquezas Materiais apontadas no Formulário de Referência e no Formulário 20-F da Eletrobras, de modo a estabelecer diretrizes para a gestão das atividades relacionadas a integridade dentro da Companhia.

Este projeto foi coordenado pela Eletrobras, e na Eletrosul gerou os seguintes produtos no período:

- Foram disponibilizadas minutas para composição dos Regimentos Internos da Alta Administração, e minutas de normas organizacionais com foco nas atividades de ética e integridade;
- Inventário de Riscos de Fraude e Corrupção;
- Estabelecimento de metodologia de monitoramento de fornecedores e parceiros comerciais (em processo de aprovação).

Eliminação das Fraquezas Materiais

Para atender aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e permitir a manutenção da negociação das ADRs (recibos de ações) na Bolsa de Nova Iorque, desde 2012 a Eletrosul vem atuando na remediação das deficiências significativas no ambiente de controle interno.

O programa de remediação foi coordenado pela Eletrobras e mostrou-se exitoso no período, com a avaliação de eficácia dos planos de ação que envolviam atividades da Eletrosul e estavam atrelados às fraquezas materiais.

Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho

A Taxa de frequência de acidentes é medida pela relação do número de acidentes e horas-homem de exposição ao risco (quadro efetivo).

Em 2018, ocorreram 14 acidentes e 2.885.472 horas de exposição ao risco, o que acarretou em uma taxa de 6,13, ou seja, 2,28 pontos percentuais acima da meta de 3,85, (avaliada em quanto menor melhor).

O registro de incidentes é uma das possibilidades de atenuar a ocorrência de acidentes porque existe uma proporção entre incidentes e acidentes. Segundo dados da Fundação COGE -FUNCOGE, para cada acidente fatal, ocorrem 121 acidentes com lesão e 3.630 acidentes sem lesão (perdas potenciais). Desta forma, o registro dos incidentes pelos empregados é uma forma de atuação preventiva, possibilitando à empresa atuar antes da ocorrência de acidente com lesão.

Para divulgar os dados estatísticos e estimular o registro de incidentes foram realizadas palestras sobre o tema na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), além das diversas ações já realizadas pela empresa, relacionadas ao plano PESSOAS.

O Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS) abrange o conjunto de ações na área de gestão da segurança e saúde ocupacional, acompanhamento sócio funcional que possibilitam resultados voltados à preservação da integridade, bem-estar de cada empregado e da força de trabalho como um todo, fundamentais para atender a missão e a visão empresarial. Este plano abrange todas as atividades de rotina na área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), as quais contribuem para a diminuição dos índices de acidentes do trabalho (treinamento, supervisão, acompanhamento sócio funcional, exames periódicos, normatização, reconhecimento de riscos, implantação de medidas de controle, entre outras).

Migração do “Sertão” para o Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Além de restringir o consumo de energia elétrica para fontes de energia “limpa”, a migração do consumo do edifício sede da Divisão Regional de Santa Catarina para o mercado livre, com suprimento pela PCH João Borges, visou contribuir na redução de emissões de gases do efeito estufa (emissões de GEE).

Desde abril de 2018, a unidade da Eletrosul que fica localizada no Sertão do Maruim, endereço da Divisão Regional de Santa Catarina (DRSC), tornou-se um consumidor especial no mercado livre, com consumo atendido pela PCH João Borges.

O objetivo do projeto visava a redução de custos com compra de energia elétrica dessa divisão, o aprimoramento do conhecimento e *know how* do mercado livre. Contribuiu para a redução da emissão de gases de efeito estufa, e consequentemente, repercute para a imagem da empresa.

Fornecedores estimulados à adoção de práticas de valorização e promoção da diversidade

Alinhado ao Pilar Atuação Sustentável, o projeto visa fomentar nos fornecedores nível 1 (contratados pela empresa) à adoção de práticas visando valorização, capacitação e emprego de pessoas com deficiência, valorização da diversidade e promoção da equidade.

Em 2018, foram enviadas mensagens para os fornecedores nível 1 do sistema corporativo da empresa. Também foi divulgado no site da Eletrosul (Licitações/Gestão de Fornecedores) informativo sobre o tema. Salienta-se que no PNG da Eletrosul 2018-2022, este projeto está relacionado ao indicador FIDIVERSIDADE (ODS), contudo a maioria dos indicadores não possuiu um projeto associado.

Compromisso Agenda 2030 - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

O alinhamento do PDNG 2018-2022 da Eletrobras com os Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS), demonstra que a empresa reconhece seu papel importante na concretização desses objetivos para o desenvolvimento sustentável e ratifica o seu reconhecimento como fomentadora de Políticas Públicas.

O Compromisso da Agenda 2030 pode ser percebido pela análise e seleção de cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizados no Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Eletrosul 2018-2022:

- ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- ODS 07 - Energia Acessível e Limpa;
- ODS 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- ODS 08 - Trabalho decente e Crescimento Econômico;
- ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima.

Visando a valorização do compromisso assumido com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi realizado o acompanhamento de 15 indicadores relacionados aos ODS, priorizados pelas empresas Eletrobras, e aplicáveis a Eletrosul:

Quadro 5.4.2 Indicadores relacionados aos ODSs e Desempenho realizado em 2018

Sentido	Indicador	Un.	Acompanha m.	Meta 2018	Realizado 2018	
					Resultado	Desempenho em relação à Meta
↑	Fornecedores estimulados à adoção de práticas de valorização da diversidade	%	Trim.	40%	80,7%	101,75%
↑	Participação das fontes de energia limpa na matriz elétrica da empresa	%	Trim.	94,6%	100%	5,7%
↑	Investimento em P&D+I / ROL Ajustada	%	Trim.	1,0%	1,0%	0%
↑	Redução do consumo de Energia Elétrica	%	Trim.	0,2%	-23,6%	-11.900%
↑	Redução do consumo de água	%	Trim.	0,3%	5,7%	1.800%
↑	Redução do consumo de combustíveis fósseis	%	Trim.	0,2%	13,2%	6.500%
↓	Emissões Totais de GEE/Rol	tCO ₂ e/(R\$ mil)	A	0,068	0,056	17,65%
↓	Taxa de Frequências de Acidentes	Índice	Trim.	3,85	6,13	-59,2%
↑	Cargos de gerência ocupados por mulheres	%	Trim	11,6%	12,4%	6,9%
↓	Desigualdade Salarial	Em número de vezes	Trim	10	10,8	-8%
↑	Due Dilligence de Fornecedor Crítico	%	Trim.	60%	100%	66,7%
↑	Colaboradores treinados em políticas e procedimentos de combate a corrupção	%	Trim.	100%	99,5%	- 0,5%
↑	Fornecedores críticos treinados em políticas e procedimentos de combate a corrupção	%	Trim.	60%	100%	66,7%
↑	Parceiros Comerciais treinados em políticas e procedimentos de combate a corrupção	%	Trim.	60%	100%	66,7%
↑	Denúncias de violação de direitos humanos tratadas ²	%	Trim.	Tratar até 2020, 100% das denúncias de violação de DH recebidas	14%	-86%

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Destes 15 indicadores, cinco também fazem parte do CMDE 2018-2022, quais sejam:

- Redução do consumo de Energia Elétrica;
- Redução do consumo de combustíveis fósseis;
- Redução do consumo de água;
- Emissões Totais de GEE/Rol;
- Taxa de Frequências de Acidentes.

Análise dos Indicadores da Agenda 2030 – Resultado 2018

Fornecedores estimulados à adoção de práticas de valorização da diversidade – acompanhar este indicador reflete o compromisso da empresa quanto ao estímulo a fornecedores à adoção de práticas

de valorização, capacitação e inclusão de pessoas com deficiência, valorização da diversidade e promoção da equidade.

A área de gestão de suprimentos elaborou, em 2018, o projeto de sensibilização direcionado aos fornecedores, quanto a adoção de práticas de valorização e promoção da diversidade, no qual teve como principais iniciativas:

- i) Divulgação no sítio da Eletrosul (Licitações/Gestão de Fornecedores) de informativo sobre o tema;
- ii) Encaminhamento anual (sendo o primeiro realizado em julho/2018) de um informativo sobre o tema, divulgando a nova edição do Relatório de Sustentabilidade da Eletrosul 2018 (divulgado em nosso sítio em julho/2018);
- iii) Inclusão nos editais de licitação e no modelo de contrato de orientações sobre a adoção de práticas de valorização e promoção da diversidade.

Essas ações foram suficientes para o alcance da meta, visto que 80,7% dos fornecedores foram sensibilizados com o tema.

Participação das fontes de energia limpa na matriz elétrica da empresa - Esse indicador mede a contribuição da empresa com o Objetivo 7 dos ODS que prevê assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia limpa para todos. Historicamente, a Eletrosul mantém estudos para elaboração de projetos de geração com fontes de energia “limpa”, e como consequência este indicador têm se mantido com resultado de 100% atingido.

Investimento em P&D+I / ROL Ajustada - Indica o percentual da Receita Operacional Líquida Regulatória da empresa aplicado em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ao estabelecer este indicador como prioritário, as Empresas Eletrobras assumem o compromisso com o ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura.

A meta de 1% em cada um dos anos abrangidos por este Plano de Negócios contribui para fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas da empresa, além de atender integralmente ao percentual estabelecido pela regulação. Os valores pagos para o CEPEL, M.M.E. e FINEP têm se mantido no limite da Lei contribuindo no atingimento da meta.

Redução do consumo de energia elétrica adquirida de fontes renováveis no ambiente de contratação livre (ACL) – Por meio da promoção da eficiência energética, a empresa assumiu o compromisso com a construção de infraestruturas resilientes e sustentáveis, referenciados no ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura. Nesse contexto, uma das ações implementadas foi a migração do ambiente de contratação regulada (ACR), que corresponde a energia proveniente do SIN, para o ambiente de contratação livre, no qual a energia é proveniente de fontes próprias e renováveis, com suprimento pela PCH João Borges. A Eletrosul realizou este procedimento para sua Sede administrativa, em 2014, e para Regional de Manutenção de Santa Catarina, em abril de 2018, e monitora a redução de seu consumo neste perfil por meio de uma variável habilitada para ambas as unidades.

A empresa definiu um indicador para acompanhamento da redução do consumo de energia na atividade administrativa com meta de redução prevista de 0,2% ao ano.

Apesar de todas as ações implementadas na sede da empresa, a meta relacionada ao consumo de energia elétrica não foi atingida em virtude das altas temperaturas registradas na região no último trimestre, que ocasionou a maior demanda pelo uso da central de ar condicionado. Cabe ressaltar que o resultado acumulado, até setembro de 2018, apresentou uma redução de 1,375%, motivo pelo qual acreditava-se que a meta seria atingida. As ações implementadas para atingir esta meta foram: Campanhas para uso eficiente da energia elétrica, instalação de interruptores e/ou sensores em todas as copas, instalação de lâmpadas LED nas salas de reunião do CSC e sala do gerente do DPS para testes e instalação do novo sistema de automação da central de ar condicionado.

Ao final do processo o resultado apresentado pela Eletrobras (aumento de 23,6%) foi diferente daquele reportado pela Eletrosul trimestralmente (aumento de 0,3%), o que foi objeto de discussão entre Eletrosul (áreas de Gestão Empresarial e Ambiental) e a Eletrobras, por meio da área de Desempenho Empresarial (PREP).

O resultado da holding contabilizou o somatório do consumo de energia elétrica da sede + sertão, enquanto o da Eletrosul expurgou os registros do Sertão, em virtude do indicador ser estritamente relacionado a atividade administrativa. Cabe salientar que o Sertão dá suporte a manutenção das subestações e usinas da empresa localizadas em SC, portanto seu consumo não condiz com o protocolo do indicador.

Redução do Consumo Administrativo de Água de rede de abastecimento - O consumo responsável de água é um objetivo a ser perseguido por todas as empresas e nações conscientes de sua responsabilidade com o meio ambiente em que vivemos. Mensurar e estabelecer metas para tornar mais sustentável a utilização desse recurso, contribui em especial à meta 9.4 que visa modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

A meta anual é a redução de 0,3% no consumo de água (m³) a partir da rede de abastecimento da concessionária de saneamento em atividades administrativas.

As principais ações visando à redução do consumo administrativo de água, em 2018, foram: campanha de uso eficiente da água, gestão tecnológica para identificar, otimizar o uso e identificar vazamentos.

Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis – Indica o compromisso da empresa em minimizar os impactos ambientais por meio da redução do consumo de combustíveis fósseis e a emissão de poluentes. Está diretamente relacionado ao ODS 13 que visa a adoção de medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, e contribui ao ODS 9 que objetiva construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. A meta é reduzir em 1% esse consumo até 2022, ou seja, 0,2% ao ano.

As principais ações visando à redução do consumo de combustíveis fósseis, em 2018, foram: campanha de comunicação e conscientização para o uso eficiente dos veículos da frota; implantação de rastreamento veicular; contratação de empresa especializada em gerenciamento de manutenção de veículos da frota; orientação aos empregados para abastecer com álcool veículos locados na devolução.

Emissões Totais de GEE/Rol - redução de 17% no ano de 2018 em relação ao ano anterior. As ações implementadas para redução do consumo de combustíveis fósseis contribuíram também na redução das emissões de gases de efeito estufa. O resultado do indicador foi de 0,056 - abaixo do valor fixado pela Eletrobras de 0,068 (quanto menor, melhor).

As ações que impactaram no desempenho deste indicador são as mesmas que contribuíram na redução do consumo de combustíveis fósseis (citadas acima).

Taxa de Frequências de Acidentes – a melhor maneira de reduzir a taxa de frequência de acidentes é reduzir o número de acidentes com afastamento.

Visando o alcance da meta, foi estipulado o projeto “Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho” contido no PNG 2018-2022.

A Taxa de Frequência de Acidentes é medida pela relação do número de acidentes e horas-homem de exposição ao risco (quadro efetivo).

Em 2018, ocorreram 14 acidentes e 2.885.472 horas de exposição ao risco, o que acarretou em uma taxa de 6,13, ou seja, 2,28 pontos percentuais acima da meta de 3,85, (avaliada em quanto menor melhor).

Por fim, o registro de incidentes é uma das possibilidades de atenuar a ocorrência de acidentes porque existe uma proporção entre incidentes e acidentes. Segundo dados da Fundação COGE - FUNCOGE, para cada acidente fatal, ocorrem 121 acidentes com lesão e 3.630 acidentes sem lesão (perdas potenciais). Desta forma, o registro dos incidentes pelos empregados é uma forma de atuação preventiva, possibilitando à empresa atuar antes da ocorrência de acidente com lesão.

Para divulgar os dados estatísticos e estimular o registro de incidentes foram realizadas palestras sobre o tema na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), além das diversas ações já realizadas pela empresa, relacionadas ao plano PESSOAS.

O Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS) abrange o conjunto de ações na área de gestão da segurança e saúde ocupacional, acompanhamento sócio funcional que possibilitam resultados voltados à preservação da integridade, bem-estar de cada empregado e da força de trabalho como um todo, fundamentais para atender a missão e a visão empresarial. Este plano abrange todas as atividades de rotina na área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), as quais contribuem para a diminuição dos índices de acidentes do trabalho (treinamento, supervisão, acompanhamento sócio funcional, exames periódicos, normatização, reconhecimento de riscos, implantação de medidas de controle, entre outras).

Cargos de gerência ocupados por mulheres - Considerando o compromisso com a valorização da diversidade em matéria de emprego e ocupação, foi criado o indicador “Cargos de gerência ocupados por mulheres ” para o acompanhamento do número de mulheres em cargo de gerência (funções gratificadas) em relação ao total de cargos de gerência na empresa, visando contribuir para o alcance do ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico (meta 8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor) e ODS 5 Igualdade de Gênero (meta 5.C adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres, em todos os níveis). O resultado acumulado, em 2018, indica a superação da meta.

Desigualdade Salarial - Objetiva que essa diferença seja igual ou inferior a 10 vezes a partir de 2020, contribuindo assim, para o alcance do ODS 8, que visa promover o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas.

Na Eletrosul, 10,8 vezes corresponde a diferença entre o maior e o menor salário, contudo, em virtude da meta ser alcançar no máximo a diferença de 10 vezes até 2020, projeta-se o alcance dessa meta antes deste período.

Due Dilligence de Fornecedor Crítico – Está relacionado ao alcance da meta ODS 16.5 que objetiva reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Indica o percentual de Fornecedores Críticos submetidos ao processo de *Due Diligence*, cuja meta é alcançar, em 2022, 100% de fornecedores críticos submetidos ao processo de Due Diligence.

Com a alteração na forma de contratação, todos os fornecedores estão passando por *Due Dilligence*.

Colaboradores Treinados em Políticas e Procedimentos de Combate à Corrupção – Está relacionado ao alcance da meta ODS 16.5 que objetiva reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Até setembro/2018, 99,6% dos empregados haviam sido treinados, visto que tivemos contratações de colaboradores nos meses de agosto e setembro, que não foram treinados até o final de 2018.

Fornecedores Críticos Treinados em Políticas e Procedimentos de Combate à Corrupção – Também está relacionado ao alcance da meta ODS 16.5 que objetiva reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

100% dos fornecedores “críticos” foram treinados até o final deste exercício. Além disso, receberam Cartilha de Integridade de Fornecedores.

Parceiros Comerciais Treinados em Políticas e Procedimentos de Combate à Corrupção – Indica o percentual de Parceiros Comerciais (SPEs) treinados em políticas e procedimentos de combate a corrupção.

A meta é alcançar 100% de parceiros comerciais treinados em políticas e procedimentos de combate a corrupção até o ano de 2020. Meta esta atingida em 2018.

Denúncias de Violação de Direitos Humanos Tratadas – As denúncias de violação de direitos humanos estão sendo tratadas por meio da Ouvidoria da Eletrobras *holding*. Apesar de ser uma meta da Eletrosul, apenas tivemos a informação que das sete denúncias de direitos humanos recebidas, apenas uma foi tratada. Demais informações sobre teor da denúncia permanecem em sigilo, e não foram repassadas à Ouvidoria ou outras áreas da Eletrosul.

Análise dos Indicadores do CMDE – Resultado 2018

Segue abaixo, quadro comparativo de metas pactuadas *versus* resultados nos anos de 2017 e 2018 dos Indicadores que compõem o CMDE:

Quadro 5.4.3 Indicadores Econômico-Financeiros Vigentes¹ em 2018

Sentido	Indicador	Un.	Peso	Anual ou Mensal	Meta 2017	Realizado 2017 ²	Meta 2018	Realizado 2018	
								Resultado	Desempenho em relação à Meta
↓	PMSO Clássico / ROL Ajustada	%	2,00	M	46,70%	40,3%	36,6%	36,2	1,09%
↓	PMSO Clássico / PMSO Regulatório	Índice	3,00	M	1,03	1,10	1,01	0,92	8,91%
↑	EBITDA Ajustado / ROL Ajustada	%	2,00	M	27,00%	42,7%	35,4%	44,1	24,58%
↓	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Índice	3,00	M	7,00	3,30	4,01	3,20	20,2%
↑	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	%	2,00	M	5,20%	11,68%	1,4%	2,10	50%
↑	Invest Realizado / Invest Aprovado	%	1,00	M	90,00%	46,60%	90,00%	53,80	-40,22%

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

- 1- Como a relação de indicadores referentes ao Exercício de 2018 não é exatamente igual aos anos anteriores, apresentaremos apenas os indicadores que fazem parte do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial 2018 e 2017 (no que couber).
- 2- Salienta-se que as metas são estipuladas para cada ano e a análise do resultado deve ser realizada com relação à meta para o exercício de 2018.

Análise dos Indicadores – Resultado acumulado 2018

PMSO Clássico / Rol Ajustada - desempenho no indicador melhor que a meta decorre do aumento da ROL em R\$ 283 milhões (parte deste valor decorrente da inclusão da RBSE na ROL em 2018) e da redução do PMSO em R\$ 107 milhões.

PMSO Clássico/PMSO Regulatório – desempenho no indicador de 8,9% acima da meta em função da redução do PMSO em R\$ 107 milhões:

- Pessoal: Em 2017, havia R\$ 63 milhões referentes a programas de desligamento, e em 2018, R\$ 36 milhões. Redução de R\$ 33 milhões em pessoal como reflexo principalmente dos planos de desligamentos implantados em 2017.
- MSO: redução expressiva em outras despesas decorrentes da elevada recuperação de despesa em 2018.

Margem Ebitda – o desempenho considerou os ajustes não previstos no momento do estabelecimento do CMDE relativos a alteração dos critérios de mensuração da ROL, conforme relatado no indicador PMSO/ROL Ajustada.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado – a superação da meta em torno de 20% decorre da redução do Ebitda de R\$ 30 milhões em decorrência da alteração da forma de apuração da receita de transmissão, e em redução da dívida líquida, em virtude da melhora na posição de caixa da Eletrosul em R\$ 240 milhões.

LL/PL - O resultado de 50% acima da meta evidencia o bom desempenho da empresa. Embora tenha ocorrido equivalência patrimonial negativa e provisões para perdas em investimentos, o aumento da ROL e a redução dos custos e despesas gerenciáveis colaboraram para a obtenção de resultado positivo no exercício de 2018. Destaca-se que no PL houve ajuste de R\$ 195,4 milhões, relativos à adoção dos IFRS 15 e 9 (CPC 47 e 48), não previstos no momento da elaboração das metas.

Realização do Investimento – 40,22% abaixo da meta. Conforme a premissa para investimentos, a Eletrosul não entrou em novos empreendimentos,. A realização baixa decorre em atrasos na emissão de autorizações de ampliação do sistema de Transmissão, e do desfecho desfavorável em relação ao Lote A, onde estavam previstos no PNG 2018-2022 R\$ 103 milhões em aportes para este empreendimento.

Quadro 5.4.4 Indicadores Operacionais Vigentes¹ em 2018

Sentido	Indicador	Un.	Peso	Anual ou Mensal	Meta 2017	Realizado 2017 ²	Meta 2018	Realizado 2018	
								Resultado	Desempenho em relação à Meta
↑	Disponibilidade de Geração (DISPGR)	Índice	1,50	M	1,00	1,016	0,954	1,07	12,16%
↑	Disponibilidade Operacional de Transformadores (DISPOTR)	%	1,50	M	-	-	99,84%	99,9%	0,06%
↑	Disponibilidade Operacional de LTs (DISPOLT)	%	1,50	M	99,85%	99,895%	99,84%	99,93%	0,09%
↑	Indicador Global (Comerc. + Geração)	Índice	1,50	M	-	-	0,90	1,03	12,62%

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

- 1- Como a relação de indicadores referentes ao Exercício de 2018 não é exatamente igual aos anos anteriores, apresentaremos apenas os indicadores que fazem parte do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial 2018 e sua realização nos anos de 2016 e 2017.
- 2- Salienta-se que as metas são estipuladas para cada ano e a análise do resultado deve ser realizada com relação à meta para o exercício avaliado.

Análise dos Indicadores – Resultado acumulado 2018

DISPGR acumulado foi de 1,072, 12,16% acima da meta. Redução das indisponibilidades em desligamentos forçados; reprogramação de desligamentos para manutenção das UGs; melhoria no processo de manutenção preventiva

DISPOTR acumulado foi de 99,9%, 0,06% acima da meta estipulada. O bom resultado se deve a política de operação e manutenção na transmissão mantida pela Eletrosul.

DISPOLT acumulado foi de 99,93%, 0,09% acima da meta estipulada, tendo em vista o desempenho da manutenção, com poucos desligamentos que influenciaram neste indicador.

Indicador Global – 12,62% acima da meta. No geral a descontração foi vantajosa pois reduziu a necessidade de aporte (AFAC) frente ao fator GSF na UHE Jirau. Contudo, a descontração parcial de energia do PPA ESBR (UHE Jirau) no ACL impactou negativamente os resultados da comercialização, quando o indicador sinalizava alcançar 1,08.

Quadro 5.4.5 Indicadores de Gestão, Governança e Socioambientais Vigentes¹ em 2018

Sentido	Indicador	Un.	Peso	Anual ou Mensal	Meta 2017	Realizado 2017 ²	Meta 2018	Realizado /2018	
								Resultado	Desempenho em relação à Meta
↑	Índice de Desempenho do ProERP	Índice	1,00	M	1,00	1,00	1,00	0,96	-4,00%
↑	Remediação das Deficiências Significativas	%	0,50	A	80%	100%	95%	100%	5,3%
↑	Controle de Remediação das Deficiências	%	0,50	A	90%	100%	95%	85%	-10,53
↑	Satisfação dos Colaboradores ³	%	1,00	Bianual	70,0% ³	-	70,0%	71,63	2,33
↓	Taxa de Frequências de Acidentes	Índice	1,00	Trim.	-	3,85	3,85	6,13	-59,22
↑	Redução do consumo de Energia Elétrica	%	0,3	Trim.	-	3.732,1 MWh	0,2%	-23,6	-11.900%
↑	Redução do consumo de combustíveis fósseis	%	0,3	Trim.	-	22.360,78 GJ	0,2%	13,2	6.500%
↑	Redução do consumo de água	%	0,3	Trim.	-	23.528,16 M ³	0,3%	5,7	1.800%
↓	Emissões Totais de GEE/Rol	tCO ₂ e/(R\$ mil)	1,0	A	-	0,213	0,068	0,056	17,65

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

- 1- Como a relação de indicadores referentes ao Exercício de 2018 não é exatamente igual aos anos anteriores, apresentaremos apenas os indicadores que fazem parte do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial 2018 e sua realização nos anos de 2016 e 2017.
- 2- Salienta-se que as metas são estipuladas para cada ano e a análise do resultado deve ser realizada com relação à meta para o exercício avaliado.
- 3- O indicador tem medição bianual, porém a pesquisa foi prorrogada para 2018.

4- Ainda não disponível visto o indicador ter mediação anual.

Análise dos Indicadores – Resultado acumulado 2018

Índice de Desempenho do ProERP – Apresentado no acompanhamento do Projeto “Implantação do ProERP SAP”, item 5.4 acima, foi alcançado o IDP de 0,96, um pouco abaixo da meta. Esse projeto, apesar de não se configurar mais como indicador do CMDE da Eletrosul em 2019, continua como projeto a ser aperfeiçoado/ajustado em 2019.

Remediação das Deficiências Significativas – a meta de remediar no mínimo 95% das deficiências significativas foi superada, visto que as quatro deficiências significativas foram remediadas.

Controle de Remediação das Deficiências - das 14 deficiências gerais, duas foram consideradas ineficazes, justificando percentual abaixo do previsto. Salienta-se que essas duas deficiências foram classificadas como CD (deficiência de desenho do controle), ou seja, com baixo grau de severidade.

Satisfação dos Colaboradores – a Pesquisa de Satisfação de Colaboradores é coordenada pela Eletrobras *holding* e é aplicada a cada dois anos. Em 2018, apresentou o resultado de 2,33 acima da meta.

A análise do resultado dos indicadores “Taxa de Frequências de Acidentes”, “Redução do consumo de Energia Elétrica”, “Redução do consumo de combustíveis fósseis”, “Emissões Totais de GEE/Rol”, por se tratarem de indicadores comuns à Agenda 2030 e ao CMDE 2018-2022, estão apresentados acima, logo após a apresentação do quadro “5.4.2 Indicadores relacionados aos ODSs”.

5.5 Monitoramento de metas não alcançadas

As metas do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial estipuladas para o ano de 2018 foram projetadas por diversas áreas da empresa, afetas ao seu indicador, inclusive pela área responsável pelo planejamento, pelo gerenciamento da elaboração e a consolidação do Programa de Dispendios Globais (PDG), pelo Orçamento de Investimentos (OI) e pelo Plano Plurianual (PPA) da Empresa.

Conforme Artigo 23 da Lei 13.303/2016, §2º, compete ao Conselho de Administração promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução das metas e resultados na execução do plano de negócios da empresa, o que de fato tem ocorrido com periodicidade no mínimo anual, mesmo antes da edição da referida Lei.

Da mesma forma, como determina a Lei 13.303/2016, §1º, a Diretoria da empresa deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração, a quem compete sua aprovação, o plano de negócios para o exercício seguinte. Para elaboração de um novo Plano, os cenários são revistos, e as metas do exercício anterior, atendidas ou não, são reavaliadas se permanecerão no próximo período.

5.6 Justificativas para o resultado

As justificativas para o resultado e a análise do desempenho em relação às metas estão disponíveis no item “5.4 – Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas” acima.

5.7 Perspectiva para os próximos exercícios

Conforme publicado no Relatório de Administração Eletrosul 2018, o Plano de Negócios e Gestão Eletrosul (PNG) 2019-2023, aprovado em dezembro de 2018, prevê diversas ações que visam consolidar a saúde financeira da Empresa.

A incorporação da TSBE, Sociedade de Propósito Específico em que a Eletrosul possui 100% das ações, permitirá o incremento da receita da Eletrosul em R\$ 70 milhões por ano. Além disso, possibilitará a racionalização de custos administrativos que propiciarão melhora do resultado da companhia.

Na TSLE e FOTE, a definição acerca da alienação societária pelo sócio CEEE permitirá à Eletrosul definir a sua situação nos empreendimentos, seja pela continuidade de participação nas mesmas, mas principalmente no tocante à conclusão das obras atualmente em implementação pela FOTE.

A maior ação para 2019 refere-se, todavia, à reestruturação societária entre Eletrosul e CGTEE, que prevê a incorporação da Eletrosul por esta segunda empresa, que também pertencente ao Sistema Eletrobras. Essa reestruturação será um divisor de águas no futuro da Eletrosul, pois permitirá a obtenção de ganhos de escala e de escopo para o Sistema Eletrobras - não só sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas também operacional e logístico.

No cenário das duas empresas incorporadas, a comercialização da energia da UTE Candiota III servirá de hedge para compensar o GSF que a Eletrosul terá que arcar em 2019 e nos anos seguintes, eliminando o risco e mitigando o custo desse passivo. Somando-se a isso os ajustes operacionais que vêm sendo realizados nas duas empresas para superar os desafios financeiros, o futuro de uma única grande companhia atuando pela Eletrobras na Região Sul é promissor.

Importa ainda destacar que em 2019 deverá ser definida a Revisão Tarifária do Ciclo 2018/2023, com efeitos retroativos a julho de 2018, para o Contrato de Concessão 057/2001, que foi prorrogado pela Lei 12.783/2013. Estudos iniciais apontam para uma forte redução da Receita Anual Permitida (RAP) relativa ao mencionado Contrato. A Eletrosul participa das discussões sobre este tema com a ANEEL, no sentido de buscar uma decisão justa e respaldada em critérios técnicos.

Ainda como desafios a serem enfrentados em 2019, ressaltam-se:

* A conclusão das negociações visando eliminar, ou no mínimo mitigar, os efeitos da decretação da caducidade do chamado Lote A do Leilão ANEEL 004/2014. Neste contexto a Eletrosul já se associou a parceiros que arremataram o Lote 10 do Leilão ANEEL 004/2018, que relicitou os Lotes vencidos em 2014, e busca negociação com os vencedores dos Lotes 11,12 e 13;

* No tocante à SPE Paraíso Transmissora de Energia S. A., a previsão é de consolidação do processo de transferência da concessão para a empresa JAAC Engenharia e Serviços Ltda, cujo processo encontra-se em fase final na ANEEL.

A Empresa seguirá atuando em ações relacionadas com os cinco ODS que fazem parte do planejamento estratégico. Os projetos sociais já desenvolvidos, como o “Hortas Comunitárias”, serão mantidos e aprimorados, e juntamente com as demais Empresas Eletrobras, estão previstas propostas para ações de voluntariado empresarial e direitos humanos. No que diz respeito à saúde e segurança do trabalhador, o atual Sistema de Gestão será aprimorado de acordo com as diretrizes e requisitos reconhecidos mundialmente.

Da mesma forma, ressalta-se o compromisso com uma atuação ambientalmente sustentável. Os planos de contingências nas unidades continuam a ser elaborados e implementados, bem como prosseguem os treinamentos para a força de trabalho. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos avançam nas áreas descentralizadas e estão sendo avaliadas as melhores formas para a coleta seletiva e reciclagem.

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O objetivo do capítulo é demonstrar como foram gerenciados os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade.

6.1. Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

Conforme mencionado no Capítulo “3 – Planejamento Estratégico e Governança”, atrelado ao Plano Estratégico das Empresas Eletrobras é elaborado o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), pela Eletrobras *holding*. O desdobramento das estratégias, diretrizes e premissas contidas no PE e no PDNG da Eletrobras se dá por meio da elaboração do Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Eletrosul, ocasião na qual a Empresa desenvolve a atividade de planejamento.

No PNG 2018-2022, a Eletrosul apresentou sua projeção de projetos e ações visando o alcance das metas da Eletrosul, visando contribuir no alcance das metas da Eletrobras *holding*. Além das projeções futuras, são apresentadas análises retrospectivas, demonstrando o grau de realização das estratégias e objetivos traçados no PNG anterior (2017-2021), por meio de desempenho econômico-financeiro, operacional, e de gestão da empresa, bem como pelo acompanhamento da concretização das premissas e execução dos projetos.

Este Plano (2018-2022), resumidamente, apresentou a projeção dos projetos de expandir (ou não expandir) em ativos de transmissão e geração, e quais as intenções de aquisições ou desinvestimentos em transmissão e geração. Além disso, também são apresentados neste plano, os projetos estratégicos que não estão relacionados à atividade fim da Empresa, a exemplo da Implantação do Pro ERP SAP e do Centro de Serviços Compartilhados (CSC).

As estratégias para alcançar os principais objetivos da Eletrosul, em 2018, estão apresentadas ao longo do Capítulo “3 – Planejamento Estratégico e Governança” no qual são apresentados os principais objetivos estratégicos, os planos para implementar as prioridades da gestão.

Já os principais desafios e ações futuras são apresentados, de forma resumida, no item “5.7 - Perspectiva para os próximos exercícios” acima.

6.1.1. Informações sobre as atividades relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento

Desenvolvimento e inovação tecnológica são permanentemente fomentados por políticas, estratégias e diretrizes vinculadas aos negócios da empresa. Dessa forma, priorizam-se as pesquisas em novas fontes de geração de energia elétrica, bem como novas tecnologias nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, que atendam às demandas de qualidade de prestação de serviços pelo mercado e pela sociedade.

A Eletrosul possui uma Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) alinhada ao Plano Estratégico das empresas Eletrobras (PE). Em consonância com as diretrizes dessa Política, as empresas Eletrobras realizam encontros para avaliar ações e propostas de novos projetos de pesquisa, além de verificar a possibilidade de cooperação entre si.

Em 2018, houve o registro de sete patentes pela empresa, sem ganhos monetários com a venda destas patentes. Abaixo os projetos realizados pela empresa, com seus respectivos objetivos:

Desenvolvimento do processo de obtenção do silício metálico grau solar e qualificação em células solares - Desenvolvido com a Fundação Educacional de Criciúma, mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em parceria com o Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (IPEN), o projeto visa obter o silício purificado ao grau solar. O silício purificado é a matéria-prima necessária para fabricação de células fotovoltaicas, para utilização em módulos solares e associado a outros projetos da Eletrosul vai permitir o domínio em toda a cadeia de produção dos módulos

para gerar energia limpa a partir da energia solar. O projeto retomou suas atividades em dezembro de 2015. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 foram realizadas as atividades de certificação de silício em instituição internacional e o pedido de depósito de patente do processo produtivo. Enquanto a certificação atestar os resultados obtidos ao longo da pesquisa o pedido de depósito de patente garantirá à Eletrosul a propriedade de uma tecnologia inovadora, de custo mais baixo em relação ao processo Siemens tradicional e de grande interesse nacional.

Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a Partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira - Em atendimento à chamada pública da Aneel nº 014/2012, está sendo desenvolvido o projeto denominado “Arranjo Técnico e Comercial para Geração de Energia Elétrica conectada à Rede a partir do Biogás oriundo de dejetos de suínos no município de Itapiranga em Santa Catarina”, que prospecta a inserção sustentável dessa biomassa na Matriz Energética Brasileira. Está previsto a construção de uma Mini Central Termoelétrica a biogás em torno de 400 kW instalados, um gasoduto e construção de dois biodigestores com tecnologias alternativas e adaptadas a realidade nacional. Em 2018, foi realizado processo licitatório para contratação de prestador de serviços (empreiteira) para a implantação do empreendimento.

Tecnologia de Biodigestão para o Processamento de Resíduos Agrícolas Adequadas ao Contexto Rural Brasileiro - Prevista execução pelo Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, este projeto tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologia de sistema de tratamento de resíduos agrícolas utilizando a biodigestão como forma de estabilização da matéria orgânica. No contexto rural brasileiro, a biodigestão é uma técnica importante para o saneamento, pois permite reduzir o impacto ambiental dos resíduos agropecuários, além de contribuir para a sustentabilidade destas atividades, reduzindo o uso de fertilizantes derivados de fontes não renováveis. A linha de pesquisa visa obter o aumento de produção de gás metano utilizando técnicas de biodigestão inovadora e menor custo.

Este projeto foi suspenso no ano de 2014 e teve sua execução reiniciada em out/2015 e os projetos básicos e executivos do biodigestor principal estão em elaboração. Foi adquirida uma propriedade em Itapiranga/SC, que reuniu as condições necessárias para continuação do projeto, por possuir licenciamento ambiental. Em 2018, foi realizado processo licitatório para contratação de prestador de serviços (empreiteira) para a implantação do empreendimento.

Desenvolvimento de Processos Industriais para Fabricação de Células Solares com Pasta de Alumínio e Passivação - A maioria das células solares fabricadas pela indústria é processada em substratos de silício cristalino tipo “p”, com formação do campo retro difusor pela deposição de pasta de alumínio e queima em forno de esteira. Com esta tecnologia visa-se a obtenção de células solares de alta eficiência com processo de baixo custo. Duas principais tecnologias são estudadas para aumentar a eficiência destas células solares: 1) a melhora da passivação na face frontal e posterior e 2) a formação de emissor com baixa dopagem de fósforo, isto é, com alta resistência de folha, para reduzir a recombinação nesta região. O objetivo desta proposta de projeto de P&D está focado na primeira linha de atuação, especificamente, no desenvolvimento e análise de processos industriais para fabricação de células solares com passivação em Si-Cz, grau solar, tipo p. O emissor de fósforo será formado em forno convencional com POCl₃ e o campo retro difusor será formado pela deposição de pasta de alumínio por serigrafia. O processo de queima das pastas de metalização será realizado em forno de esteira. O estudo será centrado na passivação das superfícies e, principalmente, da face posterior.

Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica, Substituição de banco de baterias de subestações por meio de utilização de célula a combustível - Está previsto o desenvolvimento de um sistema de backup elétrico, baseado na utilização de hidrogênio, capaz de substituir os bancos de baterias em subestações. Para tanto, será desenvolvido um eletrolisador com tecnologia nacional dimensionado para produzir hidrogênio pressurizado em quantidade suficiente para alimentar uma

célula a combustível e que permita o armazenamento do gás sem a utilização de compressores. O sistema de backup poderá ser aplicado em subestações da Eletrosul e também pode ser replicado. O projeto está sendo executado pela Hytron Indústria Comércio e Assessoria Tecnológica em Energia e Gases Industriais Ltda e a Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. Em 2018, foi dada a continuidade do projeto.

Novas Geométricas e Materiais para Transformadores Piezoelétricos Operando em Alta Tensão - Neste projeto será desenvolvido um protótipo de transformador piezoelétrico (PT) para operação em alta tensão com ênfase em novas geometrias e materiais. O objetivo principal é a obtenção de alta relação de transformação em alta tensão com alta densidade de potência, miniaturização e baixo ruído. Em 2018, foi dada a continuidade do projeto.

Cabeça de Série de uma Rede de Sensores Passivos para Medição da Integridade de Equipamentos em Sistemas de Energia com Transmissão sem Fio - Previsto o desenvolvimento de um sistema de medição autônomo, capaz de efetuar medidas de temperatura e esforços mecânicos que provoquem stress ou deformação em estruturas ou cabos em subestações elétricas, bem como determinar o posicionamento das partes móveis presentes. O foco do projeto será em relação às medições realizadas em subestações. O sistema será baseado em uma rede de sensores passivos sem fio, ou seja, sem alimentação ou conexão por fio para a transmissão de dados os quais serão coletados e analisados a fim de possibilitar a prevenção de falhas. Em 2018, foi dada a continuidade do projeto.

Estudo e desenvolvimento de tecnologia nacional de geração heliotérmica (termosolar) aplicada à geração de energia elétrica - Implantação de uma planta Termosolar de 0,25 MWe no município de Laguna/SC, oriunda da Chamada Estratégica ANEEL 019/2015. No ano de 2017, foi iniciada a contratação do Projeto. Em 2018, foi concretizada a contratação de empresa para a elaboração do projeto.

Os projetos citados acima ainda estão em andamento, desta forma ainda não possuem resultados para que possam ser quantificados os benefícios gerados.

Eficiência Energética

Na área de eficiência energética, a Eletrosul desenvolve ações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e projetos corporativos.

Dentre as ações para tornar suas instalações eficientes, a Eletrosul tem aplicado, em seus projetos, conceitos que conferem aos seus empreendimentos o nível máximo da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Comerciais, tanto para o projeto quanto para a construção.

6.2. Gestão Orçamentária e Financeira

6.2.1. Informações sobre a Realização da Receitas

Quadro 6.2.1.1 Principais Fontes Próprias de Receita

Grupo de Receitas (Valores em R\$)	Realizado 2018	Realizado 2017	Var. 2018/2017
Receitas	2.643.744.915	3.358.919.029	-21,3%
Operacional	2.516.150.353	2.239.524.074	12,4%
Comercialização	363.455.790	358.122.520	1,5%
Geração	597.193.406	593.289.827	0,7%
Transmissão	1.480.795.105	1.225.772.413	20,8%
Prestação de Serviços	66.315.735	57.287.477	15,8%
Outras	8.390.317	5.051.837	66,1%
Não Operacional	127.594.562	1.119.394.955	-88,6%
Desativações e Alienações	72.002.821	957.160.196	-92,5%
Renda de Aplicação Financeira	41.655.761	51.861.668	-19,7%
Indenizações - Prorrog. Concessões	0	0	-
Lei 8.727/93	0	60.253.453	-100,0%
Dividendos e JCP	7.532.921	16.392.722	-54,0%
Renda de Repasse LP	0	73.567	-100,0%
Outras Receitas não Operacionais	6.403.059	33.653.349	-81,0%
Recursos P/ Aumento Pat. Líquido	86.604.564	0	-
Retorno Financiamento de Longo Prazo	120.957	37.762.857	-99,7%
Recursos de Financiamentos de LP	282.083.313	690.000.000	-59,1%
Operações Internas - Moeda	282.083.313	690.000.000	-59,1%
Operações Internas - Bens e Serviços	0	0	-
Operações Externas - Moeda	0	0	-
Operações Externas - Bens e Serviços	0	0	-
Recursos de Financiamentos de CP	0	0	-
Outras Fontes	0	0	-
Total de Recursos	3.012.553.749	4.086.681.886	-26,3%

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2018 – Regulatório.

Análise da realização das receitas

A realização dos recursos apresentou uma redução de 26,28% em relação ao ano de 2017. Essa redução decorreu do valor excepcional de Receitas Não Operacionais e pelos Recursos de Financiamentos de Longo Prazo em 2017.

Ressalta-se que todas as rubricas que compõem os recursos apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pelo Ofício nº 108216/2018-MP, de 13/12/2018, do Ministério do Planejamento.

As rubricas que apresentaram variação significativa, quando comparado ao ano anterior, foram:

- a) **Receita Operacional (12,4%)** – A variação desta rubrica foi impactada principalmente pelo aumento nas Receitas de Comercialização, Geração e Transmissão.
- b) **Receita Não Operacional (-88,60%)** – A redução decorre do valor excepcional verificado em 2017, referente à transferência de ativos (SPEs), no valor de R\$ 957 milhões, para a Eletrobras.
- c) **Retorno de Financiamento de Longo Prazo (-99,7%)** – A variação apresentada é decorrente de valor atípico em 2017, no valor de R\$ 36,5 milhões, concedido à empresa TSLE (Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.). O valor de 2018 refere-se apenas ao valor do RELUZ.
- d) **Recurso de Financiamento de Longo Prazo (-59,2%)** – O valor corresponde à captação de recursos no KfW, no valor de R\$ 282 milhões. Em 2017, ocorreu a captação de um FIDC no montante de R\$ 690 milhões.

6.2.2. Informações sobre a Execução das Despesas

As informações sobre a execução orçamentária da despesa destacam-se por modalidade de contratação e por grupo orçamentário.

6.2.3. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

A Eletrosul por não ser uma instituição da administração direta não possui fase de liquidação, adaptando este quadro e considerando sua principal fase de realização, a econômica.

Quadro 6.2.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários (Valores em R\$)

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2018	2017
Modalidade de Licitação	121.128.911	159.633.337
Convite	-	1.710.402
Tomada de preços	2.121.554	2.668.583
Concorrência	10.453.813	16.616.945
Pregão	108.553.544	138.637.407
Contratações Diretas	52.428.141	46.308.491
Dispensa	45.774.959	35.952.078
Inexigibilidade	6.653.182	10.356.413
Pagamento de Pessoal	333.290.847	489.496.430
Pessoal, Encargos e Benefícios	284.053.333	414.879.789
Programa de Desligamento	36.334.550	63.048.164
Diárias	12.902.964	11.568.477
Outros	2.199.156.094	3.282.358.783
Inversões Financeiras	178.144.382	197.805.937
Serviço da Dívida	560.552.158	1.712.948.641
Tributos e Encargos Parafiscais	530.659.899	333.531.825
Compra de Energia	413.669.927	409.729.567
Indenizações	3.256.574,00	1.807.396
Dividendos/PLR	152.310.252	177.543.000
TUST/TUSD	21.040.677	20.652.084
Contencioso Judicial/Trabalhista	8.870.898	54.269.243
Demais Pagamentos	330.651.327	374.071.091
Total	2.706.003.993	3.977.797.041

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC) e Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)

6.2.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 6.2.4.1 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	Realizado 2018	Realizado 2017	Var. 2018/2017
Pessoal e Encargos Sociais	412.013.960	465.465.551	-11,5%
Serviços de Terceiros	118.757.878	121.937.394	-2,6%
Utilidades e Serviços	2.880.284	3.966.411	-27,4%
Materiais e Produtos	444.301.772	419.562.037	5,9%
Tributos e Encargos Parafiscais	534.018.755	333.531.825	60,1%
Juros e Outros	185.664.751	410.118.313	-54,7%
<i>Operações Internas</i>	74.609.068	120.092.614	-37,9%
<i>Outras Fontes</i>	111.055.683	290.025.699	-61,7%
Outros Dispendios Correntes	134.277.930	239.485.621	-43,9%
Total Despesas Correntes	1.831.915.330	1.994.067.152	-8,1%
Investimento	60.106.332	97.228.324	-38,2%
Inversões Financeiras	178.144.382	197.805.937	-9,9%
Amortização de Principal	519.787.340	1.302.830.628	-60,1%
<i>Operações Internas</i>	367.361.309	167.607.352	119,2%
<i>Outras Fontes</i>	152.426.031	1.135.223.276	-86,6%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0	-
Dividendos	116.050.609	135.865.000	-14,6%
Total Despesas de Capital	874.088.663	1.733.729.889	-49,6%
Total Despesas	2.706.003.993	3.727.797.041	-27,4%

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

* Inversões Financeiras - Informamos que diferença na rubrica de Inversões financeiras com o valor informado pela contabilidade, é devido ao sistema da SEST não permitir lançamentos negativos, por essa razão, o valor de R\$ 36,5 milhões, foi considerado na rubrica de retorno de financiamento de longo prazo (Receita).

Os dados utilizados para as informações acima apresentadas foram extraídas do Relatório da Administração 2018 – Regulatório.

6.2.5. Análise crítica da realização da despesa

A execução orçamentária das despesas apresentou uma redução de -27,4% em relação ao ano de 2017. Houve redução expressiva em Pessoal e Encargos Sociais, Utilidades e Serviços e na Conta de Juros e Outros.

Ressalta-se que todas as rubricas que compõem os dispendios apresentaram realização orçamentária abaixo dos limites aprovados pelo Ofício nº 108216/2018-MP, de 13/12/2018, do Ministério do Planejamento.

As Despesas Correntes apresentaram uma redução de 8,1% quando comparadas ao ano anterior, onde as rubricas que impactaram para essa variação foram:

- Pessoal e Encargos Sociais (-11,5%)** – A variação apresentada deve-se aos efeitos do Programa de Aposentadoria Especial (PAE), executado em 2017.

- b) **Utilidades e Serviços (-27,4%)** – A variação decorre principalmente da redução de consumo de energia elétrica nos centros regionais da empresa.
- c) **Tributos e Encargos Parafiscais (60,1%)** – Aumento em função de uma maior realização de impostos sobre as receitas e dos impostos e contribuições sobre o resultado.
- d) **Juros e Outros / Operações Internas (-54,7%)** – O declínio dos dispêndios em juros decorre das amortizações feitas em dezembro de 2017 com financiamentos que a Eletrosul possuía junto a Eletrobras.
- e) **Outros Dispendios Correntes (-43,9%)** – Esta conta contempla outras despesas de pessoal, provisões judiciais e outras despesas diversas. A redução decorre de menor perda no resultado de equivalência patrimonial.

As Despesas de Capital sofreram variação negativa de 49,6% quando comparado ao ano de 2017. Neste contexto, destacam-se as rubricas que apresentaram variação significativa:

- a) **Investimento (-38,2%)** – A baixa realização nas Ações dos segmentos de Geração e Infraestrutura, a busca por parceiros para execução do empreendimento relativo ao Leilão Aneel nº 004/2014 – Lote A e o contingenciamento no orçamento foram fatores relevantes que contribuíram para um decréscimo na realização dos investimentos, no ano de 2018.
- b) **Inversões Financeiras (-9,9%)** – A frustração dos recursos de terceiros previstos para o ano e o processo de transferência de ativos (SPEs) à Eletrobras foram fatores determinantes para a queda na realização orçamentária da rubrica.
- c) **Amortização / Outras Fontes (-60,1%)** - O declínio dos dispêndios em amortizações, em 2018, decorre das amortizações extraordinárias feitas em dezembro de 2017 junto aos financiamentos que a Eletrosul detinha com a Eletrobras.
- d) **Dividendos (-14,6%)** – Provisão da distribuição de dividendos na ordem de R\$ 116,1 milhões.

6.2.6. Desempenho Financeiro no Exercício

O Fluxo Financeiro da Companhia é demonstrado no quadro abaixo. Para este demonstrativo, foi adotada itemização da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFLUX), conforme apresentado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MP). Os saldos de caixa apresentados no DFLUX seguem o critério de Disponibilidades de Caixa e Bancos, incluídas as aplicações de alta liquidez, consideradas como equivalentes de caixa. Nas demonstrações financeiras esta apuração coincide com a soma das Rubricas Caixa e Títulos e Valores Mobiliários. De modo a trazer detalhamento de movimentações relevantes, foram abertos itens adicionais.

Quadro 6.2.6.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração	Realizado 2018 (em R\$)
Grupos de Receitas e Despesas	
Disponível Inicial	390.145.420
Patrimônio Líquido	86.604.564
De Empréstimos em Moedas	282.083.313
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	139.860
Entrada de Vendas e Outras Receitas Operacionais	2.556.150.645
Comercialização e Repasse de Energia	338.258.903
Venda de Energia Própria	604.937.918
Receita de Transmissão	1.485.878.655
Outras Receitas Operacionais	127.075.169
Entrada de Receitas Não Operacionais (Exceto Financiamentos)	110.938.550
Alienação de Ativos	78.564.376
Dividendos Recebidos	22.824.233
Outras Receitas Não Operacionais	9.549.941
Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações	39.013.110
Total de Recursos Financeiros	3.465.075.462
Saídas de Capital	930.554.657
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	519.787.340
Investimento no Ativo Imobilizado	89.238.392
Inversões Financeiras	178.144.382
Distribuição de Lucros	143.384.543
Pagamentos de Contas e Outras Obrigações	1.917.830.651
Pessoal e Encargos Sociais	414.194.085
Encargos Financeiros e Outros	150.690.575
Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações)	22.821.157
Demais Despesas e Custos	1.007.837.990
Materiais e Produtos	503.819.906
Serviços de Terceiros	160.447.550
Utilidades e Serviços	3.371.086
Tributos e Encargos Parafiscais	340.199.448
Outros Dispendios Correntes	322.286.844
Total das Saídas	2.848.385.308
Disponível Final	616.690.154

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

RECURSOS:

- De Empréstimos em Moedas:

Engloba a entrada de recursos através de operações de crédito de longo e curto prazo. Em 2018, foram contratados R\$ 282 milhões de longo prazo para fazer frente ao programa de investimentos da companhia.

- Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo:

O valor realizado nesta rubrica refere-se ao recebimento dos recursos repassados através do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, onde a Eletrosul atua como intermediador e repassador dos recursos entre a Eletrobras e as prefeituras participantes.

- Comercialização e Repasse de Energia:

Estão contabilizadas nesta rubrica a comercialização de energia própria ocorrida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a energia adquirida através dos contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária.

- **Venda de Energia Própria:**

Refere-se aos valores recebidos da energia produzida pelas usinas pertencentes à Eletrosul vendidas nos contratos do mercado regulado. Por se tratarem de contratos de Longo Prazo no ambiente regulado do mercado de energia, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Receita de Transmissão:**

Compreende a Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de subestações e linhas de transmissão sob a responsabilidade da Eletrosul. Por se tratar de mercado regulado, o risco de inadimplência é muito reduzido. Não foram verificados atrasos nestes recebimentos.

- **Outras Receitas Operacionais:**

Os maiores componentes desta rubrica são os recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros e os valores recebidos por pessoal próprio cedido a outras empresas do grupo ou órgãos governamentais.

- **Dividendos Recebidos:**

Dividendos recebidos das empresas em que a companhia detém participação acionária.

- **Outras Receitas não Operacionais:**

Em 2018, aproximadamente 70% dos recursos recebidos nessa rubrica são referentes à alienação de ativos.

- **Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações:**

Esta rubrica refere-se às receitas auferidas pela aplicação da disponibilidade de recursos no mercado financeiro.

SAÍDAS:

- **Pagamento de Empréstimos e Financiamentos:**

O item apresenta a amortização dos contratos de empréstimos e financiamentos. Do montante apresentado, 97% se referem à amortização de financiamentos com a Eletrobras.

- **Investimento no Ativo Imobilizado:**

Apresenta desembolsos com os empreendimentos corporativos da empresa, sendo que do valor realizado 56,74% são referentes à ampliação e melhorias dos ativos de transmissão da Eletrosul.

- **Inversões Financeiras:**

Um grande volume de recursos foi aplicado nas participações que a companhia possui em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). As Inversões Financeiras foram realizadas em nove companhias dos segmentos de geração e transmissão de energia.

- **Pessoal e Encargos Sociais:**

Os desembolsos são predominantemente compostos pelo salário-base, encargos sociais e benefícios sociais. Também compõem esta rubrica os gastos com periculosidade, horas extras e demais gastos.

- Encargos Financeiros e Outros:

O item apresenta o pagamento de juros e de outros encargos decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos em andamento. Do montante apresentado, 54% referem-se a encargos de dívidas pagos ao BB, CEF e BNDES e 39% à Eletrobras *holding*.

- Devolução de Recursos de Terceiros (Cauções, Depósitos e Outras Obrigações):

A maior parte dos valores da rubrica refere-se à dação de valores em garantia, com destaque às garantias necessárias às operações na Câmara de Comercialização de Energia e às decorrentes dos contratos de financiamento.

- Materiais e Produtos:

O item é majoritariamente composto, em 93%, da Compra de Energia, decorrente de contratos de Power Purchase Agreement (PPA) com as SPEs Energia Sustentável do Brasil (ESBR), Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) e Eólicas Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX, empresas as quais a Eletrosul detém participação acionária. O restante decorre dos gastos com material de escritório, limpeza, manutenção predial, despesas com combustíveis, etc.

- Serviços de Terceiros:

Os Serviços de Terceiros apresentam as despesas com a prestação de serviços técnicos, administrativos e operacionais, compreendendo consultoria, auditoria, assessoramento, elaboração de projetos, manutenção de equipamentos, serviços de limpeza, vigilância, viagens de empregados, alimentação, auxílio transporte, seguros, treinamento, publicidade e propaganda, entre outros.

- Utilidades e Serviços:

O item é composto pelos gastos relativos ao consumo de energia das instalações, telecomunicações, água, correspondências, etc.

- Tributos e Encargos Parafiscais:

Os desembolsos com Tributos e Encargos Parafiscais são compostos por impostos sobre a receita (PIS/COFINS) representando 62,12%, em 2018. O imposto de renda pessoa jurídica equivale a 20% do total da rubrica no mesmo período.

- Outros Dispendios Correntes:

O grupo Outros Dispendios Correntes engloba os dispendios não relacionados nos itens anteriores e é composto principalmente por royalties, aluguéis, despesas judiciais, parcelamento PAES (Lei 10.684/2003), recolhimento de impostos de terceiros, seguros, entre outros.

Em relação ao equilíbrio de fluxos de entradas e saídas, pode-se a partir do quadro abaixo (que replica o Quadro 6.1.6.1 sobre a ótica da Geração Interna de Recursos) observar que a Companhia apresenta compatibilidade entre as suas receitas e despesas operacionais, inclusive após a amortização das dívidas com bancos e demais credores, além de permitir as ações de investimentos corporativos e em parcerias.

Quadro 6.2.6.2 Demonstração Geração Interna de Recursos

Demonstração Fluxo de Caixa	Realizado 2018 (em R\$)
Disponível Inicial	390.145.420
Patrimônio Líquido	86.604.564
Retorno de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	139.860
Entrada de Vendas e Outras Receitas Operacionais	2.556.150.645
Entrada de Receitas Não Operacionais	32.374.174
Recuperação de Adiantamentos, Depósitos e Outras Aplicações	39.013.110
Total de Recursos Atividades Operacionais	2.714.282.353
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	319.787.340
Pagamentos de Contas e Outras Obrigações	1.917.830.651
Pessoal e Encargos Sociais	414.194.085
Encargos Financeiros e Outros	150.690.575
Cauções e Garantias (Líquido)	22.821.157
Materiais, Serviços e Tributos	1.007.837.990
Outros Dispendios Correntes	322.286.844
Total das Saídas Atividades Operacionais	2.237.617.991
Geração Interna de Recursos	476.664.362
Captação de Recursos	282.083.313
Alienação de Ativos	78.564.376
Total de Recursos Atividades não Operacionais	360.647.689
Liquidação Empréstimo Ponte	200.000.000
Investimento no Ativo Imobilizado	89.238.392
Inversões Financeiras	178.144.382
Distribuição de Lucros	143.384.543
Total de Saídas Atividades não Operacionais	610.767.317
Disponível Final	616.690.154

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Ademais cabe destacar que a Eletrosul atua em um setor regulado, e deste modo, as receitas operacionais possuem risco muito baixo de inadimplência. No exercício de 2018, a companhia financiou seus investimentos com uma composição de recursos da seguinte forma: parte com recursos de terceiros, proveniente de empréstimos e financiamentos, além de recursos próprios.

6.3. Gestão de Pessoas

O órgão de gestão de pessoas da Eletrosul atua em conformidade com os ditames constitucionais e legais, destacando-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Acordos Coletivos de Trabalho, a Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras, normativos internos relacionados ao tema e o Código de Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

Destaca-se o Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Sócio-funcional (PESSOAS) que busca atender a legislação vigente no que tange a segurança e saúde ocupacional, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, as quais estabelecem as diretrizes mínimas para a preservação da integridade dos empregados.

Além disso, a Eletrosul também submete-se às diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e de forma sistemática é auditada pela Auditoria Interna e auditorias externas em cumprimento as exigências da Lei Sarbanes Oxley (SOX), bem como órgãos de fiscalização e controle.

A Política de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras reconhece a importância daqueles que constroem esta organização, e por meio desta política, as Empresas Eletrobras — que têm “Valorização e Comprometimento das Pessoas” como valor e “Excelência em Pessoas e Cultura de Excelência” como diretriz estratégica — reforçam o seu compromisso com o desenvolvimento de uma cultura corporativa alinhada com os objetivos estabelecidos em seu Plano Estratégico.

O Treinamento e Desenvolvimento da Eletrosul segue um modelo de funcionamento de Educação Corporativa definido no Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas das Empresas Eletrobras. Para avaliar as competências do empregado, anualmente é aplicado o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), cujo resultado final é o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Dessa forma é feita a avaliação da força de trabalho da empresa, com foco no treinamento e desenvolvimento das pessoas.

No encerramento de 2018, o quadro de pessoal da Eletrosul contou com um contingente de 1.118 empregados.

Na realização de Concurso Público, a empresa reserva 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde dessas pessoas.

Abaixo informações quantitativas do quadro funcional por gênero, faixa etária, carreira por etnia e nº de deficientes:

Quadro 6.3.1 Força de Trabalho 2018

Informações Gerais 2018	
Número total de empregados efetivos	1.118
Homens	942
Mulheres	176
Empregados até 30 anos de idade	24
Empregados com idade entre 30 e 50 anos	781
Empregados com idade superior a 50 anos	313
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	12%
Empregados(a) negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais	4
Empregados com deficiência	31

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Esta força de trabalho atua em diversas regiões do país, conforme as necessidades da Eletrosul, classificada da seguinte forma:

Quadro 6.3.2 Área de Atuação da Força de Trabalho 2018

Área de trabalho	2018
Número de empregados por região - região norte - masculino	0
Número de empregados por região - região norte - feminino	0
Número de empregados por região - região nordeste - masculino	0
Número de empregados por região - região nordeste - feminino	0
Número de empregados por região - região centro-oeste - masculino	31
Número de empregados por região - região centro-oeste – feminino	2
Número de empregados por região - região sudeste - masculino	0
Número de empregados por região - região sudeste - feminino	0
Número de empregados por região - região sul - masculino	911
Número de empregados por região - região sul - feminino	174

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Ainda, a força de trabalho pode ser classificada conforme sua faixa salarial:

Quadro 6.3.3 Faixa Salarial da Força de Trabalho 2018

Carreira / faixa salarial (R\$ Mil)	2018
Valor do salário base - nível gerencial feminino(R\$)	20.479,20
Valor do salário base - nível gerencial masculino (R\$)	20.383,73
Valor do salário base - com nível superior feminino (R\$)	9.966,64
Valor do salário base - com nível superior masculino (R\$)	11.314,45
Valor do salário base - sem nível superior feminino (R\$)	6.857,41
Valor do salário base - sem nível superior masculino (R\$)	6.588,65
Valor da remuneração - nível gerencial feminino (R\$)	22.587,57
Valor da remuneração - nível gerencial masculino (R\$)	23.801,81
Valor da remuneração - com nível superior feminino (R\$)	11.324,90
Valor da remuneração - com nível superior masculino (R\$)	13.107,27
Valor da remuneração - sem nível superior feminino (R\$)	8.531,39
Valor da remuneração - sem nível superior masculino (R\$)	8.553,30

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

6.3.1. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

A Diretoria-Executiva, em 2018, estava constituída por um Diretor Presidente e 4 (quatro) Diretores. A Eletrosul possui também um Conselho de Administração composto de 7 (sete) membros e um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva na figura de Diretor Presidente.

- a) Base normativa da remuneração:** A Eletrosul cumpre os procedimentos adotados pela *holding* para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, os valores a título de remuneração dos seus membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- b) Objetivos da política ou prática de remuneração:** A política de remuneração dos Dirigentes com função executiva praticada pela Eletrosul, incluindo os membros do Conselho de Administração e Fiscal, tem por objetivo oferecer justa remuneração, considerando-se a equidade interna e o equilíbrio em relação ao mercado, além de reter, motivar e desenvolver determinados profissionais com o padrão de excelência requerido pelo Grupo Eletrobras.
- c) Composição da remuneração:**
- Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:
 - Honorários: Retribuição mensal.
 - Abono Especial Natalino: Honorário extra, concedido 1 (uma) vez ao ano como bonificação natalina.
 - Adicional de Férias: Gratificação concedida ao Diretor e Diretor-Presidente por ocasião de férias.
 - Remuneração Variável Anual dos Dirigentes das Empresas Eletrobras (RVA): Remuneração Variável Anual concedida anualmente, caso atendidos os critérios estipulados pela SEST.

Para os Diretores também são concedidos os seguintes benefícios: Auxílio refeição, Seguro de Vida, Plano de Saúde, Previdência Complementar, Seguro Funeral e Auxílio Moradia quando necessário.

Os valores que compõem a remuneração dos conselheiros são: Honorários e Abono Especial Natalino mensalizado na forma de 1/12.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total (2018):

- Honorários: 86,47%
- Abono Especial Natalino: 11,65%
- Adicional de Férias: 1,15%
- Demais benefícios: 0,72%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

- Honorário: Valor mensal e reajuste anual definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovado na Assembleia Geral Ordinária.
- Abono Especial Natalino: Valor correspondente a 1 honorário;
- Adicional de Férias: Parcela correspondente a 1/3 do honorário;
- Remuneração Variável Anual dos Dirigentes das Empresas Eletrobras (RVA): Cálculo fixado pela SEST limitado a 2,5 honorários, aplicável exclusivamente aos Diretores, vinculado ao lucro do exercício anterior e atrelada ao cumprimento das metas empresariais. Pagamento condicionado à distribuição de dividendos definidos na Assembleia Geral ou equivalente e a efetiva distribuição de PLR aos empregados. Depende da disponibilidade financeira da empresa, sendo vedada a contratação de empréstimo para o seu pagamento.
- O cálculo dos honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal é fixado em 10% dos Honorários médios mensais e do Abono Especial Natalino, pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, não computados para ambos os colegiados, os demais benefícios.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

- A composição da remuneração dos administradores da Eletrosul é fixada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que encaminha os limites aprovados das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

d) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Remuneração dos Conselheiros não é vinculada a indicadores de desempenho, sendo reajustada anualmente conforme determinação da SEST, tendo como base o mês de abril de cada ano.

e) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica aos Conselheiros.

f) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade:

A política ou prática de remuneração dos administradores da Eletrosul é definida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), via orientação da Eletrobras e aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

- g) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Não se aplica.

- h) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia:**

Não se aplica.

- i) **Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:**

- a) termos e condições gerais: Não se aplica.
- b) objetivos do plano: Não se aplica.
- c) número máximo de ações abrangidas: Não se aplica.
- d) condições de aquisições de ações: Não se aplica.
- e) forma de liquidação: Não se aplica.
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: Não se aplica.

- j) **Em relação à remuneração variável, comentar sobre: os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.); os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável; os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas); a descrição dos benefícios oferecidos:**

A Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes é restrita à Diretoria Executiva e não abrange Conselheiros, sendo vinculada aos resultados obtidos no exercício anterior, como incentivo à produtividade frente a metas estabelecidas que mantenham vinculação explícita com o Planejamento Estratégico das empresas Eletrobras. O alcance de metas de resultados apresenta-se como uma alavanca para que as empresas Eletrobras cumpram os objetivos para os quais foram criadas, criando valor a todas as partes interessadas e priorizando uma gestão eficiente e eficaz.

Conforme disposto no inciso VI, alínea "i" e Parágrafo único do artigo 40, Anexo I, do Decreto nº 8.818/2016, cuja redação foi alterada pelo artigo 77 do Decreto nº 8.945/2016 (que regulamentou a Lei nº 13.303/2016 - Lei das Estatais), compete a SEST manifestar-se sobre a "remuneração dos administradores, liquidantes e Conselheiros e a participação dos dirigentes nos lucros ou nos resultados das empresas".

A composição dos indicadores escolhidos para apuração da Remuneração Variável Anual (RVA) 2018 está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 6.3.1.1 Indicadores Aplicáveis a RVA 2018

Nível	Indicador	Polaridade
Corporativo	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	↑
	Percentual do Investimento Realizado	↑
	Intensidade de emissão GEE	↓
	PMSO Clássico/ROL Ajustada	↓
	DISPGR	↑
	DISP OLT	↑
	Dívida Líquida/EBITDA Gerencial	↓
Colegiado	Avaliação da Diretoria Colegiada pelo Conselho de Administração	↑

Nível	Indicador	Polaridade
	Indicador de Conformidade do SEST	↑
Unidade de Negócio	Índice de Desempenho de Projetos	↑

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Para àqueles indicadores que condicionam o pagamento de Remuneração Variável Anual (RVA) aos diretores, o valor total que poderá ser distribuído à Diretoria Executiva estará limitado a 2 remunerações, e 0,5 remuneração de bônus caso todos indicadores apresentem desempenho de no mínimo 95% da meta estabelecida, conforme previsto na pactuação do programa de RVA 2018.

Adicionalmente, o valor total que poderá ser distribuído estará limitado a 10% do Lucro Líquido da empresa, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404, e somente após a distribuição de dividendos e o eventual pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados.

k) Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros dos Conselhos:

Quadro 6.3.1.2 Remuneração Mensal dos Membros dos Conselhos

Conselho de Administração			Valores em R\$1,00		
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)		
	Início	Fim	Media Mensal (2018)	Total no exercício	
Celso Knijnik	-	-	4.136,17	49.634,04	
Gilberto Odilon Eggers	-	-	4.136,17	49.634,04	
Armando Casado de Araujo	-	-	4.136,17	49.634,04	
Ricardo Moura de Araujo Faria	-	-	4.136,17	49.634,04	
Rita de Cássia Pandolfi Camara	-	-	4.136,17	49.634,04	
Marcelo Drugg Barreto Vianna	23/11/2018	-	5.154,30	5.154,30	
Wilson Pinto Ferreira Junior*	-	-	0,00	0,00	
Conselho Fiscal					
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)		
	Início	Fim	Media Mensal (2018)	Total no exercício	
Henrique Alves Santos	13/07/2018	-	3.881,64	23.289,82	
Wagner Augusto de Godoy Maciel	26/04/2018	-	4.215,71	33.725,69	
Ricardo Botelho	-	12/07/2018	4.390,70	26.344,22	
Pedro Paulo da Cunha	-	-	4.136,17	49.634,04	

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal (DIPE)

Obs.: Para cálculo da média mensal utilizou-se mês integral para período de dias igual ou superior a 15 dias.

* O Conselheiro Wilson Pinto Ferreira Junior não recebe honorários pela Eletrosul.

I) Demonstrativo da Remuneração Anual da Diretoria Executiva

Quadro 6.3.1.3 Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão		Valores em R\$1,00	
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2018	2017	
Número de membros:	5	5	
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.655.067,80	2.842.945,49	
a) salário ou pró-labore ¹	2.295.914,08	2.688.139,51	
b) benefícios diretos e indiretos ²	359.153,72	154.805,98	
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	
d) outros	0,00	0,00	
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	0,00	0,00	
e) bônus	0,00	0,00	
f) participação nos resultados	0,00	0,00	
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	
h) comissões	0,00	0,00	
i) outros	0,00	0,00	
III – Total da Remuneração (I + II)	2.655.067,80	2.842.945,49	
IV – Benefícios pós-emprego ³	0,00	226.812,24	
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal (DIPE)

1 - Salário ou pró-labore: Honorários; Diferença de Honorários; Complemento Vantagem Pessoal; Diferença de Complemento Vantagem Pessoal;

2 - Benefícios diretos e Indiretos: Adicional de Férias; Honorário Convertido 1/3 Férias; Gratificação de Substituição Diretor; Férias Indenizadas Honorários; Gratificação de Férias Honorário término de mandato; Abono Especial Honorário; Auxílio Moradia Diretor; Ajuda de Custo.

3 - Benefícios pós-emprego: Um dos Diretores, ao término do respectivo mandato, requereu e foi contemplado com o pagamento da quarentena, porém, apesar do mandato encerrado em 2016, o benefício foi pago no exercício de 2017.

Obs.: As informações do Relatório de Gestão não consideram os Encargos Sociais e Outros Benefícios.

Quadro 6.3.1.4 Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Identificação do Órgão		Valores em R\$ 1,00	
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2018	2017	

I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
b) valor máximo previsto no plano de remuneração		
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
d) valor efetivamente reconhecido no resultado		
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0,00	0,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração		
f) valor máximo previsto no plano de remuneração		
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00
III – Total (I + II)	0,00	0,00

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal (DIPE)

Obs.: Em 2018, os Diretores não receberam RVA referente ao exercício de 2017.

6.3.2. Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade

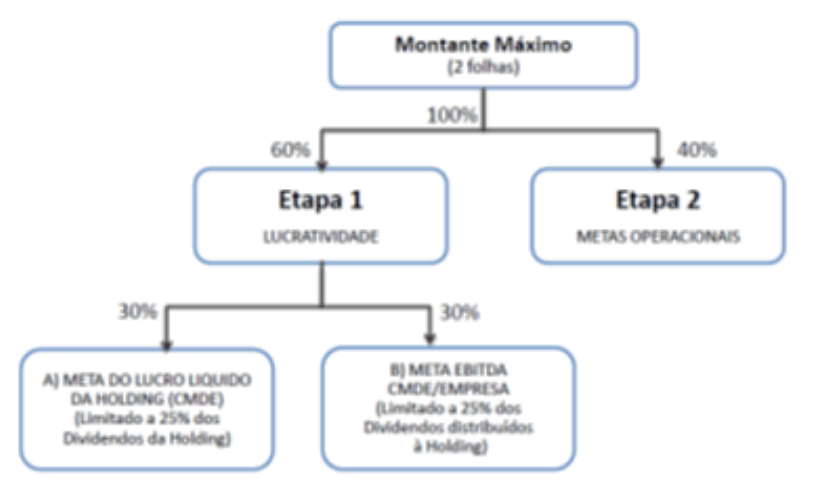
- Política de Participação de Empregados nos Resultados da Empresa

A Eletrosul, por meio de termo de pactuação firmado com entidades sindicais representativas de seus empregados, visa fixar os critérios para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, e assim, estabelecer uma política de remuneração variável.

Esse instrumento estabelece a integração entre o capital e o trabalho, e também tem como objetivo o incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, Lei nº 10.101/2000, em alinhamento com Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras, com as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e demais disposições legais vigentes.

O Termo de Pactuação do exercício de 2018 estabelece:

Figura 6.3.2.1 Termo de Pactuação 2018



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

- Política de Participação de Administradores nos Resultados da Empresa

A política de participação de administradores nos resultados da empresa consta neste Relatório de Gestão 2018 no item “6.3.1 – Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados”, subitem “j - Em relação à remuneração variável, comentar sobre: os mecanismos de remuneração variável”.

6.3.3. Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O quantitativo do quadro próprio da Eletrosul é definido e aprovado pelo órgão do Governo Federal responsável por essa definição.

O preenchimento de vaga do quadro ocorre, preferencialmente, com empregados existentes na Empresa. A seleção interna visa suprir as demandas de pessoal de determinada área, proporcionando espaço para o crescimento profissional das pessoas, mediante disponibilização de Bolsa de Oportunidade de Trabalho.

Na impossibilidade do preenchimento de vaga com empregados existentes na Empresa, a captação de pessoal deve ser feita externamente, por meio de concurso público.

São considerados os seguintes requisitos na captação de pessoal:

- a) Capacitação profissional: a escolha de profissional para a ocupação de qualquer vaga é feita com base na qualificação e na adequação dos candidatos ao perfil funcional, não desconsiderando, entretanto, as suas perspectivas de aproveitamento no futuro;
 - a verificação dessas condições é efetuada através da avaliação do candidato, considerando a experiência, os conhecimentos específicos e/ou gerais, o perfil pessoal, comprovação da formação e os requisitos de saúde;
 - para a seleção interna, a responsabilidade pela escolha dos profissionais é dos gerentes, assessorados pelo órgão de Gestão de Pessoas.
- b) Competitividade: a captação é orientada para buscar o melhor potencial humano disponível, seja na Empresa ou no mercado externo, através da competitividade nos processos de captação.
- c) Igualdade de oportunidade: o recrutamento para o preenchimento de vaga busca atingir o maior número possível de pessoas que atendam aos requisitos exigidos, propiciando igualdade de oportunidade aos interessados.

O concurso público destina-se a captação de profissionais para preenchimento de vagas nos níveis de complexidade iniciais dos cargos amplos e é composto pelas etapas de Provas de Conhecimentos Teóricos, de Entrega de Documentação, de Testes de Condicionamento Físico realizada somente para os cargos/atividades definidos pelo PCMSO e, por fim, pela etapa de Exames de Saúde Ocupacional.

Na realização de Concurso Público, a Empresa reserva 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, a Empresa desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde dessas pessoas.

6.3.4. Detalhamento das Despesas de Pessoal

Quadro 6.3.4.1 – Detalhamento de Despesas de Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade – Despesas em R\$ 1,00											
Exercícios	2018	171.048.305,64	0,00	24.764.298,92	57.823.212,54	22.408.526,61	31.219.726,01	41.309.942,97	0,00	0,00	365.448.565,42
	2017	187.074.576,87	0,00	28.931.574,23	68.045.921,84	29.225.167,14	32.469.380,66	53.082.280,12	0,00	0,00	398.828.900,86
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal (DIPE)

As despesas com pessoal, do período de 2017 para 2018, apresentaram diminuição dos valores principalmente em função da redução do quadro de funcionários decorrente do Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) e Plano de Demissão Consensual. Salienta-se que, no período supracitado, não ocorreram movimentações decorrentes do plano de cargos e salários contribuindo para manutenção dos valores já praticados.

6.4. Gestão de Licitações e Contratos

Os principais contratos estão classificados na Eletrosul da seguinte forma:

Quadro 6.4.1 – Contratações em execução 2018 x 2017

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2018	2017
Modalidade de Licitação	121.128.911	159.633.337
Convite	-	1.710.402
Tomada de preços	2.121.554	2.668.583
Concorrência	10.453.813	16.616.945
Pregão	108.553.544	138.637.407
Contratações Diretas	52.428.141	46.308.491
Dispensa	45.774.959	35.952.078
Inexigibilidade	6.653.182	10.356.413

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC) e Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)

6.4.1. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 6.4.1.1 Despesas com Publicidade

Publicidade	Valores Orçados (R\$ 1,00)	Valores Pagos (R\$ 1,00)
Institucional	2.724.240	1.409.341
Legal	1.627.107	1.407.480
Mercadológica	-	-
Utilidade pública	1.134	1.134
TOTAL	4.352.481	2.817.955

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

Com relação ao quadro acima, referente à dotação orçamentária para 2018, foi aprovado o valor de R\$ 4.352.481 para os serviços de publicidade na Unidade Jurídica. Com uma realização de R\$ 2.817.955, a Eletrosul alcançou 64,74% do previsto para o exercício.

Publicidade Institucional: as ações de Publicidade Institucional são realizadas por meio da Agência D/Araújo Comunicação Ltda., com a qual a Eletrosul possui contrato vigente até 12 de março de 2020. O referido contrato de número 1304180031 foi renovado pelo Termo Aditivo N° 01. O Termo Aditivo ao Contrato passa de R\$ 5.350.000,00 (cinco milhões e trezentos e cinquenta mil reais) para R\$ 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil reais), sendo que R\$ 5.350.000,00 (cinco milhões e trezentos e cinquenta mil reais) referentes ao período de 13/03/2018 a 12/03/2019 e R\$ 5.350.000,00 (cinco milhões e trezentos e cinquenta mil reais) referentes ao período de 13/03/2019 a 12/03/2020. Ao longo de 2018, foi realizada uma campanha institucional em homenagem aos 50 anos da Eletrosul que veiculou em duas etapas por conta do período eleitoral: a primeira parte veiculou de 20 de junho a 07 de julho, e a segunda parte veiculou em dezembro, mês

do aniversário da empresa. O objetivo da campanha, veiculada em emissoras de TV dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de mensagens publicitárias em relógios estáticos, mobiliário urbano e mídia exterior digital, é o de promover os 50 anos da Eletrosul como uma empresa confiável, sólida e de grande qualidade técnica nos serviços prestados.

Publicidade Legal: as informações como balanços, atas, editais e avisos foram publicadas conforme as prescrições legais. Para isso, são utilizados os contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A.(EBC), nº 1304180036, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e vigência até 17 de abril de 2019; e com o Diário Oficial de Santa Catarina, nº 1304150223, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e vigência até 24 de novembro de 2020.

Publicidade Mercadológica: não é realizada porque a Eletrosul não atua em relação de concorrência no mercado.

Publicidade de Utilidade Pública: a Campanha contra Queimadas tem como objetivo educar e orientar a população, principalmente a da área rural, sobre os riscos da realização de queimadas, em especial próximo a linhas de transmissão e subestações de energia. A campanha, realizada anualmente, tem grande repercussão e tradição, contribuindo para a redução no número de desligamentos ocasionados por queimadas. Na edição de 2017, a campanha contou com a produção de camisetas, bonés, canecas, lápis-semente, folders e ecobags. Os valores pagos com publicidade de utilidade pública, no ano de 2018, referem-se ainda a despesas decorrentes da campanha contra queimadas efetuada no ano de 2017, haja vista que no ano de 2018 a Eletrosul não realizou a referida campanha por tratar-se de ano eleitoral.

Quadro 6.4.1.2 Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2018

Descrição	Valor (R\$)
Publicidade Institucional	1.409.341
D/ARAUJO COMUNICAÇÃO	1.328.646
RESTAURANTE SEM LTDA – ME	32.100
FABIO DE SOUZA	9.900
CHACARA SANTANA EVENTOS	9.500
ALEXANDRE CLAUDIO FERREIRA 72327359953	4.400
MARILENE P. DA SILVA	3.850
AÇOUGUE CENTRAL DO COMÉRCIO	3.797
RDO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA-ME	3.490
CONRADI EVENTOS LTDA. ME	1.800
CLODOALDO PILATI & CIA LTDA	1.740
POSTMIX SERVIÇOS EDITORIAIS EIRELI – EPP	1.000
TORRES & DUARTE LTDA.	1.000
ARI ROSA	930
GRAFICA CONTINENTE LTDA – EPP	835
AÇÃOFIXA PUBLICIDADE LTDA	802
MARIA CLEONICE SCHMIDT	800
ROMEU WELBY PEREIRA PUGIN	726
CHURRASCARIA E RESTAURANTE GUAPORE LTDA	666
ADILSON MENDONZA	600
ANTONIO FERNANDO DE SOUZA	500
GRAFICA DARWIN	447
RAFAEL DITTGEN DE OLIVEIRA	400
SERGIO YUKIO SAITO	336

MARCIO CARRAZEDO DANTAS	300
FOTO CAMPINAS LTDA.ME	279
FERNANDO NUNES LIMA	257
MARCA GRÁFICA EDITORA LTDA EPP	240
Publicidade Legal	1.407.480
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC	657.302
FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	570.842
IMPrensa NACIONAL	166.126
PSR SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM ENERGIA LTDA.	5.350
CONSORCIO ENERGETICO CRUZEIRO DO SUL	3.959
PROCERGS CIA DE PROCES DADOS DO RGS	2.149
M&W COMUNICACAO INTEGRADA LTDA – ME	1.752
Publicidade de Utilidade Pública	1.134
GRAFICA CONTINENTE LTDA - EPP (73243222000109)	1.134

Fonte: Departamento de Planejamento, Captação de Recursos e Controladoria (DPC)

6.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A gestão do patrimônio imobiliário dos empreendimentos de geração e transmissão sob concessão da Eletrosul é realizada pelo Setor de Gestão da Informação e Geoprocessamento (SEGIG), vinculado à Divisão de Gestão Fundiária (DVGF), que, por sua vez, está vinculada ao Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária (DEA), um dos departamentos da Diretoria de Engenharia (DE).

O patrimônio imobiliário gerido pela Eletrosul compreende as áreas de terras cujos direitos foram adquiridos para fins de implantação e operação de empreendimentos sob sua concessão, tendo sido registrados tais direitos em nome da Eletrosul.

No âmbito geral da gestão do patrimônio imobiliário, a empresa utiliza o Sistema DIM (Desapropriação de Imóveis), o qual possibilita o armazenamento e a manipulação de informações alfanuméricas relativas aos seguintes processos relacionados a imóveis, dentre outros:

- Servidões administrativas para obras de Linhas de Transmissão.
- Desapropriações para obras de Subestações.
- Desapropriações para obras de Usinas Hidrelétricas.
- Servidões/Cessão de Uso/Desapropriações para obras de Usinas Eólicas.
- Locação/Comodato/Aquisição para obras de Telecomunicações.

O armazenamento das informações consiste no registro de cada imóvel interceptado pelos empreendimentos, contendo, basicamente, a identificação cadastral do processo administrativo, a denominação do proprietário, a área total do imóvel e a área vinculada ao empreendimento, o valor indenizado pelo processo aquisitivo, o valor gasto com despesas legais (cartórios, etc), o valor indenizado pelas benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas, o valor indenizado pelos danos de obras, dentre outros. Permite ainda, a discriminação da situação do processo, ou seja, se encontra-se concluído, pendente ou tramitando em juízo (imissão na posse).

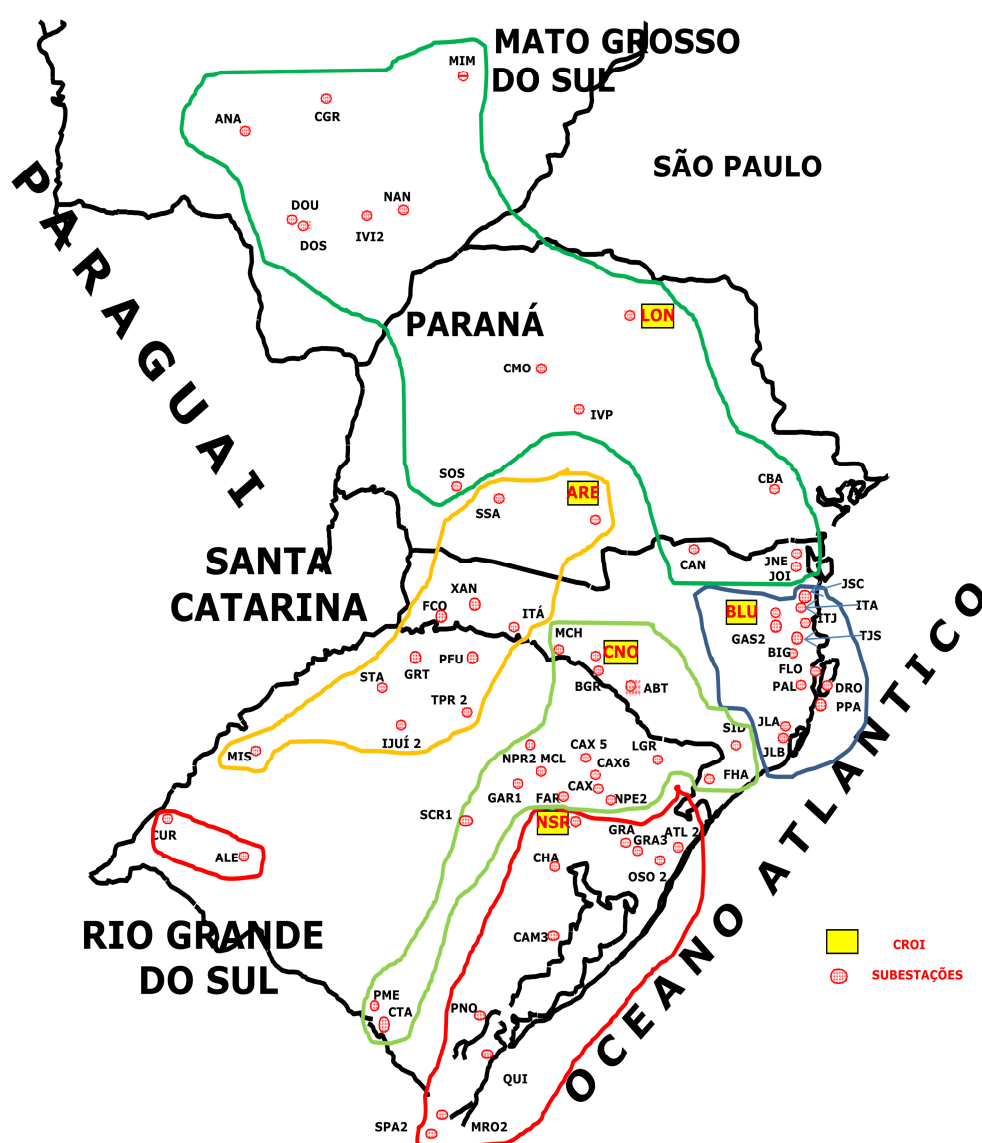
Atualmente, com o advento da implantação de um sistema multifinalitário e integrado de gestão da informação de forma corporativa, o Sistema DIM está sendo substituído por um Sistema de Gestão Fundiária e Ambiental (SIFA), o qual permitirá uma integração desse sistema com demais sistemas de informações, proporcionando a integração de informações alfanuméricas e espaciais de forma

conciliada e em tempo real com outras informações dos empreendimentos, tais como: informações do licenciamento ambiental, da engenharia, de equipamentos, dentre outros.

Gestão dos Ativos – Operação e Manutenção

A Eletrosul coordena a operação, ininterruptamente, por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSEE), dividido em Centro de Operação da Transmissão (COT), Centro de Operação da Geração (COG) e Centro de Operação de Telecomunicações (CCT). Os comandos de operação são executados por Centros Regionais de Operação de Instalações (CROI) para as instalações de Transmissão e pelo próprio COG, para instalações de geração, com o auxílio de técnicos de apoio à operação nas instalações, com a possibilidade de operação do COSEE, em backup, por meio do Centro de Operação de Contingência (COC). As instalações de transmissão também podem ser operadas, em backup, pelo COSEE.

Figura 6.5.1 Estrutura de operação das instalações da Eletrosul



Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

Para gestão da operação dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 6.5.1 Sistemas Informatizados da Gestão de Operação

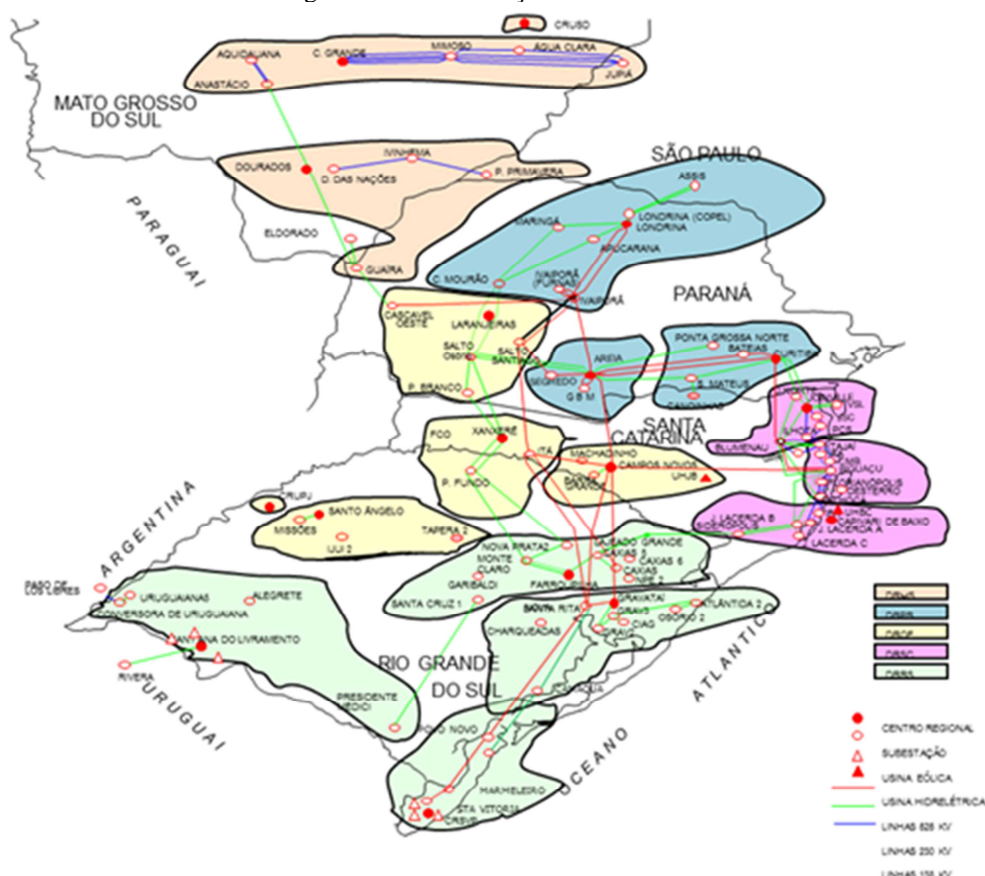
SISTEMA	FUNCIONALIDADE
GIRO – Gerenciador Informatizado de Rotina da Operação	Livro de turno, incluindo registros de manutenção e de intervenções.
GPI – Gerenciador do Processo de Intervenções	Solicitação e programação das intervenções no sistema.
Portal da Operação	Instruções operacionais.
RDOS – Relatório Diário de Ocorrência no Sistema	Registrar os eventos na operação do Sistema.
RRO – Relatório de Registro de Ocorrências	Registrar as ocorrências de desligamentos nas instalações de transmissão e geração.
LEQ – Localização de Equipamentos	Gestão de registro das localizações dos equipamentos operados ou mantidos pela Eletrosul

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

As responsabilidades, as regras e os procedimentos que envolvem a operação do sistema sob o comando e a execução da Eletrosul são normatizados no Manual de Operação, alinhados com os Procedimentos de Rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). As intervenções no sistema elétrico são analisadas, documentadas e otimizadas por uma equipe de programação de desligamentos, objetivando maximizar a disponibilidade do sistema. Para tanto, a empresa mantém uma equipe de engenharia especializada em estudos elétricos, que assegura a operação dentro dos padrões de segurança sistêmica, visando garantir confiabilidade e disponibilidade dos seus ativos. O controle da qualidade da operação é realizado pelas áreas de pós-operação.

A manutenção dos ativos de transmissão, geração e telecomunicação da Eletrosul é efetuada por cinco Divisões Regionais de Manutenção, segregadas em 13 Centros Regionais de Manutenção.

Figura 6.5.2 Divisões e Centros Regionais de Manutenção



Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

Para gestão da manutenção dos ativos da Eletrosul, utilizam-se os seguintes sistemas informatizados:

Quadro 6.5.2 Sistemas Informatizados da Gestão da Manutenção

SISTEMA	FUNCIONALIDADE
SAP-IU	Gestão de ativos, incluindo cadastro, notas, ordens de serviço, movimentações de equipamentos.
PPC – Prontuário e Plano de Contingência	Gestão de documentos de manutenção, incluindo prontuários de instalações e planos de contingências.
Recomendações Técnicas	Cadastro de recomendações técnicas de Engenharia de Manutenção.
Manual de Manutenção	Instrução de manutenção
AEPC – Ajustes e Estudos de Proteção e Controle	Gestão de registros das parametrizações dos Relés de Proteção.
RTM – Relatório Técnico da Manutenção	Gestão de registro das ocorrências que necessitam de análise da Engenharia e/ou revisão de Instruções Normativas da Manutenção

Fonte: Coordenadoria de Gestão da Diretoria de Operação (CDO)

A Eletrosul utiliza o SAP-IU como o principal sistema informatizado de gestão da manutenção. Constitui-se no cadastro de todos os equipamentos instalados nas áreas operacionais da Empresa, mantendo registro dos serviços de manutenção realizados, ensaios das análises preditivas, das movimentações e transferência de equipamentos.

A infraestrutura e procedimentos para gestão dos ativos da Eletrosul, em relação aos aspectos de operação e manutenção, apresentam-se adequadas, haja vista, os elevados indicadores operacionais da empresa.

6.5.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O patrimônio imobiliário gerido pela Eletrosul por meio do Departamento de Gestão Ambiental e Fundiária (DEA) compreende as áreas de terras cujos direitos foram adquiridos para fins de implantação e operação de empreendimentos sob sua concessão, tendo sido registrados tais direitos em nome da Eletrosul.

Os bens imóveis que constam em nome da União foram levantados e informados em resposta ao Ofício Eletrobras CTA-PR-7706/2013, por meio da CE PRE-0116/2014, de 03/07/2014. Os bens informados restringiram-se ao levantamento de um imóvel no município de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, o qual se encontra destinado à Subestação Alegrete, sob concessão de transmissão da Eletrosul.

6.6. Gestão da Tecnologia da Informação

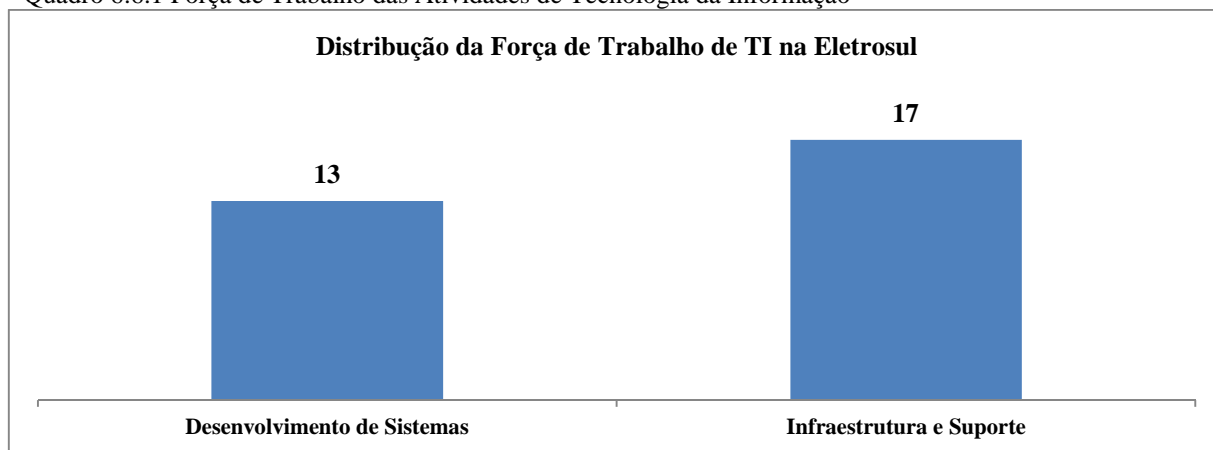
Após a implantação do Centro de Serviços Compartilhados, em junho de 2018, a estrutura de Tecnologia da Informação da Eletrosul foi reformulada e passou a ser integrada por quatro áreas, a saber:

- 1) Divisão de Sistemas e de Gestão da Informação (DSGI), vinculada ao Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI), da Diretoria Administrativa (DA), encarregada por prospectar alternativas e elaborar estudos para viabilizar as necessidades de sistemas de TI, coordenar os processos de aquisição, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de TI e realizar a gestão das licenças de direito de uso;
- 2) Divisão de Infraestrutura de Telemática, vinculada ao Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL), da Diretoria de Operação (DO), com a responsabilidade de coordenar as necessidades e demandas de infraestrutura para atendimento aos serviços de Tecnologia da Informação (TI) para atendimento às áreas de administração, operação e manutenção;
- 3) Divisão de Atendimento a Usuários e Infraestrutura Operacional de Tecnologia da Informação (DIAU), vinculada ao Departamento de Produtividade e Qualidade da Unidade Sul (DPS/CSC), da DA; e
- 4) Divisão de Desenvolvimento de Soluções de Tecnologia da Informação (DITI), vinculada ao Departamento de Produtividade e Qualidade da Unidade Sul (DPS/CSC), da DA.

Para a implantação do Projeto ERP/SAP está designada a Gerência do Projeto ERP SAP, de caráter temporário, cuja extinção se dará com o término do projeto, previsto para 2020.

A força de trabalho, considerando todas as quatro áreas que integram a TI, é composta de 30 (trinta) empregados, distribuídos conforme segue:

Quadro 6.6.1 Força de Trabalho das Atividades de Tecnologia da Informação



Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI) e Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL)

Desde 2010, com a aprovação da Norma de Gestão 114 - Provimento de Recursos de Telemática (Telecomunicações e Informática) e Automação, o Plano Diretor de Telemática e Automação (PDTA) é adotado para consolidar o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação para a Eletrosul, aderente às diretrizes e políticas do Grupo Eletrobras e ao Planejamento Empresarial, para um horizonte de atuação de três anos.

As ações de TI, do ano de 2018, estão respaldadas no PDTA para o Triênio 2016-2018, aprovado pela RD-1601-10, de 03/11/2015. As principais iniciativas desenvolvidas no decorrer deste ano foram:

Quadro 6.6.2 Principais Projetos de TI

Programa	Valor (R\$)
Projeto de Implantação do Sistema Integrado de Gestão SAP/ERP ⁽¹⁾	3.252.633,79
Projeto de Modernização do Sistema de Backup - aquisição de fitoteca automatizada (robô) de Armazenamento e Leitura/Gravação de Fitas Magnéticas padrão LTO ⁽²⁾ .	578.500,00

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI) e Departamento de Automação, Proteção e Telemática (DTL)

(1) Incluindo taxa de reativação das licenças para o período correspondente de 01/04/2016 a 30/11/2017, serviços de suporte e manutenção das licenças e despesas com viagens (hospedagens, passagens aéreas, diárias, horas extras, deslocamentos).

(2) Incluindo o software de cópia de segurança de dados, Brightstor Arcserve Backup, em ambiente Windows 2000 Server.

Entre as contratações mais relevantes nesse ano podemos destacar: os serviços para a implantação do Sistema Integrado e Automatizado de gestão e governança dos processos fundiários, Ambientais e Patrimoniais dos Empreendimentos de Transmissão e geração de energia elétrica em implantação e operação da Eletrosul, baseado em tecnologia WEB (Internet/Intranet), o valor de R\$ 1.483.539,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e nove reais); aquisição de dois conjuntos de armazenamento de dados Storages, no valor de R\$ 3.561.500,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), e de solução de servidores de rede corporativos baseado em plataforma tipo Blade, no valor de R\$ 1.297.500,00 (um milhão duzentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), para atualização tecnológica do datacenter.

As regras e os procedimentos para a segurança e integridade das informações da Empresa no que diz respeito às operações com o uso de recursos de TI estão estabelecidos na Norma de Gestão (NG) 024 e na Norma de Procedimento (PG) 024.01.

6.7. Gestão de Custos

A Eletrosul, por ser sociedade de economia mista, segue as normas contábeis aplicáveis às Sociedades por Ações, estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos Contábeis e demais orientações aprovadas pelos órgãos competentes. Também, como participante do setor elétrico, deve observar as normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em observância aos normativos, foram desenvolvidos controles contábeis internos. A apuração ocorre por meio de registros contábeis em Ordens ou Unidades, estas últimas denominadas internamente como Locais de Aplicação, bem como por meio de contas contábeis definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela ANEEL. Os registros são efetuados com a finalidade principal de atendimento ao órgão regulador e normativos contábeis, e, por decorrência, também para fins gerenciais.

Destaca-se que a contabilidade da Eletrosul não efetua a apuração dos custos de programas, como ocorre na administração direta. A apuração tem como objeto a geração e transmissão de energia. O resultado é apresentado nas Demonstrações Financeiras, em Nota Explicativa com a segregação das informações por segmento de Negócio: Geração e Transmissão de Energia.

A estrutura orgânica responsável pelos controles contábeis é de responsabilidade do Departamento Contábil, Fiscal e Tributário (DCO), onde a atividade de elaboração de relatórios gerenciais relativos ao custeio operacional está sob a responsabilidade da Divisão de Consolidação de Informações Contábeis (DVIC), enquanto a atividade de elaboração de relatórios relativos a investimentos está sob a responsabilidade da Divisão de Contabilização e Controle Patrimonial (DVCP).

6.8. Sustentabilidade Ambiental

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras está alinhada a Missão, Visão e Valores das empresas e tem como objetivo nortear o tratamento das questões socioambientais em consonância com os princípios da sustentabilidade.

A premissa fundamental é a conformidade com as diretrizes das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, bem como com os acordos internacionais aos quais o Brasil é signatário. Está alinhada aos preceitos do Pacto Global, incentivando o Desenvolvimento Sustentável e destacando o caráter preventivo na abordagem das questões ambientais.

Foi elaborada em 2006 e passou por revisões em 2010, 2013 e 2016 com o intuito de contemplar em seu escopo os principais temas e disciplinas integrantes do cotidiano da gestão ambiental praticada pelas empresas Eletrobras. Em 2018, passou por um novo processo de revisão, tendo sido aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras e está em fase de aprovação pelo Conselho de Administração da Eletrobras.

As atualizações são discutidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Política Ambiental (GT1) e aprovadas pelo Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA), composto pelos gestores das áreas ambientais das empresas Eletrobras. As revisões aprovadas pela Eletrobras passam por aprovação da Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Eletrosul.

A recente revisão teve como objetivo o aprimoramento de alguns temas, adequando-a as exigências dos relatórios de mercado e atendendo demandas institucionais, além de incluir as Diretrizes para Relacionamento com Populações Indígenas. Após aprovação serão definidas as atividades de divulgação e internalização da nova versão.

Importante salientar que a Eletrobras coordena o SCMA, que é um colegiado composto pelos gestores das áreas de meio ambiente das empresas, possui 11 Grupos de Trabalho permanentes formados por representantes das equipes técnicas de cada uma das empresas Eletrobras, para tratar de assuntos de interesse comum.

Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

A Eletrosul separa seus resíduos recicláveis descartados, tanto nas áreas descentralizadas quanto na sede da empresa, conforme preconiza o Decreto 5.940/2010. Na sede da empresa os resíduos recicláveis são destinados à cooperativa de catadores localizada nas dependências da COMCAP.

Quanto à destinação de resíduos perigosos (eletroeletrônicos) e atendendo as premissas do Decreto, a Eletrosul faz chamada pública para habilitação das associações e cooperativas de reciclagem que possam coletar e dar o destino correto aos resíduos. A habilitação está condicionada ao envio de documentação, uma vez que resíduos perigosos não podem ser destinados às associações de catadores de materiais recicláveis que não tenham licenciamento.

Assim, em cumprimento ao estabelecido no Decreto 5940/06 a empresa firmou acordos de cooperação mútua com a Associação dos Trabalhadores na Separação de Resíduos Recicláveis de Colombo (RESOL), no ano de 2017, visando à implantação da coleta seletiva e reciclagem dos resíduos eletrônicos, por meio de doação. Foram destinadas nove toneladas de material eletrônico inservível abrangidas pelo acordo. Para o ano de 2019, está prevista nova chamada pública para habilitação de Associações e Cooperativa.

Todas as informações referentes à destinação dos resíduos sólidos gerados na empresa são armazenadas no software IGS - Indicadores para Gestão da Sustentabilidade nas Empresas Eletrobras. O aplicativo foi desenvolvido pelo CEPEL no ambiente da internet com a função de monitorar, registrar, arquivar e uniformizar mensalmente os indicadores ambientais, de forma corporativa.

Contratações realizadas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente

Apesar do Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 não ser aplicável à Eletrosul, pois esta não está enquadrada como administração pública federal direta, autárquica e fundacional ou empresa pública dependente, conforme definido no art. 1º do supracitado Decreto, a Empresa integra o Grupo de Trabalho vinculado ao Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos do Sistema Eletrobras (CELSE), coordenado pela Eletrobras, que tem como objetivo orientar as Empresas Eletrobras e estabelecer padrões de contratação sustentável.

Sobre o plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012

A Eletrosul não possui plano de gestão de logística sustentável, mas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) constam orientações para redução, reuso, reciclagem e valorização dos resíduos.

Em março de 2018, foi realizada logística reversa para lâmpadas fluorescentes. Foram adquiridas 1000 lâmpadas novas com o retorno de 1000 lâmpadas que estavam armazenadas no local.

7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, as Demonstrações Contábeis da Eletrosul, bem como as Notas Explicativas (parte integrante das demonstrações financeiras) foram publicadas no Diário Oficial da União, página 129, no dia 17/04/2019, e encontram-se publicadas em seu sítio da *internet*, no link a seguir indicado:

<http://www.eletrosul.gov.br/files/files/investidores/participacoes-societarias/Demonstra%C3%A7%C3%B5es%20Financeiras%20e%20Relat%C3%B3rio%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%202018.pdf>

7.1 Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)					
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.184	15.890	44.333	20.332
Títulos e valores mobiliários	6	591.506	374.255	591.506	374.255
Clientes	8	251.113	252.967	258.973	254.422
Ativo financeiro - concessões de serviço público	9	345.418	677.698	345.418	677.698
Ativo contratual - concessões de serviço público	9	180.005	-	197.372	-
Dividendos a receber	10	11.277	7.205	11.277	7.205
Tributos a recuperar	11	20.652	5.720	23.148	8.619
Cauções e depósitos vinculados	7	100.747	102.038	100.747	102.038
Desativações, alienações e serviços em curso		29.690	35.385	35.363	35.385
Almoxarifado		32.144	34.043	32.144	34.043
Outros ativos circulantes	12	45.469	59.250	44.243	58.445
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	83.825	-	98.697
		1.633.205	1.648.276	1.684.524	1.671.131
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	11	1.161	2.011	1.237	2.087
Ativo fiscal diferido líquido	13	-	-	32.702	-
Ações preferenciais resgatáveis	14.5	-	45.661	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.6	189.354	411.560	181.610	404.667
Ativo financeiro - concessões de serviço público	9	1.668.216	2.772.725	1.668.216	2.782.420
Ativo contratual - concessões de serviço público	9	1.311.855	-	1.846.753	-
Cauções e depósitos vinculados	7	125.300	74.102	152.334	77.130
Outros ativos não circulantes	12	277.727	243.870	276.876	243.888
		3.573.613	3.549.929	4.159.728	3.510.192
Investimentos	14	2.483.099	2.429.357	2.124.341	2.429.357
Imobilizado	15	2.367.673	2.371.859	2.526.932	2.522.385
Intangível	16	132.981	140.375	175.210	141.076
		8.557.366	8.491.520	8.986.211	8.603.010
TOTAL DO ATIVO		10.190.571	10.139.796	10.670.735	10.274.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	32.600	90.684	37.432	100.165
Financiamentos e empréstimos	19	201.000	482.463	226.992	486.368
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	20	137.182	1.421	137.182	1.421
Debêntures	21	-	-	4.135	-
Folha de pagamento		31.267	39.818	31.398	39.932
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22	100.993	3.185	101.523	5.791
Tributos a recolher	22	26.574	64.444	27.573	64.812
Dividendos a pagar	32	29.027	81.506	29.027	81.506
Obrigações estimadas	23	48.007	48.164	48.007	48.164
Benefício pós-emprego	31	4.259	7.134	4.259	7.134
Pesquisa e desenvolvimento	26	33.490	33.595	34.736	33.595
Provisões operacionais	28	27.642	57.818	27.642	57.818
Outros passivos circulantes	29	72.604	88.855	79.651	92.126
Passivos não circulantes mantidos para venda		-	-	-	14.872
		744.645	999.087	789.557	1.033.704
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	19	1.726.890	1.630.116	1.928.657	1.668.271
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	20	535.310	664.980	535.310	664.980
Debêntures	21	-	-	110.206	-
Obrigações estimadas	23	15.768	13.885	15.768	13.885
Passivo fiscal diferido líquido	13	483.424	467.010	483.424	467.010
Provisões para riscos	25	193.119	171.434	194.400	171.434
Benefício pós-emprego	31	350.432	85.754	350.432	85.754
Provisão para ressarcimento de energia		-	-	71.558	67.546
Concessões a pagar - Uso de Bem Público	27	30.121	28.587	30.121	28.587
Ações preferenciais resgatáveis		-	-	88.290	42.629
Outros passivos não circulantes	29	83.873	115.208	58.090	81.504
		3.418.937	3.176.974	3.866.256	3.291.600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	32	4.359.226	4.359.226	4.359.226	4.359.226
Reservas de lucros		1.812.461	1.601.352	1.812.461	1.601.352
Ajuste de avaliação patrimonial		(231.736)	(51.203)	(231.736)	(51.203)
Dividendos adicionais propostos		87.038	54.360	87.038	54.360
		6.026.989	5.963.735	6.026.989	5.963.735
Participação de não controladores		-	-	(12.067)	(14.898)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.190.571	10.139.796	10.670.735	10.274.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35	2.022.021	2.057.856	2.056.445	2.082.946
CUSTO OPERACIONAL	36				
Energia comprada para revenda		(413.670)	(389.078)	(416.915)	(287.868)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(324.602)	(363.038)	(327.760)	(367.792)
Depreciação e amortização		(117.785)	(118.068)	(128.137)	(165.887)
Outros custos		(21.179)	(52.904)	(30.395)	(64.671)
Custo do serviço prestado a terceiros		(2.640)	(3.938)	(2.640)	(3.938)
Custo de construção		(39.400)	(83.766)	(39.508)	(84.087)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.102.745	1.047.064	1.111.090	1.108.703
Despesas operacionais	36	(267.512)	(344.247)	(271.104)	(351.366)
RESULTADO DO SERVIÇO		835.233	702.817	839.986	757.337
Outras receitas e despesas operacionais					
Equivalência patrimonial	14.4	(262.033)	146.379	(267.554)	34.137
Resultado financeiro, líquido	37	(223.522)	(434.582)	(237.908)	(477.170)
Impairment	17	104.725	147.358	123.235	304.584
Provisão para perdas em investimentos	14.4	(86.756)	(571.105)	(86.756)	(571.105)
Outras receitas/despesas	38	(28.132)	462.756	(27.474)	462.756
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		339.515	453.623	343.529	510.539
Imposto de renda e contribuição social correntes	39	(257.168)	(74.654)	(258.740)	(76.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	39.812	(35.788)	40.201	(87.176)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		122.159	343.181	124.990	346.922
Atribuível a:					
Acionistas controladores		122.159	343.181	122.159	343.181
Acionistas não controladores		-	-	2.831	3.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		122.159	343.181	124.990	346.922
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	31	(273.501)	202.462	(273.501)	202.462
Imposto de renda e contribuição social diferidos		92.968	(68.837)	92.968	(68.837)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(58.374)	476.806	(55.543)	480.547
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(58.374)	476.806	(58.374)	476.806
Acionistas não controladores		-	-	2.831	3.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Reservas de Lucros

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva para investimentos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas da Companhia	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 31.12.2016	4.359.226	172.833	1.004.360	-	-	187.935	(184.828)	-	-	5.539.526	15.079	5.554.605
Resultado abrangente do exercício												
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	133.625	-	-	133.625	-	133.625
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	343.181	343.181	3.741	346.922
Alienação de investimentos societários, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	28.909	28.909	-	28.909
Aquisição de controle de investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.899)	(14.899)
Alienação de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	(31)
Desreconhecimento de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.089)	(16.089)
Destinação para AGO												
Reserva Legal	-	17.159	-	-	-	-	-	-	(17.159)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	18.993	-	-	-	-	(18.993)	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	171.163	-	-	-	(171.163)	-	-	-
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	28.909	-	-	(28.909)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,80 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81.506)	(81.506)	(885)	(82.391)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	54.360	(54.360)	-	(1.814)	(1.814)
SALDOS EM 31.12.2017	4.359.226	189.992	1.004.360	18.993	171.163	216.844	(51.203)	54.360	-	5.963.735	(14.898)	5.948.837
Adoção inicial CPC 47, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	168.097	168.097	-	168.097
Adoção inicial CPC 48, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	36.904	36.904	-	36.904
Resultado abrangente do exercício												
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	(180.533)	-	-	(180.533)	-	(180.533)
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	-	-	-	-	(54.360)	-	(54.360)	-	(54.360)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	122.159	122.159	2.831	124.990
Destinação para AGO												
Reserva Legal	-	6.108	-	-	-	-	-	-	(6.108)	-	-	-
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	205.001	-	-	(205.001)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,28 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.013)	(29.013)	-	(29.013)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	87.038	(87.038)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2018	4.359.226	196.100	1.004.360	18.993	171.163	421.845	(231.736)	87.038	-	6.026.989	(12.067)	6.014.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		339.515	453.623	343.529	510.539
Despesas (receitas) que não afetam o caixa					
Transmissão - remuneração de ativos e O&M	35	(996.070)	(934.745)	(1.013.282)	(959.282)
Transmissão - RBSE	9	(230.230)	(273.326)	(230.230)	(273.326)
Transmissão - construção		(45.410)	(83.766)	(45.518)	(83.766)
Depreciação e amortização		124.373	122.433	134.729	170.271
Amortização de ágio de investimentos	38	15.697	8.918	15.697	8.918
Variação monetária		59.961	95.618	60.929	95.239
Encargos financeiros gerados		193.199	364.281	204.385	412.068
Resultado de participações societárias	14	262.033	(146.379)	267.554	(34.137)
Ajuste a valor presente de tributos		987	1.976	987	1.976
Redução (provisão) do valor recuperável de ativos (impairment)		(104.725)	(147.358)	(123.235)	(304.584)
Provisões para perdas em investimentos		86.756	571.105	86.756	571.105
Perdas do ativo permanente		(1.660)	(5.930)	(1.660)	(5.930)
Provisões para riscos		16.483	28.321	16.483	28.321
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		2.823	4.824	2.845	4.862
Comp. aposentadoria especial/passivo atuarial		360	2.112	360	2.112
Passivo atuarial		(11.996)	20.110	(11.996)	20.110
Planos de demissão incentivada		36.510	16.533	36.510	16.533
Resultado da negociação de investimentos societários		(27.124)	(499.079)	(27.124)	(499.079)
Provisões para penalidades regulatórias		45.927	-	45.927	-
Outros		32.376	42.060	34.479	42.060
Lucro ajustado		(200.215)	(358.669)	(201.875)	(275.990)
Acréscimo (decréscimo) nos ativos operacionais					
Aplicações financeiras		(217.251)	(319.448)	(217.251)	(319.448)
Clientes		1.667	(84.660)	(5.054)	(75.989)
Tributos a recuperar		90.678	31.673	93.603	32.751
Almoxarifado		(5.374)	(5.122)	(5.374)	(5.122)
Cauções e depósitos vinculados		(43.741)	(133.283)	(44.262)	(136.253)
Outros créditos		(5.302)	(3.838)	(11.120)	(1.563)
		(179.323)	(514.678)	(189.458)	(505.624)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(7.127)	97.922	(11.453)	61.906
Folha de pagamento		(8.551)	2.532	(8.570)	2.501
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(159.360)	115.013	(159.360)	115.013
Tributos a recolher		12.753	(115.854)	12.513	(114.736)
Obrigações estimadas		(24.367)	(5.332)	(24.367)	(5.326)
Benefício pós-emprego		(2.831)	(52)	(2.831)	(52)
Pesquisa e desenvolvimento		(105)	(8.177)	(105)	(8.050)
Outros passivos		(76.211)	(80.286)	(61.081)	(74.778)
		(265.799)	5.766	(255.254)	(23.522)
Caixa proveniente das atividades operacionais		(645.337)	(867.581)	(646.587)	(805.136)
Pagamento de encargos financeiros e comissões		(187.572)	(468.991)	(200.517)	(510.554)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(104.760)	(204.182)	(109.657)	(206.245)
Recebimento de encargos financeiros		-	73	-	73
Recebimento da receita anual permitida - RAP		1.480.795	1.225.717	1.502.466	1.254.917
Recebimento de créditos de energia renegociados		-	795.824	-	795.824
Depósitos judiciais		(58.307)	(26.304)	(58.618)	(26.304)
Caixa líquido das atividades operacionais		484.819	454.556	487.087	502.575

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Em infraestrutura da transmissão - ativo contratual	9	(50.632)	(83.766)	(50.740)	(84.087)
Em ativo imobilizado		(23.703)	(5.621)	(24.228)	(9.875)
Em ativo intangível		(7.541)	(5.697)	(7.541)	(5.697)
Em participações societárias - capital	14	(38.910)	(39.198)	(38.910)	(39.198)
Em participações societárias - AFAC	14	(82.856)	(122.135)	(82.005)	(102.040)
Aquisição de controle de investidas		-	-	22.109	4.319
Recebimento de remuneração dos investimentos societários		22.780	19.930	22.780	11.980
Recebimento pela alienação de investimentos societários		-	74.239	-	74.239
Recebimento pela alienação da concessão nº 010/2009		-	13.446	-	13.446
Outros investimentos		69	(191)	69	(8.556)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(180.793)	(148.993)	(158.466)	(145.469)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos	19	282.083	-	282.083	-
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	20	-	690.000	-	690.000
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	19	(425.691)	(694.889)	(435.571)	(752.022)
Pagamento de notas promissórias - principal	22	-	(250.000)	-	(250.000)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(143.386)	(52.300)	(143.386)	(54.950)
Pagamento de dívida de previdência complementar		(7.738)	(6.653)	(7.738)	(6.653)
Caixa líquido das atividades de financiamento		(294.732)	(313.842)	(304.612)	(373.625)
Variação					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		9.294	(8.279)	24.009	(16.519)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		15.890	24.169	20.324	36.843
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		25.184	15.890	44.333	20.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os efeitos não caixa estão demonstrados na nota explicativa nº42.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO				
Receita				
Receita de transmissão, geração e serviços	2.653.555	2.755.750	2.693.858	2.796.333
Receita de construção de ativos próprios	97.213	86.460	97.213	86.460
	2.750.768	2.842.210	2.791.071	2.882.793
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais	9.083	9.858	9.153	9.906
Serviço de terceiros	100.489	102.527	104.412	110.384
Custo de construção de ativos próprios	77.925	72.609	77.925	72.609
Energia elétrica comprada para revenda	413.670	389.078	416.915	287.868
Seguros	6.048	6.225	6.132	6.734
Reversão da provisão valor recuperável de ativos (impairment)	(104.725)	(147.358)	(123.235)	(304.584)
Provisão para perdas em investimentos	86.756	571.105	86.756	571.105
Reversão da provisão para riscos	(2.647)	10.379	(2.647)	10.379
Outros	128.778	108.955	139.084	118.618
	715.377	1.123.378	714.495	883.019
(=) Valor adicionado bruto	2.035.391	1.718.832	2.076.576	1.999.774
(-) Depreciação e amortização	124.373	122.433	134.729	170.271
(=) Valor adicionado líquido	1.911.018	1.596.399	1.941.847	1.829.503
(+) Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(262.033)	146.379	(267.554)	34.137
Receitas financeiras	58.183	131.744	59.175	153.605
	(203.850)	278.123	(208.379)	187.742
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.707.168	1.874.522	1.733.468	2.017.245
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração/benefícios/FGTS	423.580	442.469	424.606	444.872
Contingência/indenização trabalhista	19.130	17.942	19.130	17.942
Aposentadoria especial/passivo atuarial	(11.636)	22.222	(11.636)	22.222
	431.074	482.633	432.100	485.036
Governo				
Tributos	238.573	218.126	243.018	232.838
Encargos regulatórios	47.549	40.418	48.471	42.090
Encargos sociais	62.637	65.792	62.831	66.298
Contribuição social	59.013	34.327	59.334	48.492
Imposto de renda	252.856	91.008	253.718	130.018
	660.628	449.671	667.372	519.736
Financiadores				
Encargos sobre tributos	125	201	125	201
Encargos sobre dividendos	7.534	8.790	7.534	8.790
Encargos de dívidas	185.665	410.119	196.851	459.551
Variações monetárias	52.020	62.543	52.988	62.164
Aluguéis	11.663	14.584	11.999	17.156
Outras despesas financeiras	31.299	73.891	34.508	88.780
	288.306	570.128	304.005	636.642
Acionistas				
Dividendos mínimos declarados	29.013	81.506	29.013	81.506
Dividendos adicionais propostos	87.038	54.360	87.038	54.360
Lucros retidos	211.109	236.224	211.109	236.224
Participação de não controladores	-	-	2.831	3.741
	327.160	372.090	329.991	375.831
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.707.168	1.874.522	1.733.468	2.017.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Abaixo, apresentam-se as notas explicativas com observância, no que couber, às orientações adicionais a serem incluídas no sistema e-Contas para as estatais, conforme arquivo “Orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão de 2018”.

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A COMPANHIA

A Eletrosul Centrais Elétricas S/A ("Eletrosul", também denominada "Companhia" ou "Controladora"), com sede na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP 88040-901, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, é uma concessionária de serviço público e produtora independente de energia elétrica.

A Companhia é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital fechado, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Foi constituída em 23 de dezembro de 1968, tendo como atividades preponderantes a transmissão, a geração e a comercialização de energia elétrica nos três estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. A comercialização de energia é realizada com consumidores livres e comercializadoras de todo o Brasil.

Os ativos da Eletrosul e das Sociedades de Propósito Específicos (SPEs) controladas e/ou com controle compartilhado estão apresentados na N.E. nº 2.

As participações societárias em outras sociedades com controle e/ou com controle compartilhado estão apresentados na N.E. nº 14.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

1.2 EMPRESAS CONTROLADAS

Livramento Holding S/A - com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em novembro de 2011 e tem como objetivo único participação em Sociedades de Propósito Específico, constituídas para exploração dos empreendimentos Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã I, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Paraíso Transmissora de Energia S/A (em fase pré-operacional) - com sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2014 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 230 kV Chapadão – Paraíso 2, linha de transmissão 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, subestação 230/138 kV Paraíso 2 e seccionamento da linha de transmissão 230 kV Campo Grande 2 – Chapadão – Paraíso 2, todas as instalações no estado de Mato Grosso do Sul.

Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A - com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; linha de transmissão 230 kV Camaquã 3 - Quinta; linha de transmissão 525 kV Salto Santiago - Itá; linha de transmissão 525 kV Itá - Nova Santa Rita; subestação Camaquã 3 230/69 kV. Em agosto de 2018, por meio de permuta de ações com a Copel, a Companhia aumentou a participação acionária de 80% para 100%, e, com isso, passou a ter o controle da empresa.

1.3 EMPRESAS CONTROLADAS EM CONJUNTO

ESBR Participações S/A - com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em agosto de 2008 e tem como objetivo único participação na Sociedade de Propósito Específico Energia Sustentável do Brasil S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da usina hidrelétrica Jirau, localizada no estado de Rondônia, para geração de energia elétrica.

Teles Pires Participações S/A - com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a empresa foi constituída em novembro de 2011 e tem como único objetivo participação na Sociedade de Propósito Específico Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da usina hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires entre os estados de Mato Grosso e Pará, para geração de energia elétrica.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A - com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2011 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo, linha de transmissão 525 kV Povo Novo – Marmeleiro, linha de transmissão 525 kV Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar; subestação Santa Vitória do Palmar 525/138 kV e Subestação Povo Novo 525/230 kV.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – (em fase pré-operacional) com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, a empresa foi constituída em dezembro de 2013 e tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 230 kV Santo Ângelo – Maçambara, linha de transmissão 230 kV Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C1 – linha de transmissão 230 kV Pinhalzinho – Foz do Chapecó, C2. – subestação 230/138 kV Santa Maria 3 e subestação 230/138 kV Pinhalzinho.

1.4 ALIENAÇÕES DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em junho de 2018, após o atendimento de todas as condições, previstas nos Termos de Dação em Pagamento firmado com sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, a Companhia concluiu a alienação da totalidade da participação societária nas seguintes Sociedades de Propósito Específico – SPEs mantidas para venda, conforme a seguir demonstrado:

	% Part.	Efeito no Resultado		
		Valor da operação 31/03/2018	Total do Investimento	Ganho na alienação das investidas
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	27,42%	23.115	19.133	3.982
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	75,00%	63.489	51.040	12.449
Total		86.604	70.173	16.431

1.5 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - PERMUTA DE AÇÕES

Em agosto de 2018, a Eletrosul transferiu para a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) os seus 49% da participação societária que detinha na Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., e os seus 20% que detinha na Marumbi Transmissora de Energia S.A., recebendo 20% da participação da COPEL na Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. – TSBE, correspondente a 20% do capital votante. Antes da permuta das ações, a Eletrosul detinha 80% do capital social da TSBE, agora, após a conclusão do processo, ficou com a totalidade da participação, e, com isso, passou a ter o controle da companhia. A Copel, por sua vez, ficou com a totalidade das ações da Marumbi Transmissora de Energia S/A e da Costa Oeste Transmissora de Energia S/A. A permuta de ações ocorreu sem qualquer tipo de pagamento (permuta sem torna).

A transferência de ações trará mais eficiência e sinergia na administração dos empreendimentos de transmissão, que cruzam diversas regiões no Sul. Além disso, há a possibilidade de redução do custo de gestão e manutenção.

a) Contraprestação transferida - A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens da contraprestação transferida.

Participação na Costa Oeste Transmissora de Energia S/A - 49%	
Caixa e equivalentes de caixa	1.907
Clientes	505
Ativo financeiro de concessões	46.679
Outros ativos	888
Total de ativos	49.979
Financiamentos	12.858
Tributos diferidos	1.483
Outros passivos	662
Total de passivos	15.003
Ativos líquidos	34.976
Participação na Marumbi Transmissora de Energia S/A - 20%	
Caixa e equivalentes de caixa	651
Clientes	420
Ativo financeiro de concessões	30.978
Outros ativos	544
Total de ativos	32.593
Fornecedores	696
Financiamentos	8.229
Tributos diferidos	983
Outros passivos	572
Total de passivos	10.480
Ativos líquidos	22.113
Total da contraprestação transferida:	57.089

b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos - A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição.

Participação na Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A - 20%	
Caixa e equivalentes de caixa	3.863
Concessionária e permissionárias	1.405
Ativo financeiro de concessões	115.730
Outros ativos	8.911
Total de ativos	129.909
Financiamentos	39.379
Debêntures	22.867
Outros passivos	3.652
Total de passivos	65.898
Ativos líquidos	64.011

c) Ganho proveniente de compra vantajosa - O ganho proveniente de compra vantajosa como resultado da permuta de ações foi determinado como segue:

Participação adquirida na TSBE (20%)	64.011
Transferência da participação na Costa Oeste (49%) - contraprestação	34.976
Transferência da participação na Marumbi (20%) - contraprestação	22.113
Ganho proveniente de compra vantajosa	6.922

d) Participação societária na adquirida (TSBE) antes da permuta de ações (80%) - O saldo contábil da participação na TSBE imediatamente antes da permuta das ações era o seguinte:

Participação societária avaliada pelo método da equivalência patrimonial	261.496
(-) Provisões para perdas em investimentos - impairment	(8.248)
Saldo do investimento na TSBE	253.248

Com o processo de permuta de ações, a participação que a Eletrosul mantinha na TSBE foi avaliado a valor justo, gerando reflexo no resultado da companhia:

Saldo contábil da participação na TSBE antes da permuta das ações	253.248
Valor justo da participação na TSBE antes da permuta das ações	256.042
Efeito no resultado *	2.794

e) Resumo dos efeitos no resultado - O processo de permuta de ações gerou os seguintes resultados na contabilidade da Eletrosul:

Avaliação a valor justo das participações utilizadas como contraprestação *	(958)
Avaliação a valor justo da participação anterior na TSBE (80%) *	(5.454)
Reversão do impairment sobre o investimento na TSBE (80%) **	8.248
Ganho proveniente da compra vantajosa **	6.922
Efeito no resultado	8.758

* Classificação na Demonstração de resultados em "outras receitas/despesas".

** Classificado na Demonstração de resultados em "reversão provisão para perdas em investimentos".

f) Investimento na TSBE na contabilidade da Eletrosul

O saldo do investimento na TSBE, após o processo de permuta de ações ficou distribuído da seguinte forma:

Participação societária avaliada pelo método da equivalência patrimonial	320.053
Menos valia de ativos líquidos *	(6.817)
Saldo do investimento na TSBE	313.236

*Diferença entre o valor contábil e o valor justo do patrimônio líquido da TSBE.

1.6 CHAMADA PÚBLICA DE INVESTIDORES LEILÃO ANEEL 004/2014 - LOTE E

A Companhia realizou chamada Pública para seleção de empresas interessadas na aquisição de 100% (cem por cento) das ações da Eletrosul na SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A, concessionária dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica decorrentes do Leilão ANEEL nº 004/2014 - Lote E, localizados no estado do Mato Grosso do Sul. A Chamada Pública resultou com aceitação da proposta da empresa JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

Em 31 de outubro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A. para a empresa JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

Em 08 de novembro de 2018 a SPE Paraíso Transmissora de Energia S.A., na qualidade de concessionária do Lote E, emitiu a carta PTSA-036/2018, na qual apresenta à ANEEL o plano de transferência de controle societário da SPE Paraíso para a JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda., solicitando anuência ao plano apresentado.

Desde então a empresa JAAC, SPE Paraíso e Eletrosul têm prestado informações e provendo os documentos demandados pela ANEEL referentes ao processo de transferência do Lote E. A Companhia aguarda a conclusão da ANEEL acerca do pleito para a transferência de controle acionário da SPE Paraíso para a JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda.

1.7 CONTINGÊNCIA REGULATÓRIA – CONTRATO DE CONCESSÃO ANEEL Nº 001/2015 (LEILÃO Nº 004/2014 LOTE A)

Em 05 de novembro de 2015, a Eletrosul, por meio de Edital de Chamada Pública para Investidores, tornou pública sua intenção de selecionar empresas interessadas em compor parceria para a

implantação e exploração de empreendimentos de transmissão de energia elétrica decorrentes do Leilão ANEEL nº 004/2014, lotes A e E, localizados no estado do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, respectivamente (“Chamada Pública”).

No que diz respeito ao Lote A, a Eletrosul e a Shanghai Electric Group Co. Ltd. assinaram Acordo Estruturante com objetivo de transferir 100% (cem por cento) dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, objeto do contrato de concessão ANEEL Nº 001/2015 (Leilão ANEEL nº 004/2014 – Lote A), da Eletrosul para a SZE Transmissora de Energia S. A, sociedade de propósito específico criada pela Shanghai Electric Group Co. Ltd.

Entretanto, em 21 de setembro de 2018 a Shanghai Electric Group Co. Ltd informou à ANEEL, por meio da correspondência protocolada, que desistiu da negociação e não entregará a Garantia de Fiel Cumprimento ao Contrato de Concessão ANEEL Nº 001/2015.

Em 25 de setembro de 2018, conforme Despacho nº 2.194, a ANEEL, encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME proposta de declaração de caducidade do Contrato de Concessão nº 001/2015. Diante deste fato, a Companhia impetrou pedido de reconsideração.

A ANEEL, em reunião realizada em 23 de outubro de 2018, decidiu não acolher o pedido interposto pela Eletrosul, mantendo o despacho 2.194/2018 em sua integridade. A Diretoria da ANEEL determinou ainda à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – STC, da própria ANEEL, que avalie a possibilidade de aproveitar as licenças ambientais de instalação, projetos e outros aspectos que possam favorecer a celeridade da instalação, e, neste caso, indenizando a Eletrosul, no que for possível e viável, pelas despesas incorridas a este título.

Em 31 de outubro de 2018, conforme Portaria nº 466, o MME acatou a recomendação da ANEEL, constante do Despacho nº 2.194, de 25 de setembro de 2018, e declarou a caducidade do Contrato de Concessão nº 001/2015. Poderão ser aplicadas sanções contratuais à Eletrosul, inclusive multa administrativa (vide N.E. nº 25), sendo que a Eletrosul possui garantia de fiel cumprimento do contrato, no montante de R\$ 163,8 milhões, que poderá ser executada para pagamento da referida multa.

1.8 PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos. Entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente – RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/13. Em 12 de agosto de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o Laudo Técnico de Avaliação dos Ativos elaborado pela Delos Consultoria Ltda., empresa independente credenciada pela ANEEL, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, buscando reconhecer o montante de R\$ 1.060.632. Em 14 de julho de 2015, através do Despacho nº 2.296, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 1.007.043.

O valor contábil ajustado, até então mantido pelo custo histórico dos gastos relacionados ao investimento, ampliações e/ou melhorias em certos ativos da concessão prorrogada era de R\$ 518.211, referente a ativos de transmissão da rede básica dos serviços existentes.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominadas instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Companhia teve antecipado o vencimento do contrato de concessão nº 057/2001, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

Em 14 de outubro de 2016, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 068/2016, a Nota Técnica nº 336/2016 de 06 de outubro de 2016 que estabeleceu os procedimentos a ser utilizado no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

A remuneração desses ativos, de acordo com a Portaria nº 120 e a Nota Técnica nº 336/2016, seria da seguinte forma:

- (i) Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo a remuneração através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;
- (ii) O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário sendo atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio.

A partir do processo tarifário de 2017, o custo de capital está sendo remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores acumulados atualizados estão apresentados no quadro abaixo:

Transmissão	2018	2017
Rede básica - RBSE - saldo histórico ajustado	518.211	518.211
Valor adicional	488.832	488.832
Valor Homologado pela ANEEL	1.007.043	1.007.043
Atualização financeira	1.610.851	1.380.621
Amortização pela RAP	(660.176)	(242.624)
Adoção inicial CPC 48 (impacto no patrimônio líquido)	55.916	-
Valor total do ativo financeiro atualizado	2.013.634	2.145.040
Saldo ativo financeiro - RBSE*	1.578.971	1.670.706
Saldo ativo financeiro - Ke*	434.663	474.334
Total ativo financeiro - concessões de serviço público	2.013.634	2.145.040

Efeito no resultado		
Receita operacional	230.230	273.326
IRPJ/CSLL	(78.278)	(92.931)
Efeito líquido	151.952	180.395

*A partir de 1º de janeiro de 2018 os montantes estão avaliados a valor justo.

A contabilização foi realizada com base nas premissas acima definidas, considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016 e a Nota Técnica 336/2016, visando refletir nessas informações financeiras a mais adequada situação patrimonial e de resultado.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a ANEEL e a União Federal, questionando as indenizações às transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida liminar, sem julgamento de mérito, a favor da ABRACE no âmbito do citado processo judicial atendendo parcialmente ao pleito da ABRACE determinando que “a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”.

Assim, em cumprimento à decisão liminar, a ANEEL recalculou uma nova RAP para o ciclo tarifário 2017-2018. No entanto, a exclusão da parcela objeto da liminar (a remuneração excedente à inflação) foi estendida a todos os usuários do sistema de transmissão e não apenas aos reclamantes, em razão da impraticabilidade alegada pela ANEEL de segregação dos componentes tarifários e da irreversibilidade dos efeitos provocados, segundo o Despacho nº 1.779 da ANEEL de 20 de junho de 2017.

Diante do exposto e em atendimento à citada liminar, com base nos valores homologados pela ANEEL, dos ativos reversíveis não amortizados previstos no art. 15 § 2º, da Lei nº 12.783/2013, nos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 762, de 2017 e no Despacho nº 1.779, de 2017, foi calculado o custo de capital de que trata a Portaria MME nº 120, de 2016, que passaria a compor a RAP das concessionárias de transmissão abrangidas pela Lei nº 12.783, de 2013, a partir do ciclo 2017-2018. Tais valores estão demonstrados na Nota Técnica nº 183/2017 da ANEEL de 22 de junho de 2017.

Baseado na opinião legal dos advogados externos, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não interferem no direito de receber a remuneração dos ativos estabelecida pela Lei 12.973/2013 e pela Portaria MME nº 120/2016, que concedeu o direito de receber tais montantes, mesmo que seja na instância do Governo Federal.

1.9 REVISÃO TARIFÁRIA – CONCESSÃO 057/2001

A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018, subsidiada pela Nota Técnica nº 144/2018 - SGT/ANEEL homologou o resultado da revisão tarifária provisória para a concessão de transmissão de nº 057/2001. Como resultado, foi realizado o recálculo do componente econômico da RAP de que trata a Portaria MME nº 120/2016, com efeitos a partir de julho de 2018.

Para as parcelas da RAP dos reforços e melhorias autorizados, para o componente financeiro da RAP de que trata a Portaria MME nº 120/2016, e para as parcelas da RAP da Portaria MME 579/2012, foram aplicados, provisoriamente, apenas o reajuste pelo IPCA. A ANEEL afirma que estes componentes da RAP serão revisados em caráter definitivo e retroativo a 1º de julho de 2018, após as conclusões das discussões técnicas pendentes.

Assim que a ANEEL concluir o processo de revisão tarifária da concessão 057/2001, os efeitos contábeis serão avaliados.

1.10 REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA ENTRE ELETROSUL E CGTEE

Em 29 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o início da reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul Centrais Elétricas S/A (Eletrosul) e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico - financeira e societária.

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Eletrosul aprovou que a diretoria executiva adotasse as providências para a conclusão do processo, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG 2017/2021. A finalização da referida reestruturação societária dependerá da observância das exigências legais e contratuais e aprovações pelos órgãos regulatórios e governamentais.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 26 de março de 2019, a Diretoria Executiva autorizou a conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à apreciação do Conselho Fiscal. Acompanhadas da proposta do Conselho de Administração e do parecer do Conselho Fiscal, serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na N.E. nº 4. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na N.E. 4.3 e os impactos da adoção no exercício estão apresentados na N.E. nº 4.3.3.

3.2 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/1976 e os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Detalhes sobre as práticas contábeis do Grupo estão apresentados na N.E. nº 4 e sobre os segmentos e estimativas contábeis críticas estão apresentados na N.E. nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e suas controladas (consolidado) e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são apresentadas como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

3.5 SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios estão apresentadas em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento (vide N.E. nº 34) e são evidenciadas como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. A Administração da Companhia definiu os segmentos de negócios adotados para a gestão conforme a seguir:

- I. **Geração:** o segmento de negócio “Geração” representa os negócios relativos à geração e à comercialização de energia oriunda das usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, megawatt solar e eólicas.
- II. **Transmissão – contratos renovados:** o segmento de negócio “Transmissão – contratos renovados” representam os negócios de transmissão oriundos do contrato de concessão ANEEL 057/2001, renovado por 30 anos, nas condições da Lei nº 12.783/2013.
- III. **Transmissão – contratos não renovados:** o segmento de negócio “Transmissão – contratos não renovados” representam os negócios de transmissão oriundos dos contratos de concessão e de autorizações da ANEEL que ainda não passaram por processo de renovação.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 36 (R3) e incluem informações da Companhia e das seguintes controladas:

Controlada	Atividade	Participação no capital (%)	
		2018	2017
Livramento	Geração	78,00%	78,00%
Paraíso	Transmissão	100,00%	100,00%
TSBE	Transmissão	100,00%	80,00%
Uirapuru	Transmissão	-	75,00%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as demonstrações financeiras das sociedades controladas de 31 de dezembro de 2018. Nas transações entre companhias, são eliminados os saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. A N.E. nº 14 apresenta todas as informações financeiras sobre os investimentos da Companhia.

A investida é reconhecida como controlada quando há agregadamente:

- a) poder individual sobre a investida;
- b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento; e
- c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Os ativos e passivos de controladas com compromisso de plano de vendas são classificados no balanço patrimonial consolidado como mantidos para venda.

4.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes e caixa, clientes, empréstimos e financiamentos, e outras contas a receber e a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 e adotados pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2018 (ver N.E. 4.3.1).

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros é realizado apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem gerar exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na N.E. nº 40.1

4.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor (vide N.E. nº 6).

4.2.2 Títulos e valores mobiliários

Com base no que estabelece a Resolução nº 2.917, de 19 de dezembro de 2001, e alterações definidas pela Resolução nº 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Banco Central do Brasil – BACEN, a Companhia está autorizada a aplicar suas disponibilidades financeiras no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, em Fundos de Renda Fixa - Extramercado, referenciados ao Índice de Renda Fixa do Mercado - IRF-M1 (vide N.E. nº 6).

As aplicações financeiras em fundos de renda fixa (fundos exclusivos do Grupo Eletrobras) possuem liquidez de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

4.2.3 Cauções e depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros (vide N.E. nº 7).

4.2.4 Clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de energia, liquidação de energia na CCEE, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido.

Com a adoção do CPC 48 – instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida de seus recebíveis.

4.2.5 Ativo Financeiro

O contrato de concessão nº 057/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, garantindo à Companhia o direito incondicional ao recebimento dos valores relativos a reversão dos investimentos, não amortizados, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo financeiro é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Os ativos financeiros registrados sob a rubrica “Ativo Financeiro”, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser classificados como mensurados a valor justo por meio de resultado, em conformidade com o CPC 48. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

4.2.6 Ativo contratual da concessão

Com emissão do CPC 47/IFRS 15, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia julgou adequado, em razão, principalmente, das condições estabelecidas para os recebimentos gerados pelos seus contratos de transmissão de energia elétrica, que a contabilização desses contratos seja efetuado de acordo com os critérios determinados por essa nova norma.

Antes da adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia classificava a infraestrutura de transmissão como ativo financeiro, com base no ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, e mensurava a custo amortizado.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, os direitos originados pelo cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas contratualmente, que não sejam incondicionais, devem ser classificados como ativo de contrato.

Em razão das condicionantes impostas pela ANEEL para os recebimentos dos direitos gerados pelos contratos de transmissão de energia elétrica, a Companhia passou a classificar esses ativos na rubrica ativo contratual.

Além da alteração na classificação dos ativos de transmissão de energia elétrica, foi alterado, também, o processo de determinação dos valores das receitas relativas aos contratos de transmissão. A partir de 01 de janeiro de 2018, as receitas de construção e de operação e manutenção, que antes eram registradas com base nos custos incorridos e com margem zero, agora estão sendo contabilizadas com base no custo projetado acrescido de margem projetada.

As margens projetadas são obtidas pelas diferenças entre os custos projetados para a construção, operação e manutenção e o valor presente da projeção dos recebimentos futuros que a ANEEL determina: Receita Anual Permitida – RAP e a projeção da indenização dos bens reversíveis no final da concessão.

A taxa utilizada para descontar as projeções de recebimentos futuros é a NTN-B Principal da data de assinatura dos contratos, com o vencimento mais próximo do final das concessões.

A movimentação da conta ativo contratual está demonstrada na N.E. nº 9.

Os direitos gerados pela indenização dos ativos da concessão 057/2001 - RBSE/Ke, em razão das suas características, continuaram classificados no ativo financeiro, mensurado a valor justo, conforme determina o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

4.2.7 Ativo e passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando há previsão da existência de bases tributáveis, para as quais as diferenças temporárias e os prejuízos possam ser compensados (vide N.E. nº 13).

4.2.8 Investimentos societários

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sociedades controladas e/ou controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme CPC 18 (R2), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional (vide N.E. nº 14).

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas investidas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e/ou controladas em conjunto são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.2.9 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (vide N.E. nº 15), conforme o CPC 27 (Ativo Imobilizado). Os ativos das concessões de transmissão foram reconhecidos na contabilidade societária, até 2017, como ativo financeiro, conforme a ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo contratual, com a adoção do CPC47/IFRS15 (vide N.E. nº 9), ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restrita à escrituração exigida pelo órgão regulador.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Os ativos de geração são depreciados pela vida útil, conforme taxa de depreciação definida pelo órgão regulador. Caso o Contrato de Concessão não previr indenização para os bens que, ao final da Concessão, não estiverem totalmente depreciados, estes são depreciados pelo prazo da concessão ou pelo prazo de vida útil, dos dois, o maior.

4.2.10 Intangível

- (i) Programas de computador (softwares) - os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos, quando incorridos, como despesa do exercício.
- (ii) Ágio - o ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição do negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e, por possuir tempo de vida definido, devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. A parcela de ágio (mais valia) alocada a ativos e passivos identificáveis é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos são realizados.

- (iii) Uso de bem público (UBP) - são os valores contratados relativos ao direito de uso de bem público para a exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada para as empresas do Grupo Eletrobras (vide N.E. nº 27).
- (iv) Servidões - São valores pagos às propriedades particulares, a fim de assegurar o direito de uso para realização e/ou manutenção de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelos proprietários.

4.2.11 Redução ao valor recuperável de ativos (ativos financeiros e não financeiros)

Os ativos financeiros, imobilizados e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para verificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quanto esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo (vide N.E. nº 17).

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

4.2.12 Fornecedores

A conta fornecedores registra valores a pagar com base em notas fiscais de aquisição, faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente (vide N.E. nº 18).

4.2.13 Financiamentos e empréstimos, FIDC e debêntures

Os financiamentos e empréstimos, notas promissórias e o fundo de investimento em direitos creditórios – FIDC são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço. Os financiamentos e empréstimos com vencimento até um ano são classificados como passivo circulante. Os financiamentos e empréstimos com vencimento superior a 12 meses da data do balanço são classificados no passivo não circulante (vide N.E. nº 19, nº 20, nº 21 e N.E. nº 40.3 – risco de instrumentos financeiros).

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado é capitalizado como parte do custo destes ativos até o início da operação comercial. O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que compõem o ativo contratual (contratos de concessão) é reconhecido diretamente no resultado.

4.2.14 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante (vide N.E. nº 32).

O artigo 42, § 1º, do estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia

registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos em favor da Companhia, conforme previsão legal.

4.2.15 Receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações, as receitas e despesas são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

A receita de geração e de comercialização de energia é reconhecida com base nos contratos de CCEAR, CCVEE, bilaterais e/ou montantes comercializados na CCEE. A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (vide N.E. nº 35).

A receita relativa a indenização da RBSE e parcela Ke são avaliadas a valor justo, conforme CPC 48 – instrumentos financeiros.

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos (vide N.E. nº 37).

4.2.16 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo valor justo dos ativos transferidos e dos passivos assumidos. Qualquer excesso ao valor de aquisição é registrado como ágio. Também é mensurada a mais ou menos valia da participação adquirida em relação ao patrimônio líquido, bem como os efeitos sobre a participação pré-existente (vide N.E. nº 1.5).

4.2.17 Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda

Os ativos e passivos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente por meio de uma venda e quando esta venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3 PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou as normas do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (2.2.1) e CPC 47 – Receita de contratos com clientes (2.2.2) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

4.3.1 CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

a) Classificação e Mensuração

De acordo com o CPC 48/IFRS 09, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e Valor justo por meio do resultado (VJR). Foram eliminadas categorias existentes no CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, mensurados pelo valor justo por meio de resultado e disponíveis para venda.

Tal classificação geralmente é baseada em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) se os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de

caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (Solely payments of principal and interest – SPPI).

Em suma, os modelos de negócios são divididos em três categorias apresentados a seguir:

Modelo		Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda desses ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

Avaliação do modelo de negócio – a Companhia avalia o objetivo do modelo de negócio considerando o melhor retrato da maneira como ela gerencia suas carteiras de ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa desses ativos são gerados unicamente pelo recebimento dos fluxos contratuais, pela venda dos mesmos ou por ambos.

Características contratuais do fluxo de caixa – os fluxos de caixa contratuais cujos recebimentos são exclusivos de principal e de juros sobre o valor do principal indicam um empréstimo básico, em que a contraprestação pelo dinheiro no tempo e o risco de crédito, normalmente, são os elementos mais significativos dos juros.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro. Entretanto, nesse acordo, os juros também podem ser formados levando-se em consideração outros componentes como risco de liquidez, custos administrativos, spread da instituição financeira.

As seguintes práticas contábeis aplicam-se as categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48	
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas de impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a valor justo com reflexo no resultado - VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida mensurados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes - VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais mensurados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes - VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros: as alterações trazidas pelo CPC 48 não modificaram os critérios de classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

				Valor contábil original de acordo com o CPC38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC48/IFRS 9
Ativos financeiros	Nota	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48		
Caixa e equivalentes de caixa	6	Empréstimos e recebíveis	VJR	20.324	20.324
Títulos e valores mobiliários	6	VJR	VJR	374.255	374.255
Cauções e depósitos vinculados	7	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado	179.168	179.168
Clientes	8	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	254.422	254.422
Ativo financeiro - conc. de serviço público	9	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.460.118	2.200.956
Títulos e valores mobiliários		Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado	3	3
Participações societárias		Disponível para venda	VJORA	39	39
				4.288.329	3.029.167
Passivos financeiros					
Fornecedores	18	Custo Amortizado	Custo Amortizado	100.165	100.165
Financiamentos e empréstimos	19	Custo Amortizado	Custo Amortizado	2.154.639	2.154.639
FIDC Infinity DI	20	Custo Amortizado	Custo Amortizado	666.401	666.401
Dividendos a pagar	32	Custo Amortizado	Custo Amortizado	81.506	81.506
				3.002.711	3.002.711

A

Companhia interpretou, com base no CPC 48, que os valores registrados na rubrica “ativo financeiro – concessão do serviço público”, constante no ativo circulante e ativo não circulante, relativos a RBSE/Ke, devem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Já as receitas contratuais de transmissão passaram a ser reconhecidas conforme o CPC 47/IFRS 15.

b) Redução no valor recuperável (*impairment*) – Ativos Financeiros

O CPC 48 substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Mensuração das provisões para perdas de acordo com as seguintes bases:

CPC 48	
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada, por meio de *aging list*, e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.

É considerado pela Companhia um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido conforme regras da Companhia.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação.

Como reflexos da adoção inicial do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 a Companhia não teve alteração em suas provisões, visto que seus ativos passíveis de provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), em sua maioria, são regulados e recebidos de forma integral, sendo garantido pelo Regulador (ANEEL). Para os créditos vinculados à geração, não há

registro de inadimplência recorrente. Com isso, a alteração da norma não trouxe mudanças na provisão. Também não são esperados impactos materiais futuros advindos da alteração.

c) Contabilidade de hedge

A norma trouxe maior flexibilidade para os tipos de transação que são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo os tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge.

Segundo o CPC 48, ao aplicar pela primeira vez este pronunciamento para a contabilidade de hedge, a entidade pode escolher se continua aplicando os requisitos da contabilização de hedge do CPC 38 ou os requerimentos desta norma.

A Companhia não possui, atualmente, eventos de hedge, sendo assim, não há impactos referente a nova norma.

4.3.2 CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo O CPC 30 (R1)/IAS 18 Receita, O CPC 17 (R1)/IAS 11 Contratos de Construção, e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, não aplicando os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

As novas exigências de divulgação visam ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entender a natureza, o montante, o momento e a incerteza em relação à receita e aos fluxos de caixa decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

As 5 etapas para reconhecimento de receita são as seguintes:

Passos para reconhecimento da receita	1	2	3	4	5
	Identificar o contrato	Identificar as obrigações de desempenho	Determinação do preço da transação	Alocar o preço da transação	Reconhecer a Receita

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Suprimento e fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação da quantidade vendida pelo preço de venda, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente também à quantidade vendida pelo preço.

De acordo com a IFRS 15, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a

capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o suprimento ou fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida), sendo apenas reconhecidas no momento do efetivo recebimento.

b) Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia liquidada no mercado de Curto Prazo pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

c) Receitas de transmissão

Indicadas na N.E. nº 4.2.6.

d) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias, conforme descrito na N.E. nº 35.

4.3.3 Impacto da adoção do CPC 47 e 48

A adoção do CPC 47 e 48 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia e suas controladas demonstrado a seguir:

		Controladora			
Balanco Patrimonial	Nota	Antes dos efeitos 31.12.2018	Impactos da adoção CPC 47	Impactos da adoção CPC 48	Apresentado 31.12.2018
Ativo					
Ativo de concessão - financeiro	9	3.225.280	(1.280.982)	69.336	2.013.634
Ativo de concessão - contratual	9	-	1.491.860	-	1.491.860
Investimento	14	2.474.028	9.071	-	2.483.099
Ativos não impactados		4.201.978	-	-	4.201.978
Total do Ativo		9.901.286	219.949	69.336	10.190.571
Passivo					
Dividendos a pagar	32	32.021	(5.098)	2.104	29.027
Impostos diferidos	13	386.534	73.315	23.575	483.424
Passivos não impactados		3.651.131	-	-	3.651.131
Total do Passivo		4.069.686	68.217	25.679	4.163.582
Patrimônio Líquido	32				
Reservas legal		196.730	(1.073)	443	196.100
Reservas de investimento		216.844	168.097	36.904	421.845
Dividendos adicionais		96.020	(15.292)	6.310	87.038
Itens não impactados		5.322.006	-	-	5.322.006
Total do Patrimônio Líquido		5.831.600	151.732	43.657	6.026.989
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.901.286	219.949	69.336	10.190.571

		Controladora			
Demonstração do resultado		Antes dos efeitos 31.12.2018	Impactos da adoção CPC 47	Impactos da adoção CPC 48	Apresentado 31.12.2018
Receita Líquida	35	2.015.441	(6.840)	13.420	2.022.021
Equivalência Patrimonial	14.4	(244.815)	(17.218)	-	(262.033)
Outros		(1.420.881)	408	-	(1.420.473)
IR e CS	39	(214.980)	2.187	(4.563)	(217.356)
Lucro líquido do exercício		134.765	(21.463)	8.857	122.159

NOTA 8 – CLIENTES

Prática contábil: N.E. 4.2.4.

A composição do saldo da conta clientes, por natureza e vencimento, é demonstrada a seguir:

8.1 COMPOSIÇÃO POR NATUREZA

	Controladora			
	2018			2017
	Vincendas	Vencidas	Total	Total
Uso da rede elétrica (a)	115.948	22.775	138.723	143.383
Conexão ao sistema de transmissão (b)	11.856	3.656	15.512	15.418
Energia elétrica de curto prazo (c)	22.618	6.506	29.124	24.626
Suprimento de energia (d)	82.620	1.880	84.500	86.099
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(16.746)	(16.746)	(16.559)
	233.042	18.071	251.113	252.967
	Consolidado			
	2018			2017
	Vincendas	Vencidas	Total	Total
Uso da rede elétrica (a)	122.404	23.875	146.279	143.383
Conexão ao sistema de transmissão (b)	11.856	3.656	15.512	15.418
Energia elétrica de curto prazo (c)	22.618	6.506	29.124	24.626
Suprimento de energia (d)	83.216	1.880	85.096	87.554
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(17.038)	(17.038)	(16.559)
	240.094	18.879	258.973	254.422

(a)Créditos a receber decorrentes do uso do sistema de transmissão, pelos usuários conectados à rede básica.

(b) Créditos a receber decorrentes do compartilhamento das instalações com empresas que conectam suas redes nas subestações da Companhia.

(c) Créditos a receber decorrentes da liquidação da venda estimada de energia na CCEE/curto prazo.

(d) Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Os saldos mantidos com partes relacionadas estão detalhados na N.E. nº 24.

8.2 COMPOSIÇÃO POR VENCIMENTO

	Controladora			
	2018			2017
	Vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	Total
Clientes	233.042	13.999	20.818	267.859
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.746)	(16.746)
	233.042	13.999	4.072	251.113
	Consolidado			
	2018			2017
	Vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	Total
Clientes	240.094	14.370	21.547	276.011
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.038)	(17.038)
	240.094	14.370	4.509	258.973

As exposições a riscos são divulgadas N.E. nº 40.

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	16.559	14.129	16.559	14.502
Aquisição de controle de investidas	-	-	270	-
Provisões	1.588	3.068	1.610	3.141
Reversões	(1.401)	(638)	(1.401)	(673)
Transferência ativos mantidos para venda	-	-	-	(411)
Saldo final	16.746	16.559	17.038	16.559

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Prática contábil: N.E. nº 4.2.9.

15.1 COMPOSIÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Geração				
Imobilizações em serviço	2.956.488	2.969.420	3.151.942	3.164.874
(-) Depreciação acumulada	(671.277)	(556.510)	(702.556)	(577.467)
Imobilizações em curso	56.265	57.839	162.628	163.677
(-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1))	(100.670)	(204.882)	(212.028)	(334.751)
Total geração	2.240.806	2.265.867	2.399.986	2.416.333
Transmissão - Empreendimento Binacional				
Imobilizações em serviço	59.040	59.040	59.040	59.040
(-) Depreciação acumulada	(5.168)	(3.560)	(5.168)	(3.560)
Total transmissão	53.872	55.480	53.872	55.480
Administração				
Imobilizações em serviço	143.949	80.152	144.219	80.314
(-) Depreciação acumulada	(91.442)	(47.617)	(91.633)	(47.719)
Imobilizações em curso	20.488	17.977	20.488	17.977
Total administração	72.995	50.512	73.074	50.572
Total imobilizado líquido	2.367.673	2.371.859	2.526.932	2.522.385

Imobilizado em curso na geração – a transferência para imobilizado em serviço aguarda a conclusão da unitização dos ativos, conforme previsto na resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Garantia de financiamento – 45 (quarenta e cinco) aerogeradores dos parques eólicos Cerro Chato I, II e III, respectivamente, estão em garantia ao financiamento concedido pelo Banco do Brasil através das cédulas de crédito industrial nº 4000508-9, 4000509-7 e 4000510-0.

15.2 ENCARGOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos de energia elétrica. No período não houve encargos capitalizados no imobilizado.

15.3 TAXAS DE DEPRECIAÇÃO

	Consolidado	
	2018	2017
Geração		
Reservatórios, barragens e adutoras	3,65%	3,65%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,78%	3,78%
Máquinas e equipamentos	4,12%	4,12%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%
Terrenos	3,52%	3,52%
Transmissão - Empreendimento Binacional		
Máquinas e equipamentos	2,72%	2,72%
Administração		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	4,51%	4,56%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

A Companhia adota, para os cálculos de depreciação do ativo imobilizado da geração, a regra “pelo prazo de concessão/autorização ou vida útil, dos dois, o maior”, sendo que a regra da vida útil é definida pelas taxas estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), anexo à resolução normativa nº 674/2015 da ANEEL. Para cálculo da depreciação do ativo imobilizado de transmissão e da administração, a Companhia adota apenas as taxas de depreciação da ANEEL como parâmetro.

15.4 MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

	Controladora				
	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2018
Geração					
Em serviço	2.969.420	-	(1.088)	(11.844)	2.956.488
Depreciação acumulada	(556.510)	(115.888)	896	225	(671.277)
Em curso	57.839	4.724	(17.456)	11.158	56.265
Total	2.470.749	(111.164)	(17.648)	(461)	2.341.476
Transmissão - Empreendimento Binacional					
Em serviço	59.040	-	-	-	59.040
Depreciação acumulada	(3.560)	(1.608)	-	-	(5.168)
Total	55.480	(1.608)	-	-	53.872
Administração					
Em serviço	80.152	-	(2.561)	66.358	143.949
Depreciação acumulada	(47.617)	(5.529)	2.439	(40.735)	(91.442)
Em curso	17.977	10.632	1.081	(9.202)	20.488
Total	50.512	5.103	959	16.421	72.995
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(204.882)	-	104.212	-	(100.670)
TOTAL	2.371.859	(107.669)	87.523	15.960	2.367.673

Consolidado						
	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição de controle de investida	31.12.2018
Geração						
Em serviço	3.164.874	-	(1.088)	(11.844)	-	3.151.942
Depreciação acumulada	(577.467)	(126.210)	896	225	-	(702.556)
Em curso	163.677	5.249	(17.456)	11.158	-	162.628
Total	2.751.084	(120.961)	(17.648)	(461)	-	2.612.014
Transmissão - Empreendimento Binacional						
Em serviço	59.040	-	-	-	-	59.040
Depreciação acumulada	(3.560)	(1.608)	-	-	-	(5.168)
Total	55.480	(1.608)	-	-	-	53.872
Administração						
Em serviço	80.314	-	(2.561)	66.357	109	144.219
Depreciação acumulada	(47.719)	(5.563)	2.439	(40.735)	(55)	(91.633)
Em curso	17.977	10.632	1.081	(9.202)	-	20.488
Total	50.572	5.069	959	16.420	54	73.074
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(334.751)	-	122.722	1	-	(212.028)
TOTAL	2.522.385	(117.500)	106.033	15.960	54	2.526.932

Controladora					
	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017
Geração					
Em serviço	2.971.508	-	(13)	(2.075)	2.969.420
Depreciação acumulada	(440.979)	(115.986)	12	443	(556.510)
Em curso	51.878	12.254	(8.251)	1.958	57.839
Total	2.582.407	(103.732)	(8.252)	326	2.470.749
Transmissão - Empreendimento Binacional					
Em serviço	58.874	-	(138)	304	59.040
Depreciação acumulada	(1.958)	(1.473)	5	(134)	(3.560)
Em curso	(138)	442	-	(304)	-
Total	56.778	(1.031)	(133)	(134)	55.480
Administração					
Em serviço	83.772	-	(6.585)	2.965	80.152
Depreciação acumulada	(48.553)	(4.359)	5.506	(211)	(47.617)
Em curso	15.536	4.484	(15)	(2.028)	17.977
Total	50.755	125	(1.094)	726	50.512
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(319.414)	(75)	114.607	-	(204.882)
TOTAL	2.370.526	(104.713)	105.128	918	2.371.859

	Consolidado						31.12.2017
	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição de controle de investida	Alienação de participação societária	
Geração							
Em serviço	4.033.175	-	(9.767)	(2.075)	195.454	(1.051.913)	3.164.874
Depreciação acumulada	(490.700)	(162.580)	12	443	(20.957)	96.315	(577.467)
Em curso	57.163	13.513	(8.251)	1.958	105.838	(6.544)	163.677
Total	3.599.638	(149.067)	(18.006)	326	280.335	(962.142)	2.751.084
Transmissão - Empreendimento Binacional							
Em serviço	58.874	-	(138)	304	-	-	59.040
Depreciação acumulada	(1.958)	(1.473)	5	(134)	-	-	(3.560)
Em curso	(138)	442	-	(304)	-	-	-
Total	56.778	(1.031)	(133)	(134)	-	-	55.480
Administração							
Em serviço	83.942	6	(6.585)	2.965	156	(170)	80.314
Depreciação acumulada	(48.596)	(4.377)	5.506	(211)	(102)	61	(47.719)
Em curso	15.536	4.484	(15)	(2.028)	-	-	17.977
Total	50.882	113	(1.094)	726	54	(109)	50.572
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(774.559)	(59.999)	331.757	-	(129.869)	297.919	(334.751)
TOTAL	2.932.739	(209.984)	312.524	918	150.520	(664.332)	2.522.385

15.5 INDISPONIBILIDADE DE BENS

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente. As instalações de geração da Companhia estão demonstradas nas N.E. nº 2.1 e nº 2.2.

A Resolução normativa da ANEEL, nº 691/2015, disciplina a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. A norma estabelece a obrigatoriedade de anuência prévia da ANEEL, para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, dispensando nos casos que o agente setorial constituir dossiê de desvinculação. A norma determina ainda, que os recursos da alienação mediante contrato de compra e venda já deduzidos os encargos incidentes sobre a receita de venda, sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

15.6 REVERSÃO DE BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

15.7 BENS E DIREITOS DA UNIÃO

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.193 a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupiá/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 19 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Prática contábil: N.E. nº 4.2.13.

A Companhia utiliza recursos de financiamentos e empréstimos para financiar a implantação de investimentos corporativos e inversões financeiras em empreendimentos em sociedades controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento/captação dos seguintes financiamentos e empréstimos:

- (a) Em 7 de fevereiro de 2018, a Companhia liquidou o montante de R\$ 209.517 (principal + encargos) referente a Cédula de Crédito Bancário contratada junto a Caixa Econômica Federal com a finalidade de atendimento aos investimentos no empreendimento Eólico Livramento - Entorno II (Coxilha Seca, Galpões e Capão do Inglês).
- (b) Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia liquidou, mediante pagamento da última parcela, o contrato de financiamento Eletrobras/RGR ECF-2813/2010, que foi destinado ao Projeto Reluz com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS.
- (c) Em 12 de julho de 2018, a Companhia contratou operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal com recursos do Banco Alemão KfW, no valor de R\$ 280.506, equivalentes a US\$ 73.027, visando o financiamento de longo prazo do projeto eólico corporativo da Eletrosul, denominado Livramento - Entorno II, composto pelos Parques Eólicos Coxilha Seca, Galpões e Capão do Inglês, localizados em Sant'Ana do Livramento - RS. O prazo de Amortização é de 114 meses, até junho de 2029, com pagamento semestral de amortização mais juros (2,67% a.a.). Os recursos foram liberados em favor da Companhia em 4 de dezembro de 2018.

19.1 COMPOSIÇÃO

	Controladora				Consolidado			
	2018				2018			
	Circulante		Não	Total	Circulante		Não	Total
	Encargos	Principal	Circulante Principal		Encargos	Principal	Circulante Principal	
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	14.107	230.582	244.689	-	14.107	230.582	244.689
Instituições financeiras								
Caixa	-	-	282.967	282.967	-	-	282.967	282.967
	-	14.107	513.549	527.656	-	14.107	513.549	527.656
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	37.519	556.810	594.329	-	37.519	556.810	594.329
Instituições financeiras								
BRDE	8	2.143	-	2.151	8	2.143	-	2.151
BNDES	1.477	73.339	425.299	500.115	3.045	97.763	627.066	727.874
Banco do Brasil	975	71.432	231.232	303.639	975	71.432	231.232	303.639
	2.460	184.433	1.213.341	1.400.234	4.028	208.857	1.415.108	1.627.993
	2.460	198.540	1.726.890	1.927.890	4.028	222.964	1.928.657	2.155.649

	Controladora				Consolidado			
	2017				2017			
	Circulante		Não	Total	Circulante		Não	Total
	Encargos	Principal	Circulante Principal		Encargos	Principal	Circulante Principal	
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	11.328	218.798	230.126	-	11.328	218.798	230.126
	-	11.328	218.798	230.126	-	11.328	218.798	230.126
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	160	91.026	612.473	703.659	160	91.026	612.473	703.659
Instituições financeiras								
BRDE	30	4.891	2.026	6.947	30	4.891	2.026	6.947
BNDES	2.000	89.902	495.048	586.950	2.541	93.266	533.203	629.010
Banco do Brasil	1.665	73.866	301.771	377.302	1.665	73.866	301.771	377.302
CAIXA	7.595	200.000	-	207.595	7.595	200.000	-	207.595
	11.450	459.685	1.411.318	1.882.453	11.991	463.049	1.449.473	1.924.513
	11.450	471.013	1.630.116	2.112.579	11.991	474.377	1.668.271	2.154.639

19.2 MOVIMENTAÇÃO E SALDO DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldos em 31.12.2016	82.052	521.210	603.262	2.839.134	-	4.352	4.352	199.345
Ingressos	-	-	-	7.910	-	-	-	-
Refinanciamentos	53.702	(61.612)	(7.910)	-	-	-	-	-
Provisão de encargos	324.566	3	324.569	296	6.677	-	6.677	-
Variação monetária e cambial	-	1.513	1.513	28.579	-	-	-	31.405
Transferências	-	1.464.601	1.464.601	(1.464.601)	-	11.952	11.952	(11.952)
Amortizações/pagamentos	(448.870)	(1.466.030)	(1.914.900)	-	(6.677)	(4.976)	(11.653)	-
Saldos em 31.12.2017	11.450	459.685	471.135	1.411.318	-	11.328	11.328	218.798
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	282.083
Refinanciamentos	(4.343)	64	(4.279)	4.279	-	-	-	-
Provisão de encargos	117.893	2	117.895	217	8.457	-	8.457	-
Variação monetária e cambial	21	1.765	1.786	20.173	-	-	-	28.013
Transferências	-	222.646	222.646	(222.646)	-	15.345	15.345	(15.345)
Amortizações/pagamentos	(122.561)	(499.729)	(622.290)	-	(8.457)	(12.566)	(21.023)	-
Saldos em 31.12.2018	2.460	184.433	186.893	1.213.341	-	14.107	14.107	513.549

	Consolidado							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldos em 31.12.2016	107.996	558.659	666.655	3.282.832	-	4.352	4.352	199.345
Aquisição de controle de investida	541	3.364	3.905	38.155	-	-	-	-
Alienação de controladas	(30.043)	(30.238)	(60.281)	(405.727)	-	-	-	-
Refinanciamentos	53.702	(61.612)	(7.910)	7.910	-	-	-	-
Provisão de encargos	372.353	3	372.356	296	6.677	-	6.677	-
Variação monetária e cambial	-	1.292	1.292	28.421	-	-	-	31.405
Transferências	(1.395)	1.502.339	1.500.944	(1.500.944)	-	11.952	11.952	(11.952)
Transferência para passivos mantidos para venda	(730)	(5.883)	(6.613)	(1.470)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(490.433)	(1.504.875)	(1.995.308)	-	(6.677)	(4.976)	(11.653)	-
Saldos em 31.12.2017	11.991	463.049	475.040	1.449.473	-	11.328	11.328	218.798
Ingressos	-	-	-	-	-	-	-	282.083
Aquisição de controle de investida	1.385	27.563	28.948	166.345	-	-	-	-
Refinanciamentos	(4.343)	64	(4.279)	4.279	-	-	-	-
Provisão de encargos	127.277	2	127.279	217	8.457	-	8.457	-
Variação monetária e cambial	21	1.765	1.786	20.173	-	-	-	28.013
Transferências	-	225.379	225.379	(225.379)	-	15.345	15.345	(15.345)
Amortizações/pagamentos	(132.303)	(508.965)	(641.268)	-	(8.457)	(12.566)	(21.023)	-
Saldos em 31.12.2018	4.028	208.857	212.885	1.415.108	-	14.107	14.107	513.549

19.3 VENCIMENTOS DE LONGO PRAZO

A amortização das parcelas de financiamento e empréstimos de longo prazo se apresenta da seguinte forma:

Ano	Controladora				Total
	2018				
	Eletrobras	Moeda Estrangeira	Demais Financiadores	Total	
2019	-	-	-	-	211.584
2020	42.559	43.902	126.902	213.363	181.722
2021	42.559	43.902	104.466	190.927	154.179
2022	42.559	45.402	98.235	186.196	147.728
2023	42.559	46.903	91.441	180.903	149.070
2024	42.559	46.903	63.663	153.125	121.301
Após 2024	344.015	286.537	171.824	802.376	664.532
Total	556.810	513.549	656.531	1.726.890	1.630.116

Ano	Consolidado				Total
	2018			2017	
	Eletrobras	Moeda Estrangeira	Demais Financiadores	Total	
2019	-	-	-	-	215.488
2020	42.559	43.902	151.271	237.732	185.626
2021	42.559	43.902	128.835	215.296	158.083
2022	42.559	45.402	122.604	210.565	151.632
2023	42.559	46.903	115.810	205.272	152.974
2024	42.559	46.903	88.032	177.494	125.205
Após 2024	344.015	286.537	251.746	882.298	679.263
Total	556.810	513.549	858.298	1.928.657	1.668.271

19.4 CONDIÇÕES CONTRATUAIS DOS FINANCIAMENTOS DA CONTROLADORA

Data da assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento do contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2018
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A					839.018
12/01/2006	Reforço energético ilha - continente	7,0% a.a.	30/08/2019	a	10.332
01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da Moeda (Euro) + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	57.572
24/05/2013	Complexo São Bernardo PCHs	37% = conversão moeda (Euro)+4,70% a.a. 30% = conversão moeda (Euro)+2,20% a.a. 33% = conversão moeda (Euro)+2,24% a.a.	30/12/2042	a	187.117
01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/01/2033	b	583.997
BANCO DO BRASIL S.A.					303.639
06/12/2013	Aplicação/aportes junto a SPE's e empreendimentos corporativos	115% do CDI	15/11/2023	c	139.243
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	e	115.503
01/03/2011	Nota de crédito comercial - subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	f	1.815
01/03/2011	Nota de crédito comercial - subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	f	607
26/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = Cesta Moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	d	2.157
25/06/2010	Construção dos aerogeradores	4,5% a.a.	15/07/2020	g	44.314
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE					2.151
26/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = Cesta Moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	d	2.151
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES					500.115
24/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a. 20% = Cesta Moedas + 4,0% a.a.	15/05/2019	d	4.312
23/12/2008	Construção Subestação Biguaçu - 525 kV	TJLP + 2,12% a.a.	15/03/2021	d	13.244
04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	h	102.915
20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	h	8.505
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	e	115.491
10/03/2011	Implantação da UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	i	145.675
07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	15/06/2021	k	30.639
04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	61% = TJLP + 2,12% a.a. 39% = TJLP + 1,72% a.a.	15/03/2027	l	25.652
30/04/2012	SE Foz de Chapecó	63% = TJLP + 2,12% a.a. 37% = TJLP + 1,72% a.a.	15/08/2027	m	6.340
26/04/2013	LT 230kV Monte Claro/Garibaldi	92% = TJLP + 2,42% a.a. 8% = TJLP + 2,02% a.a.	15/08/2027	n	6.564
31/08/2015	Ampliação Sistema Sul de Transmissão	51% = TJLP + 1,70% a.a. 49% = TJLP + 1,50% a.a.	17/09/2029	j	23.292
31/08/2015	Interligação Brasil Uruguai	32% = TJLP + 1,70% a.a. 68% = TJLP + 1,50% a.a.	17/09/2029	j	17.486
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					282.967
12/07/2018	Empreendimento Eólico Livramento - Entomo II (Coxilha Seca, Galpões e Capão do Inglês)	Conversão da Moeda(Dolar) + 6,27% a.a.	20/06/2029	o	282.967
Total					1.927.890

Garantias dos financiamentos e empréstimos da controladora - Os financiamentos e empréstimos da Companhia estão garantidos conforme abaixo:

- (a) Receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos;
- (b) Contrato sem cláusula de garantia;
- (c) Aval da Eletrobras;
- (d) Fiança solidária da Eletrobras, penhor dos direitos emergentes da concessão e penhor dos direitos creditórios (garantia compartilhada entre BNDES/BRDE/BB, credores do empreendimento LT Campos Novos Blumenau e Construção da SE Biguaçu);
- (e) Fiança da Eletrobras e vinculação da totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização da energia dos contratos de compra de energia no ambiente regulado, relativos ao projeto UHE Governador Jayme Canet Júnior (cota Eletrosul);
- (f) Contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento do contrato e cobrindo, no mínimo, 125% do saldo devedor;
- (g) Penhor dos aerogeradores dos parques eólicos Cerro Chato I, II e III;
- (h) Fiança da Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado referentes ao empreendimento UHE Passo São João e direito de receber quaisquer valores que venham a se tornar devidos decorrentes do contrato de concessão 004/2006;
- (i) Fiança da Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da venda de energia produzida no projeto UHE São Domingos e direito de receber quaisquer valores que venham a se tornar devidos decorrentes do contrato de concessão;
- (j) Carta de fiança bancária;
- (k) Penhor dos direitos emergentes do contrato de concessão nº 005/2006, penhor de direito de crédito e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos acionistas (contrato em fase de aditamento junto ao BNDES, com distrato do penhor de ações, devido a incorporação da RS Energia pela Eletrosul);
- (l) Fiança da Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do CPST 031/2010 e cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de conexão;
- (m) Fiança da Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão, cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do CPST 009/2011 e cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de conexão;
- (n) Fiança da Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do CPST 030/2010; e
- (o) Aval da Eletrobras; direitos emergentes do empreendimento eólico Livramento – Entorno II; direitos creditórios oriundos de contratos de venda de energia, presentes e futuros, que venham a ser celebrados no ACL ou no ACR decorrentes do projeto; recebíveis oriundos dos contratos de energia de reserva, presentes e futuros, não inferior a R\$ 40 milhões de reais por ano; recursos que venham a ser depositados nas contas vinculadas, até o pagamento integral de todas as obrigações decorrentes do contrato; constituição de conta reserva no valor correspondente ao fluxo de pagamentos de 12 meses a vencer (pagamento semestral).

Em 31 de dezembro de 2018, além dos *covenants* financeiros, todas as cláusulas restritivas (vide N.E. nº 19.8) estabelecidas nos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

19.5 CONDIÇÕES CONTRATUAIS DOS FINANCIAMENTOS DAS EMPRESAS CONTROLADAS

Investida	Data da assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento do contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2018
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES						
TSBE	15/08/2014	Obra civil	TJLP + 2,26%aa	17/07/2028	a	178.687
TSBE	15/08/2014	Máquinas e equipamentos	3,50% aa	15/06/2023	a	9.147
TSBE	15/03/2016	Investimentos sociais	TJLP	17/07/2028	a	963
Livramento Holding	23/11/2012	Construção e implantação da Eólica Ibirapuitã localizada no Estado do Rio Grande do Sul	TJLP + 3.27%	15/06/2030	b	38.962
Total						227.759

Principais garantias dos financiamentos e empréstimos das empresas controladas - Os financiamentos e empréstimos das empresas controladas estão garantidos conforme abaixo:

- O financiamento com o BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da Companhia de propriedade dos acionistas.
- Alienação fiduciária de bens e equipamentos; totalidade das ações representativas do capital social das controladas; e recebíveis e conta reserva.

19.6 COMPOSIÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA POR INDICADOR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IPCA	583.997	676.056	583.997	676.056
TJLP	619.926	716.707	847.685	758.767
Euro	244.689	230.126	244.689	230.126
Dolar	282.967	-	282.967	-
Taxa CDI	139.243	374.719	139.243	374.719
Outros	57.068	114.971	57.068	114.971
Total	1.927.890	2.112.579	2.155.649	2.154.639
Principal	1.925.430	2.101.129	2.151.621	2.142.648
Encargos	2.460	11.450	4.028	11.991
Total	1.927.890	2.112.579	2.155.649	2.154.639

19.7 GARANTIAS DA COMPANHIA PARA EMPREENDIMENTOS CONTROLADOS E/OU CONTROLADOS EM CONJUNTO

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de empreendimentos de SPE cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados no quadro abaixo:

Ano	SPE	Banco financiador	% de Participação	Valor do financiamento (quota parte da Controlada)	Saldo devedor em 31.12.2018 total do financiamento	Projeção de saldo devedor - fim do exercício			a Liberar	Data do término da garantia
						2019	2020	2021		
2015	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.*	BNDES 14.2.0981.1	51,00%	252.108	211.329	190.543	169.756	148.970	2.559	15/02/2029
2016	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.*	Debêntures	51,00%	76.500	77.975	77.647	77.319	76.990	-	15/12/2030

*Penhor de ações até a liquidação do contrato/cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Além da garantia prestada para a SPE TSLE, foram emitidas, em 6 de novembro de 2017, Cartas de Fiança Corporativa prestadas pela Eletrosul como contragarantia aos Aditivos nº 2531361 e nº 2531379 aos Contratos de Fiança nº 252.229-9 e nº 253.077-1, respectivamente, firmados entre a SPE Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBRE e o Banco Safra S.A., no valor de R\$ 64.020 e R\$ 4.788, respectivamente, correspondente à participação acionária da Eletrosul na SPE (20%).

O risco de execução das referidas garantias é remoto, considerando a não existência de casos anteriores onde a Eletrosul tenha sido chamada a responder pela liquidação da garantia, bem como tendo em vista a geração de caixa da SPE para honrar seus compromissos.

19.8 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS) DA CONTROLADORA

As principais condições restritivas dos contratos de financiamentos e empréstimos da controladora são apresentadas a seguir:

Instituição financeira	Contrato	Saldo devedor em 31.12.2018	Condições restritivas (Covenants)	Condição atendida?
Banco do Brasil	21/00406-4	115.503	a) Conta reserva de 3 meses; b) Manter o índice financeiro LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior que 1,3. Liquidação antecipada no caso de inadimplência com o Banco do Brasil S/A, e/ou mercado Financeiro, e/ou no caso de ação judicial que ponha em risco a solvência e/ou liquidez da empresa. Vencimento antecipado devido praticar Atos de fusão, cisão e/ou incorporação, venda de ativos e/ou participações societária sem a anuência prévia do Banco do Brasil S/A.	Sim
Banco do Brasil	40/00508-9	14.784	Alienação Fiduciária de bens (Aerogeradores).	Sim
Banco do Brasil	40/00509-7	14.765	Alienação Fiduciária de bens (Aerogeradores).	Sim
Banco do Brasil	40/00510-0	14.765	Alienação Fiduciária de bens (Aerogeradores).	Sim
Banco do Brasil	312.500.823	139.243	Liquidação antecipada no caso de inadimplência com o Banco do Brasil S/A, e/ou mercado Financeiro, e/ou no caso de ação judicial que ponha em risco a solvência e/ou liquidez da empresa. Vencimento antecipado devido praticar Atos de fusão, cisão e/ou incorporação, venda de ativos e/ou participações societária sem a anuência prévia do Banco do Brasil S/A.	Sim
Banco do Brasil e BRDE	20/000-39-1	2.151	Conta reserva de três meses.	Sim
BB e BNDES	20/00039-1	2.157	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	07.2.1061.1	102.915	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	12.2.0005.1	8.505	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	10.2.1860.1	145.675	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	06.20057.1	4.312	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	08.2.1026.1	13.244	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	08.2.0988-1	115.491	a) Conta reserva de 3 meses; b) Manter o índice financeiro LAJIDA/Despesa Financeira Líquida maior que 1,3.	Sim
BNDES	07.2.0663.1	30.639	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	12.2.0004.1	25.652	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	05.2.0501.1	-	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	12.2.0060.1	6.340	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	12.2.1451.1	6.564	Conta reserva de três meses.	Sim
BNDES	BNDES 14.2.0855.1	23.292	a) Apresentar Fiança Bancária com prazo de no mínimo 2 anos como garantia da operação e apresentar a renovação da Fiança Bancária com 60 dias de antecedência ao vencimento da Carta de Fiança Bancária vigente, sob pena de vencimento antecipado.	Sim
BNDES	BNDES 14.2.1025.1	17.486	a) Apresentar Fiança Bancária com prazo de no mínimo 2 anos como garantia da operação e apresentar a renovação da Fiança Bancária com 60 dias de antecedência ao vencimento da Carta de Fiança Bancária vigente, sob pena de vencimento antecipado.	Sim
CEF	20 1011 763 0000001/34	282.967	a) Manter a CEF mensalmente informada sobre o status do Empreendimento Eólico Livramento Entorno II, e a expectativa da entrada em operação do empreendimento; b) Manutenção da CEF como domicílio bancário dos recebíveis do empreendimento descrito no item "a" anterior; c) O fluxo de recebíveis deverá passar pela Conta de Garantia de livre movimentação na Agência Universitária/SCX - Ag. 1011-1, durante a vigência de toda a operação.	Sim
KfW/Eletrabras	ECR-281/2008	57.572	Procuração outorgada pela Eletrosul por instrumento público para a Eletrobras para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos.	Sim
KfW/Eletrabras	ECR-283/2013	187.117	Procuração outorgada pela Eletrosul por instrumento público para a Eletrobras para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos.	Sim
BB/BNDES/FINAME	40/00599-2	1.815	a) Manter, como garantia, registro de créditos a receber em Cobrança Bancária no Banco do Brasil, equivalente a no mínimo 125% do Valor do Contrato.	Sim
BB/BNDES/FINAME	40/00600-X	607	a) Manter, como garantia, registro de créditos a receber em Cobrança Bancária no Banco do Brasil, equivalente a no mínimo 125% do Valor do Contrato.	Sim
Total		1.333.561		

19.9 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS) DAS EMPRESAS CONTROLADAS

As principais condições restritivas dos contratos de financiamentos e empréstimos das empresas controladas são apresentadas a seguir:

Investidas	Instituição financeira	Contrato	Saldo devedor em 31.12.2018	Condições restritivas (Covenants)	Condição atendida?
TSBE	BNDES	13.2.1126.1	188.797	<p>a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;</p> <p>b) Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;</p> <p>c) Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;</p> <p>d) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;</p> <p>e) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76;</p> <p>f) De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo 1,2 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,2 a Companhia precisa manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,2 a Companhia deverá manter na conta de reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida.</p>	Sim
Livramento	BNDES	12.2.0999.1	38.962	Manter, no encerramento do exercício social, índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,3 durante a vigência do contrato. Manutenção de conta reserva.	Sim
			227.759		

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS

Prática contábil: nota explicativa 5.4.

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados por processos tributários e por reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

25.1 PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA CLASSIFICADOS COMO PROVÁVEL, PROVISIONADOS.

A composição das provisões para contingências provisionadas está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo não circulante				
Trabalhistas	46.670	43.802	46.670	43.802
Cíveis (a)	117.653	69.583	118.934	69.583
Ambientais	234	251	234	251
Tributárias (b)	28.562	57.798	28.562	57.798
	193.119	171.434	194.400	171.434

(a) Nas provisões cíveis está incluído o valor de R\$ 45.927, referente ao provisionamento de multa em decorrência da declaração de caducidade da concessão nº 001/2015 (vide nota explicativa nº 1.7).

(b) A rubrica contingências tributárias contempla basicamente as contribuições previdenciárias, conforme abaixo:

Contribuições Previdenciárias

A Companhia ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária combinado com pedido de repetição de indébito nº 50006441720124047200 que tem por objeto excluir da base de cálculo da contribuição previdenciária as parcelas referentes à gratificação de férias e aos primeiros quinze dias do auxílio doença, bem como a restituição dos últimos cinco anos. Desde o ajuizamento da ação está sendo feito o depósito judicial das parcelas controversas, com o intuito de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A sentença foi procedente tendo sido confirmada em segundo grau, estando agora o processo sobrestado aguardando julgamento do recurso repetitivo no STJ e STF.

Adicionalmente foi ajuizada a ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária combinado com pedido de repetição de indébito e de tutela antecipada nº 50132472020154047200 visando a restituição dos valores indevidamente recolhidos da contribuição SAT/RAT e de terceiros (SENAI, Sesi, SEBRAE, FNDE, INCRA) incidente sobre a gratificação de férias e sobre os primeiros quinze dias que antecedem o auxílio-doença e o auxílio-acidente, alcançando os tributos recolhidos até 5 (cinco) anos atrás. Também nesse processo está sendo feito o depósito judicial das parcelas controversas a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A sentença foi procedente, tendo sido confirmada em segundo grau, sendo que o processo encontra-se sobrestado.

Em 7 de agosto de 2015, a fiscalização da Receita Federal do Brasil constituiu lançamento tributário em relação aos processos judiciais reclamatórios, por meio de autos de infração, processos administrativos nº 11516.722.375/2015-25 e 11516.722.374/2015-81, no valor global de R\$ 3.910, eminentemente com o intuito de coibir o surgimento da decadência tributária, por cuja cientificação fiscal a Companhia impugnou tempestivamente os lançamentos, os quais se encontram suspensos de julgamento no âmbito da arrecadação federal.

(c) As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2016	142.366	143.911
Adições	62.874	62.874
Alienação de participação societária	-	(1.545)
Baixas	(36.067)	(36.067)
Atualização monetária	11.191	11.191
Reclassificação de dep. judiciais do Ativo	(8.930)	(8.930)
Saldos em 31.12.2017	171.434	171.434
Adições	72.589	72.589
Baixas	(51.566)	(50.285)
Atualização monetária	5.201	5.201
Reclassificação de dep. judiciais do Ativo	(4.539)	(4.539)
Saldos em 31.12.2018	193.119	194.400

A Companhia compensa na rubrica de “provisões para riscos” os valores dos depósitos judiciais vinculados com os processos que estão em fase de execução de sentença ou aguardando liberação de alvarás. Os depósitos judiciais vinculados com os processos que estão na fase de instrução são evidenciados no ativo não circulante.

25.2 PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA CLASSIFICADOS COMO POSSÍVEL, NÃO PROVISIONADOS

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Cíveis (a)	400.121	433.846
Trabalhistas	32.697	31.107
Ambientais	102.875	5.685
Tributárias (b)	556.351	496.909
Total	1.092.044	967.547

(a) Do valor de R\$ 400.121 do risco de perda possível em contingências cíveis, R\$ 56.619 refere-se à ação de prestação de contas e ação anulatória de ato administrativo, ambas ajuizadas pela Energ Power, empresa contratada para o fornecimento de equipamentos para Usina Passo São João. As ações pretendem, principalmente, obter legitimidade de contas apresentadas pela fornecedora e anular a rescisão de contrato, efetuada pela Companhia, de forma unilateral. R\$ 289.409 refere-se à participação de 49% do valor das ações possíveis de perda do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, cuja principal discussão de risco possível diz respeito à ação de indenização de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. A mineradora alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e afirma que a concessão de Lavra obtida tornou legítima a posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da Usina.

(b) Com relação às contingências tributárias, basicamente referem-se a impostos sobre serviços (ISS) e IRPJ/CSLL sobre parcela indenizatória da Lei 12.783/2013:

i) Município de Florianópolis (SC)

Em junho de 2008 e abril de 2009, o município de Florianópolis expediu autos infracionais, relativos aos períodos de 2006 a 2009, com fundamento de que a Companhia deixara de oferecer à tributação o ISSQN incidente sobre a construção da Subestação Desterro e a implantação da Linha de Transmissão Submarina de 230 kV, que conecta a parte insular de Florianópolis com o município de Palhoça. A discussão se concentra na incidência do tributo municipal sobre as aquisições realizadas no âmbito do ICMS, haja vista que a arrecadação conceituara que os bens adquiridos diretamente pela Companhia, ainda que com a incidência do tributo estadual, seriam insumos da prestação de serviços da construção civil, de forma que em outubro de 2009 e junho de

2010, tempestivamente, a Companhia impugnou os lançamentos fiscais requerendo nulidade e insubsistência.

Após as diversas fases de impugnação, quanto às cobranças do município, em agosto de 2015, a Companhia conheceu da irrecorribilidade administrativa conforme expediente do Conselho Municipal de Contribuintes, pelo que em outubro de 2015 interpôs ação anulatória na 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis (SC), Poder Judiciário de Santa Catarina, obtendo a concessão de tutela pelo Tribunal de Justiça do Estado, através de agravo, mantendo a regularidade fiscal da Companhia.

Em 29 de agosto de 2016, o juízo monocrático sentenciou desfavoravelmente à Companhia, pelo que se interpôs recurso e em 11 de dezembro de 2016 obteve-se nova tutela do Tribunal de Justiça do Estado, em sede de liminar, em que se suspendeu a eficácia da decisão primária, permanecendo para a Companhia a sua regularidade fiscal, a suspensão temporária da exigibilidade do crédito tributário pela arrecadação municipal, e, aguarda julgamento colegiado da instância. O Ministério Público de Santa Catarina, em 4 de dezembro de 2017 proferiu parecer favorável ao conhecimento e provimento da apelação da Companhia, corroborando o entendimento fiscal-tributário para fins de declarar nulas as autuações fiscais.

Consustanciada em opinião jurídica interna, a qual atribui grau de risco possível à perda, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil desses tributos, cuja importância estimada, se finda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.470.

ii) Município de Água Clara (MS)

No decorrer do exercício de 2015, o município de Água Clara (MS) expediu autos de infração, relativos ao período de 2009 a 2014, com fundamento de que a Companhia deixara de oferecer à tributação o ISSQN incidente sobre o serviço de construção civil da Usina Hidrelétrica de São Domingos, de forma que a Companhia, tempestivamente, impugnou todos os lançamentos fiscais requerendo sua nulidade e insubsistência. A discussão se concentra na incidência do tributo municipal sobre os serviços prestados de construção civil e realizados no território do município vizinho, Ribas do Rio Pardo, em detrimento do princípio da territorialidade, em descon sideração a efetivação do fato gerador.

Após as diversas fases de impugnação, quanto às cobranças do município, em outubro de 2015 a Companhia conheceu da irrecorribilidade administrativa conforme expediente municipal, pelo que interpôs ação anulatória em 9 de agosto de 2016 perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital – Florianópolis (SC), visando à manutenção da regularidade fiscal e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, bem como o cancelamento das exações decorrentes dos lançamentos tributários, e, em 07 de novembro de 2017, o juízo acolheu preliminar de incompetência territorial arguida pelo Município exator, declinando da competência para o juízo de Água Clara (MS).

Em 22 de outubro de 2018, o juízo de Água Clara (MS) concedeu tutela à Companhia, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário requerido pelo município, de modo que em novembro de 2018 o município agravou ao Tribunal do Estado de Mato Grosso do Sul obtendo êxito, pelo que a Companhia interpôs agravo em 14 de dezembro de 2018 com intuito de obter a reversão da decisão.

Consustanciada em opinião jurídica interna, a qual atribui grau de risco possível à perda, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil desses tributos, cuja importância atualizada, que se finda em 31 de dezembro de 2018, é estimada em R\$ 17.610.

25.3 ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA LEI Nº 12.783/2013

A medida provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, dispôs que, a critério da União, poderia ser prorrogada a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia

elétrica. Em aceite às condições impostas pelo poder concedente, a Companhia e a União pactuaram, em 4 de dezembro de 2012, a prorrogação da vigência do contrato de concessão nº 057/2001, mediante definição acerca do pagamento a realizar para a Companhia quanto à indenização dos ativos não amortizados. Indenização essa advinda dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), recursos esses destinados por Lei ao custeio da reversão de bens no encerramento e encampação das concessões do setor elétrico, bem quanto ao valor das novas tarifas advindas da prorrogação do contrato de concessão.

Decorrente do processo indenizatório, de interesse da Receita Federal do Brasil, noticiou-se, ao mercado a possibilidade de exação fiscal federal, pelo que, em 10 de setembro de 2013, a Companhia protocolou consulta, solucionada em 16 de junho de 2014 (Solução de Consulta nº 7005 SRRF07/Disit), saneada com entendimento divergente da opinião dos advogados internos, externos e da Administração da Companhia, a Receita Federal compreende que a indenização integral deva ser computada tanto na apuração do Imposto de Renda, como na determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Inconformada com o entendimento do órgão de arrecadação da União, em 10 de julho de 2014, a Companhia e sua Administração, consubstanciadas na opinião dos seus advogados internos e externos, considera que o recurso monetário oriundo da reversão dos bens à União tem natureza jurídica indenizatória, face à recomposição patrimonial. Desta maneira, protocolou medida judicial perante a 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Florianópolis/SC, Processo nº 5023271-44.2014.404.7200, objetivando firmar interpretação quanto e que as referidas indenizações encontrar-se-iam fora do campo de incidência de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pelo que aguarda, desde 4 de março de 2015, por decisão colegiada da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao recurso de apelação da Companhia.

Em 25 de setembro de 2017, a fiscalização da Receita Federal do Brasil constituiu lançamento tributário em relação ao processo judicial reclamatório, por meio de auto de infração, processo administrativo nº 10980.724.441/2017-14, no valor global de R\$ 479.000, constituído sobre a parcela superavitária da indenização, eminentemente com o intuito de coibir o surgimento da decadência tributária, por cuja cientificação fiscal a Companhia impugnou tempestivamente o lançamento, mas que no âmbito da arrecadação federal tão somente o aspecto da incidência de juros Selic sobre a multa de ofício (R\$ 14.000) permanece para julgamento de recurso voluntário ao CARF desde abril/2018, conforme determinado por decisão judicial em mandado de segurança.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco possível à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por não constituir provisionamento contábil do valor dos tributos, cuja importância atualizada, que se finda em 31 de dezembro de 2018, é estimada em R\$ 539.000.

25.4 PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA CLASSIFICADOS COMO REMOTO, NÃO PROVISIONADOS

A Companhia encontra-se em litígio administrativo/judicial fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

i) Lei 8.727/93 – créditos renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica/contribuição social sobre o lucro líquido.

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2005 a 2009, firmando a improcedência legal da sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União. Além de reclamar crédito tributário sobre valores não recebidos em regime de competência desta Companhia, também desconsiderou os pagamentos tributários realizados no período da exação, bem como desconsiderou seu procedimento fiscal realizado em 2001 sobre tais circunstâncias tributárias, oportunidade em que sequer manifestou-se em contrário ao procedimento,

homologando tacitamente tal comportamento, de forma que esta Companhia em 18 de janeiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo a nulidade e insubsistência do auto incidente sobre as receitas financeiras não percebidas e decorrentes do parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

Em 28 de junho de 2011, a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 2 de setembro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento, em 8 de maio de 2013, proveu parcialmente a reclamação da Companhia, de forma que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial em 27 de setembro de 2013, pelo que aguardava sua admissibilidade, para que posteriormente seja intimada esta Companhia quanto ao teor da decisão última do órgão colegiado fiscal federal.

Com o advento da denegação administrativa do CARF, em julho de 2015, a Companhia interpôs recurso especial, o qual não fora admitido em agosto de 2015 por ausência de paradigma, consecutivamente, por intermédio de recurso à Justiça Federal, em outubro de 2015, a Companhia conheceu do indeferimento ao pleito, pelo que aguardava manifestação da proposição de embargos à decisão judicial, ao tempo que apresentou, em dezembro de 2015, ação cautelar à 4ª Vara de Florianópolis (SC) da Justiça Federal em Santa Catarina, obtendo a permanência da sua regularidade fiscal da Companhia.

Porém, em decorrência dos termos de desfavorecimento do julgamento administrativo para a Companhia, em meados de fevereiro de 2016 a Receita Federal do Brasil expediu notificação de cobrança e a inscrição em dívida ativa dos valores autuados, exclusive da parcela autuada referente à aplicação da multa de ofício de forma isolada (50%), pelo que a Companhia, em 8 de março de 2016, interpôs de forma preventa ao juízo da 4ª Vara Federal de Florianópolis (SC), ação anulatória, processo nº 5004361.95.2016.4.04.7200, obtendo deferimento em 16 de março de 2016, em âmbito de liminar, a manutenção da regularidade fiscal, a não inscrição em CADIN e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela arrecadação federal e aguarda julgamento na referida instância.

Em 17 de novembro de 2017, diante do teor da decisão do CARF proferida parcialmente favorável à Receita Federal do Brasil quanto à aplicação da multa isolada, a Companhia conheceu do expediente de cobrança de forma que ingressou, em 18 de dezembro de 2017, com ação judicial com efeitos anulatórios ao lançamento, de forma preventa ao juízo da 4ª Vara Federal de Florianópolis (SC), processo nº 5026287.98.2017.4.04.7200, pelo que, em 19 de dezembro de 2017, também obteve liminar para manutenção da regularidade fiscal, não inscrição em CADIN e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela arrecadação federal e aguarda julgamento da mesma instância.

Destaca-se que em 1º de agosto de 2017, a Empresa recebeu da União o valor residual dos recebíveis da Lei nº 8.727/1993, na importância de R\$ 781.734, recebíveis esses motivadores do litígio fiscal, pelo que se levou integralmente a recolhimento aos cofres da União os tributos devidos (no valor de R\$ 186.400) sobre a importância recebida (no montante de R\$ 781.700) e na sistemática de regime de caixa.

Consecutivamente, em 28 de setembro de 2017, a Companhia ingressou com ação judicial com efeitos declaratórios, de forma preventa ao juízo da 4ª Vara Federal de Florianópolis (SC), processo nº 5020458.39.2017.4.04.7200, para disponibilizar ao juízo a informação do recolhimento final dos tributos em reclamação, mas a partir do recebimento desses.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, principalmente em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância estimada e atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 633.000.

ii) PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade.

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2006 a 2007, com fundamento de que a incidência dos tributos sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 devem observar o regime de não cumulatividade, em detrimento do regime de cumulatividade, regime último adotado pela Companhia em consonância com os termos do Art. 10, inciso XI, Art. 15 da Lei nº 10.833/2003, combinado com o Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, e em conformidade ao teor da Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, de forma que, em 7 de fevereiro de 2011, impugnou o lançamento fiscal requerendo sua nulidade e insubsistência.

Em 10 de agosto de 2011, a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que, em 17 de outubro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento, em 28 de novembro de 2012, do órgão colegiado federal, em voto de qualidade, desproveu a reclamação da Companhia, pelo que em 8 de março de 2013, esta contribuinte-reclamante opôs embargos. Em 21 de fevereiro de 2017, a turma julgadora conheceu dos embargos apenas para fins de saneamento de omissões, contudo, ratificou o julgamento, de forma que, em 13 de abril de 2017, a Companhia ingressou com recurso especial à Câmara Superior do órgão, e que cujo julgamento procedeu-se denegatório em 18 de abril de 2018, qualitativamente.

Consecutivamente, em 11 de dezembro de 2018 a Companhia ingressou com ação anulatória perante a 20ª Vara Federal do Distrito Federal, processo nº 102.7363.32.2018.4.01.3400, obtendo êxito em 17 de dezembro de 2018, no deferimento da tutela, cuja decisão suspendeu a exigibilidade do crédito tributário por parte da União.

Consustanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração, cuja importância estimada e atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 200.000.

iii) Subvenção para investimento KfW

Em 25 de setembro de 2017, a Receita Federal do Brasil ao auto de infração / processo administrativo nº 10980.724.441/2017-14, expediu adicionalmente, relativamente ao período de 2013, cobrança de imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, incidentes à subvenção governamental para investimento obtida mediante o banco de fomento Alemão KfW, no valor de R\$ 14.660, com fundamento de que a classificação contábil adotada pela Companhia de não constituição à reserva de lucros não gozaria de não incidência tributária nos termos do Art. 18, inciso III, da Lei nº 11.941/2009, haja vista que teria dado destinação diversa dos recursos, face o procedimento contábil.

A Companhia, compreendendo que independentemente da classificação contábil adotada a percepção da subvenção governamental, usufrui de imunidade tributária, impugnou tempestivamente o lançamento tributário, em 24 de outubro de 2017, impugnação julgada improcedente pela arrecadação federal em 9 de março de 2018, de forma que, em 11 de abril de 2018, interpôs recurso voluntário ao CARF, pelo que aguarda julgamento.

Consustanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração, cuja importância estimada e atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2018, em R\$ 11.900.

25.5 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

PIS e COFINS sobre a Receita Financeira

Em 9 de novembro de 2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, o

qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), beneficiando apenas e tão somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados.

Em razão do exposto, a Companhia ajuizou ação de repetição de indébito relativa ao período de fevereiro de 1999 a julho de 2004, postulando a restituição dos valores pagos a maior em face da proclamada inconstitucionalidade, pleito julgado parcialmente procedente na sentença proferida em 10 de junho de 2010 e que considerou prescritos os recolhimentos do PIS e da COFINS anteriores a 23 de fevereiro de 2001 (cinco anos anteriores ao ajuizamento de protesto interruptivo por parte da Companhia).

A Companhia apelou da decisão e o TRF da 4ª Região proferiu decisão em 12 de dezembro de 2012, confirmando parcialmente a sentença de 1º grau e delimitando a restituição ao período de 26 de fevereiro de 2001 a 1 de dezembro de 2002 (PIS) e de 26 de fevereiro de 2001 a 1º de fevereiro de 2004 (COFINS), decisão que provocou a propositura de Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF) com vistas a assegurar o recebimento do indébito e/ou a compensação dos valores incidentes sobre todo o período postulado (fevereiro de 1999 a julho de 2004). O acórdão considerou o entendimento do RE nº. 566.621, de 04 de agosto de 2011, com repercussão geral, que entendeu pela aplicação quinquenal retroativa prevista na LC nº 118/2005 apenas para os processos ajuizados após a *vacatio legis* dessa lei (caso da Companhia), afastando assim a aplicação da prescrição decenal postulada, anteriormente aceita pelos tribunais superiores, STJ e STF.

Em 6 de outubro de 2014, o recurso especial fora admitido pelo TRF da 4ª Região, e, em 16 de junho de 2016 o STJ não conheceu do recurso especial, ao tempo que em 16 de janeiro de 2017 o STF negou o recurso extraordinário, em razão de nova sistemática na legislação processual por paradigma de repercussão geral, pelo que em meados de maio de 2017 o processo baixou para arquivamento na vara de origem.

Consecutivamente, diante dos comandos sentenciais aferidos, a Companhia em 25 de junho de 2018 propôs execução de sentença ao processo nº 5007264.16.2010.4.04.7200, ante a 3ª Vara Federal de Florianópolis (SC), pelo que a Fazenda Nacional impugnou o cumprimento de sentença em 20 de agosto de 2018, de forma que o montante estimado da ação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 57.350.

Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores estimados não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência da apuração de forma definitiva, até que se promova judicialmente a efetividade da liquidação de sentença.

7.3 Opinião dos Auditores Externos

KPMG Auditores Independentes

Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -

Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office

88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil

Caixa Postal 1420

88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone +55 (48) 3205-5300

kpmg.com.br

*Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e
consolidadas*

Aos acionistas, conselheiros e diretores da

Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas financeiras significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (“*Impairment*”) dos ativos não financeiros (imobilizados, intangíveis e investimentos) - Controladora e consolidado

Veja as notas explicativas 4.2.11, 14, 15, 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) relativa ao imobilizado, intangível e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, com realização suportada nos planos de negócios das correspondentes (i) unidades geradoras de caixa ("UGCs"), para o caso de imobilizado e intangível ou (ii) investidas, para os investimentos avaliados por equivalência patrimonial, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda.</p> <p>A Companhia avalia, pelo menos anualmente, a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas UGCs e investidas avaliadas por equivalência patrimonial e, realiza testes de recuperabilidade dos ativos para os quais foram identificados indicadores, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, baseado em projeções econômico-financeiras de cada UGC/investida.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, devido às incertezas e grau de julgamento inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, que é suportado por premissas que afetam a determinação do valor recuperável desses ativos, tais como taxas de desconto e do comportamento projetado dos volumes e preços das receitas e dos custos projetados, bem como devido ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>i) a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à definição das premissas e modelos utilizados no teste de <i>impairment</i>.</p> <p>ii) a avaliação das UGCs e investidas consideradas significativas, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade, consistência e aderência das premissas e das metodologias utilizadas, incluindo uma análise de sensibilidade sobre os resultados obtidos. Os principais aspectos que avaliamos foram relacionados com taxas de desconto e do comportamento projetado dos volumes e preços das receitas e dos custos projetados, e comparamos essas variáveis com fontes de mercado disponíveis.</p> <p>iii) a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos de imobilizado, intangível e investimentos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes - Controladora e consolidado

Veja as notas explicativas 4.2.6, 4.2.15, 9 e 35 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato;ii) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;iii) a avaliação, com apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; eiv) a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo contratual e a receita de contrato com clientes, os quais foram parcialmente registrados e divulgados pela Administração. O valor não registrado e não divulgado foi considerado imaterial.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1. Resumo do processo para Determinar a Materialidade das Informações e Descrição dos Limites do Relato e de como o Limite foi Determinado

Conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, artigo 8º, as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência: IX – “Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade”.

A Eletrosul publicou, em 2018, o Relatório de Sustentabilidade 2017, e em 2019, publicará o Relatório de Sustentabilidade 2018. Sendo assim, abaixo apresentamos o resumo do processo para determinar a materialidade e como o limite foi determinado na elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2018.

Materialidade

A materialidade foi obtida considerando os temas relevantes e de maior impacto para a empresa e para as suas principais partes interessadas.

Dessa forma, foram realizadas as seguintes avaliações para a obtenção da materialidade:

1- Avaliação segundo a visão interna da Eletrosul:

a) Conceitos, informações e dados contidos nos seguintes documentos:

- Plano de Negócios e Gestão da Eletrosul (PNG 2018-2022);
- Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE 2018-2022), firmado entre a Eletrosul e a Eletrobras e
- Matriz de Riscos Corporativa da Eletrosul para o ciclo 2018.

b) Avaliação de um grupo de especialistas em sustentabilidade da Eletrosul.

2- Avaliação na visão externa (das partes interessadas da Eletrosul)

A avaliação das partes interessadas se deu com a aplicação de uma pesquisa de materialidade, enviada às principais partes interessadas:

Quadro 8.1.1 Partes Interessadas – Pesquisa de Materialidade

PARTES INTERESSADAS PESQUISADAS
Empregados e demais da força de trabalho
Governo, parlamentares e órgãos reguladores
Comunidades
Fornecedores, parceiros e patrocinados
Clientes e consumidores
Sociedade
Imprensa e formadores de opinião
Especialistas em sustentabilidade do Grupo Eletrobras

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

3- Visão estratégica

A avaliação estratégica levou em consideração a Matriz de Materialidade da *Holding* e a avaliação estratégica da Alta Administração da Eletrosul:

- a) *Holding* - Visando à construção do Relatório de Sustentabilidade das empresas Eletrobras, com a visão de relatório integrado, a Eletrosul também considerou para a construção de sua matriz a materialidade, a matriz consolidada das Empresas Eletrobras.

- b) Diretoria Executiva da Eletrosul e Conselho de Administração da Eletrosul - Reafirmando a importância que a empresa dá ao tema sustentabilidade, foi validada pela Alta Administração a Matriz de Materialidade da Eletrosul.

Quadro 8.1.2 Temas Materiais

TEMAS MATERIAIS
1- Água
2- Biodiversidade
3- Clientes
4- Comunidades
5- Conformidade Legal
6- Corrupção x Ética
7- Eficiência Energética
8- Empregados e Emprego
9- Fornecedores
10-Fornecimento de Energia
11- Gestão de Risco e Crise
12- Governança
13- Mudanças Climáticas
14- PD+I
15- Política Ambiental
16- Resultados Financeiros
17- Saúde e Segurança

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Limites

Neste relatório apresentamos os resultados de 2018 da Eletrosul, incluindo as operações da empresa como concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica nos estados nos quais possui empreendimentos próprios.

As parcerias, por possuírem gestão própria, estão incluídas apenas no Capítulo “7 – Demonstrações Contábeis” por se tratar de demonstrações contábeis consolidadas; e ainda nos itens “2.3 – Participação em Outras Sociedades”, “2.7 – Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício”, deste relatório.

8.2. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Durante o exercício de 2018, a Eletrosul recebeu 03 Acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas da União, conforme segue:

Quadro 8.2.1 Processo TCU TC 011.775/2011-4

Processo	Acórdão	Comunicação Expedida
TC 011.775/2011-4	1194/2018 - PL	Ofício 0145/2018 – TCU/SeinfraElétrica (06/06/2018)
Descrição da Deliberação:		
<p>9.1. Determinar a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, que torne definitiva a retenção da importância de R\$ 6.413.980,40 (seis milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e oitenta reais e quarenta centavos), na data-base de março/2008, liberando-se ao Consórcio Construtor Barra do Rio Chapéu a diferença do valor acautelado por força do item 9.2 do Acórdão 3439/2013-TCU-Plenário, descontadas eventuais glosas decorrentes de pendências construtivas, a critério da Eletrosul, demonstrando-se ao Tribunal as providências adotadas.</p>		

Providências Implementadas:
Em 20/06/2018, a Eletrosul entrou com pedido de reexame (status em 31/12/2018)

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 8.2.2 Processo TCU TC 028.341/2017-1

Processo	Acórdão	Comunicação Expedida
TC 028.341/2017-1	10.372/2018 - TCU 2ª Câmara	Ofício 0620/2018

Descrição da Deliberação:

1.8. Determinar à Eletrosul Centrais Elétricas S/A, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que no Relatório de Gestão de sua próxima prestação de contas a ser remetida ao TCU:

1.8.1 Apresente:

1.8.1.1 informações sobre o tratamento dado às sugestões de melhoria e às recomendações constantes do Relatório Anual de Auditoria de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016), apresentando referências aos atendimentos realizados ou a realizar;

1.8.1.2 considerações acerca das conclusões da Ação de Controle CGU 201601702, que versou sobre a avaliação do Programa de Integridade da empresa, inobstante as tratativas que tiver com o órgão de controle interno;

1.8.1.3 considerações acerca das conclusões da Ação de Controle CGU 201603161, que versou sobre a avaliação da "gestão da Entidade Fechada de Previdência Complementar" (Fundação Elos);

1.8.1.4 considerações acerca da avaliação dos indicadores instituídos para aferir o desempenho da gestão;

1.8.2 atualize as informações apresentadas, por intermédio do documento SAG 505/2018, de 23/2/2018, à equipe da auditoria responsável pela fiscalização realizada na empresa, em 2018 (TC 003.181/2018-9), relativamente aos comentários da auditoria independente nas demonstrações financeiras de 2016 (assim como em 2015 e 2014) quanto à "incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da empresa", baseada no fato de que onze das empresas controladas pela Eletrosul apresentaram perdas em operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto no exercício, assinalando que a continuidade da companhia dependeria da manutenção do suporte financeiro de terceiros, da sua controladora e/ou demais acionistas;

Providências Implementadas:

As providências estão contidas no item 8.4, página 173 deste Relatório de Gestão.

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

Quadro 8.2.3 Processo TCU TC 017.368/2016-2

Processo	Acórdão	Comunicação Expedida
TC 017.368/2016-2	1832/2018 - TCU Plenário	Ofício 0145/2018 - TCU/SeinfraElétrica

Descrição da Deliberação:
Encaminha o Acórdão 1832/2018-TCU-Plenário, que apreciou o Relatório de Auditoria, TC 017.368/2016-2, que trata da avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal e das organizações dos demais Poderes. (Ofício 0412/2018)
Manifestação do Gestor / Providências Implementadas:
Em atendimento

Fonte: Auditoria Interna (AUD)

8.3. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

Durante o exercício de 2018, a Eletrosul não recebeu relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União - CGU.

O monitoramento das recomendações é realizado por meio do Sistema Monitor, instituído pela CGU, permitindo que o acompanhamento possa ser feito online, para as recomendações realizadas por meio das ações de auditoria e fiscalização. Através dessa ferramenta de comunicação, a recomendação é cadastrada pela equipe da CGU, e, após sua inserção no sistema, o gestor responsável pode registrar as suas ações e providências, bem como enviar documentos comprobatórios.

8.4. Atendimento ao Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara)

Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara) – Item 1.8.1.1

Informações sobre o tratamento dado às sugestões de melhoria e às recomendações constantes no Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016), apresentando referências aos atendimentos realizados ou a realizar.

Constatação 1.1.1.6 - Fragilidades nos mecanismos e instrumentos de governança da estatal sobre a gestão dos recursos repassados à EFPC.

Recomendação 1: Adotar monitoramento sistemático das recomendações/determinações da PREVIC independentemente de as mesmas exigirem ações da patrocinadora para o seu cumprimento.

Manifestação: A Auditoria trimestralmente monitora as recomendações da PREVIC, solicitando relatório atualizado das atualizações demandadas pela PREVIC e a devida atuação da Fundação ELOS. Além do monitoramento trimestral esse trabalho é efetuado durante o projeto realizado anualmente na referida Fundação.

Recomendação 2: Encaminhar à SEST (antigo DEST) o Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas da Livramento Holding S.A., Chuí Holding S.A. e Santa Vitória do Palmar Holding S.A. em cumprimento ao disposto no artigo 8º, IV, item a, do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, tendo em vista o controle acionário assumido pela Eletrosul nas SPE como efeito do Acordo.

Manifestação: Inicialmente, para contextualizar, transcrevemos o que foi informado na CE SGE-0025/2017: "Em relação à citada recomendação, reiteramos a manifestação externada por ocasião do Relatório 201603161 (CE-GPR-0031/2017), cujo prazo de atendimento vence em 31/12/2017, abaixo transcrita: Conforme já informado à essa CGU, o Acordo Global de Aditamento mencionado

na presente recomendação, foi aprovado pela Diretoria Executiva da Eletrosul (RD 1527-19) e pelo seu Conselho de Administração (DCA 354-02). Após a formalização do Acordo Global ocorreram, no entanto, fatos supervenientes e imprevistos que impactaram significativamente o cumprimento das premissas acordadas pelas partes, destacando-se, especialmente, o descumprimento contratual da empresa Wind Power Energia S.A (IMPSA), que posteriormente entrou em recuperação judicial, responsável pelo fornecimento dos aerogeradores e pela prestação dos serviços de Operação e Manutenção das usinas (O&M) para os parques eólicos de Livramento Holding, e, ainda, o acidente climático extremo que causou a queda de oito aerogeradores dessas usinas eólicas, associado à necessidade de aportes extraordinários que foram suportados exclusivamente pela Eletrosul. Em face dessas ocorrências, visando o equacionamento e a resolução amigável da situação atual das sociedades, que contemplem os esforços envidados por todos os sócios, evitando, assim, perda de valor dos projetos, os acionistas resolveram iniciar um processo de repactuação dos Acordos de Acionistas existentes, incluindo o Acordo Global de Aditamento, que resultou no 1º Aditivo ao Acordo Global de Aditamento e aos Acordos de Acionistas das Companhias, o qual resolve os instrumentos anteriormente firmados pelos Acionistas, no âmbito de Santa Vitória do Palmar Holding e controladas, Chuí Holding e controladas e Livramento Holding e controladas. Dessa forma, é relevante esclarecer que a recomendação da CGU relativa às autorizações e anuências competentes está sendo atendida pela Eletrosul com a remessa do documento às instâncias pertinentes."

Constatação 1.1.1.7 - Assunção indevida de risco em investimento realizado pela Fundação ELOS, com potencial de prejuízo à Eletrosul da ordem de R\$ 23,2 milhões.

Recomendação 1: Considerando que a eficácia do Acordo Global de Aditamento ainda depende da autorização/anuência do Conselho de Administração da Eletrobras (inciso VI, art. 21, do Estatuto Social da Eletrosul, c/c o art.25, inciso II, do Estatuto Social da Eletrobras) e do Ministério da Fazenda (art. 2º do Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994), recomenda-se que o referido instrumento seja submetido à deliberação e avaliação dos citados órgãos competentes, em conformidade com as previsões estatutárias/legais pertinentes.

Manifestação: O 1º Aditivo ao Acordo Global de Aditamento e aos Acordos de Acionistas das Companhias foi firmado em 20/10/2017, tendo sido enviado à Eletrobras através da CE PRE-0198, de 31/10/2017, com pedido de encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia, SEST e Ministério da Fazenda. A Eletrobras, por sua vez, através da CTA-PR-601/2017, de 11/12/2017, dirigida ao MME, solicitou o encaminhamento do citado documento à SEST e ao Ministério da Fazenda. Através do Ofício nº 189/2017/AEGE/SE-MME, solicitou a manifestação do Ministério da Fazenda. Por fim, houve uma reunião conjunta entre Eletrobras, SEST, Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em 13/03/2018.

Recomendação 2: ELOS - Promova a apuração de responsabilidade pela decisão de assumir formalmente o risco da Fundação ELOS no investimento direcionado à constituição da Livramento Holding S.A., ato de gestão este que representava a concessão de benefícios injustificados à Fundação ELOS e um prejuízo correspondente à Eletrosul da ordem de R\$ 25 milhões, cujo desfecho pode ainda trazer consequências judiciais indesejadas aos interesses da Companhia.

Manifestação: A Eletrosul, por meio da Resolução de Diretoria RD-1699-04, de 18/07/2017, criou Grupo de Trabalho para atendimento à recomendação com a determinação de apresentação do resultado dos trabalhos à Diretoria Executiva, o qual, após a realização da apuração determinada, concluiu em seu relatório datado de 17 de novembro de 2017, que "...os atos foram praticados no exercício regular de gestão, sem indício de culpa ou dolo que autorize a instauração de eventual procedimento administrativo de apuração de responsabilidade. "

Referido relatório foi apresentado na 1723ª Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 20/11/2017.

Constatação 1.1.1.14 - Ausência de embasamentos técnico (contábil) e jurídico para a contabilização realizada pela Fundação ELOS, em suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, dos efeitos do Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas celebrados no âmbito das SPE Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding e Livramento Holding.

Recomendação 1: ELOS - Monitorar as ações da Fundação ELOS com vistas ao saneamento da falha apontada (contabilização realizada pela Fundação ELOS, em suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, dos efeitos do Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas celebrados no âmbito das SPE Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding e Livramento Holding).

Manifestação: A Auditoria Interna da Eletrosul, por meio do Projeto “Fundos Pensão – Fundação ELOS”, inseriu desde o ano de 2017, em seu programa de auditoria, item específico que trata do monitoramento das ações referentes à contabilização, nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 da referida fundação, dos efeitos do Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas celebrados no âmbito das SPE Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding e Livramento Holding.

Com relação às constatações 2.1.2.2, 2.2.1.1 e 2.2.1.3, a seguir apresentadas, cabe destacar que a partir de 02/04/2018, a Eletrosul passou a adotar o Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, que regulamenta o artigo 40 da Lei 13.303/2016. O Regulamento apresenta os procedimentos a serem adotados pelas Empresas do Grupo Eletrobras e introduz novos conceitos na elaboração e condução dos processos de aquisição, relacionamento com os fornecedores e gestão de contratos. Ainda, no exercício de 2018, foi aprovado novo normativo interno, a Norma de Gestão Empresarial NG-101, que trata das Aquisição de bens e serviços, conforme a Lei nº 13.303/16.

Constatação 2.1.2.2 - Impropriedades identificadas nas licitações analisadas.

Recomendação 1 – Aprimorar o checklist utilizado para verificação das peças processuais dos pregões prevendo a verificação da existência de: justificativa do objeto contratado (quantidades e especificações); orçamento estimativo contendo a indicação das fontes de pesquisa de preços utilizadas e/ou cotações de preços obtidas no mercado; e designação do fiscal do contrato.

Manifestação: O *checklist* utilizado nos processos de Pregão foi atualizado para atendimento ao subitem 2.2.1.3 - 1, a essa recomendação e ao Regulamento de Licitações e Contratos e estão disponibilizados em diretório de rede corporativo com acesso aos compradores.

Recomendação 2 – Avaliar a orientação normativa existente acerca da justificativa do objeto contratado verificando se há a previsão da justificativa das quantidades e especificações além da justificativa da necessidade, complementando-a, caso necessário.

Manifestação: O objeto a ser contratado, a partir de 02/04/2018, deve obedecer ao disposto na Norma de Gestão Empresarial NG-101 e ao Regulamento de Licitações e Contratos.

Recomendação 3 – Estabelecer em normativo a necessidade de: designação de fiscal do contrato; evidenciação da verificação da regularidade do contratado ao longo da execução do contrato; e estabelecimento de um procedimento de atesto da autenticidade dos documentos assinados eletronicamente.

Manifestação: O normativo de Gestão de Contratos foi adaptado à recomendação e ao Regulamento de Licitações e Contratos (NG) 103 - Gestão de Contratos. O acompanhamento da regularidade fiscal, conforme Regulamento de Licitações e Contratos é efetuada nos casos de contratação de serviços com cessão de mão de obra com dedicação exclusiva.

Constatação 2.2.1.1 - Contratações por inexigibilidade de licitação sem a realização de estudos prévios que evidenciassem a necessidade do serviço e sem a evidenciação da especificação dos serviços em Termo de Referência, com situações de justificativas de preços insuficientes e de falhas formais nos processos.

Recomendação 1: Aprimorar o checklist utilizado para verificação das peças contratuais das inexigibilidades de licitação prevendo a verificação da existência de: justificativa do objeto contratado (quantidades e especificações); documento com o detalhamento dos serviços a serem contratados; orçamento básico em planilha aprovado; manutenção da condição de habilitação antes da assinatura do contrato; consultas para verificar a ocorrência de registro de penalidades antes da contratação; e designação do fiscal do contrato.

Manifestação: O *checklist* utilizado nos processos de Inviabilidade de Competição está em atualização para atendimento à recomendação e ao Regulamento de Licitações e Contratos e será disponibilizado em diretório de rede corporativo com acesso aos compradores. A instrução a ser seguida pelos compradores consta do Regulamento de Licitações e Contratos, que estipula o nível de detalhes do Termo de Referência que deve ser produzido pelo Requiritante.

Recomendação 2: Avaliar a orientação normativa para inexigibilidade de licitação existente acerca da justificativa do objeto contratado verificando se há a previsão da justificativa das quantidades e especificações, além da justificativa da necessidade, e se há previsão de detalhamento dos serviços a serem contratados, complementando-a, caso necessário.

Manifestação: A Norma de Gestão NG-101, e o Regulamento de Licitações e Contratos dispõem sobre o detalhamento das informações que deve conter o Termo de Referência.

Constatação 2.2.1.3 - Improriedades identificadas nas dispensas de licitação analisadas.

Recomendação 1: Aprimorar o checklist utilizado para verificação das peças contratuais das dispensas de licitação prevendo a verificação da existência de: consultas para verificar a ocorrência de registro de penalidades antes da contratação; e designação do fiscal do contrato.

Manifestação: O *checklist* dos processos de dispensa de licitação, enquadrados nos incisos I e II da lei 13303/2016 foram atualizados para atendimento a recomendação e ao Regulamento de Licitações e Contratos.

Recomendação 2: Aprimorar o normativo interno que menciona a justificativa de preços tornando obrigatória a inclusão das evidências como anexo da peça, a qual deve compor o processo de dispensa.

Manifestação. A Norma de Gestão NG-101 – Aquisição de bens móveis e imóveis, conforme lei nº 13.303/2016, e o Regulamento de Licitações e Contratos dispõem sobre o detalhamento das informações que deve conter o Termo de Referência.

Recomendação 3: Licitação - Especificar, no normativo interno existente, quais são as consultas que devem ser feitas para verificar a ocorrência de registro de penalidades antes da contratação.

Manifestação. O Regulamento de Licitações e Contratos estabelece as situações de impedimento e indica as consultas que devem ser efetuadas no âmbito das contratações.

Recomendação 4: Especificar, no normativo interno existente, a necessidade de prova de regularidade junto ao FGTS para fins de contratação mediante dispensa por valor.

Manifestação: Conforme disposto na Lei 13.303/2016 a regularidade fiscal deixou de ser exigência na contratação das Sociedades de Economia Mista. O Regulamento de Licitações e Contratos dispõe que o FGTS será condição de habilitação na contratação de serviços com cessão de mão de obra com disponibilidade integral. A NG-103 estabelece a obrigação de acompanhamento mensal

da regularidade das obrigações fiscais e trabalhistas da contratada por parte da fiscalização do contrato.

Recomendação 5: Apresentar à CGU os resultados da apuração relativa ao processo 1230160017, no que se refere à ausência de documentação que dê suporte ao extrato de regularidade constante à folha 22 do processo.

Manifestação: Informamos que, após diligências da área CCR, a análise que resultou na Comunicação Externa CE CCR-002/2017 foi deliberado em 2017, na reunião do CSI (Comitê do Sistema de Integridade da Eletrobras), por encaminhar o presente processo à Superintendência de Auditoria Interna da Eletrobras. Posteriormente, a Secretaria Executiva do CSI retornou o processo à Eletrosul recomendando que o mesmo fosse concluído e arquivado internamente pela Eletrosul, e assim foi procedido.

Em conformidade com a apuração realizada, compreende-se que não há evidências que possam assegurar a culpabilidade do empregado responsável pelos processos de licitação nº 1230160013, 1230160017 e 1230160022.

Constatação 3.1.1.2 - Prazos prescricionais previstos normativamente insuficientes, ausência de autuação dos processos de correição e ausência de instauração de processo administrativo disciplinar recomendado.

Recomendação 1: Alterar o item 7.9 da Norma de Gestão Empresarial NG-118 definindo os seguintes prazos prescricionais:

- a) cinco anos, quando a falta disciplinar grave for punível com demissão;
- b) dois anos, quando a falta disciplinar for punível com suspensão;
- c) 180 dias, quando a falta disciplinar for punível com advertência.

Manifestação: A versão 2 da NG 118 – Apuração disciplinar – foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28/12/2017, incorporando os pontos observados pela CGU.

Recomendação 2: Prever, na NG-118, que o processo correicional seja autuado e numerado e que seja obedecida a ordem cronológica dos documentos, atendendo às disposições da Portaria Interministerial MJ/MPOG n.º 1.677/2015 ou de normativo que a venha substituir.

Manifestação: A versão 2 da NG 118 – Apuração disciplinar – foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28/12/2017, incorporando os pontos observados pela CGU.

Constatação 1.1.1.10 - Fragilidades no processo de gestão de riscos conduzido no âmbito da Fundação ELOS.

Recomendação 1: Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva elaboração e execução, em conformidade com o "Guia PREVIC - Melhores Práticas em Fundos de Pensão", da sua política de gestão de riscos, a qual deve prever, dentre outros, a necessidade de se formalizar plano de ação para mitigação de todos os riscos críticos identificados (aqueles com elevado impacto/materialidade e/ou que possam comprometer a realização dos objetivos da Entidade), bem como o monitoramento contínuo dos riscos e a mensuração continuada do desempenho da gestão de riscos exercida pela Entidade.

Manifestação: A Auditoria Interna da Eletrosul, por meio do Projeto “Fundos Pensão – Fundação ELOS”, inseriu, desde o ano de 2017, em seu programa de auditoria itens específicos que tratam do acompanhamento da elaboração e execução da política de gestão de riscos da fundação ELOS.

Constatação 1.1.1.11 - Divulgação e orientação insuficientes sobre os instrumentos disponíveis relacionados à política de promoção da ética e integridade no âmbito da Fundação ELOS.

Recomendação 1: Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva comprovação da ampla divulgação do seu Código de Ética, e respectivo canal de comunicação, tanto junto aos seus

colaboradores, como também participantes/assistidos e partes relacionadas, contribuindo, assim, para seu real cumprimento e uso, em observância ao previsto no art. 3º, parágrafo único, da Resolução CGPC nº 13/2004.

Manifestação: A Auditoria Interna da Eletrosul, por meio do Projeto “Fundos Pensão – Fundação ELOS”, inseriu, desde o ano de 2017, em seu programa de auditoria itens específicos que tratam da divulgação do código de Ética da Fundação Elos.

Constatação 1.1.1.13 - Aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pela Fundação ELOS carece da formalização de análise ou estudo prévio específico que evidencie e externe os fundamentos que amparam a decisão de escolha dos ativos.

Recomendação 1: ELOS - Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva inclusão de justificativa e fundamentação, em documento próprio e de forma prévia, para todo investimento a ser realizado nos segmentos de aplicação em "renda variável" e "investimentos estruturados", devendo referida justificativa/fundamentação considerar, minimamente, os seguintes aspectos: i) tratar-se de opção de investimento que se destaca positivamente em relação às demais ("risco x retorno"); ii) o retorno esperado com o investimento; iii) o nível de convicção em relação ao retorno esperado com o investimento; e iv) o resultado da simulação do retorno do investimento em cenários com variações futuras adversas e/ou bruscas.

Manifestação: A Auditoria Interna da Eletrosul, por meio do Projeto “Fundos Pensão – Fundação ELOS”, inseriu, desde o ano de 2017, em seu programa de auditoria itens específicos que tratam do acompanhamento da efetiva inclusão e justificativa prévia de todo investimento no segmento de renda variável e investimentos estruturados.

Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara) – Item 1.8.1.2

Considerações acerca das conclusões de Ação de Controle CGU 201601702, que versou sobre a avaliação do Programa de integridade da empresa, inobstante as tratativas que tiver com órgão de controle interno.

Tema 1 – Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.

Sugestão de Melhoria 1 – Incentivar a participação dos colaboradores no processo de elaboração e atualização das políticas de integridade, efetuando a consulta interna acerca do conteúdo das normas e políticas relacionadas quando de sua criação ou atualização.

Manifestação: As políticas de integridade são elaboradas pela Eletrobras e encaminhadas para as subsidiárias para aprovação por adesão.

Sugestão de Melhoria 2 – Criar materiais de divulgação das políticas de integridade (vídeos, cartazes, folders, etc.) nos quais a alta direção apareça como divulgadora e incentivadora de práticas de ética e integridade.

Manifestação: Para atender a sugestão foram criadas mídias eletrônicas sobre integridade com periodicidade bimestral conforme especificação do Plano de Comunicação elaborado pela CCR, que também elaborou minuta de procedimento interno - PG de comunicação de Integridade.

Sugestão de Melhoria 3 – Inserir informações relacionadas à Política de Integridade nos documentos e relatórios oficiais divulgados.

Manifestação: As informações relacionadas às Políticas de Integridade já estão sendo inseridas nos relatórios oficiais divulgados. A inserção é realizada oportunamente pela ASG quando da elaboração dos relatórios. As informações de Integridade são solicitadas à CCR.

Sugestão de Melhoria 4 - Criar um Plano de Capacitação específico para a alta direção e Gerentes da Empresa, compreendendo todos os aspectos relacionados ao Programa de Compliance, bem

como capacitações que auxiliem o corpo gerencial na propagação e difusão das políticas de modo a tornar o programa efetivo.

Manifestação: A CCR elaborou Plano de capacitação de Integridade para o ano de 2018 e está elaborando Plano de Capacitação para o biênio 2019/2020 que tem por objetivo a difusão das políticas de modo a tornar o Programa de Integridade efetivo.

Sugestão de Melhoria 5 – Estabelecer regras especificamente voltadas para o corpo gerencial, exigindo altos padrões de ética e integridade e incentivando a sua adoção.

Manifestação: As regras e padrões éticos exigidos para o corpo gerencial e para demais empregados estão previstas no regulamento de gestão de pessoas das Empresas Eletrobras, que já se encontra com adesão aprovada na Eletrosul. Tempestivamente, os normativos serão atualizados para atender o regulamento.

Sugestão de Melhoria 6 - Normatizar rotina mensal, de modo a atender à previsão normativa, para que a alta direção supervisione e tenha conhecimento do estágio de implantação das políticas e medidas de integridade adotadas pela empresa, bem como dos resultados produzidos por elas, e dos necessários ajustes para aprimoramento do Programa de Integridade.

Manifestação: A CCR estabeleceu padrão de Reporte trimestral para a Alta Administração e está normatizando a rotina de comunicação por meio do normativo de gestão de integridade e do procedimento de gestão da comunicação de integridade, que tramitam na Empresa para aprovação pelas instâncias competentes.

Tema 2 – Padrões de conduta e código de ética aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos.

Sugestão de Melhoria 1 – Elaborar material, a partir da norma de conduta NG-058 e do PG 058.01, em linguagem acessível e didática, para fins de divulgação e ampliação do seu conhecimento por todos os interessados.

Manifestação: Para fins de atendimento da sugestão a área competente pela gestão de pessoas irá elaborar material em linguagem acessível sobre as normas NG 058 e PG 058.01, que estão em processo de atualização para respeitar as alterações da matéria dadas pelo Regulamento de Gestão de Pessoas.

Sugestão de Melhoria 2 – Aprimorar o conteúdo do Código de Ética, contemplando os mecanismos de proteção ao denunciante de modo a evitar retaliações.

Manifestação: A Eletrobras aprimora periodicamente o conteúdo de seu código de ética. As versões de 2016 e de 2018 foram atualizadas com o objetivo de observar as legislações correlatas. Está em andamento a aprovação de regulamento na Eletrobras para contemplar os procedimentos de investigação de pessoa física e jurídica quando identificadas irregularidades bem como para contemplar mecanismos de proteção ao denunciante, hoje previstos em normativo interno da Eletrosul que trata sobre a gestão de manifestação.

Sugestão de Melhoria 3 – Divulgar o Código de Ética, bem como outros normativos relacionados à Integridade disponíveis na internet, nos idiomas dos eventuais parceiros comerciais da Empresa, em especial em inglês.

Manifestação: A Eletrosul mantém divulgado em sua homepage o seu Código de Ética nas versões em inglês e em espanhol.

Sugestão de Melhoria 4 – Publicar, de forma periódica, reiterada e sistemática, informes sobre o Código de Ética, como no caso da produção "Ética em Quadrinhos", diversificando os temas tratados.

Manifestação: A Eletrosul divulgou no ano de 2018 de forma periódica informes sobre o seu Código de Ética conforme previsão de comunicação descrita em seu plano de comunicação de integridade. Para o biênio 2018/2019 haverá manutenção da divulgação.

Sugestão de Melhoria 5 – Avaliar o custo-benefício de elaborar versão impressa dos informes para ampliação do universo de pessoas que possam acessá-los, especialmente os filhos dos colaboradores da empresa.

Manifestação: A área responsável pela conformidade corporativa e pela comunicação institucional avaliou o custo benefício de elaboração impressa de informe e concluiu que não se entende economicamente viável a impressão dos exemplares.

Tema 3 – Políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos.

Sugestão de Melhoria 1 – Estabelecer a aplicação de seus normativos relacionados à integridade, especialmente a NG-058 e a NG-124, a todos os membros do Conselho, diretores, gerentes, empregados, contratados, prestadores de serviços, estagiários e jovens aprendizes, no que couber.

Manifestação: Os normativos NG-058 e a NG-124 estão sendo atualizados para estabelecer, entre outras diretrizes, a sua aplicação a todos os membros do Conselho, diretores, gerentes, empregados, contratados, prestadores de serviços, estagiários e jovens aprendizes, no que couber.

Sugestão de Melhoria 2 – Especificar, em todas as normas (Manual de Compliance, Código de Ética, NG-058, NG-075 e NG-124), a área interna responsável pelo monitoramento de sua aplicação.

Manifestação: A Política Anticorrupção assim como o Código de Ética foram atualizados e aprovados com as competências de cada área de responsabilidade. A norma interna NG 075 já foi atualizada com a indicação da área responsável pelo seu monitoramento. A NG 058 e NG 124 estão sendo atualizadas, entre outras diretrizes, para prever a área responsável pelo monitoramento de sua aplicação.

Sugestão de Melhoria 3 – Atualizar a base normativa de suporte das políticas de integridade já implementadas na Eletrosul (NG-058, NG-075 e NG-124), com base em reavaliação e atualização da matriz de riscos focada nos aspectos de integridade e conformidade (vide item 4.5 do Relatório).

Manifestação: A Eletrosul vem atualizando a sua base normativa para atender a atualização das políticas de integridade desde a adesão ao Manual de Integridade das Empresas Eletrobras. Em 2019, está prevista a atualização dos normativos para atender o regulamento de gestão de pessoas aprovado pela Eletrobras e aderido pela Eletrosul. Além disso, a Eletrosul atualizou a sua matriz de risco de fraude e corrupção para atualizar a sua exposição ao risco.

Sugestão de Melhoria 4 – Implementar rotinas de verificação, procedimentos e mecanismos de controles com o objetivo de garantir a efetividade das políticas de integridade (supervisão e monitoramento) alinhados com a matriz de riscos da ocorrência de fraudes, corrupção e desvios.

Manifestação: A Eletrosul, durante o processo de atualização da matriz de risco de fraude e corrupção, em 2018, incluiu os controles necessários para garantir a efetividade das políticas de integridade da Eletrosul.

Sugestão de Melhoria 5 – Atribuir à CCR, em sua norma organizacional, a responsabilidade por supervisionar a implementação das políticas de integridade da empresa.

Manifestação: A Eletrosul atualizou a norma organizacional da área responsável pela gestão da integridade para prever a responsabilidade pela implementação das políticas de integridade corporativa. Além disso, tramita o normativo interno de gestão da conformidade corporativa que traz a responsabilidade de todas as áreas envolvidas com a gestão da integridade.

Sugestão de Melhoria 6 – Normatizar os fluxos e processos a sofrerem atuação da área de Conformidade, especialmente quanto à troca de informações entre as áreas da empresa responsáveis por políticas de ética e integridade, a assessoria de conformidade e a alta direção.

Manifestação: A Eletrosul está implementando normativo de gestão da conformidade corporativa com destaque para normativo que descreve procedimento para parecer de conformidade e *due diligence*, Integridade de Terceiros e Guias de Integridade.

Tema 4 – Comunicação e treinamentos periódicos sobre o programa de integridade.

Sugestão de Melhoria 1 – Estabelecer uma estratégia ou um plano de comunicação do Programa de Integridade contemplando, especificamente, as estratégias de fomento à postura ética, prevenção de situações de conflito de interesses, o nepotismo, fraude e corrupção e desvios de condutas entre seus colaboradores.

Manifestação: A Eletrosul elaborou plano de comunicação para o ciclo 2018. Está em desenvolvimento plano de comunicação para o biênio 2019/2020 com estratégias de fomento às posturas ética e de integridade.

Sugestão de Melhoria 2 – Prever, no plano de comunicação a ser elaborado, a realização de comunicação sistemática sobre o Programa de Integridade aos colaboradores e ao público externo.

Manifestação: A Eletrosul elaborou plano de comunicação para o ciclo 2018. Está em desenvolvimento plano de comunicação para o biênio 2019/2020 com previsão de comunicação sistemática e periódica.

Sugestão de Melhoria 3 – Compreender, no plano de comunicação, ações relacionadas a todos os temas afetos ao Programa de Integridade.

Manifestação: A Eletrosul elaborou plano de comunicação para o ciclo 2018. Está em desenvolvimento plano de comunicação para o biênio 2019/2020 com previsão de ações para todos os públicos da Empresa.

Sugestão de Melhoria 4 – Solicitar, periodicamente, aos seus colaboradores que atualizem suas informações básicas nos cadastros da Empresa e, nos casos de alteração de lotação, tornar a atualização obrigatória.

Manifestação: A Eletrosul efetuou comunicação aos empregados para atualização cadastral nos anos de 2017 e de 2018.

Sugestão de Melhoria 5 – Estabelecer e executar Plano de Capacitação relacionado ao Programa de Integridade compreendendo todos os temas e visando à capacitação de todos os colaboradores.

Manifestação: A Eletrosul elaborou plano de capacitação para o ciclo 2018 com temas relacionados à ética e à integridade. Está em desenvolvimento plano de comunicação para o biênio 2019/2020.

Sugestão de Melhoria 6 – Estabelecer procedimento estruturado de monitoramento do Plano de Capacitação a ser efetivado.

Manifestação: Por meio do Guia de Indicadores de Monitoramento do Programa de Integridade, elaborado pela Eletrobras e aderido pelo Eletrosul, ficaram estabelecidos indicadores para monitoramento da capacitação de integridade. Além disso, está tramitando procedimento de gestão que detalhe os mecanismos de monitoramento da implantação do Programa de Integridade e descreve entre outros mecanismos aquele que monitora o plano de capacitação a ser efetivado.

Sugestão de Melhoria 7 – Estabelecer controles quanto aos treinamentos realizados e o público contemplado.

Manifestação: A Eletrosul estabeleceu controles de monitoramento dos treinamentos realizados na sua matriz de riscos FCPA, atualizada em 2018. Além disso, elaborou proposta de procedimento de gestão que detalha o monitoramento do Programa de Integridade, bem como aderiu ao Guia de Monitoramento de Indicadores do Programa de Integridade.

Sugestão de Melhoria 8 – Desenvolver ferramenta para avaliação da efetividade dos treinamentos realizados.

Manifestação: Em decorrência da implantação de novo sistema e gestão não há como desenvolver uma ferramenta genérica para esse tipo de avaliação a ser aplicada em todas as ações educacionais.

Tema 5 – Análise periódica de riscos.

Sugestão de Melhoria 1 – Atualizar, anualmente, a matriz de riscos institucional.

Manifestação: A matriz de riscos das Empresas Eletrobras foi atualizada no ano de 2018.

Sugestão de Melhoria 2 – Estabelecer e monitorar, anualmente, um Plano de Tratamento de Riscos a partir da matriz de riscos elaborada.

Manifestação: No ano de 2018, a Diretoria Executiva da Eletrosul priorizou riscos que foram mapeados e tiveram, quando identificados como riscos alto ou muito alto, planos de ação estabelecidos e indicadores de monitoramento determinados.

Sugestão de Melhoria 3 – Efetuar a avaliação e o tratamento dos riscos de integridade associados aos seus processos internos, desenvolvendo medidas de Integridade a partir desse levantamento e em consonância com as orientações da Holding.

Manifestação: A Eletrosul atualizou o mapa do risco de fraude e corrupção em 2018 e manteve o nível baixo de exposição. Além disso, a Eletrobras desenvolveu, no decorrer de 2017 e 2018, políticas e demais orientações normativas revertidas em controles que possibilitaram reduzir a exposição ao risco.

Sugestão de Melhoria 4 – Após a priorização e avaliação dos eventos de riscos de integridade, atualizar o Programa de Compliance da Eletrosul, revisando e complementando, se for o caso, as políticas já existentes, para mitigar riscos até o momento não tratados.

Manifestação: A Eletrosul atualizou o mapa do risco de fraude e corrupção em 2018 e manteve o nível baixo de exposição, incluindo controles que foram desenhados para atender os mecanismos de proteção estabelecidos pela Eletrobras como a Políticas Anticorrupção e os Guias de Integridade.

Sugestão de Melhoria 5 – Estabelecer, normativamente, a periodicidade e a temporalidade do processo de atualização de sua Avaliação de Riscos.

Manifestação: O estabelecimento da periodicidade e a temporalidade do processo de atualização de sua avaliação de risco está previsto na NG.121 – Gestão de riscos e controles internos.

Sugestão de Melhoria 6 – Elaborar normativo próprio que aborde os aspectos estratégicos da Empresa, prevendo que as Medidas de Integridade sejam estabelecidas a partir de riscos de integridade identificados.

Manifestação: A Eletrosul atualizou o mapa do risco de fraude e corrupção em 2018. Na atualização do mapa manteve-se o nível baixo de exposição. Foram incluídos controles que foram desenhados para atender os mecanismos de proteção estabelecidos pela Eletrobras como a Políticas Anticorrupção e os Guias de Integridade.

Sugestão de Melhoria 7 – Avaliar o custo x benefício da implementação de um sistema informatizado que permita a visão integrada das etapas de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos.

Manifestação: A Eletrosul implementou, em janeiro de 2019, o novo sistema de gestão e passou a utilizar o SAP para a gestão financeira, operacional e estratégica. Para a gestão de riscos está sendo viabilizada a aplicação de módulo no próprio sistema SAP capaz de permitir a gestão de riscos.

Tema 6 – Registros e controles contábeis.

Sugestão de Melhoria 1 – Aprimorar o processo de elaboração do Plano de Capacitação da Diretoria Financeira, de modo que a maioria dos treinamentos realizados façam parte de um programa de educação continuada e que todos os colaboradores sejam periodicamente capacitados.

Manifestação: A Diretoria Financeira vem elaborando, anualmente, Plano de Capacitação para permitir capacitação continuada para todos os colaboradores da Diretoria.

Sugestão de Melhoria 2 – Monitorar o Plano de Capacitação de forma tal que os colaboradores recebam os treinamentos planejados.

Manifestação: O monitoramento do plano de capacitação da Diretoria Financeira está previsto na norma de gestão NG-014, item 3.18. Plano de Desenvolvimento de Equipe (PDEquipe): Instrumento que tem como finalidade identificar, registrar e validar o planejamento das ações de desenvolvimento e capacitação das equipes de uma área. Além disso, houve atualização da NG-014, item 6.3 . A Área de Responsabilidade: c) aprova e acompanha a execução das solicitações do PDEquipe e Extra-PDEquipe de sua área;

Sugestão de Melhoria 3 – Desenvolver indicadores capazes de identificar alterações anormais em ativos, passivos, receitas e despesas (red flags) e utilizar esses indicadores para subsidiar o planejamento das auditorias realizadas pela Auditoria Interna.

Manifestação: O desenvolvimento e a implementação dos indicadores depende da unificação dos sistemas de gestão das Empresas Eletrobras. A partir da implementação do SAP na Eletrosul, ocorrida em janeiro de 2019, será possível o desenvolvimento de indicadores pela Auditoria Interna no novo ERP.

Sugestão de Melhoria 4 – Aprimorar o procedimento utilizado para o acompanhamento da remediação das deficiências apontadas pela Auditoria Independente e identificadas nos testes SOX de modo a:

- a) relacionar cada uma das deficiências;
- b) associar a cada deficiência um plano de ação;
- c) estabelecer os responsáveis pelo saneamento;
- d) registrar as implementações procedidas; e
- e) testar a efetividade das medidas registrando as evidências correspondentes, apenas encerrando a remediação quando a deficiência for sanada.

Manifestação: A Eletrosul já realiza o acompanhamento da remediação das deficiências por meio de Relatório de remediação de deficiências, que traz todos os itens relacionados e que permite o estabelecimento de estratégias para atender a remediação de todas as deficiências apontadas.

Sugestão de Melhoria 5 – Estabelecer em normativo interno a necessidade de acompanhamento periódico, pelo menos trimestral, pela Diretoria Executiva e Conselhos do Programa de Remediação de deficiências.

Manifestação: O acompanhamento da remediação de deficiências está previsto em normativo interno que trata da Gestão Integrada de Riscos e Controles Internos, atualizado em 2017.

Tema 7 – Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento.

Sugestão de Melhoria 1 – Prever as seguintes atribuições da Assessoria de Conformidade Corporativa nos documentos internos:

- a) Auxiliar e orientar as diversas áreas da empresa na implementação das políticas e medidas de integridade.
- b) Monitorar o programa de integridade, seja propondo metodologias de monitoramento, seja aplicando diretamente essas metodologias.
- c) Coordenar os instrumentos do programa de integridade, visando à sua efetividade.
- d) Guardar e gerir as experiências e capacidades acumuladas pela empresa em matéria de integridade.

Manifestação: Para atender a recomendação a Norma Organizacional da CCR foi atualizada em 2017. As atribuições da área responsável pela gestão da conformidade corporativa também estão previstas no normativo de gestão que trata sobre a matéria e que tramita na Empresa para aprovação.

Sugestão de Melhoria 2 – Rever o Plano de Capacitação das áreas que atuam no Programa de Integridade prevendo a realização de treinamentos aprofundados de todos os colaboradores em todos os temas relacionados.

Manifestação: Para atender a recomendação e para prever capacitação de integridade para os colaboradores da Empresa foi desenvolvido, em 2018, plano de capacitação. Para o biênio 2019/2020, está sendo desenvolvido nova proposta para incluir as novas orientações de integridade propostas pela Eletrobras.

Sugestão de Melhoria 3 – Implementar o Plano de Capacitação revisado.

Manifestação: O plano de capacitação de 2018 foi aplicado no decorrer do período.

Sugestão de Melhoria 4 – Estabelecer mandato fixo e estabilidade para os titulares dos cargos encarregados de atuarem na implementação e monitoramento das Políticas de Ética e Integridade na Companhia, a exemplo das Gerências de Conformidade Corporativa, Gerência da Ouvidoria, Gerência da Auditoria Interna, e, caso seja futuramente criada, Gerência de Corregedoria, entre outros, de forma a possibilitar impessoalidade, independência e autonomia na atuação dos responsáveis por essas áreas. Tal medida estaria alinhada com a diretriz estabelecida no inciso III do §1º do Art. 1º da Resolução CGPAR nº 18, de 18 de maio de 2016, aplicável a todas as empresas Estatais Federais.

Manifestação: Por se tratar de matéria a ser regulamentada pela Eletrobras, o assunto foi redirecionado à *holding* para providências.

Sugestão de Melhoria 5 – Prever, nos normativos internos, proteção dos colaboradores que atuam na área responsável pelo Programa de Integridade contra constrangimentos e punições arbitrárias decorrentes do exercício normal de suas atribuições, contemplando, no mínimo:

- a) período fixo de mandato para o responsável pela área de integridade e critérios rigorosos para sua substituição antes do fim do mandato;
- b) impedimento de demissão sem justa causa, por pelo menos um ano, após a saída dos colaboradores da área de integridade;
- c) determinação de que os membros da área não podem ser retirados da área enquanto houver investigações em curso sob sua coordenação; e
- d) garantia de acesso dos empregados da área aos documentos necessários ao desempenho de suas atividades.

Manifestação: Por se tratar de matéria a ser regulamentada pela Eletrobras, o assunto foi redirecionado à *holding* para providências.

Sugestão de Melhoria 6 – Detalhar as questões de cunho operacional relacionadas às atribuições da Assessoria de Conformidade Corporativa, mediante a previsão de competências para a ASC (atual área CCR) de:

- a) definir o foco de seus trabalhos;
- b) receber, tempestivamente, respostas às suas solicitações das demais áreas da entidade;
- c) realizar entrevistas com funcionários, gerentes e dirigentes;
- d) avaliar a correlação entre o controle proposto e o risco a ser mitigado.

Manifestação: A matéria foi estabelecida na norma organizacional da área e prevista também no normativo de gestão da conformidade corporativa que tramita internamente.

Tema 8 – Canais de denúncia adequados e suficientes e política de incentivo às denúncias e proteção aos denunciantes

Sugestão de Melhoria 1 – Estabelecer um procedimento estruturado acerca do processo de apuração de denúncias, com definição de uma área interna responsável pelas apurações, com segregação de funções, e prevendo, inclusive, área alternativa de apuração quando a área usual for objeto de denúncia.

Manifestação: A matéria está sendo regulamentada pela Eletrobras, que é competente para estabelecer os procedimentos para apuração de denúncias. Após submissão da matéria ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva da Eletrobras haverá a adesão da matéria pela Eletrosul.

Sugestão de Melhoria 2 – Estabelecer, na Norma de Gestão Empresarial NG-083 e no Procedimento de Gestão Empresarial PG-083.01, o tratamento a ser dado quando do recebimento de denúncias ou de suspeitas de irregularidade advindas de outras fontes, tais como auditorias internas ou externas, processo de monitoramento do Programa de Integridade, etc.

Manifestação: O tratamento de denúncia, atualmente é realizado externamente pelo Comitê do Sistema de Integridade (CSI), responsável por coordenar o processo de Gestão da Denúncia e fazer a sua apuração, conforme diretrizes e norma definidas pela Eletrobras, de modo a assegurar sigilo absoluto, tratamento adequado e sem conflito de interesse.

Sugestão de Melhoria 3 – Elaborar versão em inglês dos canais que permitam a realização de denúncia, bem como em outro idioma, caso a empresa possua parceria e ou contrato ativo com utilização de idioma diferente do português ou inglês.

Manifestação: Por se tratar de matéria de responsabilidade da Eletrobras *holding* a Eletrosul encaminhou comunicação formal à *holding* para que providenciasse as regras de integridade estabelecidas na sugestão.

Sugestão de Melhoria 4 – Efetuar incentivo periódico e sistemático aos colaboradores para que denunciem irregularidades constatadas.

Manifestação: A Eletrosul estabeleceu normativamente a sugestão de incentivar periodicamente os colaboradores para denunciarem irregularidades. Atualizou a NG 83 Versão 5. “ 7 DISPOSIÇÕES GERAIS - 7.5 Devem ser realizadas ações periódicas e sistemáticas, bimensalmente, para incentivar os empregados a registrarem manifestações sobre irregularidades constatadas na Empresa.”

Sugestão de Melhoria 5 – Efetuar a ampla divulgação, pelo menos trimestral, de informações gerenciais relacionadas ao canal de denúncias e às denúncias apuradas.

Manifestação: As denúncias registradas no Canal de Denúncia do Sistema Eletrobras são tratadas no âmbito do Comitê do Sistema de Integridade - CSI. Trimestralmente, a Ouvidoria Geral da Eletrosul em conjunto com a Assessoria de Conformidade Corporativa divulgam relatório do Canal de Denúncias ao Conselho Fiscal.

Sugestão de Melhoria 6 – Estabelecer normativamente medidas específicas para prevenir a retaliação aos denunciante (por exemplo, mudança de lotação, caso o denunciado seja colega ou chefe do denunciante; afastamento temporário das atividades; previsão de adoção de medidas contra qualquer pessoa que retalie ou ameace denunciante, etc).

Manifestação: A sugestão de melhoria perdeu a materialidade. A norma vigente foi alterada de acordo com a nova lei das Ouvidorias 13.460/2017 e decreto 9.492/2018.

Sugestão de Melhoria 7 – Adequar a NG-083 às disposições da IN OGU n.º 01/2014.

Manifestação: A sugestão perdeu a materialidade. A norma vigente foi alterada de acordo com a nova lei das Ouvidorias 13.460/2017 e decreto 9.492/2018.

Tema 9 - Aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade

Sugestão de Melhoria 1 - Aprimorar a NG-118 estabelecendo: previsão de juízo de admissibilidade, devidamente motivado, para a decisão de instauração ou arquivamento de indícios de corrupção, desvio funcional de agentes públicos ou atos lesivos praticados; regras de suspeição e impedimento incidentes na fase de juízo de admissibilidade; e prazos normativos para a conclusão dos trabalhos de pauração.

Manifestação: O aprimoramento da NG-118, para atender as recomendações sugeridas, está em curso. Oportunamente será atualizada para adequação em decorrência da adesão da Eletrosul ao Regulamento de Gestão de Denúncia.

Sugestão de Melhoria 2 - Estabelecer normativo interno que defina fluxos, procedimentos e prazos para o procedimento de apuração de todos os indícios de corrupção, desvio funcional de agentes públicos ou atos lesivos praticados por pessoa jurídica, seja diretamente a partir da detecção dos indícios, ou seja após prévia apuração pela auditoria interna ou outras áreas da empresa.

Manifestação: Para atender a sugestão a Eletrosul, por meio da CCR, está tramitando o estabelecimento do normativo de gestão número 123 que trata da apuração de responsabilidade de Pessoas Jurídicas e traz os fluxos e demais orientações descritos na sugestão.

Sugestão de Melhoria 3 - Nos fluxos e procedimentos de apuração de responsabilidade, aprimorar ou inserir protocolos de:

- a) controle de prazos prescricionais, com a priorização das apurações a serem iniciadas conforme critérios objetivos.
- b) remessa de informação à autoridade competente sempre que a conduta praticada ensejar apuração de crime, improbidade ou ressarcimento ao erário.
- c) remessa de informação à autoridade competente sempre que, na análise do caso concreto, a violação ao Programa de Integridade não apontar para a ocorrência de infração disciplinar.
- d) registro completo e tempestivo no sistema CGU-PAD de todos os procedimentos de apuração de responsabilidade administrativa da entidade, instaurados ou pendentes de instauração.

Manifestação: Para atender a sugestão a Eletrosul, por meio da CCR, está tramitando o estabelecimento do normativo de gestão número 123 que trata da apuração de responsabilidade de Pessoas Jurídicas e traz os fluxos e demais orientações descritos na sugestão.

Tema 10 - Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados.

Sugestão de Melhoria 1 - Contemplar, no normativo a ser elaborado para detalhar os procedimentos relacionados à apuração de conduta de pessoa jurídica, procedimentos assegurando a pronta interrupção das irregularidades detectadas e a sua remediação; prevendo a aplicação das medidas de interrupção de forma preventiva, antes mesmo da conclusão das investigações, quando for necessário; prevendo que todas as etapas do fluxo (detecção, investigação, interrupção, medidas de remediação e avaliação dos resultados) sejam registradas formalmente pela empresa em cada caso concreto de irregularidade ou suspeita de irregularidade; e estabelecendo procedimentos, prazos e cronograma da investigação.

Manifestação: Para atender a sugestão a Eletrosul por meio da CCR está tramitando o estabelecimento do normativo de gestão número 123 que trata da apuração de responsabilidade de Pessoas Jurídica e traz os fluxos e demais orientações descritos na sugestão.

Sugestão de Melhoria 2 - Contemplar, no Regimento Interno da Comissão Executiva de Correição (CEC):

- a) Autorização para acesso irrestrito a registros e instalações físicas relevantes para executar suas atividades;
- b) Obrigatoriedade de os departamentos da organização apresentarem as informações solicitadas, de forma tempestiva e completa; e
- c) Estabelecimento de regras de confidencialidade exigidas dos colaboradores durante a investigação.

Manifestação: A Eletrobras não instituiu a Comissão Executiva de Correição. Por isso, por ausência de materialidade, a sugestão perdeu o objeto.

Sugestão de Melhoria 3 - Aprovar o Regimento Interno da CEC.

Manifestação: A Eletrobras não instituiu a Comissão Executiva de Correição. Por isso, por ausência de materialidade, a sugestão perdeu o objeto.

Tema 11 - Diligências apropriadas para supervisão de fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Sugestão de Melhoria 1 - Elaborar cartilha ou documento com o objetivo de encaminhar orientações a fornecedores.

Manifestação: Os instrumentos contratuais padronizados da Eletrosul possuem cláusulas específicas que remetem ao link do site que contém tanto o Manual de Compliance quanto o Código de Conduta Ética e Integridade. A Eletrobras desenvolveu um Guia de Integridade de Fornecedor e o Regulamento de Licitações e Contratos, com orientações referente à diligência e classificação de risco de exposição.

Sugestão de Melhoria 2 - Aprimorar a Política de Compliance de modo a prever:

- No caso de contratação de fornecedores, na fase de habilitação do procedimento licitatório, a adoção de rotina para certificação de que o terceiro a ser contratado não tem registros impeditivos à contratação, como, por exemplo:

- a) se a entidade a ser contratada não está na lista de entidades inidôneas do seu histórico de contratações;
- b) consulta aos bancos de informações oficiais do governo (CEAF, CEIS, CEPIM, CNEP, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ e SICAF, etc.);
- c) pesquisar sobre o histórico da entidade a ser contratada em relação a ações judiciais transitadas em julgado de envolvimento com práticas antiéticas, fraude ou corrupção.

- No caso de prepostos, a verificação prévia antes da aceitação da indicação feita pelo fornecedor.

- A classificação dos contratos firmados pela entidade de acordo com a exposição de tais contratos aos riscos de fraude e corrupção.
- A adoção de controles e procedimentos mais rigorosos para os contratos com maior exposição a risco.
- A inclusão de cláusula anticorrupção nos contratos firmados com terceiros.
- A atuação da área responsável pelo Programa de Integridade na supervisão e no monitoramento das licitações e contratações diretas que tenham maior perfil de risco.
- Detalhamento das verificações que devem ser efetivamente realizadas, como, por exemplo, consultas a sítios eletrônicos ou autoridades.
- Critérios que devem ser considerados determinantes para a realização ou não da contratação e o respaldo legal a ser utilizado.
- Procedimento a ser adotado em casos em que seja encontrado histórico de práticas antiéticas, fraude ou corrupção.

Manifestação: Foi desenvolvido pela Eletrobras, para atendimento por todas as suas subsidiárias, o Guia de Integridade de Fornecedor e o Regulamento de Licitações e Contratos. Na Eletrosul está tramitando o procedimento de gestão número 122.03, para tratar da Integridade de Terceiros e o procedimento de gestão número 122.02 para tratar do Parecer de conformidade e *due diligence*.

Sugestão de Melhoria 3 - Estabelecer cláusulas contratuais prevendo:

- a) Que o Código de Ética e conduta seja anexado aos contratos firmados com terceiros; e
- b) Adoção de cláusula anticorrupção nas eventuais subcontratações realizadas pela contratada.

Manifestação: Para atender a sugestão, a Eletrosul prevê nos instrumentos contratuais padronizados item ou cláusulas específicas que remetem ao link do site que contém tanto o Manual de Compliance quanto o Código de Ética.

Sugestão de Melhoria 4 - Elaborar banco de dados com informações de todos os terceiros, classificando-os em categorias de risco.

Manifestação: A proposta de elaboração de bancos de dados será padronizada nas empresas Eletrobras e depende de customização no SAP pela *holding*.

Sugestão de Melhoria 5 - Elaborar procedimentos específicos para o monitoramento dos contratos de acordo com a categoria de risco.

Manifestação: Foi desenvolvido pela Eletrobras para atendimento por todas as suas subsidiárias o Guia de Integridade de Fornecedor e o Regulamento de Licitações e Contratos. Na Eletrosul está tramitando o procedimento de gestão número 122.03, para tratar da Integridade de Terceiros e o procedimento de gestão número 122.02 para tratar do Parecer de conformidade e *due diligence*.

Sugestão de Melhoria 6 - Elaborar procedimento de monitoramento das cláusulas anticorrupção existentes.

Manifestação: Foi desenvolvido pela Eletrobras para atendimento, por todas as suas subsidiárias, o Guia de Integridade de Fornecedor e o Regulamento de Licitações e Contratos. Na Eletrosul está tramitando o procedimento de gestão número 122.03, para tratar da Integridade de Terceiros e o procedimento de gestão número 122.02 para tratar do Parecer de conformidade e *due diligence*.

Sugestão de Melhoria 7 - Estabelecer procedimento de controle que assegure que as cláusulas mínimas anticorrupção constem dos contratos celebrados.

Manifestação: Foi desenvolvido pela Eletrobras, para atendimento por todas as suas subsidiárias, o Guia de Integridade de Fornecedor e o Regulamento de Licitações e Contratos. Na Eletrosul está

tramitando o procedimento de gestão número 122.03, para tratar da Integridade de Terceiros e o procedimento de gestão número 122.02 para tratar do Parecer de conformidade e *due diligence*. Além disso, na versão 2018 da Matriz de Risco FCPA, a Eletrosul estabeleceu controles para assegurar cláusulas mínimas anticorrupção.

Tema 12 - Verificação, durante os processos de cisões, fusões, incorporações e transformações, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas.

Sugestão de Melhoria 1 - Detalhar em normativo interno, objetivamente:

- a) as verificações que devem ser efetivamente realizadas na *due diligence*, estabelecendo quais consultas devem ser feitas para verificar se há óbices à realização da parceria;
- b) os critérios que devem ser considerados determinantes para a realização ou não da operação;
- c) o procedimento que deve ser adotado nos casos em que sejam encontradas históricas de práticas antiéticas, fraude ou corrupção;
- d) o fluxo de encaminhamento e aprovação; e
- e) os procedimentos de guarda e arquivamento das diligências realizadas.

Manifestação: Para atender a recomendação a Eletrosul está tramitando Normativo de Gestão número 122, que trata da Gestão da Conformidade Corporativa e o Procedimento de Gestão número 122.03, que trata da Integridade de Terceiros. Além disso, a Eletrobras estabeleceu, por meio do Guia de Integridade de Terceiros, orientações sobre a matéria.

Tema 13 - Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos.

Sugestão de Melhoria 1 - Estabelecimento em normativo interno do processo de monitoramento do programa de integridade com a determinação de controles internos e de reporte para as partes interessadas.

Manifestação: Está tramitando na Eletrosul a Norma de Gestão Empresarial (NG) 122 – Gestão de Conformidade Corporativa, na qual está contemplado o Monitoramento do Programa de Integridade. Além disso, a Eletrobras instituiu o Guia de Monitoramento do Programa de Integridade da Eletrobras. Os indicadores são divulgados no Plano Diretivo de Negócios e Gestão (PDNG).

Sugestão de Melhoria 2 - Estabelecer o monitoramento por meio de uma estratégia coordenada com participação da área de integridade.

Manifestação: Está tramitando na Eletrosul a Norma de Gestão Empresarial (NG) 122 – Gestão de Conformidade Corporativa, na qual está contemplado o Monitoramento do Programa de Integridade. Além disso, a Eletrobras instituiu o Guia de Monitoramento do Programa de Integridade da Eletrobras. Os indicadores são divulgados no Plano Diretivo de Negócios e Gestão (PDNG).

Sugestão de Melhoria 3 - Estabelecer indicadores para acompanhar a aplicação e o funcionamento dos diversos aspectos do programa e sua apresentação periódica à alta direção.

Manifestação: Está tramitando na Eletrosul a Norma de Gestão Empresarial (NG) 122 – Gestão de Conformidade Corporativa, na qual está contemplado o Monitoramento do Programa de Integridade. Além disso, a Eletrobras instituiu o Guia de Monitoramento do Programa de Integridade da Eletrobras. Os indicadores são divulgados no Plano Diretivo de Negócios e Gestão (PDNG).

Sugestão de Melhoria 4 - Analisar o produto do monitoramento com o objetivo de aperfeiçoar o Programa de Integridade.

Manifestação: Está tramitando na Eletrosul a Norma de Gestão Empresarial (NG) 122 – Gestão de Conformidade Corporativa, na qual está contemplado o Monitoramento do Programa de Integridade. Além disso, a Eletrobras instituiu o Guia de Monitoramento do Programa de Integridade da Eletrobras. Os indicadores são divulgados no Plano Diretivo de Negócios e Gestão (PDNG).

Tema 14 - Transparência da pessoa jurídica

Sugestão de Melhoria 1 - Estabelecer procedimento sistemático de validação das informações divulgadas no sítio eletrônico da Empresa em confronto com aquelas estabelecidas pela Lei n.º 12.527/2011, pelo Decreto n.º 7.724/2012 e pela Resolução CGPAR n.º 05/2015, ou por legislação que os venha a substituir.

Manifestação: Está sendo estabelecido o fluxograma e os mecanismos, entre as diferentes áreas da empresa, para definição do procedimento de validação das informações divulgadas no sítio eletrônico da empresa, que deverá constar da norma.

Sugestão de Melhoria 2 - Revisar as informações relacionadas à transparência ativa disponíveis no sítio eletrônico www.eletrosul.gov.br de modo que:

- a) Conste a legislação aplicável relacionada à Eletrosul.
- b) Sejam identificadas informações acerca dos programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto.
- c) Sejam completados, detalhados e atualizados os dados relacionados à execução orçamentária e financeira.
- d) Constem, no link “Compras Realizadas”, informações completas.
- e) Seja disponibilizado o Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras para todos os exercícios.
- f) Haja a divulgação prévia das pautas do Conselho de Administração.

Manifestação: Para atender a sugestão a Eletrosul criou o espaço "Transparência" na sua homepage. Para a atualização das informações será criado fluxo de comunicação às áreas competentes para atualização periódica das informações.

Sugestão de Melhoria 3 - Estabelecer procedimento periódico de verificação da facilidade de acesso às informações disponibilizadas na Internet, principalmente aquelas estabelecidas pela Lei n.º 12.527/2011, pelo Decreto n.º 7.724/2012 e pela Resolução CGPAR n.º 05/2015, ou por legislação que os venha a substituir.

Manifestação: Está sendo estabelecida, em conjunto com as áreas afins, a metodologia e os mecanismos para o procedimento periódico de verificação da facilidade de acesso às informações disponibilizadas na Internet, que deverá constar da norma.

Tema 15 - Processo de Tomada de Decisões

Sugestão de Melhoria 1 - Alterar o normativo interno estabelecendo o conteúdo mínimo necessário do campo exposição de motivos compreendendo:

- a) Descrição da situação atual, tanto interna quanto externa à unidade;
- b) Detalhamento dos objetivos impactados com a situação atual;
- c) Alternativas viáveis para melhoria da gestão e atingimento dos objetivos;

d) Riscos, impactos e ganhos das alternativas, nos aspectos financeiro, econômico, operacional e finalístico;

e) Proposta de alternativa mais vantajosa;

f) Perspectiva de futuro com a alternativa mais vantajosa implementada.

Manifestação: Conforme Estatuto Social da Eletrosul, Artigo 11, Parágrafo Único: “O Diretor-Presidente da Eletrosul não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração”.

Sugestão de Melhoria 2 - Alterar a NG-115 estabelecendo:

a) obrigação de que conste, na Ata da Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso, as eventuais divergências observadas nos processos deliberados; e

b) obrigação de registro das discussões realizadas no âmbito da reunião prévia, especialmente as dúvidas levantadas, adaptando-se o aplicativo ‘Pauta de Reunião de Diretoria Executiva’ para que as informações não sejam mais descartadas.

Manifestação: No âmbito do Conselho de Administração, sugestão “a” atendida com base no Item 8.9.1 do Regimento Interno do Conselho de Administração: “A reunião do CA será registrada em ata (...) contendo registro: (...) iii. Das dissidências, protestos e abstenções por conflitos de interesses.” Grifo nosso.

A mesma prática já é adotada nas atas das reuniões da Diretoria Executiva. A formalização da sugestão aguarda implementação do Regimento Interno da Diretoria Executiva, cujo texto, unificado, está em fase de elaboração pela Eletrobras.

O atendimento ao item “b” é feito através do campo “Comentário” do banco de dados PRDE – Pauta de Reuniões da Diretoria Executiva.

Sugestão de Melhoria 3 - Atualizar as normas internas de modo que seja vedada a acumulação dos cargos de Diretor-Presidente e de Presidente do Conselho de Administração pela mesma pessoa.

Manifestação: O texto da NG-115 foi atualizado objetivando incluir as melhorias sugeridas. O documento está em fase final de revisão pela área responsável e seguirá para a área de O&M para análise e posterior submissão ao Comitê de Normas e, por conseguinte, à Diretoria Executiva.

Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara) – Item 1.8.1.3

Considerações acerca das conclusões da Ação de Controle CGU 201603161 que versou sobre a avaliação da “gestão da Entidade Fechada de Previdência Complementar” (Fundação Elos).

CONSTATAÇÃO 1.1.1.1 - Fragilidades nos mecanismos e instrumentos de governança da estatal sobre a gestão dos recursos repassados à EFPC.

Recomendação 1: Adotar monitoramento sistemático das recomendações/determinações da PREVIC independentemente de as mesmas exigirem ações da patrocinadora para o seu cumprimento.

Manifestação: A manifestação quanto a esta constatação foi apresentada na manifestação referente à constatação 1.1.1.6 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

Recomendação 2: Encaminhar à SEST (antigo DEST) o Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas da Livramento Holding S.A., Chuí Holding S.A. e Santa Vitória do Palmar Holding S.A. em cumprimento ao disposto no artigo 8º, IV, item a, do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, tendo em vista o controle acionário assumido pela Eletrosul nas SPE como efeito do Acordo.

Manifestação: A manifestação quanto a esta constatação foi apresentada na manifestação referente à constatação 1.1.1.6 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

CONSTATAÇÃO 1.1.1.2 - Assunção indevida de risco em investimento realizado pela Fundação ELOS, com potencial de prejuízo à Eletrosul da ordem de R\$ 23,2 milhões.

Recomendação 1: Considerando que a eficácia do Acordo Global de Aditamento ainda depende da autorização/anuência do Conselho de Administração da Eletrobras (inciso VI, art. 21, do Estatuto Social da Eletrosul, c/c o art.25, inciso II, do Estatuto Social da Eletrobras) e do Ministério da Fazenda (art. 2º do Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994), recomenda-se que o referido instrumento seja submetido à deliberação e avaliação dos citados órgãos competentes, em conformidade com as previsões estatutárias/legais pertinentes.

Manifestação: A manifestação quanto a esta constatação foi apresentada na manifestação referente à constatação 1.1.1.7 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

Recomendação 2: Quando do encaminhamento do Acordo Global de Aditamento à necessária deliberação e avaliação do Conselho de Administração da Eletrobras (inciso VI, /art. 21, do Estatuto Social da Eletrosul, c/c o art.25, inciso II, do Estatuto Social da Eletrobras) e do Ministério da Fazenda (art. 2º do Decreto nº 1.091, de 21 de março de /1994), recomenda-se, nessa mesma oportunidade, dar pleno e integral conhecimento aos citados órgãos sobre as razões que embasam o Controle Interno a posicionar-se no sentido de que a Cláusula 2.3 do referido instrumento deva ser por tais órgãos prontamente rejeitada (estabelece benefícios injustificados à Fundação ELOS e um prejuízo potencial à Eletrosul de aproximadamente R\$ 25 milhões).

Manifestação: A manifestação quanto a esta constatação foi apresentada na manifestação referente à constatação 1.1.1.7 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

Recomendação 3: Promova a apuração de responsabilidade pela decisão de assumir formalmente o risco da Fundação ELOS no investimento direcionado à constituição da Livramento Holding S.A., ato de gestão este que representava a concessão de benefícios injustificados à Fundação ELOS e um prejuízo correspondente à Eletrosul da ordem de R\$ 25 milhões, cujo desfecho pode ainda trazer consequências judiciais indesejadas aos interesses da Companhia.

Manifestação: A Eletrosul, por meio da Resolução de Diretoria RD-1699-04, de 18/07/2017, criou Grupo de Trabalho para atendimento à recomendação com a determinação de apresentação do resultado dos trabalhos à Diretoria Executiva, o qual, após a realização da apuração determinada, concluiu em seu relatório datado de 17 de novembro de 2017, que “...os atos foram praticados no exercício regular de gestão, sem indício de culpa ou dolo que autorize a instauração de eventual procedimento administrativo de apuração de responsabilidade. “

Referido relatório foi apresentado na 1723ª Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 20/11/2017.

Recomendação 4: Na condição de patrocinadora da Fundação ELOS, exerça suas atribuições legais de supervisão e de fiscalização sistemática das atividades de sua EFPC (art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001), dando ciência à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre o inteiro teor do presente apontamento, a fim de que aquele órgão fiscalizador possa avaliar, à luz da Resolução CMN nº 3.792/2009, a conduta da Fundação ELOS na realização do investimento na Livramento Holding.

Manifestação: Para atendimento desta recomendação a Eletrosul encaminhou para conhecimento da PREVIC, o relatório de auditoria nº 201603161 da CGU.

CONSTATAÇÃO 1.1.1.5 - Fragilidades no processo de gestão de riscos conduzido no âmbito da Fundação ELOS.

Recomendação 1: Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva elaboração e execução, em conformidade com o "Guia PREVIC - Melhores Práticas em Fundos de Pensão", da sua política de gestão de riscos, a qual deve prever, dentre outros, a necessidade de se formalizar plano de ação para mitigação de todos os riscos críticos identificados (aqueles com elevado impacto/materialidade e/ou que possam comprometer a realização dos objetivos da Entidade), bem como o monitoramento contínuo dos riscos e a mensuração continuada do desempenho da gestão de riscos exercida pela Entidade.

Manifestação: Para esta recomendação foi apresentada a manifestação referente à constatação 1.1.1.10 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

CONSTATAÇÃO 1.1.1.6 - Divulgação e orientação insuficientes sobre os instrumentos disponíveis relacionados à política de promoção da ética e integridade no âmbito da Fundação ELOS.

Recomendação 1: Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva comprovação da ampla divulgação do seu Código de Ética, e respectivo canal de comunicação, tanto junto aos seus colaboradores, como também participantes/assistidos e partes relacionadas, contribuindo, assim, para seu real cumprimento e uso, em observância ao previsto no art. 3º, parágrafo único, da Resolução CGPC nº 13/2004.

Manifestação: Para esta recomendação foi apresentada a manifestação referente à constatação 1.1.1.11 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

CONSTATAÇÃO 1.1.1.8 - Aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pela Fundação ELOS carece da formalização de análise ou estudo prévio específico que evidencie e externe os fundamentos que amparam a decisão de escolha dos ativos.

Recomendação 1: ELOS - Requeira da Fundação ELOS, e acompanhe, a efetiva inclusão de justificativa e fundamentação, em documento próprio e de forma prévia, para todo investimento a ser realizado nos segmentos de aplicação em "renda variável" e "investimentos estruturados", devendo referida justificativa/fundamentação considerar, minimamente, os seguintes aspectos: i) tratar-se de opção de investimento que se destaca positivamente em relação às demais ("risco x retorno"); ii) o retorno esperado com o investimento; iii) o nível de convicção em relação ao retorno esperado com o investimento; e iv) o resultado da simulação do retorno do investimento em cenários com variações futuras adversas e/ou bruscas.

Manifestação: Para esta recomendação foi apresentada a manifestação referente à constatação 1.1.1.13 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

Recomendação 2: Na condição de patrocinadora da Fundação ELOS, exerça suas atribuições legais de supervisão e de fiscalização sistemática das atividades de sua EFPC (art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001), dando ciência à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre o inteiro teor do presente apontamento.

Manifestação: Para atendimento desta recomendação a Eletrosul encaminhou para conhecimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o relatório de auditoria nº 201603161 da CGU.

CONSTATAÇÃO 1.1.1.9 - Ausência de embasamentos técnico (contábil) e jurídico para a contabilização realizada pela Fundação ELOS, em suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, dos efeitos do Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas

celebrados no âmbito das SPE Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding e Livramento Holding.

Recomendação 1: ELOS - Monitorar as ações da Fundação ELOS com vistas ao saneamento da falha apontada (contabilização realizada pela Fundação ELOS, em suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, dos efeitos do Acordo Global de Aditamento aos Acordos de Acionistas celebrados no âmbito das SPE Santa Vitória do Palmar Holding, Chuí Holding e Livramento Holding).

Manifestação: Para esta recomendação foi apresentada a manifestação referente à constatação 1.1.1.14 do Relatório Anual de Auditorias de Contas da CGU 201701193 (exercício de 2016).

Recomendação 2: Monitorar as ações da Fundação ELOS com vistas ao saneamento da falha apontada.

Manifestação: A Eletrosul, visando atender a referida recomendação, monitorará as ações da Fundação ELOS, por meio da sua unidade de Auditoria Interna, que realiza anualmente projeto de auditoria no âmbito da Fundação Elos, segundo previsto em seu Plano Anual de Atividades - PAINT. O resultado do referido monitoramento será reportado à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Eletrosul no mês subsequente à finalização do trabalho.

Recomendação 3: Realizar o encaminhamento à PREVIC, na íntegra, da situação apontada nesta constatação.

Manifestação: Para atendimento desta recomendação a Eletrosul encaminhou para conhecimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o relatório de auditoria nº 201603161 da CGU.

Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara) – Item 1.8.1.4

Considerações acerca da avaliação dos indicadores instituídos para aferir o desempenho da gestão.

Constatação: Os indicadores analisados que foram instituídos pela Eletrobras *holding* e utilizados pela Eletrosul para aferir o desempenho da sua gestão atendem, de forma parcial, aos critérios de Completude, Comparabilidade, Confiabilidade, Acessibilidade e, de forma completa, aos critérios de Utilidade e Economicidade.

Recomendação: Determinar à Eletrosul que apresente suas considerações acerca da matéria nas próximas contas, independentemente das tratativas que tiver com a CGU.

Manifestação: A partir de 2008, o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras (PTSE) unificou diversos processos de gestão das empresas Eletrobras, entre eles o Processo de Planejamento e Gestão, no qual, a partir do Plano Estratégico (PE) das empresas Eletrobras, a holding realiza um primeiro nível de desdobramento com a elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), que é desdobrado nas empresas controladas por meio do Plano de Negócios e Gestão (PNG).

As metas para o atingimento das estratégias e iniciativas estabelecidas no PNG estão associadas a um conjunto de indicadores de caráter operacional, socioambiental e econômico-financeiro, estabelecidos por meio do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), pactuado entre Eletrobras e suas controladas.

O principal objetivo do CMDE é de fixar procedimentos para o acompanhamento do desempenho empresarial, de forma a permitir a adequada coordenação e avaliação das atividades por parte da holding, bem como buscar a melhoria contínua e crescente eficiência operacional, mediante o cumprimento de metas.

Dessa forma, o estabelecimento dos indicadores que serão utilizados para o período, bem como a proposta de metas é prerrogativa da parte contratante do CMDE, ou seja, a Eletrobras, que define para todas as suas controladas quais indicadores serão objeto de acompanhamento.

A concepção *top-down* do estabelecimento das estratégias, propicia à holding a condição de garantir que a visão corporativa seja atendida, fazendo com que as controladas estejam em alinhamento com o planejamento integrado do sistema.

Os indicadores CMDE avaliados pelo órgão de controle interno em 2016, a saber: “realização dos investimentos”, “parcela variável descontada em transmissão”, “índice de disponibilidade de geração”, “índice de disponibilidade de linhas de transmissão”, “ISE Bovespa – Dimensão Ambiental” e “ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas” foram selecionados pela Eletrobras *holding* para todas as empresas Eletrobras, cujo resultado e monitoramento foi apresentado à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Eletrosul, foram encaminhados e consolidados pela Eletrobras *holding*.

Procedimento semelhante foi apresentado neste Relatório de Gestão, item “5.3 – Indicadores de Desempenho Quantificados e Alinhados aos Objetivos”, página 72, no qual aborda-se o processo de acompanhamento de importantes indicadores financeiros, operacionais e de gestão das empresas Eletrobras, aplicáveis à Eletrosul e ao período avaliado nesse Relatório.

Assim, em nossa avaliação, os indicadores propostos fornecem uma visão integrada dos processos empresariais, uma vez que monitoram o desempenho de aspectos econômico-financeiros, operacionais, de gestão, governança e socioambientais, atendendo assim os critérios de Completude e Utilidade.

Adicionalmente, uma vez padronizados para as demais empresas controladas da Eletrobras, que atuam nos negócios de geração e transmissão de energia, bem como pela utilização de outras empresas do setor, os indicadores estabelecidos atendem ao critério da Comparabilidade.

Por fim, a forma de obtenção dos resultados, bem como as bases disponíveis para registro das informações propicia a devida Confiabilidade, Acessibilidade e Economicidade na utilização dos indicadores estabelecidos no processo.

Acórdão 10.372/2018 TCU (2ª Câmara) – Item 1.8.2

Determina-se que a Eletrosul atualize as informações apresentadas, por intermédio do documento SAG 505/2018, de 23/2/2018, à equipe da auditoria responsável pela fiscalização realizada na empresa em 2018 (TC 003.181/2018-9), relativamente aos comentários da auditoria independente nas demonstrações financeiras de 2016 (assim como em 2015 e 2014) quanto à "incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da empresa", baseada no fato de que onze das empresas controladas pela Eletrosul apresentaram perdas em operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto no exercício, assinalando que a continuidade da companhia dependeria da manutenção do suporte financeiro de terceiros, da sua controladora e/ou demais acionistas.

Manifestação Eletrosul:

A manifestação do auditor independente naquela ocasião conclui que, apesar do registro de perdas em operações e capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto na Eletrosul e suas participações, não há ressalva nas informações auditadas.

Na sequência são replicadas as explicações já apresentadas para os pontos apresentados pelo auditor independente, assim como a acrescentado a evolução recente da situação da companhia.

Perdas Operacionais

Em relação às perdas operacionais verificadas na Eletrosul consolidada em 2016, elas se referem basicamente ao reconhecimento de *impairment* de seus ativos, tanto no consolidado (Eletrosul Controladora e Controladas) como nas participações minoritárias e controladas em conjunto. O *impairment* consiste na reavaliação dos ativos por método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados e, historicamente, vem registrando movimentações recorrentes nos balanços das empresas, tanto no seu reconhecimento como baixa, decorrente de variações das condições econômicas - taxas de juros, inflação, crescimento da economia, dos preços de referência do setor, da regulação etc.

O impacto de reconhecimento de perda por *impairment* registrado na DRE consolidada da Eletrosul em 2016 é de R\$ 207 milhões (conforme detalhamento contido em Nota Explicativa 19 das demonstrações financeiras daquele exercício). Além disso, as principais variações no resultado de equivalência patrimonial dos investimentos em participações societárias em 2016 também foram decorrentes de reconhecimento de perda por *impairment* (conforme detalhamento contido na Nota Explicativa 16.4 das demonstrações financeiras daquele exercício).

Conforme Demonstrações Financeiras Intermediárias da Eletrosul de 30 de setembro de 2017 (3º ITR), ocorreu forte reversão destes *impairments*, com efeito positivo na DRE consolidada em R\$ 364 milhões no acumulado do ano.

No terceiro trimestre de 2017, foi efetuado cálculo de *impairment* para os ativos imobilizados e intangíveis corporativos. Os impactos das reversões de *impairment*, na Controladora, decorrem basicamente da redução da taxa de desconto e da gestão de custos.

Já os impactos das reversões de *impairment* das Eólicas Hermenegildo I, II, III e Chuí IX, no segundo trimestre de 2017, derivam dos efeitos positivos do processo de desconstrução de energia através mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a oferta de desconstrução total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A “0”) e 2018 até o final dos contratos (CCEE A “4+”). Assim, além de cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a desconstrução elevou o montante das receitas futuras.

Além destes efeitos na Eletrosul e empresas Controladas, efeito semelhante de desconstrução de energia resultou em reversão de *impairment* nas SPEs Santa Vitória do Palmar e Chuí Holding, cujo efeito foi verificado no resultado de equivalência patrimonial (conforme detalhamento contido na Nota Explicativa 114 das demonstrações financeiras daquele exercício).

Atualizações conforme Demonstrações Financeiras de 2018

Provisão *Impairment*: Em 2018, a empresa registrou reversão de R\$ 123 milhões de *impairment* (conforme detalhamento contido na Nota Explicativa 17 das demonstrações financeiras daquele exercício), sendo R\$ 105 milhões relativos a empreendimentos de geração corporativos e R\$ 18 milhões inerentes a investidas controladas, cuja atividade é geração eólica (SPE Livramento). A gestão dos gastos com PMSO, a alteração na taxa de desconto e as perspectivas de geração foram os principais fatores para a reversão.

Ainda há saldo de *impairment* registrado nas demonstrações financeiras. No entanto, por se tratar de provisão contábil, as perdas estimadas podem ser revertidas, eventualmente, caso as condições econômicas apresentem melhoras.

Em razão da adoção do CPC 47/IFRS15, o saldo de *impairment* de 2017, do segmento de transmissão, foi revertido para o patrimônio líquido.

Provisão para perdas em investimentos e Resultado de Alteração de Participação Societária: Em 2018, (conforme detalhamento contido na Nota Explicativa 14.4 das demonstrações financeiras daquele exercício) houve registro de provisão para perdas nos investimentos nas SPEs ESBR (R\$

82 milhões) e FOTE (R\$ 13 milhões), decorrentes de avaliação do valor dos ativos. Contudo, houve reversão da provisão relativa à SPE TSBE (R\$ 8 milhões).

Adicionalmente, houve o reconhecimento de provisão para penalidade regulatória, no valor de R\$ 46 milhões. O reconhecimento ocorreu porque, em 31 de outubro de 2018, por meio da Portaria nº 466, o Ministério de Minas e Energia (MME) acatou a recomendação da ANEEL constante do Despacho nº 2.194, de 25 de setembro de 2018, e declarou a caducidade do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 001/2015 (Leilão ANEEL nº 004/2014 – Lote A).

Com relação ao Parecer do Auditor Independente de 2018, cabe destacar que não consta mais a menção sobre ***"Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional"*** mencionada no Parecer do Auditor Independente de 2016.

Capital de Giro

Em relação ao capital de giro (Ativo Circulante (-) Passivo Circulante) negativo em 2016 em R\$ 703 milhões, o mesmo já foi revertido no 3º ITR de 2017, para um capital de giro positivo em R\$ 323 milhões. A melhoria do indicador decorre principalmente da política redução de endividamento da Eletrosul, com a efetiva liquidação de passivos de curto prazo com base em liquidação de ativos anteriormente registrados no não circulante.

Em 2018, o capital de giro continua positivo, tendo aumentado para R\$ 895 milhões, em decorrência do aumento do caixa e do baixo endividamento.

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 29 de maio de 2019.



Gilberto Odilon Eggers
Diretor-Presidente

9 ANEXOS E APÊNDICES

9.1. Glossário

Agentes de Geração - Transforma qualquer outra forma de energia em energia elétrica.

Agente setorial – São os agentes vinculados aos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

Agente público – Segundo Hely Lopes Meirelles, são todas as pessoas que exercem função pública.

Ambiente de Contratação Livre (ACL) - Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica.

Ambiente de Contratação Regulada (ACR) - Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Aproveitamento Hidrelétrico - Aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio.

Descontratação – Nos casos citados neste relatório, a descontratação consiste na suspensão temporária do contrato citado.

Eficiência Energética - A eficiência energética, consiste em usar de modo eficiente e racional a energia para se obter um determinado resultado. Por definição, a eficiência energética consiste da relação entre a quantidade de energia empregada em uma atividade e aquela disponibilizada para sua realização.

Eólica - Usina composta por aerogeradores, que produzem energia eólica, que é a transformação da energia do vento em energia útil.

Fontes Alternativas De Energia - As fontes alternativas de energias são renováveis, pouco ou não poluentes, além de apresentar a vantagem de ter baixos índices de agressão ambiental.

Fontes renováveis - São fontes capazes de manterem-se disponíveis durante um longo prazo, contando com recursos que se regeneram ou que se mantêm ativos permanentemente, ou seja, recursos não esgotáveis.

Geração Hidrelétrica - Produção de energia hidrelétrica.

Geração Heliotérmica – Produção de energia elétrica que utiliza o calor do sol para gerar eletricidade.

Impacto Ambiental - Alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade humana.

Licença ambiental - É a autorização oficial para a realização de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, geralmente depois de realizado um Estudo de Impacto Ambiental.

Linha de transmissão - É um sistema usado para transmitir energia eletromagnética. Esta transmissão não é irradiada, e sim guiada de uma fonte geradora para uma carga consumidora, podendo ser uma guia de onda, um cabo coaxial ou fios paralelos ou torcidos.

Matriz Energética - É uma representação quantitativa de todos os recursos energéticos disponíveis (em um determinado território, região, país ou continente) para serem utilizados nos diversos processos produtivos por exemplo.

Sistema Interligado - Instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país eletricamente interligadas.

Subestação de Energia - É uma instalação elétrica de alta potência, contendo equipamentos para transmissão e distribuição de energia elétrica, além de equipamentos de proteção e controle.

Transmissão de Energia Elétrica - É o processo de transportar energia entre dois pontos. O transporte é realizado por linhas de transmissão de alta potência, geralmente usando corrente alternada, que de uma forma mais simples conecta uma usina ao consumidor.

9.2. Anexos

Anexo 01

Quadro 4.1.1 Plano Estratégico X Matriz de Riscos

Objetivo Estratégico	Estratégia	Evento de Risco	Categoria de Risco	Pilar de Risco
1- Garantir o retorno adequado nos investimentos e atividades	1. Aprimorar a gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos	Gestão de Negócios Corporativos Gestão do Negócio de SPEs	Investimentos	Pilar Financeiro
		Fluxo de Caixa	Liquidez	
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
2- Garantir a Sustentabilidade financeira do Sistema Eletrobras	1. Adequar a estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras	Gestão de Negócios Corporativos	Investimentos	Pilar Financeiro
		Fluxo de Caixa	Liquidez	
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
3 - Ampliar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Geração	Projetos de Engenharia de Geração Gestão de Obras de Geração Risco Hidrológico Comercialização de Energia	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
	2. Liderar projetos estratégicos e estruturantes em Transmissão	Projetos de Engenharia de Transmissão Gestão de Obras de Transmissão Concessão e Autorização da Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão	Transmissão	Pilar Operacional

		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
	3. Crescer de forma orgânica em Geração Hídrica, Eólica, Térmica e Gás Natural	Gestão Estratégica Sustentabilidade	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
		Projetos de Engenharia de Geração Gestão de Obras de Geração Risco Hidrológico Comercialização de Energia	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
		Risco de Mercado	Mercado	
				Pilar Financeiro
	4. Crescer de forma orgânica em Transmissão	Gestão Estratégica Sustentabilidade	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
		Risco de Mercado	Mercado	Pilar Financeiro
		Projetos de Engenharia de Transmissão Gestão de Obras de Transmissão Concessão e Autorização da Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão	Transmissão	Pilar Operacional
	5. Avaliar oportunidades de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil	Novos Negócios	Estratégia de Mercado	Pilar Estratégico
		Gestão do Negócio de SPE's Gestão de Negócios Corporativos Carteira de Participações	Investimentos	Pilar Financeiro
		Risco de Mercado	Mercado	
		Fluxo de Caixa	Liquidez	

	6. Desenvolver o negócio de prestação de serviços	Comercialização de Energia Manutenção na Geração Operação na Geração Segurança de barragem Gestão de Obras de Geração	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
		Concessão e Autorização da de Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão Manutenção na Transmissão Operação na Transmissão	Transmissão	
		Segurança da Informação Operações de TIC Arquitetura de TIC	Tecnologia da informação e Telecomunicação(TIC)	
4 – Expandir seletivamente a atuação internacional em Geração e Transmissão, alinhada com os negócios da Empresa	1. Prospectar Oportunidades no exterior	Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
		Risco de Mercado	Mercado	Pilar Financeiro
		Gestão do Negócio de SPE's	Investimentos	
		Fluxo de Caixa	Liquidez	
5- Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras	1. Desenvolver portfólio de experimentos	Gestão de P&D+I	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Gestão Estratégica		
6 - Aprimorar os negócios de Geração e Transmissão de energia elétrica de forma competitiva e rentável	1. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Geração	Projetos de Engenharia de Geração Gestão de Obras de Geração Risco Hidrológico Comercialização de Energia	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	

	2. Desenvolver plano de revitalização e modernização de ativos de Transmissão	Projetos de Engenharia de Transmissão Gestão de Obras de Transmissão Concessão e Autorização da Transmissão Revisão Tarifária na Transmissão	Transmissão	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
	3. Adequar a estrutura de custos à nova regulamentação do setor elétrico	Demonstrações Contábeis e Financeiras	Reporte	Pilar Conformidade
	4. Buscar atendimento de parâmetro regulatórios em Geração e Transmissão com gestão ativa por contrato de concessão	Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
		Comercialização de Energia Manutenção na Geração Operação na Geração	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
		Concessão e Autorização da Transmissão Manutenção na Transmissão Operação na Transmissão	Transmissão	
	5. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os aspectos de financiamento	Governança de P&D+I	Governança Corporativa	Pilar Estratégico
		Avais e Garantias	Crédito	Pilar Financeiro
	6. Aprimorar o processo de comercialização de energia, contribuindo para a maximização da rentabilidade	Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações	Investimentos	Pilar Financeiro
		Fluxo de Caixa	Liquidez	
		Comercialização de Energia Risco Hidrológico	Geração e Comercialização	Pilar Operacional
	7- Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação	1. Desenvolver plano de atuação regulatória e institucional	Gestão Estratégica Marco Regulatório	Modelo de Negócio Pilar Estratégico

em condições competitivas		Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
8- Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras	1. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultado e competências	Administração de Pessoal Gestão do Conhecimento Relacionamento Trabalhista	Gestão de Pessoas	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de desenvolvimento dos empregados e da gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras	Administração de Pessoal Gestão do Conhecimento Relacionamento Trabalhista	Gestão de Pessoas	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Estratégico
9- Adequar os processos de gestão de pessoas ao novo modelo de gestão empresarial e organizacional do sistema Eletrobras	1. Desenvolver métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas	Administração de Pessoal Gestão do Conhecimento Relacionamento Trabalhista	Gestão de Pessoas	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
10- Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva	1. Adequar estrutura organizacional das empresas do Sistema Eletrobras	Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
	2. Reforçar e eficientizar processos e sistemas de informação	Segurança da Informação Operações de TIC Arquitetura de TIC	Tecnologia da Informação e Telecomunicação (TIC)	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
11- Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado	1. Reforçar atuação dos Conselhos de Administração	Comunicação Institucional e de Crises Relações Institucionais com Partes Relacionadas	Imagem & Reputação	Pilar Estratégico
		Desempenho da Alta Administração	Governança Corporativa	
12- Aprimorar a gestão dos negócios,	1. Criar, aprimorar e integrar	Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico

participações e parcerias	instrumentos e condições para estruturação e gestão das parcerias e dos negócios do Sistema Eletrobras	Novos Negócios	Estratégia de Mercado	
		Gestão do Negócio de SPE's Carteira de Participações	Investimentos	Pilar Financeiro
		Fluxo de Caixa	Liquidez	
13- Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Alinhar práticas para garantir atuação sustentável	Gestão Socioambiental de Empreendimentos	Socioambiental	Pilar Operacional
		Gestão Estratégica	Modelo de Negócio	Pilar Estratégico
14- Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade	1. Promover propósito e identidade comum ao Sistema Eletrobras	Comunicação Institucional e de Crises Patrocínios e Convênios Relações Institucionais com Partes Relacionadas	Imagem & Reputação	Pilar Estratégico
		Gestão Socioambiental de Empreendimentos	Socioambiental	Pilar Operacional

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)